



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 163 – QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 7</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 174ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE OUTUBRO DE 2013.....	70157		
1.1 – ABERTURA	70158		
1.2 – EXPEDIENTE	70159		
1.2.1 – Leitura de projetos			
Projeto de Lei do Senado nº 415/2013, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária.	70159	Nº 1.181/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 443 e 103/2012.	70174
Projeto de Lei do Senado nº 416/2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, que proíbe o uso, a produção, o fornecimento e a venda de cerol, linha chilena e quaisquer outros materiais e artefatos cortantes aplicados em papagaios de papel, pipas ou congêneres.	70162	Nº 1.182/2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 467/2008-Complementar (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701/2007; 90/2010; 344/2011 e 136/2012– todos Complementares) tramite em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 130/2007, 246/2011, 270/2012, e 181, 201, 329, 353 e 354/2013, todos Complementares.	70174
Projeto de Lei do Senado nº 417/2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.	70167	Nº 1.183/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	70175
Projeto de Resolução nº 75/2013, de autoria do Senador Humberto Costa, que acrescenta os incisos IX e X ao art. 383 e o art 383-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre normas referentes à escolha de autoridades prevista no art. 52, III e IV, da Constituição Federal.....	70170	Nº 1.184/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	70175
1.2.2 – Comunicação da Presidência		Nº 1.185/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.	70177
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 75/2013.	70173	Nº 1.186/2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	70178
1.2.3 – Leitura de requerimentos		1.2.4 – Ofício da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	
Nº 1.179/2013, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 392/2013 com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283/2012.	70173	Nº 258/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 672/2013, de autoria do Senador Aécio Neves.	70180
Nº 1.180/2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56/2012.	70173	1.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
		Nº 1.303/2013, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.700/2013, proferido nos autos do processo TC 016.731/2011-5, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.	70181
		1.2.6 – Pareceres	
		Nº 1.114/2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14/2010.	70202
		Nº 1.115/2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2012.	70210

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 14/2010, cujo parecer foi lido anteriormente. 70225

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2012 continue sua tramitação.. 70225

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Questionamentos sobre as ações do Governo Federal para atender às manifestações ocorridas no País. 70225

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Críticas ao Governo Federal por gastos que S. Ex^a. considera abusivos. 70230

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa da aprovação de projeto de autoria de S. Ex^a que regulamenta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios no País; e outro assunto. 70232

SENADOR *JORGE VIANA* – Satisfação pela aprovação, na CMA, de legislação que regulamenta as relações entre Governo e entidades da sociedade civil; e outros assuntos..... 70234

SENADOR *PAULO PAIM* – Lamento pelo não cumprimento de legislação estadual que estabelece cotas para minorias em concursos públicos no Estado do Rio Grande do Sul; e outro assunto. 70236

1.2.9 – Comunicação

Da Senadora Kátia Abreu, de desfiliação partidária de S. Ex^a do PSD e filiação partidária ao PMDB (Ofício nº 800/2013). 70240

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Relato de encontro parlamentar do Fórum Catarinense para tratar de assuntos de interesse do Estado de Santa Catarina..... 70240

1.2.11 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.176/2013, de autoria do Senador Casildo Maldaner. **Aprovado.** 70250

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Críticas à Ministra Ideli Salvatti pela utilização de aeronave pública em atividades de interesse particular. 70250

SENADOR *FLEXA RIBEIRO*, como Líder – Anúncio dos vencedores do 6º Concurso de Redação do Senado Federal..... 70254

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro de material produzido pela CMMC acerca da legislação sobre as mudanças climáticas no Brasil para seminário a realizar-se em 17 do corrente; e outro assunto. 70256

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Críticas ao Governo Federal pela inexistência de uma política destinada a melhoria da qualidade do ensino no País..... 70257

SENADOR *PEDRO SIMON* – Alegria pela aliança firmada entre o PSB e a presidenciável Marina Silva. 70258

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES* – Críticas às empresas de transporte público de Macapá pela suspensão da circulação dos coletivos na madrugada do dia 7 último, na 50ª Feira Agropecuária do Amapá. 70264

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Tristeza pelos excessos cometidos nas recentes manifestações populares no Estado de São Paulo..... 70265

SENADOR *ARMANDO MONTEIRO*, como Líder – Registro de projeto apresentado por S. Ex^a que denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da BR-423 compreendido entre os Municípios de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco. . 70267

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Leitura de requerimento**

Nº 1.187/2013, de iniciativa de Líderes, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 14/2013. **Aprovado.**..... 70271

1.3.2 – Item 1

Medida Provisória nº 624/2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de um bilhão, seiscentos e quarenta e oito milhões de reais, para os fins que especifica. Aprovada*, tendo usado da palavra o Senador Wilder Moraes (Relator). À promulgação. 70271

1.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 14/2013 (nº 4.470/2012, naquela Casa), de autoria do Deputado Edinho Araújo, que *altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica. Aprovado*, com voto contrário da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Pedro Simon e outros Senadores, após **Parecer nº 1.116/2013-PLEN**, proferido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo usado da palavra os Senadores Inácio Arruda, Wellington Dias, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Humberto Costa, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg e Pedro Simon. À sanção. 70277

1.3.4 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 43/2013 (nº 3.078/2011, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de*

24 de abril de 2008. Aprovado , com a Emenda nº 1-CAE/CRE , tendo usado da palavra os Senadores Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda e Sérgio Petecão.	70286	e Contratos (Lei nº 8.666/1993) sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262/2012.	70315
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 43/2013 (Parecer nº 1.117/2013-CDIR). Aprovada . À sanção.....	70289	1.4.7 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR VALDIR RAUPP – Registro do transcurso do Dia dos Técnicos Industriais, em 23 de setembro.....	70315
1.3.5 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário) Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que <i>revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais. Não houve oradores na quarta sessão de discussão em primeiro turno.</i>	70291	1.4.8 – Comunicação da Presidência Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	70316
1.3.6 – Apreciação de matéria Requerimento nº 1.057/2013, de autoria do Senador Wilder Moraes e outros Senadores. Aprovado	70292	1.5 – ENCERRAMENTO.....	70316
1.3.7 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	70293	2 – ATAS 2.1 – MESA DO SENADO FEDERAL Ata da 11ª Reunião, realizada em 7 de agosto de 2013.....	70321
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA 1.4.1 – Discursos SENADOR WELLINGTON DIAS – Comemoração do sucesso do Programa Bolsa Família; e outros assuntos.	70298	Ata da 12ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2013	70356
1.4.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	70303	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 8.10.2013	70385
1.4.3 – Discursos (continuação) SENADORA ANA RITA – Destaque para a importância da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres.	70303	SENADO FEDERAL 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL Por Unidade da Federação	70386
1.4.4 – Leitura de requerimento Nº 1.188/2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 14 do corrente. Aprovado	70307	Bancadas dos Partidos	70387
1.4.5 – Discursos (continuação) SENADOR INÁCIO ARRUDA – Registro do centenário de nascimento do escritor e ideólogo do Partido Comunista, Rui Facó.	70309	Por ordem alfabética	70388
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Relato da visita da Presidente Dilma Rousseff à cidade de Campo Mourão-PR para assinar o primeiro financiamento do Plano Safra para armazenagem 2013/2014; e outros assuntos.	70310	5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	70389
SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Tristeza pela redução do volume de água da Lagoa de Paranaguá, no Estado do Piauí; e outros assuntos.	70312	6 – LIDERANÇAS	70390
1.4.6 – Leitura de requerimento Nº 1.189/2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações		7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	70394
		8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	70396
		9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	70413
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	70421
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	70425
		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	70432
		CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	70438
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	70448
		CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	70456
		CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura .	70465
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	70473
		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	70479
		CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	70483
		CSF – Comissão Senado do Futuro.....	70487

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	70488
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	70488
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	70490
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	70491
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	70491
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	70492
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	70494
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	70495
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	70498
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	70500

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	70502
--	-------

CONGRESSO NACIONAL**11 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	70504
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	70511
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	70515
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	70516
Comissões Mistas Especiais	70517

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972)	70521
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	70522
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	70523

Ata da 174ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de outubro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, João Vicente Claudino,
Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e
encerra-se às 21 horas e 1 minuto)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

174ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 08/10/13 07:00 até 08/10/13 21:04

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCLÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X

PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2013

Allera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º**.....
.....

§ 4º A manifestação de inconformidade apresentada contra compensação com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária seguirá o rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.” (NR)

Art. 2º Aplica-se o disposto no § 4º do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 1986, às manifestações de inconformidade que estiverem pendentes de decisão na data de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa acrescentar o § 4º ao art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para garantir a ampla defesa do contribuinte em relação aos débitos em aberto no sistema de conta corrente da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que serão objeto de compensação de ofício toda vez que o contribuinte tiver direito a restituição ou ressarcimento.

Em suma, a edição do art. 114 da Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005) deu impulso para que a RFB, antes de restituir ou ressarcir valores ao contribuinte, proceda à compensação de ofício dos débitos em nome dele para com a Fazenda Nacional, comunicando-o por meio de Notificação de Compensação de Ofício da Malha Débito.

Assim, tornou-se frequente a RFB reter a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) até julgar a manifestação de inconformidade (recurso) apresentada pelo contribuinte contra a compensação de ofício.

Essa manifestação de inconformidade veicula a irresignação do contribuinte em relação ao débito exigido pela RFB. Na maioria das vezes, a discussão circunscreve-se à exatidão do registro, no sistema conta corrente, do valor do pagamento efetuado mediante Darf pelo contribuinte e considerado insuficiente pela RFB.

Há casos, contudo, em que o débito exigido tem origem em equívoco dos sistemas do fisco na interpretação da legislação tributária. Exemplo concreto é a indevida exigência fiscal de multa de mora sobre o ganho de capital pago dentro do prazo de 180 dias da venda do imóvel. Lembramos que essa postergação em seis meses do pagamento é facultada, desde que acompanhada de juros de mora, pelo art. 39 da Lei do Bem e pelo § 12 do art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 599, de 28 de dezembro de 2005. A despeito dessas normas, no caso concreto, o sistema Malha Débito exigiu a multa de mora e provocou o bloqueio da restituição do contribuinte.

Nessa hipótese, o § 4º que se propõe acrescentar ao art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 1986, assegurará que a manifestação de inconformidade será julgada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), órgão especializado em contencioso.

Por representar uma contribuição para garantir a ampla defesa do contribuinte em seu relacionamento com o fisco federal, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI Nº 2.287, DE 23 DE JULHO DE 1986**

Altera dispositivos da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, DECRETA:

(...)

Art. 7º. A Receita Federal do Brasil, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, deverá verificar se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§1º Existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§2º Existindo, nos termos da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, débito em nome do contribuinte, em relação às contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, ou às contribuições instituídas a título de substituição e em relação à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§3º Ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social estabelecerá as normas e procedimentos necessários à aplicação do disposto neste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2013

Proíbe o uso, a produção, o fornecimento e a venda de cerol, linha chilena e quaisquer outros materiais e artefatos cortantes aplicados em papagaios de papel, pipas ou congêneres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São proibidos a produção, o fornecimento, o armazenamento, a venda, e o uso de cerol, linha chilena e quaisquer outros materiais e artefatos cortantes em linhas de papagaios de papel, pipas ou congêneres.

§ 1º Quem fornecer, ainda que gratuitamente, armazenar, vender incorrerá nas penas previstas no Capítulo III – Da Periclitção da Vida e da Saúde, art. 132 (Perigo para vida ou saúde de outrem) do Código Penal Brasileiro.

§ 2º Incorrerá na mesma pena quem empinar papagaios de papel, pipas ou congêneres com linha envolvida em cerol ou linha chilena e quaisquer outros materiais e artefatos cortantes em vias públicas, praças, praias, ou onde houver aglomeração de pessoas.

Art. 2º Se a infração aos dispositivos anteriores resultar em lesão corporal, aplica-se o disposto no art. 129, do Código Penal Brasileiro.

Art 3º Na hipótese de o infrator ser menor aplicar-se-ão as medidas sócio-educativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente.

§ 1º A pena deve ser estendida àqueles que, de qualquer modo, participarem ou concorrerem para a sua prática, de acordo com a natureza da infração e de suas consequências.

§ 2º - Os pais ou responsáveis legais responderão como co-autores da prática do ilícito praticado por seus filhos ou representados legais.

Art 4º A fiscalização caberá à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, com apoio dos agentes de fiscalização municipal ou de guardas municipais, quando houver, zelando pelo fiel cumprimento desta Lei, mediante ações fiscalizadoras, administrativas e policiais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Empinar pipas ou papagaios de papel é brincadeira popular entre as crianças de todas as culturas. O brinquedo em si é saudável, mas toma um aspecto extremamente nocivo quando a linha da pipa está envolta em cerol (cola com pó de vidro) ou é a chamada "linha chilena" (envolta com limalha de ferro). Nestes casos, seu potencial lesivo tem acarretado significativos danos pessoais e patrimoniais.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Motociclistas (ABRAM), ocorrem cerca de 100 casos por ano, no Brasil, de acidentes envolvendo linhas com cerol, sendo que 50% (cinquenta por cento) causam lesões graves e 25% (vinte e cinco por cento) são fatais. A Cemig relata gastos aproximados de R\$ 80 mil por ano com reparos e a retirada de pipas nas redes de energia na capital mineira.

Alguns estados como Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal já editaram leis específicas que tratam o cerol e a linha chilena administrativamente. Muitas cidades já editaram leis municipais. Toda essa legislação, entretanto, trata o cerol e a linha chilena como objetos de apreensão e multas, sendo a repressão nesses termos sabidamente ineficaz.

Neste projeto de lei estamos dando à matéria um tratamento penal. Como geralmente quem empina pipas são crianças inimputáveis, os pais ou responsáveis devem arcar com as penas impostas no caso de prejuízo à saúde e à vida pelo uso de cerol etc.

Para tanto, propomos o presente projeto, que se insere e se fundamenta na competência concorrente da União de legislar sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII); e proteção à infância e à juventude (inciso XV), por força do disposto no art. 24 da Carta de 1988.

Pelos motivos expostos, conclamamos nossos Pares a aprovarem este projeto de lei, que reputamos de grande alcance social.

Sala das Sessões,

Senador **CYRO MIRANDA**

*LEGISLAÇÃO CITADA***DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CAPÍTULO III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE**Perigo para a vida ou saúde de outrem**

Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS**Lesão corporal**

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto;

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III - perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto;

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Substituição da pena

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

Lesão corporal culposa

§ 6º Se a lesão é culposa: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Aumento de pena

§ 7º No caso de lesão culposa, aumenta-se a pena de um terço, se ocorre qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º.

~~§ 7º Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)~~

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

~~§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004) Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano. (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)~~

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006)

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO II
DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;

V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou **status**; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII

.....
XV - proteção à infância e à juventude;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2013

Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate à Tortura, a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de julho, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 23 de maio de 1989 o Congresso Nacional aprovou e em 28 de setembro do mesmo ano o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

De acordo com a Convenção, "*o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer*

motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.”

Além da referida Convenção, o crime de tortura é definido na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, da seguinte maneira:

“ Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.”

Pena - reclusão, de dois a oito anos.”

No entanto, apesar de legalmente vedada e socialmente condenada, o uso da tortura como meio de obtenção de informação continua a ser prática recorrente em nosso país.

São inúmeras e diárias as denúncias de ocorrência de tortura nas delegacias policiais, presídios e em operações policiais.

Relatório divulgado pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura, da ONU em julho de 2012 indicou que os maus tratos e a tortura são largamente utilizadas no sistema carcerário em todas as regiões do país.

Existe até mesmo uma certa “valorização” da tortura, como a mostrada no filme “Tropa de Elite”, no qual policiais “honestos” empregam a tortura como meio para obter informações dos moradores das comunidades no Rio de Janeiro e, assim, combater o crime.

Infelizmente, esse meio de “convencimento à colaboração” não faz parte apenas da ficção, como pudemos verificar no mais recente caso de abuso de autoridade ocorrido no Estado do Rio de Janeiro.

Em 14 de julho de 2013, o cidadão Amarildo de Souza foi levado para a base da Unidade de Polícia Pacificadora, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, localizada na Rocinha, com a justificativa de que estaria detido para averiguações.

No entanto, passados quatro meses, não se tem notícia de seu paradeiro, ou da localização de seu corpo.

De acordo com inquérito policial apresentado pela Polícia Civil em 01 de outubro de 2013, Amarildo de Souza fora vítima de tortura, praticada por 10 Policiais Militares que tentavam conseguir informações a respeito de armas e drogas.

Por sofrer de epilepsia, Amarildo não teria resistido à sessão de tortura à qual fora submetido e falecido no local.

A ocorrência de tortura na UPP da Rocinha é corroborada por diversas testemunhas que prestaram depoimento à polícia.

Diante desse quadro, em que pese a existência do dia internacional de combate à tortura, celebrado em 26 de junho, entendemos ser de suma importância a criação de um dia nacional de combate à tortura, a ser celebrado na data do desaparecimento de Amarildo, como forma de lembrança da necessidade de combate diário a este que é um dos piores crimes cometidos, até hoje, pelo Estado.

Sala das Sessões, em

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
PSOL/AP

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 75, DE 2013

Acrescenta os incisos IX e X ao art. 383 e o art. 383-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre normas referentes à escolha de autoridades prevista no art. 52, III e IV, da Constituição Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 383.**

.....

IX – a omissão, pelo indicado, de informações relativas a atividade profissional exercida a qualquer tempo, remunerada ou não, poderá implicar em nulidade da sua escolha pelo Senado Federal, nos termos previstos no art. 412, IV;

X – são competentes para suscitar a omissão referida no inciso IX, os Senadores e entidades da sociedade civil.

.....” (NR)

“**Art. 383-A.** No caso da apreciação dos indicados para dirigentes das agências reguladoras, a arguição referida no art. 383 será precedida de audiência pública, realizada pela Comissão competente, da qual poderão participar entidades da sociedade civil da área de atuação da respectiva agência.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução tem o objetivo de acrescentar dispositivos referentes à escolha de autoridades pelo Senado Federal.

Como é sabido, a Constituição estatui, no seu art. 52, III e IV, que compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de diversas autoridades, como magistrados e chefes de missão diplomática. E também prevê que a lei poderá determinar que titulares de outros cargos públicos tenham os respectivos nomes igualmente aprovados previamente por esta Casa.

Por seu turno, o Regimento Interno do Senado Federal regulamenta a matéria nos seus arts. 383 a 385. Assim, por exemplo, o inciso I do art. 383 estabelece que o *curriculum vitae* do indicado deve acompanhar a sua indicação.

Ocorre que a experiência tem demonstrado que nem sempre os indicados arrolam todas as informações importantes sobre a sua trajetória profissional, o que pode levar a que o Senado Federal decida sobre a indicação sem o conhecimento adequado sobre todas as atividades funcionais do indicado.

Por essa razão, estamos propondo alterar o art. 383 do nosso Regimento para que fique expresso que a omissão, pelo indicado, de informações relativas a atividade profissional exercida a qualquer tempo, remunerada ou não, poderá implicar em nulidade da sua escolha pelo Senado Federal.

A propósito, cabe recordar que o art. 412, IV, do texto regimental desta Casa prevê a nulidade de decisão que contrarie norma regimental.

Para dar efetividade à alteração que ora submetemos aos nobres colegas, estamos também dispondo que são competentes para suscitar a omissão referida os Senadores e entidades da sociedade civil.

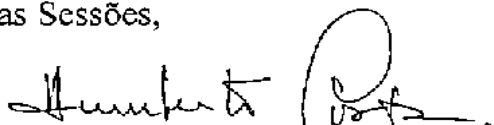
Por outro lado, no caso dos indicados para ocupar cargos de direção nas agências reguladoras, cujos nomes se incluem entre os que devem ser previamente aprovados pelo Senado, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, estamos propondo acréscimo de norma específica.

Desse modo, pela adição de art. 383-A estamos propondo que no caso da apreciação dos indicados para dirigentes das agências reguladoras, a arguição do indicado perante a competente Comissão da Casa será precedida de audiência pública, realizada pela mesma Comissão e da qual poderão participar entidades da sociedade civil da área de atuação da respectiva agência.

O objetivo dessa inovação é criar um espaço público para que o indicado possa ser diretamente questionado pelas entidades que atuam na sua mesma área de atividade profissional, o que inclusive ajudará aos Senadores a tomarem conhecimento de fatos relacionados à atuação funcional do indicado que, eventualmente, por uma ou outra razão, não estejam arrolados em seu *curriculum vitae*.

Em face do exposto, tendo em vista o objetivo de tornar mais representativo e eficaz o processo legislativo, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,


Senador HUMBERTO COSTA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de**

Resolução nº 75, de 2013, que acaba de ser lido, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.179, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2013 tramite em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283 de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em outubro de 2013.

Senador **MÁRIO COUTO**

REQUERIMENTO Nº 1180, DE 2013

Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12 do RISF, que o **Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012** que *Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências*, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93).

Sala das sessões,

Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.181, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 443/2012 com o PLS 103/2012, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2013.

Senadora **ANA RITA**
(PT - ES)

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2008 – Complementar, que já se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 242; 481; 701, de 2007; PLS nº 90, de 2010; PLS nº 344, de 2011 e PLS nº 136, de 2012 – todos Complementares; passe a tramitar também em conjunto com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2007 – Complementar; PLS nº 246, de 2011 – Complementar; PLS nº 270, de 2012 – Complementar; PLS nº 181; 201; 329; 353; e 354, de 2013 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em setembro de 2013.

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.183, DE 2013

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, as seguintes informações acerca das fiscalizações e desenvolvimento das metas de universalização da telefonia fixa no Estado do Amazonas:

1. Quais as metas estabelecidas pela ANATEL para o Estado do Amazonas, a serem cumpridas pelas empresas de telefonia fixa, na melhoria e universalização do serviço de telefonia fixa? Detalhar por Empresa.
2. Quais das metas já foram integralmente cumpridas pelas empresas de telefonia fixa?
3. Qual a previsão para a execução das metas a serem cumpridas, bem como o seu atual estágio?
4. Há algum atraso de meta, por alguma empresa? Detalhar os atrasos no cumprimento das metas estabelecidas, por empresa e área.

Justificação

O Estado do Amazonas vem apresentando grande crescimento populacional e econômico, quando comparado com os demais estados da federação, em alguns setores chega até mesmo crescer acima da média nacional. De tal modo que há uma grande perspectiva para o crescimento da demanda de diversas estruturas necessárias para o desenvolvimento ainda maior da região e, dentre elas, está a necessidade de expansão da rede de telefonia fixa e a universalização do serviço.

Neste contexto, ainda é salutar apontar que o Estado do Amazonas, através de sua capital, foi escolhido como uma das sedes da Copa de 2014, e, para tanto, é preciso investimentos para preparar Manaus e todo o entorno da região metropolitana para um evento de tal envergadura, em virtude da visibilidade que o nosso país receberá, bem como continuar no ritmo de crescimento econômico e social experimentado pelo Brasil nos últimos anos.

Diante desses aspectos, o setor de telefonia fixa é um assunto delicado no Brasil, em virtude dos serviços prestados à população serem constantemente contes-

tados, vez que não conseguem satisfazer os usuários da forma como se espera, principalmente, em razão dos preços cobrados pelas empresas de telefonia ou mesmo por não ter acesso a rede de telefonia fixa.

Quais avanços ocorreram em virtude da concretização de alguns investimentos na área para expandir e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade? Quais investimentos serão precisos? Onde? São perguntas que o gestor precisa estar atento. Para então adequar a necessidade dos usuários aos serviços prestados por tais companhias, bem como pela necessidade premente de melhorar a estrutura da rede de telefonia, tanto na capital como, principalmente, no interior do estado.

Foram estabelecidas, pela ANATEL, algumas metas que devem ser cumpridas pelas empresas de telefonia, como por exemplo, universalização do serviço de telefonia fixa. Todavia, apesar do seu estabelecimento, recentemente foi publicado nos jornais locais que as principais empresas de telefonia móvel que prestam esse tipo de serviço no estado do Amazonas estão atrasadas quanto ao cumprimento das metas estabelecidas, chegando ao ponto de preocupar as autoridades locais sobre a capacidade do cumprimento das metas até a COPA de 2014.

Portanto, se realmente há atrasos no cumprimento das metas previstas é necessária maior fiscalização dos órgãos estatais para que se alcançar a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas empresas de telefonia fixa no estado do Amazonas, expandindo a rede para o interior do estado, contribuindo de fato para o desenvolvimento do estado, na altura das necessidades da população interessada.

Sala das Sessões, de 2013. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.184, DE 2013

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, as seguintes informações acerca do recente estudo publicado pela União Internacional de Telecomunicações – UIT, e divulgado em parceria com a ANATEL, que apontam o Brasil como o país que tem a tarifa de telefonia móvel mais cara do mundo:

1. Qual o planejamento estabelecido pela ANATEL a ser cumprido por empresas de telefonia móvel,

visando a redução gradual das tarifas cobradas nas ligações de telefonia móvel?

2. Há metas estabelecidas pela ANATEL para serem cumpridas pelas empresas de telefonia móvel para redução gradual das tarifas cobradas pela internet banda larga móvel?

3. Quais as justificativas apontadas pelas operadoras para o custo da ligação no Brasil ser mais de setenta vezes maior que em Hong Kong e Índia, mais que o triplo da cobrada nos EUA e mais que o dobro do preço cobrado na Argentina e no México?

4. Quais fatores contribuem para o alto custo da tarifa cobrada nas ligações entre celulares no Brasil?

5. Quais medidas estão sendo tomadas para que haja uma redução efetiva dos custos da tarifa de telefonia móvel no Brasil?

6. Quais os impostos, taxas, etc., qualquer valor que não o efetivamente de tarifas, que são cobrados do consumidor final e qual a sua proporção percentual no valor final cobrado?

Justificação

A questão da telefonia móvel e internet banda larga nos aparelhos denominados *smartphones* é um tema sempre muito discutido e em voga nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira, em virtude da grande importância que adquiriu no decorrer das últimas décadas, bem como pelas inúmeras reclamações dos consumidores nacionais pelos altos valores cobrados pelas operadoras de serviço de telefonia móvel e o baixo nível da qualidade do serviço.

De fato essa a melhoria do serviço de telefonia móvel no Brasil passa por inúmeros fatores apontados pelas operadoras como, por exemplo, a falta de infraestrutura adequada e altos custos indiretos, como incidência de tributos que encarecem a tarifa e não incentivam investimentos na melhoria da rede, afetando diretamente a disponibilidade desses serviços em cidades mais longínquas e, por consequência, distantes dos grandes centros populacionais e comerciais.

Essa premissa, de baixa qualidade do sistema de telefonia móvel agregado à indisponibilidade de serviço de telefonia móvel e internet banda larga é percebida em todas as regiões do Brasil, o que ressalta a importância e a necessidade premente de uma política pública que priorize e incentive o investimento das prestadoras de serviço de telefonia móvel para ocorrer de fato a melhoria do serviço e a expansão da rede nos mais diversos estados brasileiros.

Justamente na contramão desses fatores de falta de investimento na expansão e melhoria da rede de

telefonia e internet móvel no país, está o grande crescimento populacional e econômico percebido nas últimas décadas que fez com que a demanda por tais serviços aumentasse de sobremaneira, fatores esses que em conjunto sobrecarregaram o sistema, contribuindo para a baixa qualidade do serviço, principalmente, em horários considerados como de pico.

Assim, maiores investimentos nesse setor se fazem ainda mais urgentes e necessários quando analisados que o Brasil atualmente é a sétima maior economia do mundo e passou a sediar grandes conferências internacionais, como a Eco92, Rio+20, sediará grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016, bem como é um dos países que mais exporta e importa bens de capital e de consumo no mundo, fatores esses que colocam o país como uma área de grande transição de dados e informações, as quais grande parte são transmitidas por meio de aparelhos móveis.

Apesar desse quadro é importante ressaltar que avanços já ocorreram, em virtude da concretização de alguns investimentos na área para expandir e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade. No entanto, tais investimentos ainda não ocorreram de forma massiva, principalmente, nas cidades mais distantes dos grandes centros, atendendo, assim, a grande demanda que se forma nas zonas mais periféricas às grandes cidades e regiões metropolitanas.

Portanto, urge por adequar a necessidade dos usuários aos serviços prestados por tais companhias, bem como pela necessidade premente de melhorar a estrutura da rede de telefonia, tanto na capital como no interior dos estados, de tal modo que foram estabelecidas, pela ANATEL, algumas metas que devem ser cumpridas pelas empresas de telefonia, como por exemplo, instalação da rede 4G na capital do estado.

Corroborando, inclusive, para tal conclusão, o recente estudo apresentado pela União Internacional de Telecomunicações – UIT, órgão da ONU, que no Brasil, divulgou os dados levantados em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, onde foi apontado que o Brasil tem as tarifas mais caras do mundo em ligações telefônicas tanto entre celulares da mesma operadora, quanto em celulares de operadoras diversas.

Os valores de US\$ 0,71 e US\$ 0,74 respectivamente apontados pelo estudo acima referido tiveram por base os dados repassados pelas próprias operadoras que enviaram os valores máximos cobrados, todavia, mesmo que assim seja, é assustadora a diferença para outros países, principalmente quando visto que na Argentina o preço da tarifa é de US\$ 0,32, assim como no México, nos EUA a mesma ligação tem custo

de US\$ 0,27 e na China, país que faz parte do BRIC, não chega a US\$ 0,04.

Importante salientar que em Hong Kong e na Índia os valores tarifários das ligações são US\$ 0,01, o que faz com que esses valores sejam 70 vezes menores que os praticados no Brasil, dados preocupantes, quando considerado que o Brasil precisa de maior competitividade para produzir mais riquezas e gerar mais renda para o trabalhador.

Diante dos dados, fica evidente que o brasileiro compromete grande parte de sua renda mensal, cerca de 4%, para pagamento das tarifas cobradas pelas operadoras, enquanto em outros países essa porcentagem não chega a 0,5%, demonstrando a necessidade de estimular os investimentos no setor para diminuição das tarifas e assim o trabalhador destinar a renda para desenvolver outros setores da economia nacional.

Sala das Sessões, de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.185, DE 2013

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, as seguintes informações acerca do planejamento a ser executado para a melhoria dos indicadores de satisfação levantados pela pesquisa da Secretaria de Aviação Civil – SEAC:

1. Quais as medidas tomadas para melhorar o acesso à internet no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, cumprindo as metas determinadas pelo governo federal em oferecer essa estrutura nos aeroportos das cidades-sede da copa de 2014?
2. Quais os indicadores e as medidas tomadas para melhorar aqueles que ficaram abaixo da média na pesquisa realizada pela SEAC?
3. Após a ampliação da infraestrutura do aeroporto, para melhorar os indicadores de atendimento e informações aos passageiros do terminal aeroviário?
4. Quais os investimentos que serão feitos para melhorar o setor de imigração do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, quando houver a ampliação da infraestrutura aeroportuária?
5. Há solicitação/entendimentos/acordos/convenção, para que os órgãos fiscalizadores como

Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Agricultura dentre outros aumentem o seu efetivo no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes?

Justificação

A questão da infraestrutura aeroportuária brasileira é um dos pontos mais recorrentes e discutidos nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira, tendo em vista, que em diversos aeroportos nacionais há certa defasagem da capacidade de atendimento da demanda dos consumidores, assim como limitações quanto ao aumento da oferta de novas rotas e aeronaves das empresas aéreas autorizadas.

A reforma, ampliação e construção de novos aeroportos, em todas as regiões do país, vêm sendo uma das políticas públicas prioritárias para a geração de mais renda e emprego nas cidades brasileiras, aumentando a capacidade de atração de turistas internacionais, eventos de grande porte, pessoas em trânsito para negócios, assim como uma forma de atender a crescente demanda de transporte de pessoas e cargas que nos últimos anos apresentou crescimento anual acima de 10%.

Diante desse quadro, a infraestrutura aeroportuária precisou de mudanças e ampliações que se fizeram necessárias, principalmente, nessas duas últimas décadas, principalmente em razão do aumento de passageiros que procedeu a melhoria dos índices econômicos das mais diversas classes sociais.

Assim, em virtude da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, iniciaram-se uma série de ampliações e reformas em diversos aeroportos brasileiros e dentre eles está o Aeroporto Internacional de Manaus Eduardo Gomes, tendo em vista que Manaus será uma das 12 sedes da Copa de 2014.

No entanto, apesar dessa melhoria na infraestrutura, um recente estudo realizado pela Secretaria de Aviação Civil – SEAC apontou o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes como o terceiro pior do país, com vários indicadores de atendimento, instalações, valor dos alimentos, internet dentre outros, apesar de ser o 16º mais movimentado do país e o 3º em fluxo de cargas.

O referido estudo apontou, ainda, um índice preocupante, qual seja a necessidade em melhorar toda a estrutura do atendimento aos passageiros e turistas, mesmo após a conclusão das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Sala das Sessões, de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2013

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, as seguintes informações acerca das fiscalizações e desenvolvimento das metas de expansão da rede de telefonia móvel e internet no Estado do Amazonas:

1. Quais as metas estabelecidas pela ANATEL para o Estado do Amazonas, a serem cumpridas pelas empresas de telefonia móvel na expansão da rede de telefonia e internet? Detalhar por Empresa.
2. Quais metas já foram integralmente cumpridas pelas empresas de telefonia móvel?
3. Qual a previsão para a execução das metas a serem cumpridas, bem como o seu atual estágio?
4. Há algum atraso de meta por alguma empresa? Detalhar os atrasos no cumprimento das metas estabelecidas, por empresa e área.

JUSTIFICAÇÃO

O estado do Amazonas vem apresentando anualmente grande crescimento populacional e econômico quando comparado com os demais estados da federação, onde em diversos índices chega até mesmo crescer acima da média nacional, fazendo com que haja, no estado, grande perspectiva para o crescimento da demanda de diversas infraestruturas necessárias para o desenvolvimento ainda maior da região e, dentre elas, está a necessidade de expansão da rede de telefonia e internet móvel.

Nesse contexto, ainda é salutar apontar que o estado do Amazonas, através de sua capital, foi escolhido como uma das sedes da Copa de 2014, e para tanto, faz-se necessário uma série de investimentos para preparar Manaus e todo o entorno da região metropolitana para um evento desse porte, em virtude da visibilidade que o nosso país receberá, bem como continuar no ritmo de crescimento econômico e social experimentado pelo Brasil nos últimos anos.

Diante desses aspectos, o setor de telefonia e internet móvel é um assunto delicado no Brasil, em virtude dos serviços prestados à população serem constantemente contestados, vez que não conseguem satisfazer os usuários da forma como se espera, principalmente, em razão dos preços cobrados pelas empresas de telefonia.

Faz-se mister ressaltar que avanços já ocorreram, em virtude da concretização de alguns investimentos na área para expandir e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade. No entanto, tais investimentos ainda não ocorreram de forma massiva no estado do Amazonas, principalmente, no interior do estado.

Para adequar a necessidade dos usuários aos serviços prestados por tais companhias, bem como pela necessidade premente de melhorar a estrutura da rede de telefonia, tanto na capital como, principalmente, no interior do estado, foram estabelecidas, pela ANATEL, algumas metas que devem ser cumpridas pelas empresas de telefonia, como por exemplo, instalação da rede 4G na capital do estado.

Todavia, apesar do seu estabelecimento, recentemente foi publicado nos jornais locais que as principais empresas de telefonia móvel que prestam esse tipo de serviço no estado do Amazonas estão atrasadas quanto ao cumprimento das metas estabelecidas, chegando ao ponto de preocupar as autoridades locais sobre a capacidade do cumprimento das metas até a COPA de 2014.

Desta forma, se há, de fato, atrasos no cumprimento das metas previstas é necessária maior fiscalização dos órgãos estatais para que se alcançar a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas empresas de telefonia móvel no estado do Amazonas, expandindo a rede de telefonia e internet para o interior do estado, contribuindo de fato para o desenvolvimento do estado.

Sala das Sessões, em

de 2013.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 258, de 7 de outubro de 2013**, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao **Requerimento nº 672, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.303-Seses-TCU-Plenário**, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2700/2013, prolatado nos autos do processo TC 016.731/2011-5.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1303-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 2 de outubro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 016.731/2011-5, na Sessão Ordinária de 2/10/2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Casa serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente



TC 016.731/2011-5

ACÓRDÃO Nº 2700/2013 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 016.731/2011-5.
- 1.1. Apenso: 007.287/2012-7.
2. Grupo II – Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessados: Congresso Nacional e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.
 - 3.2. Responsáveis: Consórcio Loctec - Sancehes Tripoloni - Sobrenco (13.239.282/0001-26); Consórcio Constran - Egesa - Pedrasul - Estacon - CMT (13.201.881/0001-50); Jorge Amônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Nelson Eustáquio Fernandes Gonçalves (077.415.456-04) e Ricardo Humberto de Souza Wanderley (125.838.474-49).
4. Órgão/Entidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
8. Advogados constituídos nos autos: Marcelo Akiyoshi Loureiro (OAB/DF 19.046), peça 224; Jamil Josepetti Junior (OAB/PR 16.587), peça 222 e Luís Justiniano de Arantes Fernandes (OAB/DF 2.193/A), peça 205.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de auditoria realizada na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., tendo como objetivo fiscalizar as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), sub-trecho compreendido entre Caetitê e Barreiras no estado da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. revogar a medida cautelar que determinou à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a adoção de providências imediatas no sentido de suspender a execução do contrato 58/2010 (lote 5) exarada Acórdão 2371/2011 - TCU - Plenário;
 - 9.2. classificar o achado 3.1 do relatório de fiscalização 269/2011 referente ao contrato 58/2010 (lote 5) como grave que não prejudique a continuidade (IG-C);
 - 9.3. considerar cumpridos os subitens 9.2.3.2, 9.2.3.3, 9.2.3.7 e 9.2.3.8 e pendentes de cumprimento integral o item 9.2.3 e os subitens 9.2.3.4, 9.2.3.5, 9.2.3.6 e 9.2.3.9, todos do Acórdão 3301/2011-TCU-Plenário;
 - 9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades observadas no contrato 58/2010 (lote 5), não mais se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (IG-P), mas sim no inciso VI do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (IG-C);
 - 9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e aos interessados.
10. Ata nº 38/2013 – Plenário.
11. Data da Sessão: 2/10/2013 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2700-38/13-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymier, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-5

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

(Assinado Eletronicamente)
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WEDER DE OLIVEIRA
Relator

Fui presente :

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-5

GRUPO II – CLASSE V – Plenário

TC 016.731/2011-5 [Apenso: TC 007.287/2012-7]

Natureza: Relatório de Auditoria

Órgão/Entidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT

Responsáveis: Consórcio Lotec - Sanches Tripoloni - Sobrenco (13.239.282/0001-26); Consórcio Constran - Egesa - Pedrasul - Estacon - CMT (13.201.881/0001-50); Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Nelson Eustáquio Fernandes Gonçalves (077.415.456-04) e Ricardo Humberto de Souza Wanderley (125.838.474-49)

Interessados: Congresso Nacional e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.

Advogados constituídos nos autos: Marcelo Akiyoshi Loureiro (OAB/DF 19.046), peça 224; Jamil Josepetti Junior (OAB/PR 16.587), peça 222 e Luis Justiniano de Arantes Fernandes (OAB/DF 2.193/A), peça 205.

SUMÁRIO: FISCOBRAS 2011. VALEC. FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE. LOTE 5. CLASSIFICAÇÃO DAS IRREGULARIDADES COMO IG-C. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. LOTE 5A. ANÁLISE POSTERIOR.

Relatório

Tratam os autos de auditoria realizada na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (Valec), no âmbito do Fiscobras 2011, com o objetivo de avaliar a aplicação de recursos federais na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), lotes 5, 5A, 6 e 7, subtrecho compreendido entre Caetitê e Barreiras, no estado da Bahia.

2. No presente momento, examinam-se as medidas adotadas pela Valec (peça 248), encaminhadas por meio do ofício 1474/2013-PRESI-VALEC, datado de 15/8/2013, com vistas a aferir a possibilidade de continuidade das obras e serviços relativos aos contratos 58/2010 (Lote 5) e 85/2010 (Lote 5A) da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), suspensos pela Valec para cumprimento da medida cautelar determinada no Acórdão 2371/2011 - TCU - Plenário e mantida pelos Acórdãos 3301/2011 - TCU-Plenário e 1866/2012 - TCU - Plenário.

3. O lote 5 foi vencido pelo consórcio Mendes Junior - Sanches Tripoloni - Fidens, e resultou no contrato 58/2010, no valor de R\$ 720.083.377,91 (data base: set/2009) que tem por objeto a execução, sob regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste - Fiol, compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA, do fim da ponte sobre o Rio São Francisco (Km 828 + 130) até o Riacho da Barroca (Km 990 + 170), com extensão de 162,04 km.

4. O lote 5A foi vencido pelo consórcio Lotec - Sanches Tripoloni - Sobrenco, e resultou no Contrato 85/2010, no valor R\$ 134.959.507,15 (data base: set/2010), que tem por objeto a execução sob regime de empreitada por preço unitário de obras e serviços de engenharia para construção de



ponte sobre o Rio São Francisco a ser implantada entre o km 825 + 230 e o km 828 + 130 do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste - Fiol, compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA.

5. A instrução da SecobHidroferrovia analisou apenas as informações prestadas pela Valec relacionadas a esses lotes para aferir se as medidas saneadoras propostas no Acórdão 3301/2011 - TCU - Plenário foram cumpridas em sua integralidade, conforme excerto a seguir reproduzido (peça 268):

II. Determinação constante no item 9.2.1 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário

22. O Acórdão determinou à Valec que '9.2.1. informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca da eventual rescisão do Contrato 59/2010 (lote 6), apresentando documentos comprobatórios'.

23. Tal determinação não se aplica aos Lotes 5 e 5A, sendo assim, a Valec não se manifestou sobre o assunto.

III. Determinação constante no item 9.2.2 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário

24. O Acórdão determinou à Valec que:

9.2.2. avalie a possibilidade de realizar o dimensionamento, a verificação e o cálculo estrutural de todas as peças da super, meso e infraestrutura das obras de artes especiais na fase de projeto básico, bem como de promover a respectiva alteração na Especificação de Projeto 80-EG-000A-11-000, que estabelece que tais serviços são realizados somente na fase de projeto executivo

III.1. Manifestação da Valec

25. A Valec afirma ter cumprido integralmente a determinação associada ao item 9.2.2 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. Para tanto, encaminha, por meio do Anexo II da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a especificação técnica 80-EG-000A-11-0000 revisada em 31/1/2013 (peça 265).

III.2. Análise

26. A Valec não demonstrou ter avaliado a possibilidade de realizar o dimensionamento, a verificação e cálculo estrutural das obras de arte especiais na fase de projeto básico, simplesmente encaminhou a especificação técnica 80-EG-000A-11-000.

27. Destaca-se que a especificação técnica 80-EG-000A-11-000 continua recomendando que o dimensionamento e cálculo estrutural das obras de arte especiais sejam realizados na fase de projeto executivo. Entretanto, mantém-se o entendimento de que não há como quantificar e nem selecionar a solução técnica adequada para as estruturas e as fundações das obras de arte especiais senão pela elaboração do dimensionamento e do cálculo estrutural na fase de projeto básico, que permitam a quantificação e precificação dos serviços escolhidos, o que vai ao encontro do inciso IX, artigo 6º da Lei 8.666/1993.

III.3. Conclusão

28. Diante do exposto, constata-se que a Valec não demonstrou ter avaliado a possibilidade de realizar o dimensionamento, a verificação e cálculo estrutural das obras de arte especiais na fase de projeto básico, também não demonstrou ter promovido a respectiva alteração na especificação, ao contrário do determinado do item 9.2.2 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário:

9.2.2. avalie a possibilidade de realizar o dimensionamento, a verificação e o cálculo estrutural de todas as peças da super, meso e infraestrutura das obras de artes especiais na fase de projeto básico, bem como de promover a respectiva alteração na Especificação de Projeto 80-EG-000A-11-000, que estabelece que tais serviços são realizados somente na fase de projeto executivo

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 016.731/2011-5

29. Em que pese o não cumprimento do item 9.2.2 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, esse item não impede a execução das obras dos Lotes 5 e 5A.

IV. Determinação constante no item 9.2.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário

30. O Acórdão determinou que a Valec deveria concluir os projetos executivos e apresentar ao Tribunal assim que concluídos '9.2.3. *conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo*'.

31. Além de concluir os projetos executivos, a Valec deveria demonstrar que os projetos executivos concluídos contemplaram algumas ações. As diversas ações requeridas serão avaliadas seguir.

V. Determinação constante no item 9.2.3.1 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário

32. O Acórdão determinou à Valec que:

9.2.3. *conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)*

9.2.3.1. *definir o traçado que será executado nos lotes 6 e 7, com base em princípios de viabilidade técnica e econômica, contemplando estudo de traçado alternativo (imediações da BA-462) definido na fase de projeto do lote 7*

33. A determinação constante no item 9.2.3.1 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário não se aplica aos Lotes 5 e 5A, sendo assim, a Valec não se manifestou sobre o assunto.

VI. Determinações constantes nos itens 9.2.3.2 e 9.2.3.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário

34. O Acórdão determinou à Valec que:

9.2.3. *conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)*

9.2.3.2. *elaborar as composições de preços unitários para a produção dos diversos concretos com central fixa de concreto com produção de 180 m³/h, central móvel de concreto com produção de 60 m³/h e com caminhão betoneira no próprio local da aplicação;*

9.2.3.3. *promover estudo para cada uma das obras de arte especiais, levando em conta as distâncias de transporte, e selecionar a metodologia para produção dos concretos que for mais vantajosa para a Administração Pública;*

VI.1. Manifestação da Valec

35. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec se pronunciou sobre o assunto da seguinte forma para o Lote 5:

A VALEC realizou estudo comparativo com vistas a adequar as composições unitárias da produção de concreto em usina para a execução das obras de artes especiais. As comparações foram feitas entre os preços de concretos contratados e os preços compostos com utilização de usinas com produções de 30 m³/h e 60 m³/h. Descartou-se a utilização de usinas com produtividades superiores em razão de não haver demanda suficiente que justifique suas implantações nas obras em pauta. Considerando os processos construtivos utilizados, os intervalos de tempo necessários para os ganhos de resistência do concreto e o desenvolvimento consequente e sucessivo da infra, meso e superestrutura, concluiu-se que a central de concreto com capacidade produtiva de 180 m³/h apresentaria um elevado índice de ociosidade e estaria superdimensionada para o volume de concreto necessário (peça 248, p. 4)

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-5

Quanto às Distâncias Médias de Transporte, cabe informar que, no mês de junho do corrente ano, foram vistoriadas todas as jazidas de areia previstas no Projeto Executivo do Lote 5, com o intuito de constatar sua real localização e a viabilidade de sua exploração. Uma vez confirmadas pela VALEC, concluiu-se pela utilização dessas jazidas nos cálculos dos custos unitários de produção de concreto. Encontra-se no Anexo IV a Nota Técnica nº 21/2013-SUPRO, referente à vistoria supracitada. Para efeito de cálculo das DMT, considerou-se as usinas de concretos instaladas de acordo com o posicionamento das jazidas e das obras de arte especiais. (peça 248, p. 7)

36. As considerações relativas à composição de preços unitários e definição da metodologia mais adequada para produção de concreto da ponte sobre o Rio São Francisco (Lote 5A) são as mesmas que constam no item relativo ao Lote 5.

VI.2. Análise

37. A Valec elaborou as composições de preço unitário para a produção dos diversos concretos para os Lotes 5 e 5A, conforme solicitado no itens 9.2.3.2 e 9.2.3.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, com exceção da central fixa de concreto com produção de 180 m³/h para qual a empresa estatal alega apresentaria um elevado índice de ociosidade e estaria superdimensionada para o volume de concreto necessário.

38. A Valec afirmou que levou em conta as distâncias de transporte para cada uma das obras de arte especiais. Ressalta-se que neste exame técnico não foi possível aferir com profundidade a pertinência das distâncias de transporte afirmadas pela Valec, mas tal verificação poderá ser realizada em futura fiscalização.

39. A Valec apresentou estudo sobre o reflexo financeiro da alteração de preço das novas composições unitárias de concreto apresentadas. Empregando usina de concreto de 60 m³/h, a Valec afirma que há redução dos preços contratados, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Comparação dos preços dos serviços de concreto nos Lotes 5 e 5A antes e depois das correções

Lote (Contrato)	Preço original dos Itens relacionados ao concreto	Novo Preço (R\$)	Varição (R\$)	Percentual de Variação em relação ao preço original do contrato (%)
Lote 5 (58/2010)	R\$ 12.885.448,18	R\$ 11.709.297,52	- R\$ 1.176.172,66	- 9%
Lote 5A (85/2010)	R\$ 13.593.352,33	R\$ 12.913.581,29	-R\$ 679.771,04	- 5%
Total	R\$ 26.478.800,51	R\$ 24.622.856,81	- R\$ 1.855.943,70	- 7%

40. Analisando-se a Tabela 1, constata-se que, caso a Valec comprove a repactuação dos contratos, os estudos promovidos acarretariam uma redução de custo de R\$ 1.855.943,70 para os dois contratos, o que representaria uma redução de 7% em relação aos preços originais dos concretos. Tal diferença se deve a alteração da técnica construtiva para a de fato empregada na obra, a saber, concreto produzido em usina, e também a alteração das distâncias de transportes originais. O reflexo financeiro da alteração da metodologia de produção e transporte do concreto será, quando efetivamente aplicado aos contratos, de -0,16% para o Lote 5 e de -0,5% para o Lote 5A em relação ao preços totais dos respectivos contratos.

VI.3. Conclusão

41. Diante do exposto, verifica-se que a Valec apresentou os estudos solicitados nos itens 9.2.3.2 e 9.2.3.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, informando uma ligeira redução de custo dos serviços relativos aos concretos.

VII. Determinação constante no item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-6

42. O Acórdão determinou à Valec que:

9.2.3. concluir os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresentar ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)

9.2.3.4. promover estudo para quantificar os serviços de escavações de materiais de 1ª, 2ª, 3ª categorias e solos moles, permitindo o conhecimento real dos quantitativos e serviços necessários para os lotes 5, 6 e 7 (grifos nossos)

VII.1. Manifestação da Valec

43. A Valec se pronunciou sobre as sondagens realizadas para caracterização dos solos em 1ª, 2ª e 3ª categoria por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO (peça 248, p. 9-13). No entanto, a Valec não se manifestou sobre as sondagens necessárias para a caracterização do solo mole.

44. A Valec informou que ainda não realizou todas as sondagens complementares. Afirmou que para avaliar o impacto financeiro realizou extrapolação sobre as informações obtidas por meio das sondagens realizadas. Para efeito dessa extrapolação, considerou que os cortes que ainda não dispõem de sondagens adequadas teriam o mesmo perfil geológico.

45. Afirmou que as sondagens realizadas correspondem a 81,39% do volume total de cortes do projeto executivo.

46. A Valec alegou que o reflexo financeiro no contrato do Lote 5 decorrente dos estudos até então realizados para caracterização dos materiais de terraplenagem indica uma redução de 9,83% no valor originalmente contratado, o que acarretaria uma redução de R\$ 70.757.023,30. No entanto, afirma que somente após a conclusão de todas as sondagens programadas serão calculados em caráter definitivo os volumes de terraplenagem com celebração de termos aditivos, conforme se depreende do trecho a seguir (peça 248, p. 13):

Após a conclusão de todas as sondagens acima programadas, serão calculados, em caráter definitivo, os volumes de materiais de 1ª, 2ª e de 3ª categorias e realizada a revisão na Planilha de Quantidades do contrato do Lote 5, por meio da celebração de termo aditivo.

47. A seguir será reproduzida a tabela encaminhada pela Valec (peça 248, p. 13) que consta a programação de conclusão das sondagens complementares.

Tabela 2 – Programação de conclusão de sondagens complementares (Peça 248, p. 13 / Tabela 9)

Tipo de Sondagem	Total de Sondagens	Sondagens a Realizar	Número de Equipes	Sondagens por semana (por equipe)	Prazo para conclusão
Trado	49	0	-	-	-
Percussão	115	59	3	4	5 semanas 16/09
Mista	152	78	5	2	8 semanas 07/10
Geofísica	43	-	-	-	-

VII.2. Análise

48. A Valec apresentou uma tabela na qual consta números de sondagens que teriam sido realizadas. Porém, a Valec não apresentou os boletins das sondagens, nem o perfil longitudinal da ferrovia com a marcação das sondagens. Destaca-se que a simples afirmação de que realizou um determinado número de sondagens, não comprova a sua realização de fato, nem a adequação das sondagens às exigências normativas.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-6

49. A ausência de um perfil longitudinal com representação das sondagens realizadas prejudica a análise, pois sequer permite saber se o número total de sondagens que foi informado pela Valec é suficiente para a correta caracterização do trecho, tendo em vista os parâmetros mínimos normativos.

50. Ademais, a Valec indicou que as sondagens realizadas representam 81,39% do volume total dos cortes. No entanto, tal percentual carece de correção. O percentual informado não corresponde ao percentual de sondagens realizadas. As sondagens geofísicas não devem entrar na contagem, pois são consideradas acessórias. Das sondagens diretas, a Valec não realizou 137 sondagens de um total de 316. Portanto, ainda não foram realizadas 43% das sondagens diretas, constando realizado apenas 57%.

51. No tocante à Valec ter alegado que o reflexo financeiro decorrente dos estudos realizados até o momento indicarem uma redução de 9,83% no contrato do Lote 5, a própria estatal afirma que somente após a conclusão de todas as sondagens programadas é que serão calculados, em caráter definitivo, os volumes de materiais de 1ª, 2ª e de 3ª categoria, com posterior revisão da Planilha de quantidades do contrato. Diante disso, as informações apresentadas podem ser alteradas a qualquer momento, uma vez que o projeto executivo não se encontra concluído.

52. Em relação ao cronograma de sondagens proposto pela Valec é importante fazer um adendo. Em que pese a Valec ter solicitado que '*deverão ser desconsideradas eventuais informações ou documentos divergentes, anteriormente encaminhados ao Tribunal de Contas*' (peça 248, p. 3), entende-se pertinente apresentar algumas divergências constantes nos documentos encaminhados anteriormente pela Valec (Tabela 3) em relação à previsão de conclusão das sondagens.

Tabela 3 – Datas previstas pela Valec para a conclusão das sondagens complementares do Lote 5 da Fiol

OFÍCIO/PRESI/VALEC	Data do Ofício	Data prevista para conclusão das sondagens complementares do Lote 5
889/2013	31/5/2013	30/6/2013
1045/2013	28/6/2013	31/7/2013
1474/2013	15/8/2013	7/10/2013

53. O ofício 889/2013 Valec, datado de 31 de maio deste ano, solicitou a liberação das obras e prometeu que as sondagens seriam concluídas no mês posterior. No mês posterior, perto de vencer o prazo, a Valec encaminhou novo ofício (1045/2013, datado de 28 de junho), solicitando novamente a liberação das obras e prometendo que no mês posterior concluiria as sondagens. No último ofício, ora analisado, a Valec solicita novamente a liberação da obra e prevê a conclusão das sondagens para outubro de 2013. Tais fatos demonstram a fragilidade dos cronogramas propostos pela Valec em relação à conclusão das sondagens.

54. Fica claro que a Valec não atendeu o Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, pois não concluiu o projeto executivo em oposição ao determinado no item 9.2.3, e não concluiu os estudos de modo a ter conhecimento real dos quantitativos necessários, ao contrário do determinado no item 9.2.3.4.

Solo mole

55. Outro ponto que merece destaque é que a Valec não se manifestou sobre os estudos promovidos relativos aos solos moles, em oposição ao determinado no item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário:

9.2.3.4. promover estudo para quantificar os serviços de escavações de materiais de 1ª, 2ª, 3ª categorias e SOLOS MOLES, permitindo o conhecimento real dos quantitativos e serviços necessários para os lotes 5, 6 e 7 (grifo nosso)



56. O Manual de Implantação Básica do Dnit (IPR 742/Dnit) alerta, de forma clara, para a importância da identificação das camadas de solo mole por onde irá passar a via (p. 301). O manual salienta que é melhor saber a extensão do problema antes de iniciar qualquer trabalho:

Muitas vezes, na construção de uma estrada, nos deparamos com problemas de construção de um aterro sobre um terreno de baixa resistência e com umidade bastante alta. A construção do aterro diretamente sobre esse tipo de terreno pode ocasionar problemas de recalques e prejudicar a qualidade do serviço.

Quando o terreno é pantanoso ou turfoso, o melhor é, primeiramente, saber da extensão do problema, antes de iniciar qualquer trabalho. Isto pode ser feito com um bom plano de sondagens, que tem a finalidade de mostrar a espessura da camada de baixa resistência e a natureza dos solos existentes. (grifos nossos)

57. Para caracterização de solos moles, o Manual de Implantação Básica do Dnit (IPR 742/Dnit) preconiza o atendimento da norma intitulada 'Projeto de aterro sobre solos moles para obras viárias' (DNER-PRO 381/98). Em depósitos de solo mole, a norma DNER-PRO 381/98 afirma que o espaçamento máximo entre as sondagens à percussão é de 100m. A supracitada norma ainda traz outras exigências quanto a ensaios especiais que devem ser realizados para caracterização, quantificação e solução dos problemas relativos a solos moles em obras viárias.

58. A falta de identificação das regiões de solo mole durante o projeto pode comprometer a segurança e qualidade da via. Além do mais, a identificação desse tipo de solo somente durante a execução da obra acarreta, com frequência, soluções inadequadas, muitas vezes com custos além dos necessários.

59. Apenas a título de exemplificação, observa-se que na Ferrovia Norte Sul, os volumes inicialmente previstos de solo mole, colchão drenante (serviço empregado pela Valec como solução para o problema de solo mole) e transporte de colchão drenante foram acrescidos, de forma expressiva, ao longo do projeto executivo.

60. O Acórdão 2.388/2013-TCU-Plenário, julgado muito recentemente deste Tribunal, datado de 4/9/2013, tratou sobre o problema de solos moles na Ferrovia Norte Sul – Extensão Sul. A seguir algumas informações constantes no voto condutor do supracitado acórdão:

9. Serviços de remoção e substituição de solos moles:

9.1. Quanto aos serviços de remoção e substituição de solos moles, foi verificado que nos lotes 1S, 2S e 3S já ocorreram aditivos que oneraram esses serviços em percentuais de 108% a 127% em relação aos valores previstos nos contratos. Dessa forma, computou-se um aumento do valor desses serviços da ordem de R\$ 9,5 milhões para esses três lotes. (...)

10. Serviços de camada drenante em rachão para fundação de aterro:

10.1. Foi também verificado para esse serviço acréscimos de volume de material drenante em pedra rachão em quantidades superiores às previstas nos projetos executivos dos lotes 1S (90,32%), 2S (113,79%) e 3S (36,98%). Em termos de valores contratuais, já ocorreram aditivos da ordem de R\$ 35,7 milhões nos três lotes mencionados.

10.2. De acordo com o que foi apontado no relatório de fiscalização, uma das razões para os acréscimos desses serviços decorre diretamente dos acréscimos de escavações de solos moles, conforme acima mencionado. Isso porque as cavas resultantes da remoção de solos moles são preenchidas com material drenante - no caso, material pétreo do tipo rachão proveniente de pedra. (...)

11. Serviços de transporte de rachão:

11.1. Constatou-se a utilização de distâncias médias de transporte (DMT) de rachão, e também de transporte de brita para lastro, maiores que as indicadas no projeto executivo dos lotes 1S, 2S, 3S e 4S. Apenas em relação aos aditivos contratuais já firmados para os lotes 1S,



2S e 3S (o lote 4S ainda não teve o aditivo aprovado), já ocorreram acréscimos de 18% a 320% nesses serviços, totalizando um acréscimo total de cerca de R\$ 105,7 milhões nos três contratos.

14. (...) O que parece estar ocorrendo é que, ante a imprecisão do projeto, os quantitativos de remoção de solos moles previstos estariam aquém daqueles encontrados na obra, ou, por outro lado, estaria sendo permitido que seja removido quantitativo acima do necessário. Como consequência, aumentam-se os quantitativos de material de lastro necessário para preenchimento das valas resultante da remoção do solo mole. (...) (grifos nossos)

61. Além disso, é importante salientar que este Tribunal, por meio do Acórdão 2.388/2013-TCU-Plenário, determinou a Valec que:

9.1.1. apresente ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas no intuito de estabelecer controle rigoroso e uniforme na medição de serviço de remoção de solo mole, serviço de camada drenante em rachão e serviço de transporte de materiais nos contratos de construção 64/2010 (lote 1S), 65/2010 (lote 2S), 66/2010 (lote 3S) e 67/2010 (lote 4S), baseadas em critérios objetivos, registrando em normativo próprio diretrizes para: caracterizar solo mole (compressível) com base em sondagens e ensaios prévios à remoção de camadas; dimensionar solo mole e camadas drenantes com base em projetos elaborados previamente à execução da obra; seguir as orientações mais econômicas do projeto executivo no que se refere ao dimensionamento de drenos e na adoção de distâncias de transporte de lastro, sublastro e drenos

(...)

9.1.4. apresente ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, os elementos que embasaram os aditivos contratuais firmados para os lotes 1S, 2S e 3S nos quais foram majorados os quantitativos de serviços de remoção de solo mole e de serviços de camada drenante em rachão;

VII.3. Conclusão

62. A Valec não concluiu as sondagens, em oposição ao determinado no item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. O percentual de realização de sondagens informado pela Valec (81,39%) carece de correção. As sondagens geofísicas não podem entrar no cálculo, pois são acessórias. De fato, a Valec só realizou 57% das sondagens diretas, faltando ainda 43%.

63. Destaca-se que o cronograma de conclusão das sondagens complementares proposto pela Valec demonstra fragilidade, tendo em vista os constantes adiamentos em sua conclusão.

64. Ademais, a Valec não comprovou de fato a realização das sondagens complementares. A estatal apresentou apenas uma tabela com número de sondagens que afirma ter realizado. Porém, a Valec não apresentou os boletins de sondagem nem a marcação das sondagens no perfil longitudinal da ferrovia. Portanto, não é possível analisar se as sondagens realizadas pela Valec atendem as exigências normativas.

65. A Valec ainda não concluiu o projeto executivo do Lote 5, ao contrário do determinado no item 9.2.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. O valor de redução dos quantitativos informado pela Valec pode ser alterado a qualquer momento. A estatal afirmou que somente conhecerá o valor real dos quantitativos quando terminar todas as sondagens complementares.

66. A Valec não se manifestou sobre os estudos de solo mole, em oposição ao determinado no item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. Destaca-se que na planilha orçamentária consta a escavação de solo mole e o emprego de colchão drenante como solução para o problema.

67. Em suma, constata-se que a Valec: (i) não concluiu o projeto executivo do Lote 5; (ii) não terminou as sondagens; (iii) não quantificou de forma definitiva os materiais de 1ª, 2ª e 3ª categoria; e por fim, (iv) não se manifestou sobre os estudos de solo mole. Diante do Exposto, a Valec não atendeu aos itens 9.2.3 e 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 016.731/2011-5

68. Para atendimento do item 9.2.3.4, a Valec deve concluir os estudos de sondagem com a inclusão dos estudos sobre solo mole. Deve apresentar também os boletins de sondagem e o perfil longitudinal da ferrovia com a marcação dos furos de sondagem, de modo, a possibilitar a avaliação sobre a localização, espaçamento e profundidade das sondagens realizadas. Deve apresentar os quantitativos definitivos de materiais de escavação de 1ª, 2ª e 3ª categoria, de forma, a possibilitar a definição do real custo do empreendimento.

VIII. Determinação constante nos itens 9.2.3.5 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU – Plenário

69. O Acórdão determinou 3.301/2011-TCU - Plenário à Valec que:

9.2.3. concluir os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)

9.2.3.5. realizar sondagens em todas as obras de arte especiais dos lotes 5, 5A, 6 e 7, em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios de cada uma das obras de artes especiais (grifos nossos)

9.2.3.6. concluir os projetos executivos das obras de artes especiais dos lotes 5, 5A, 6 e 7, contemplando as soluções de fundações e dimensionamento das estruturas, com detalhamento da metodologia construtiva (ex: moldada in loco x pré-moldada); (grifos nossos)

70. Para facilitar o entendimento, o exame técnico desse item será feito em separado para os Lotes 5 e 5A.

VIII.1. Manifestação da Valec – Lote 5

71. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec se pronunciou sobre as sondagens e projetos executivos das obras de arte especiais do Lote 5 (peça 248, p. 13-14).

72. A Valec determinou que os projetos executivos das obras de arte especiais fossem elaborados pelas construtoras. No entanto, afirmou que: *'Ainda há um quantitativo de sondagens a serem realizadas pelas construtoras, com vistas a subsidiar a elaboração dos projetos executivos, em quantidade compatível com a extensão e com o número de apoios de cada uma das obras de artes especiais.'* (peça 248, p.13)

73. A Valec alega que com objetivo de estimar o reflexo financeiro das alterações dos valores das obras de arte especiais do Lote 5 realizou uma análise de risco: *'Para tanto, foram analisadas as variações de custo entre os valores contratados e os valores decorrentes dos projetos executivos já aprovados pela VALEC, nos lotes 1 a 4 da FIOE.'* (peça 248, p.13).

74. A Valec afirma que a análise de risco levou em consideração o aumento de custos ocorrido no Lote 2 da Fio1, cuja variação percentual foi de 12,7%. A Valec aplicou esse percentual ao valor do item Obras de Arte Especiais do Lote 5 e chegou a conclusão que a variação poderia chegar a R\$ 13.521.933,61, o que isoladamente representaria 1,8% do valor do contrato.

75. Ao final do item 4.1.3 da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec reitera que não concluiu os projetos executivos das obras de arte especiais (peça 248, p. 20): *'Conforme já mencionado, os projetos executivos das obras de arte especiais ainda não foram concluídos [Lote 5]. O cronograma associado à conclusão desses projetos é apresentado no Anexo V.'*

VIII.2. Análise – Lote 5

76. Em relação à realização de sondagens em todas as obras de arte especiais (OAE) do Lote 5, em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios de cada OAE, a própria Valec reconheceu que ainda não concluiu as sondagens. Sobre este ponto, não há o que se discutir, a Valec, claramente, admitiu que não atendeu o item do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário: *'9.2.3.5. realizar sondagens em todas as obras de arte especiais dos lotes 5, 5A, 6 e 7,*



em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios de cada uma das obras de artes especiais'.

77. No tocante à realização dos projetos executivos das OAE do Lote 5, a Valec também reconheceu que não os concluiu, em oposição ao determinado nos itens 9.2.3 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. Apresentou apenas um cronograma indicando sua possível conclusão em dezembro de 2013 (peça 250), ressaltando que está a cargo da construtora.

78. A Valec realizou apenas uma intitulada 'análise de risco' sobre o possível impacto sobre o contrato do lote 5, correlacionando o preço do contrato atual com os valores obtidos em outro contrato. Com a devida vênia, tal medida em nada contribui para solução do problema. A medida proposta pela Valec não foi pautada em orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados e não permite a adequada execução da obra, apenas empregou uma estimativa de outra obra. Tal alegação não atende ao prescrito nos incisos IX e X do art. 6º da Lei 8.666/1993 que tratam sobre o projeto básico e sobre o projeto executivo.

VIII.3. Conclusão – Lote 5

79. A Valec assumiu que não concluiu as sondagens nem terminou os projetos executivos das obras de arte especiais do Lote 5. Diante do exposto, constata-se que a Valec não atendeu para o Lote 5 os itens 9.2.3, 9.2.3.5 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário.

VIII.4. Manifestação da Valec – Lote 5A (Ponte sobre o Rio São Francisco)

80. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec se pronunciou sobre as sondagens e projetos executivos das obras de arte especiais do Lote 5A (peça 248, p. 20-21).

81. Em relação ao Lote 5A, que se refere unicamente a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, a Valec alega que atendeu aos itens 9.2.3.5 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. A Valec, de forma sucinta, alega que (peça 248, p. 21) *'as sondagens necessárias foram concluídas em número suficiente para determinação do perfil geológico-geotécnico do solo'*, para tanto apresentou o anexo VIII (peça 264). Em relação ao projeto executivo relativo ao Lote 5A, a empresa estatal afirma que: *'O projeto executivo da ponte sobre o Rio São Francisco, que foi revisado após a realização das sondagens necessárias e sua adequação à nova concepção estrutural definida pela VALEC, segue no Anexo IX. Esse projeto já foi analisado e aprovado pela VALEC.'*

82. A Valec apresentou o reflexo financeiro da revisão do projeto. O reflexo da alteração do projeto executivo foi de 2,3%, impactando numa variação de R\$ 3.147.325,27.

VIII.5. Análise – Lote 5A (Ponte sobre o Rio São Francisco)

83. Considera-se que a Valec atendeu ao item 9.2.3.5 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário relativo às sondagens do Lote 5A, uma vez que demonstrou ter realizado sondagens em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios.

84. Entretanto, em relação ao projeto executivo do Lote 5A, a Valec não apresentou o projeto executivo completo da ponte sobre o Rio São Francisco, em oposição ao determinado nos itens 9.2.3 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário relativos ao Lote 5A. A Valec não atendeu as exigências de sua própria especificação técnica, a saber, a especificação 80-EG-000A-11-0000. Esta especificação é clara ao afirmar que o projeto será completo quanto apresentar todos os documentos necessários ao bom entendimento do mesmo:

O projeto será considerado completo quando apresentado todos os documentos necessários ao bom entendimento do mesmo para sua análise e execução da obra, tais como: Memorial Justificativo e Descritivo, Memória de Cálculo, (...). Toda esta documentação, para cada obra, será consolidada e apresentada num Relatório do Projeto de Obra de Arte Especial. Todo conteúdo deste relatório, textos e desenhos, deverá ser entregue em meio físico e digital. (peça 249, p.8) (grifos nossos)

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 016.731/2011-5

85. A Valec não apresentou o Relatório do Projeto de Obra de Arte Especial, constando o memorial justificativo e descritivo e memória de cálculo da ponte, sem essas informações o projeto não pode ser considerado completo.

86. A seguir serão transcritas algumas das exigências da especificação técnica 80-EG-000A-11-0000 (peça 265, p.8-10) constantes no item 4.2.1 – Relatório do Projeto de Obras de Arte Especiais – OAE (Pontes e Viadutos). Serão mencionadas apenas as exigências em relação aos documentos não encaminhados pela Valec:

Memória Justificativa e Descritiva:

- uma descrição da localização e características do traçado no trecho da ferrovia em que a OAE se situa, informando estaca / quilometragem inicial e final da obra, rampa e cotas inicial e final do greide, se em tangente ou curva, citando o raio, esconsidade no caso de cruzamento de vias etc.

- as principais condicionantes que influem na definição da concepção e solução estrutural da OAE, entre elas o perfil do terreno de acesso e do leito do rio (da rodovia, da ferrovia transposta), as cargas atuantes, gabaritos fluvial, rodoviário, ferroviário a serem preservados, dados hidráulicos do canal transposto em pontes, capacidade portante do terreno de fundação etc.

- as soluções estruturais / construtivas, para superestrutura, meso e infra-estruturas da OAE, que mais se adéquam tecnicamente àqueles condicionantes locais;

- uma avaliação técnica, econômica e ambiental de cada uma das alternativas de solução descritas;

- uma análise que consolide e justifique, de forma plena e consistente, a opção de solução adotada (extensão, modulação dos vãos, tipo estrutural / processo executivo, forma dos pilares, tipo de fundação etc.) para a OAE;

- uma descrição completa das peças da solução eleita para a OAE (super, meso e infraestrutura) e informações gerais sobre as condicionantes da interferência a ser vencida pela OAE e outras peculiaridades do local de implantação da OAE.

Critérios de Projeto: listagem sucinta das Normas de referência, carregamentos, coeficientes de segurança, características dos materiais e demais critérios a serem adotados no projeto da OAE.

Memória de Cálculo: nos Projetos Básicos e Projetos Executivos Conceituais, deve-se incluir o levantamento das cargas atuantes (permanentes e acidentais), a verificação das seções críticas da superestrutura quanto aos principais esforços dimensionantes, de modo que se comprove a pertinência das dimensões adotadas para a superestrutura. Da mesma forma, deve-se apresentar as verificações necessárias que comprovem a pertinência das dimensões adotadas para os pilares e da compatibilidade das cargas / tensões máximas e mínimas com os tipos de fundações adotadas;

Nos Projetos Executivos Detalhados, deve-se incluir o dimensionamento, verificação e cálculo estrutural de todas as peças da super, meso e infra-estrutura da obra, nas diversas seções necessárias, que fundamentem o detalhamento completo do projeto a ser encaminhado para efetiva construção da obra.

A memória de cálculo, organizada e separada em capítulos distintos para super, meso e infraestrutura, deverá conter o roteiro de cálculo de todos os elementos estruturais, indicando as normas e bibliografia adotadas, verificação dos estados limites (ELU e ELS), condições de apoio e ações consideradas.

VIII.6. Conclusão – Lote 5A (Ponte sobre o Rio São Francisco)



87. Considera-se que a Valec atendeu ao item no 9.2.3.5 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário relativo às sondagens do Lote 5A, uma vez que demonstrou ter realizado sondagens em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios.

88. Entretanto, em relação ao projeto executivo do Lote 5A, a Valec não apresentou o projeto executivo completo da ponte sobre o Rio São Francisco, em oposição ao determinado nos itens 9.2.3 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário.

89. Ao contrário do exigido no item 4.2.1 de sua especificação técnica 80-EG-000A-11-0000, a Valec não apresentou o 'Relatório do Projeto de Obra de Arte Especial', contendo: memória justificativa, memória descritiva, critérios de projetos adotados e memória de cálculo com o dimensionamento das peças estruturais. Sem essas informações o projeto não pode ser considerado completo.

90. Diante do exposto, verifica-se que a Valec, no tocante ao Lote 5A, atendeu ao item 9.2.3.5 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, porém não atendeu aos itens 9.2.3 e 9.2.3.6 do supracitado acórdão.

IX. Determinação constante no item 9.2.3.7 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário

91. O Acórdão determinou à Valec que:

9.2.3. concluir os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)

9.2.3.7. concluir os estudos de localização das jazidas de areia e brita, que deveriam ter sido realizados na fase de projeto básico, a fim de verificar as reais distâncias de transporte que serão utilizadas nos serviços explícitos de transportes e nas composições que possuem composições auxiliares de transporte, e exemplo dos dormentes de concreto, considerando o real posicionamento dos canteiros de obras

IX.1. Manifestação da Valec

92. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec afirmou que cumpriu a revisão dos estudos de localização das jazidas de areia e brita. Para tanto apresentou a Nota Técnica 21/2013-SUPRO referente à vistoria realizada. A Valec informou que:

Quanto às Distâncias Médias de Transporte, cabe informar que, no mês de junho do corrente ano, foram vistoriadas todas as jazidas de areia previstas no Projeto Executivo do Lote 5, com o intuito de constatar sua real localização e a viabilidade de sua exploração. Uma vez confirmadas pela VALEC, concluiu-se pela utilização dessas jazidas nos cálculos dos custos unitários de produção de concreto. Encontra-se no Anexo IV a Nota Técnica nº 21/2013-SUPRO, referente à vistoria supracitada. Para efeito de cálculo das DMT, considerou-se as usinas de concretos instaladas de acordo com o posicionamento das jazidas e das obras de arte especiais (peça 248, p. 7)

IX.2. Análise

93. A Valec apresentou estudos de localização de jazidas e estudos de distâncias de transportes. A avaliação completa sobre os estudos empreendidos pela Valec não pode ser feita por esta unidade técnica no momento, uma vez que tal procedimento necessita atividades de vistoria em campo. Tal avaliação poderá ser realizada em fiscalizações futuras.

IX.3. Conclusão

94. Diante do exposto, considera-se atendido o item 9.2.3.7 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário pelo fato da Valec ter apresentado os estudos pedidos.

X. Determinação constante no item 9.2.3.8 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário

95. O Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário determinou à Valec que:



9.2.3. conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)

9.2.3.8. estudar a viabilidade técnica e econômica de se utilizar a areia artificial, subproduto da britagem, na composição dos concretos, juntamente com a areia natural, contemplando a redução das distâncias de transporte; e

X.1. Manifestação da Valec

96. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec afirmou, após um estudo, que não entende viável, técnica e economicamente, a utilização de areia artificial, subproduto da britagem, na composição de concretos. Apontou uma série de deficiências que o concreto poderia apresentar caso fosse empregada a areia artificial, como transcrito a seguir:

O uso da areia artificial não se mostra vantajoso. A quantidade de material pulverulento que compõe a granulometria e a característica angulosa dos grãos do 'pó de pedra' (areia artificial), quando da dosagem do concreto, implicam em um maior consumo de água, o que pode prejudicar propriedades importantes, como trabalhabilidade e resistência do concreto, acarretando, portanto, um consumo maior de cimento por volume de concreto.

O uso da areia artificial implica, ainda, em uma série de cuidados quando da concretagem, pois há a necessidade de reduzir o calor de hidratação (uso de aditivos, substituição de água por gelo, concretagem em horários com temperatura ambiente menos elevada, adições pozolânicas e outros), o que provoca trincas e reduz o tempo de pega, bem como a necessidade de um maior controle de fissuração e de rigoroso controle do processo de cura do concreto. (peça 248, p. 15)

97. Por fim, a Valec alegou que: 'Assim, não há necessidade de alteração contratual para inclusão deste recurso, uma vez que ele não será utilizado. No entanto, deverá a VALEC proibir a sua utilização para produção de concreto por meio de notificação à construtora e de uma adequada fiscalização.' (peça 248, p. 15)

X.2. Análise

98. A Valec alegou que a areia artificial não atende as propriedades técnicas e econômicas necessárias para confecção de peças e estruturas de concreto. Porém, o relatório de auditoria relata que: '*Sobre os lotes 5 e 7, os profissionais das construtoras mencionaram ainda que pretendem utilizar a areia artificial, subproduto da britagem para lastro, como agregado miúdo na composição do concreto, juntamente com a areia natural.*' (peça 71, p. 20).

99. A Valec afirma que irá proibir a utilização da areia artificial para a produção de concreto por meio de notificação à construção e também por meio de adequada fiscalização.

X.3. Conclusão

100. Diante do exposto, constata-se que a Valec atendeu ao item 9.2.3.8 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário.

XI. Determinação constante no item 9.2.3.9 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário

101. O Acórdão determinou 3.301/2011-TCU - Plenário à Valec que:

9.2.3. conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)

9.2.3.9. excluir os 'Serviços por Administração' das planilhas contratuais dos lotes 5, 6 e 7;

XI.1. Manifestação da Valec

102. Por meio da Nota Técnica 40/2013-SUPRO, a Valec afirmou que irá cumprir a determinação de exclusão desses serviços da planilha do contrato do Lote 5 por meio da



celebração de termo aditivo. No caso do Lote 5A, o contrato já não contemplava este tipo de serviço.

XI.2. Análise

103. Embora, a Valec afirme que irá excluir os 'serviços por administração', ela ainda não celebrou o termo aditivo.

XI.3. Conclusão

104. Diante do exposto, constata-se que a Valec não atendeu o item 9.2.3.9 do Acórdão 3.301/2011-TCU-P. Para seu atendimento, é necessário comprovar a celebração do termo aditivo que exclui os 'serviços por administração' das planilhas contratuais.

XII. Proposta da Valec de suspensão parcial das obras do Lote 5

105. Ao final de sua manifestação, a Valec propõe a liberação de 78% do Lote 5 e a suspensão de execução de obras em apenas 22% do lote, visando segundo a estatal, assegurar que não haverá risco de ultrapassar o limite legal de aditamento contratual (25%). A seguir será transcrito trecho dessa proposta (peça 248, p. 18):

Entre a estaca 971+000 km e a estaca 926+005 km estão compreendidos os 17 cortes com sondagens complementares. Além disso, até a estaca 842+850 km verifica-se a presença significativa de cortes com sondagens adequadas, com 128,15 km (78% da extensão do Lote 05), passíveis de liberação para obras.

A partir da estaca 842+850 km há um trecho de aproximadamente 13 km em que não existem sondagens suficientes para caracterizar adequadamente os materiais de escavação. A partir daí, visando definir um trecho contínuo e minimamente atrativo para, caso excepcionalmente necessário, ser licitado, sugere-se o trecho de 36,29 km (22% da extensão do Lote 5), até o limite entre os Lotes 5 e SA, como mais adequado para não autorização de execução de obras, até a conclusão das sondagens complementares e elaboração dos Projetos Executivos das obras de arte especiais do Lote 5, ainda pendentes.

106. A Valec apresentou uma figura ilustrativa (peça 248, p18), que segundo a estatal mostra uma representação esquemática do trecho em que se localizam os 17 cortes onde foram realizadas sondagens complementares e os trechos dos 59 cortes que dispõem de sondagem adequadas.

107. Em suma, a Valec está propondo a liberação de 78% da extensão do Lote 5 e a suspensão das obras em um trecho contínuo que representa 22% da extensão do lote, que caso necessário poderá ser relicitado.

XII.1. Análise

108. A Valec alega possuir um trecho de 78% do Lote 5 com sondagens e projetos adequados. Porém, a Valec não encaminhou nenhuma informação que comprovasse tal afirmação. A Valec não encaminhou nenhuma sondagem e nenhum projeto do trecho para o qual propôs a liberação. A Valec, simplesmente, afirmou com base em uma figura esquemática que tem sondagens e projetos adequados para executar o trecho. Com a devida vênia, uma figura esquemática não comprova a execução das sondagens e dos projetos executivos em conformidade com as normas técnicas e legislação vigentes.

109. Com base nas informações prestadas pela Valec, não se sabe se as sondagens foram realizadas em quantidade suficiente, em profundidade, método e espaçamentos adequados. A Valec não apresentou os boletins de sondagem executados, nem o perfil longitudinal da ferrovia marcado com as novas sondagens. A Valec não apresentou o projeto executivo do trecho, nem muito menos sua aprovação com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

110. A Valec não comprovou a caracterização dos solos moles no Lote 5 como um todo, nem no trecho solicitado. A Valec não apresentou nenhuma informação sobre o assunto, ao contrário do determinado no item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-P. Destaca-se que, como



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-5

mencionado anteriormente, a falta de identificação das regiões de solo mole durante o projeto pode comprometer a segurança e qualidade da via. Além do mais, a identificação desse tipo de solo somente durante a execução da obra acarreta soluções inadequadas, muitas vezes com custos além dos necessários.

111. Em resumo, a Valec não apresentou o projeto executivo do Lote 5 como um todo, nem de parte desse lote, delineado com base nas novas sondagens, ao contrário do determinado no item 9.2.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário '9.2.3. *conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao tribunal tão logo estejam concluídos*' (grifos nossos).

XII.2 Conclusão

112. A Valec solicitou a liberação de parte (78%) da obra do Lote 5 sem comprovar nenhuma informação em sua proposta. A empresa estatal não demonstrou ter atendido às medidas saneadoras propostas pelas determinações deste Tribunal para o lote como um todo nem para o trecho solicitado. A simples afirmação de que realizou as sondagens, não comprova a sua realização de fato, nem a adequação das sondagens às exigências normativas.

113. Com base nas informações prestadas pela Valec, não se sabe se as sondagens foram realizadas em quantidade suficiente, em profundidade, método e espaçamentos adequados. A Valec não apresentou os boletins de sondagem executados, nem o perfil longitudinal da ferrovia marcado com as novas sondagens. A Valec não apresentou projeto executivo do lote 5, nem de parte desse lote, ao contrário do determinado no item 9.2.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU:

9.2.3. *conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo estejam concluídos, contemplando, necessariamente, os estudos e impacto financeiro de cada uma das ações abaixo: (...)*

114. A Valec também não se manifestou sobre os estudos necessários para a caracterização e quantificação das regiões de solo mole para o Lote 5, nem para parte desse lote, em oposição ao item 9.2.3.4 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário:

9.2.3.4. *promover estudo para quantificar os serviços de escavações de materiais de 1ª, 2ª, 3ª categorias e solos moles, permitindo o conhecimento real dos quantitativos e serviços necessários para os lotes 5, 6 e 7 (grifos nossos)*

115. Em suma, a Valec não demonstrou ter atendido as medidas saneadoras determinadas nos Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário para o Lote 5 como um todo nem para parte do lote. Diante do exposto, a proposta da Valec de liberação de parte da obra do Lote 5 não merece prosperar.

XIII. Resumo do atual estágio de atendimento das medidas saneadoras Lotes 5 e 5A da Fiol

116. A seguir, na Tabela 4, será feita uma síntese sobre o cumprimento ou não das determinações proferidas pelo Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário aplicáveis aos Lotes 5 e 5A da Fiol

Tabela 4 – Síntese do exame técnico, constando o atual estágio de atendimento por parte da Valec às medidas saneadoras determinadas pelo Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário

Itens do Acórdão 3.301/2011	Transcrição das determinações	Cumprimento ou não de Determinações (medidas saneadoras) (Lote 5 e 5 A)
9.2.2	avaliar a possibilidade de realizar e dimensionamento, a verificação e o cálculo estrutural de todas as peças da super, meso e infraestrutura das obras de artes especiais na fase de projeto básico, bem como de promover a respectiva alteração na Especificação de Projeto 80-EG-000A-11-000, que estabelece que tais serviços são realizados somente na fase de projeto executivo	Não cumprida, embora não seja impeditivo para continuidade das obras.
9.2.3	conclua os projetos executivos dos lotes 5, 5A, 6 e 7 e apresente ao Tribunal tão logo	Não cumprida.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 016.731/2011-6

caracterização e quantificação dos materiais de 1ª, 2ª e 3ª categoria, restando pendentes ainda 43% das sondagens diretas. A Valec apresentou um quantitativo de terraplenagem provisório, afirmando que somente poderá confirmar as informações após a execução das sondagens. Dessa forma, a Valec não demonstrou conhecer ainda o custo exato de construção das obras do supracitado lote.

123. Por fim, destaca-se que dentre os vários estudos que devem ser realizados na fase de projeto, destacam-se os estudos geotécnicos pelos riscos inerentes. Existe uma famosa frase que ilustra bem a importância dos estudos geotécnicos: *'A importância desses estudos é tão grande e evidente que alguém já comparou o engenheiro que os omitisse, com um cirurgião que operasse sem um prévio diagnóstico (...)'* (Fonte: Homero Pinto Caputo, *Mecânica dos Solos e suas Aplicações*, Ed. 6, 1988, p. 189).

(...)

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

150. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) manter a medida cautelar que suspende a execução dos Contratos 58/2010 (Lote 5) e 85/2010 (Lote 5A), que têm por objeto a execução de obras e serviços de engenharia da Fiol, determinada à Valec por meio do Acórdão 2.371/2011-TCU-Plenário, até deliberação final por parte desta Corte de Contas;

b) comunicar à Valec que em relação aos Contratos 58/2010 (Lote 5) e 85/2010 (Lote 5A) que:

b.1) os itens 9.2.3.2; 9.2.3.3; 9.2.3.7 e 9.2.3.8 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário foram atendidos para os Lotes 5 e 5A da Fiol;

b.2) os itens 9.2.2; 9.2.3; 9.2.3.4 e 9.2.3.6 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário não foram atendidos para os Lotes 5 e 5A;

b.3) o item 9.2.3.5 foi atendido para o Lote 5A e não atendido para o Lote 5;

b.4) o item 9.2.3.9 do Acórdão 3.301/2011-TCU - Plenário não foi atendido;

c) comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A que não foram implementadas integralmente pelo órgão gestor as medidas saneadoras indicadas por esta Corte para sanear os indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 93 da Lei 12.708/2012 (LDO/2013), apontados nos Contratos 58/2010 e 85/2010, relativos às obras de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Caetitê-Barreiras, no Estado da Bahia, e que assim, subsistem os indícios e seu saneamento depende da adoção das medidas corretivas apontadas no Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário; e

d) encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia, à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e à Controladoria Geral da União."

6. O titular da 3ª diretoria técnica da SecobHidroferrovia anuiu a essas conclusões e encaminhamentos. Acrescentou, no entanto, considerações acerca da possível extrapolação do permissivo legal de aditamento do contrato 85/2010 (lote 5A) (peça 269):

"Manifesto-me de acordo com a instrução do AUFC David Christian Regis Pereira Grubba. No entanto, julgo oportuno tecer algumas considerações adicionais, decorrentes de fato novo atinente ao Contrato 85/2010 (lote 5A), diante da constatação da extrapolação do limite de aditamento, que implicará na complementação da proposta de encaminhamento, senão vejamos.

Inicialmente, convém assinalar que tal evento, apesar de ser um fato novo no processo, não é algo inesperado diante das deficiências de projeto expostas desde a fiscalização que originou estes autos e das ocorrências observadas na Ferrovia Norte-Sul.



8. Em vista disso, fundamenta pedido de "liberação das respectivas obras e serviços" (peça 248, p 23-24):

"Quanto aos itens relativos aos quantitativos dos materiais de escavação e aos projetos executivos de obras de arte especiais, ainda não integralmente concluídos, foram apresentadas estimativas e análises de risco, considerando cenários conservadores. Diante desses estudos, pode-se constatar que é improvável que o limite percentual do valor contratual estabelecido em Lei de 25% seja ultrapassado, o que inviabilizaria os citados contratos. Pelo contrário, no Lote 5 há uma expectativa de redução de 8,2% em relação ao valor contratado.

Apesar da improbabilidade citada no item anterior, propõe-se uma restrição de execução de serviços no Lote 5, em trecho contínuo de 36 km, com viabilidade de licitação, até que os itens pendentes sejam concluídos e possa ser comprovado, em caráter definitivo, que o percentual de 25% não será ultrapassado. Caso não sejam confirmadas as expectativas de que o valor do contrato não irá ultrapassar o referido limite legal, esse trecho poderia ser licitado separadamente.

(...)

Por fim, considerando que em 10 de julho de 2013 o IBAMA expediu a Licença de Instalação para os Lotes 5 e 5A da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOL e que, conforme exposto na presente Nota Técnica, não mais persistem as razões apresentadas pelo Tribunal de Contas da União para suspensão dos contratos de construção desses lotes, conclui-se pela proposição de encaminhamento de solicitação àquela Corte de Contas para liberação das respectivas obras e serviços."

II

9. Nesse momento, manifesto-me apenas sobre as medidas adotadas pela Valec em relação ao lote 5.

10. Serão analisadas em momento posterior as providências afetas ao lote 5A, devido a necessidade de se promover a oitiva da Valec e do consórcio construtor sobre a possível descaracterização do objeto, a necessidade de celebração de aditivos em desacordo com o limite estabelecido no art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993 e de, conseqüentemente, realização de novo certame licitatório, oitiva que deve ser atendida à luz do projeto executivo concluído, na forma da norma 80-EG-000A-11-0000 da empresa.

11. A determinação constante no item 9.2.3.1 do Acórdão 3.301/2011 - TCU - Plenário não se aplica aos lotes 5 e 5A, razão pela qual a Valec não se manifestou sobre o assunto.

12. Acolho as conclusões unânimes da Secob Hidroferrovia, parcialmente reproduzidas a seguir (peça 268, p. 23-24), as quais incorporo as minhas razões de decidir, acerca do cumprimento das medidas saneadoras determinadas nos subitens 9.2.3.2, 9.2.3.3, 9.2.3.5 (com relação ao lote 5A), e 9.2.3.7, 9.2.3.8 do Acórdão 3301/2011 - TCU - Plenário:

"138. A Valec atendeu aos itens 9.2.3.2 e 9.2.3.3 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. A Valec apresentou os estudos solicitados relativos às composições de custo sobre o concreto usinado e às distâncias de transporte para as obras de arte especiais.

(...)

141. A Valec atendeu o item 9.2.3.5 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário para o Lote 5A. A Valec comprovou ter realizado sondagens compatíveis com a extensão e número de apoios para o Lote 5A.

(...)

143. A Valec atendeu ao item 9.2.3.7 do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário. A Valec afirmou ter concluído os estudos de localização de jazidas e a verificação das distâncias de



elevado nível de incerteza quanto ao orçamento da obra e às soluções técnicas e alto risco de necessidade de adequações significativas e de descaracterização do objeto, com consequências imprevisíveis sobre o custo final da obra, sobre o cronograma de execução e sobre a própria manutenção dos contratos celebrados com base em projetos básicos ineptos e em desconformidade com o que prescreve a Lei de Licitações. A esse respeito, destaco, mais uma vez, os excertos pertinentes da instrução da Secob-4 reproduzida no relatório do Acórdão 3301/2011 - TCU - Plenário:

"87. Apesar da possibilidade legal de alterações contratuais com acréscimo de serviços de até 25% do valor contratual, diante do grau de deficiência do projeto básico, não é possível prever o custo total do empreendimento.

88. Ademais, as alterações necessárias podem descaracterizar o objeto contratado, a exemplo das mudanças nas soluções das fundações e superestrutura das obras de arte especiais, ou ainda provocar a supressão de serviços essenciais à funcionalidade do objeto, como ocorreu na Ferrovia Norte Sul, onde foram eliminados pátios, túneis, proteção vegetal dos taludes e sistemas de drenagem.

(...)

94. Em que pese as medidas que a nova Diretoria da Valec pretende adotar na tentativa de corrigir a deficiência do projeto básico, as obras não podem ser iniciadas até a completa definição dos ajustes necessários para a indicação dos serviços e soluções de fato necessários à execução das obras.

96. No caso concreto, resta claro ser materialmente relevante o ainda incalculável prejuízo potencial a que a União está exposta, bem como haver infração a princípios constitucionais, a exemplo do princípio da economicidade."

29. A partir da análise das sucessivas manifestações da Valec juntadas aos autos, constata-se que as ações empreendidas pela Valec em cumprimento aos Acórdãos 2371/2011 e 3301/2011 - TCU - Plenário, ainda que não representem cumprimento integral do que foi determinado, reduziram as incertezas e os riscos anteriormente mencionados a um nível que, a meu ver, considerando os benefícios advindos da continuidade das obras, justifica a revogação da medida cautelar, de forma a possibilitar à Valec dar seguimento à execução contratual, na forma como sua discricionariedade técnica melhor recomendar, visando garantir a qualidade e a adequada fiscalização da execução dos serviços.

30. Cumpre evidenciar, ainda, que o longo tempo decorrido entre a prolação dos acórdãos anteriormente mencionados e do que ora se apresenta ao Plenário deve ser creditado às dificuldades enfrentadas pela nova diretoria da Valec para corrigir os problemas apontados pelas equipes técnicas desta Corte, especialmente para realização das sondagens, sem as quais não seria possível elaborar os projetos executivos, os quais, no presente caso, passaram a ser cruciais para o pleno domínio que a entidade contratante deve ter sobre a execução da obra, dada a inépcia dos projetos básicos que foram utilizados para a licitação e a contratação das obras, conforme reiteradas vezes reportado pela unidade técnica em suas percuientes análises.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 2 de outubro de 2013.

WEDER DE OLIVEIRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 09 de outubro do corrente.

O expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.114, DE 2013

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, da Senadora ROSALBA CIARLINI, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.*

RELATORA: Senadora ANA RITA

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do Requerimento nº 386, de 2013, aprovado na sessão deliberativa do Plenário de 22 de maio de 2013, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 14, de 2010, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte*, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini.

A proposição legislativa em exame altera a chamada “Lei Maria da Penha” para instituir novo tipo penal aplicável aos agentes públicos, em caso de negligência, na adoção das medidas previstas em seus arts. 10, 11 e 12 da mesma lei, **que tratam do atendimento da vítima pela autoridade policial**, quando do fato resultar morte ou lesão corporal. A pena prevista será de seis meses a dois anos de detenção.

Da justificação do PLS, destacamos:

A Lei Maria da Penha impõe à autoridade policial certas providências legais, que devem ser executadas com o fim de proteger a mulher em iminência de sofrer ou de já ter sofrido violência doméstica. No entanto, há casos em que a autoridade policial não observa tais medidas de forma diligente e a vítima acaba sofrendo novos males, muitas vezes de forma fatal.

Mostra-se premente, portanto, punir os maus policiais que, uma vez conhecedores da violência ou da ameaça, não envidam os esforços necessários para a pacificação social, sua função primária.

O PLS nº 14, de 2010, foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 10 de abril de 2013. Nesta ocasião o ilustre Relator, Senador Anibal Diniz, acabou reformulando seu relatório, que antes propunha o arquivamento da proposição para que se aguardassem as conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher – CPMIVCM.

Tal fato decorreu, principalmente, das intervenções feitas pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Souza que destacaram casos rumorosos de violência doméstica e familiar contra a mulher praticada por reincidentes. O raciocínio utilizado por ambos, destarte, enfatizava que se os delegados de polícia que atenderam as primeiras ocorrências efetivamente tivessem adotado alguma das providências previstas nos arts. 10, 11 e 12 da Lei Maria da Penha, talvez vidas pudessem ter sido salvas.

II – ANÁLISE

Com efeito, como tive a oportunidade de registrar no Relatório Final da CPMI que se dedicou ao tema, a superação da violência contra as mulheres é um dos maiores desafios impostos ao Estado brasileiro contemporaneamente.

Segundo o Mapa da Violência 2012, os homicídios de mulheres cresceram 217,6% nos últimos trinta anos. O Brasil ocupa uma desonrosa sétima posição mundial entre oitenta e quatro países pesquisados no que diz respeito à quantidade de feminicídios.

Para melhor compreender essa situação e propor medidas concretas para conter o crescimento da violência doméstica e familiar contra a mulher a CPMIVCM fez trinta e sete reuniões em pouco mais de um ano, visitou dezessete Estados brasileiros, colheu informações também dos demais estados e investigou ao menos oito casos marcantes. Ainda um seu Grupo de Trabalho sobre Legislação analisou mais de 50 proposições em trâmite no Congresso Nacional.

Nesse contexto, destacamos que dentre os problemas constatados não se destaca apenas o atendimento às vítimas nas delegacias de polícia. Em verdade, há falta de capacitação de toda a rede envolvida no atendimento, assistência, prevenção e repressão da violência contra a mulher, razão pela qual criar um novo crime para punir apenas as autoridades policiais, como se propõe, configurará tratamento desigual para com os demais agentes públicos integrantes da rede.

Para comprovar tal afirmação basta salientar que as medidas protetivas de urgência, por exemplo, dependem de prévia manifestação do Ministério Público e específica deliberação judicial, o que, a par de decisões absolutórias de ofensores claramente calcadas em ideias discriminatórias, também implicam em impunidade.

Ademais, a infraestrutura material e de pessoal das diversas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher visitadas pela CPMI deixam muito a desejar, *verbis*:

Nos 17 estados visitados e em 19 diligências realizadas em Delegacias da Mulher, a CPMI constatou o abandono ou, no mínimo, a pouca importância das delegacias de polícia para a Segurança Pública no país.

(...)

A situação de abandono deve-se à falta de investimentos na segurança pública dos estados. Não houve estado visitado pela CPMI em que os Secretários de Segurança ou o seu representante não mencionasse os poucos recursos financeiros, a insuficiência de servidores e a necessidade de concurso público para completar o quadro, que, aliado aos baixos salários contribuem para o abandono da profissão e o sucateamento das delegacias.

Além do quadro de servidores insuficiente para a demanda de registros policiais, a estrutura física das delegacias, na grande maioria dos estados, revela a precariedade material desse equipamento de segurança pública. A ausência de servidores também é responsável pela quase total inexistência de plantões 24h e nos finais de semanas, na maior parte das DEAMs.

(...)

A insuficiência de servidores tem sido a justificativa de grande parte das delegacias visitadas para que o registro dos boletins de ocorrência e a tomada do depoimento das vítimas e ou testemunhas não se efetuem no mesmo momento. Assim, inúmeras DEAMs registram a ocorrência e agendam a tomada do depoimento para outra data. O agendamento tem sido um obstáculo ao andamento dos inquéritos, pois nem sempre as mulheres retornam. Além disso, não há informação ou controle sobre o número de mulheres que desistem ou não retornam na data aprazada em razão do adiamento ou de fato mais grave que possa ter acontecido em decorrência do agendamento. Essa situação foi constatada nas DEAMs de **Maceió, Manaus, Curitiba, Florianópolis, Vila Velha, Boa Vista e Salvador.**

A CPMI considera muito grave a prática do agendamento das oitivas das vítimas que deveriam ser ouvidas no registro da ocorrência, que na prática, impede o acesso à justiça.

Outro problema relacionado a este fato é a demora injustificável da investigação policial nos crimes de violência doméstica, pois a autoria e endereço é quase sempre certa e a investigação é bastante simples, basta ouvir vítimas e agressores em cerca de 90% dos casos. Tais oitivas e eventuais procedimentos poderiam ser feitos em uma semana, ou no máximo, no prazo legal de 30 dias.

Os despachos burocráticos insitos ao Inquérito Policial não atendem as necessidades de agilidade da investigação desse tipo de crime, devendo existir um procedimento de investigação simplificado.

Situação igualmente grave foi verificada pela CPMI na diligência realizada na **Delegacia de Manaus**, em 22.11.2012, onde 4.500 inquéritos encontravam-se parados, desde 2006, devido à insuficiência de servidores. A situação estava sendo investigada pela Corregedoria, mas revela a situação dramática enfrentada pela Delegacia Especializada, que sem pessoal em número satisfatório, não consegue concluir os inquéritos, que se acumulam diariamente. A consequência desse acúmulo será a prescrição de muitos crimes e, conseqüentemente, o descrédito no sistema de justiça para as vítimas e prejuízo para a imagem da DEAM.

Na Delegacia de **Boa Vista**, conforme a diligência realizada em 10.12.2012, a CPMI constatou as péssimas condições de funcionamento da DEAM. Desde outubro de 2011, a delegacia estava sem telefone, sem internet, o boletim de ocorrência estava sendo feito no *word*, não tinha funcionário administrativo, sem combustível, e funcionava provisoriamente na Associação de Surdos e Mudos. O prédio encontrava-se em péssimas condições.

No entorno de **Goiás** a situação é semelhante. Na diligência realizada no dia 20.10.2012, na DEAM de **Luziânia**, a CPMI constatou que a Delegacia funciona em um prédio pequeno, sem estrutura, sem uma sala adequada para o atendimento às mulheres. Além disso, a DEAM divide espaço com a Delegacia do Adolescente e a mesma Delegada responde pelas duas Delegacias. A Delegacia não tem plantão e os servidores nunca receberam capacitação específica para violência doméstica.

Na diligência realizada na DDM de **São Paulo**, que ostenta a placa de primeira delegacia criada no Brasil, a CPMI constatou que o prédio da delegacia apresentava rachaduras, infiltração, pintura descascando, indicando a necessidade de reforma. Situação semelhante foi identificada pela CPMI na Delegacia da Mulher de **Fortaleza** que funciona em um prédio mal conservado.

Fato também observado pela CPMI é que a grande maioria dos servidores das DEAMs e dos policiais civis em geral, não está preparada ou capacitada para o atendimento às mulheres. Apesar do volume de recursos destinados às capacitações, estas parecem não produzir o efeito desejado.

[Relatório nº 1, de 2013, do Congresso Nacional, Julho/2013. p. 182-183]

Como se vê, não será criminalizando¹ a atuação dos delegados de polícia em tema de violência doméstica e familiar contra a mulher que melhoraremos o enfrentamento

¹ A própria CPMI fez as seguintes recomendações sobre o tema: "65. Aos governos dos estados, para que exijam que as polícias civis concluam as investigações de violência doméstica e familiar no prazo legal; 66. Aos governos dos estados, para que implementem, nas capitais, o plantão de 24 horas nas Delegacias da

da questão. Nem é preciso repisar que o direito penal possui caráter subsidiário e fragmentário (*ultima ratio*), só devendo incidir sobre as mais graves agressões a bens jurídicos e depois que os demais ramos do direito tenham se apresentado insuficientes.

III – VOTO

Por essa razão, louvando a iniciativa de sua ilustre Autora, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.

Sala da Comissão, 18 de setembro de 2013

Senador Paulo Davim, Presidente

Senadora Regina Jorgens, Relatora

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010

ASSINAM O PARECER, NA 45ª REUNIÃO, DE 18/09/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Renato Casagrande

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rita (PT) <i>[assinatura]</i>	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) <i>[assinatura]</i>	2. Eduardo Suplicy (PT) <i>[assinatura]</i>
Paulo Paim (PT) <i>[assinatura]</i>	3. Humberto Costa (PT) <i>[assinatura]</i>
Randolfe Rodrigues(PSOL) <i>[assinatura]</i>	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) <i>[assinatura]</i>	6. Lídice da Mata (PSB) <i>[assinatura]</i>
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV) <i>[assinatura]</i>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD) <i>[assinatura]</i>	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Mourais (DEM) <i>[assinatura]</i>
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR) <i>[assinatura]</i>	1. VAGO
Gim (PTB) <i>[assinatura]</i>	2. VAGO
Eduardo Lopes (PRB) <i>[assinatura]</i>	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.**

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

PARECER

Nº 1.115, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012, tendo como 1º signatário o Senador Ricardo Ferraço, que altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para estabelecer o voto facultativo.

RELATOR DO VENCIDO: Senador WELLINGTON DIAS

I – RELATÓRIO

Designado pela Presidência desta Comissão como Relator do Vencido, nos termos regimentais, apresento o presente Relatório sobre a deliberação adotada na reunião ordinária de 02 de outubro de 2013, com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012, que altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal.

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, que tem como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço. A proposição mantém o alistamento eleitoral obrigatório a partir dos 18 anos, mas faculta o voto para os alistados a partir de 16 anos.

A PEC tem em dois artigos. O primeiro promove a mencionada alteração no § 1º do art. 14 da Carta Magna, dando-lhe a seguinte redação: “o alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos e o voto é facultativo para todos, a partir dos dezesseis anos.” Já o segundo artigo da PEC estabelece que tais modificações entrarão em vigor na data de publicação da nova Emenda Constitucional.

Não houve apresentação de emendas.

Originalmente, foi designado Relator da matéria o Senador Pedro Taques, cujo Relatório concluiu pela aprovação da PEC 55, de 2012 com duas emendas que apresentou.

Após vista coletiva, a matéria voltou à pauta na reunião de 02 de outubro, oportunidade na qual a Comissão discutiu amplamente o tema, com posicionamentos diversos por parte das Senhoras e dos Senhores Senadores.

Encerrada a discussão, a matéria foi submetida à votação nominal com 6 (seis) votos SIM e 16 (dezesesseis) votos NÃO. Com isso, a PEC recebeu parecer contrário à sua aprovação, ficando vencido o relator originalmente designado.

Para tanto, é necessário dar cumprimento ao disposto nos arts. 128 e 132, § 5º, do Regimento Interno:

“Art. 128. Vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.”

“Art. 132.

.....

§ 5º Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.

.....”

Em face do que prevcem os dispositivos transcritos, fui designado Relator do Vencido, cabendo-me reproduzir neste Relatório as decisões da Comissão sobre a matéria.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre a proposição em exame.

Inicialmente, cabe ressaltar que a PEC nº 55, de 2012, atende às exigências constitucionais para a tramitação de propostas de alteração da

Carta Magna. Ela foi subscrita por mais de um terço dos membros do Senado Federal, não trata de matéria que tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa e seu exame não ocorre na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (art. 60, I, § 1º e 5º, da Constituição Federal).

Também não observo ofensa ao art. 60, § 4º, da Constituição Federal, que enumera as cláusulas pétreas, entre as quais a do “voto direto, secreto, universal e periódico”.

No mérito, com a devida *vénia*, esta comissão concluiu pela rejeição da PEC 55, de 2012. Dentre os vários argumentos proferidos naquela reunião, restou vencedora a tese que defende o voto como um direito e, ao mesmo tempo, um dever político do cidadão de participar das escolhas políticas de sua nação. Nesse sentido, destaco os seguintes trechos das notas taquigráficas daquela reunião:

“(...) há duas concepções aqui claramente debatidas ao longo dessa concepção que vem desde a Revolução Francesa: a concepção democrático-liberal versus a concepção democrático-republicana. Eu me alinho à segunda, à concepção democrático-republicana do voto como uma função dever. Por isso, sou, por concepção, caudatário da compreensão do voto como um direito-dever do cidadão.”

“Na minha concepção, o voto é ao mesmo tempo um direito e um dever. Ele é um direito que eu posso exercer, e que eu devo exercer me alistando eleitoralmente. Mas é uma função – uma função política, uma função social. O cidadão só se completa quando a sua ação no voto ajuda e permite a expressão da soberania popular. Então ele é, ao mesmo tempo, um direito individual e um dever social, um dever político. E não é o único.”

“Eu defendo também essa tese de que o voto é um direito de as pessoas se expressarem, um direito de manifestarem o seu posicionamento, de decidirem sobre o futuro do seu Município, do seu Estado, do País, dos membros dos diversos Parlamentos que existem no País. Tenho absoluta concordância com isso. Mas entendo também que deve ser

um dever de, por intermédio de sua opinião, da sua manifestação, exatamente definir os rumos da sua cidade, do seu Estado, do seu País, a composição dos diversos Parlamentos. Ou seja, as pessoas são chamadas a se manifestarem sobre a realidade do seu País, o futuro para as próximas gerações.”

“É um dever, sim, do cidadão comparecer à urna, manifestar a sua vontade, mesmo que essa vontade seja anular o voto, votar branco, ou utilizar os caminhos já aqui lembrados da justificativa de ausência.”

Essa tese foi lastreada em diversas manifestações e no voto de dezesseis parlamentares desta Comissão.

III – VOTO

Por todo o exposto, e considerada a deliberação adotada por esta Comissão na reunião ordinária de 02 de outubro de 2013, foi aprovado parecer pela rejeição da PEC 55, de 2012.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2013.

SENADOR VITAL DO RÊGO

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 55 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/10/13, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATOR do Parecer: <i>Senador Wellington Dias</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFÉ RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO (autor)
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
PAULO DAVIM	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

VOTO VENCIDO

RELATOR: Senador PEDRO TAQUES

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2012, que tem como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço. A proposição altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar facultativo o exercício do voto.

A PEC é vazada em dois artigos. O primeiro promove a mencionada alteração no § 1º do art. 14 da Carta Magna, dando-lhe a seguinte redação: “o alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos e o voto é facultativo para todos, a partir dos dezesseis anos.” Já o segundo artigo da PEC estabelece que tais modificações entrarão em vigor na data de publicação da nova Emenda Constitucional.

Na justificção, é assinalado que: (i) o eleitorado costuma reagir à obrigatoriedade do voto com uma crescente tendência ao absenteísmo e com o aumento dos votos em branco e nulos; (ii) as sanções pelo descumprimento do dever de votar só são eficazes para quem tem o pretende ter relações com Poder Público; (iii) a regra do voto obrigatório ignora que deixar de comparecer às urnas também representa um posicionamento político legítimo; (iv) o voto compulsório não integra a essência da democracia, tampouco colabora com o avanço da consciência livre, facilitando, ao revés, a irresponsabilidade, a irreflexão, o clientelismo e o oportunismo no processo eleitoral; (v) países com democracias mais consolidadas adotam o voto facultativo.

Não houve apresentação de emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre a proposição em exame.

Antes de tudo, cumpre registrar que a PEC nº 55, de 2012, atende às exigências constitucionais para a tramitação de propostas de alteração da Carta Magna. Com efeito, foi ela subscrita por mais de um terço dos membros do Senado Federal, não trata de matéria que tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa e seu exame não ocorre na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (art. 60, I, § 1º e 5º, da Constituição Federal).

Quanto à constitucionalidade material, não vislumbramos ofensa ao art. 60, § 4º, da Constituição Federal, que enumera as cláusulas pétreas, entre as quais a do “voto direto, secreto, universal e periódico”. Tornar o voto facultativo não alterará em nada essas outras características que ele deve ostentar.

Quanto ao mérito cabe observar que a atual Constituição brasileira manteve a tradição do voto obrigatório iniciada com o Código Eleitoral de 1932. Os debates sobre o voto facultativo durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte foram intensos, prevalecendo, no entanto, a visão paternalista que implica o Estado tutelar o cidadão ao impor-lhe a obrigação de escolher os seus representantes, em que pese a nossa Carta Política consagrar a soberania e a supremacia do Povo sobre o Estado.

Aqueles que perfilham a obrigatoriedade do voto entendem, basicamente, que a medida conduz ao elevado comparecimento de eleitores às seções eleitorais por ocasião das eleições, evitando assim que venha a ser alegada a ilegitimidade dos eleitos quando a maioria dos eleitores deixar de participar da votação.

Tal argumento não se mostra muito consistente quando constatamos que os países influentes no panorama mundial que praticam a

democracia representativa, e que servem de modelo para os demais, não têm suas eleições contestadas em razão do número de eleitores que foram às urnas.

Entendemos que a qualidade de uma democracia não se deve, unicamente, à participação quantitativa nas eleições, ainda mais se esta for obtida mediante constrangimento legal. O fato de o eleitor comparecer a uma seção eleitoral não significa que ele está interessado nas propostas dos candidatos e dos partidos políticos. Um número significativo de eleitores vota em branco ou anula seu voto deliberadamente, como protesto. Assim, o sistema político termina por ser levado ao descrédito pela constatação da existência de um número elevado de votos brancos e nulos, para não se mencionar o absenteísmo que cresce a cada eleição pela desmotivação do eleitor.

É temerário concluir que uma postura de parte do eleitorado de não comparecer às urnas signifique necessariamente falta de comprometimento cívico. O não-exercício do direito de voto é revelador, em muitos casos, do inconformismo do eleitor com a política que se pratica no país ou com as opções de candidaturas que lhe são apresentadas. E essa não deixa de ser uma forma legítima de manifestar opiniões políticas. Com a manutenção da obrigatoriedade do voto, o eleitor encontra outras formas de expressar esse descontentamento, votando nulo ou em branco.

E mesmo a perspectiva de punição não é capaz de evitar elevados índices de abstenção, que tendem a alcançar vinte por cento do eleitorado. É bem verdade que parte desse percentual se deve à desatualização dos cadastros da Justiça Eleitoral. De qualquer modo, não acreditamos que a participação consciente dos cidadãos no processo eleitoral possa ser garantida pelo mero recurso à via impositiva, tampouco que o absenteísmo signifique necessariamente uma falta de comprometimento cívico. A recusa em participar do processo eleitoral, tanto quanto o voto nulo, é uma maneira de se posicionar politicamente.

A regra da obrigatoriedade do voto se baseia, portanto, na visão de que o Estado deve tutelar o eleitor e ensinar-lhe o valor e a importância do voto, mesmo que para tanto tenha de recorrer a mecanismos coercitivos contra aqueles que se recusarem a exercer aquilo que é considerado um direito seu. Ora, parece muito difícil conciliar a noção de direito com a imposição de seu exercício. Se o cidadão não é livre para optar entre votar ou não, ele não tem em verdade um direito, mas sim um dever.

Em contraponto, os que propugnam pelo voto facultativo indicam ser ele condizente com a liberdade política e com a melhoria da qualidade do voto pela participação de eleitores conscientes e motivados, sendo adotado por todos os países de tradição democrática.

A abstenção nas últimas três eleições nacionais tem ficado em torno de dezoito por cento, todavia, nessas mesmas eleições, em média, cerca de seis por cento dos votos foram nulos e três por cento, brancos, resultado esse que não é significativamente diferente para as três últimas eleições municipais.

Nos Estados Unidos da América, nas últimas décadas, o índice de comparecimento eleitoral variou entre 51,4% e 62,3% para as eleições presidenciais. A participação é menor nas eleições legislativas, ficando, no caso da Câmara de Deputados, em torno de cinco por cento abaixo dos índices das eleições presidenciais, quando realizadas concomitantemente (dados fornecidos pelo *Bipartisan Policy Center*). Já na Alemanha, o percentual de participação do eleitorado nos pleitos para o Parlamento tem variado, nas últimas eleições, entre setenta e oitenta por cento (dados fornecidos pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*). Conquanto os últimos dados eleitorais em alguns países onde o voto é facultativo indiquem um comparecimento menor às urnas, a baixa participação não é um fenômeno inevitável. A Alemanha, que adota o voto facultativo, ostenta índices não muito diferentes dos do Brasil, onde o voto é obrigatório.

Na França, o comparecimento às urnas cresceu quando os partidos de centro e de esquerda se sentiram ameaçadas com o espectro do crescimento dos partidos da direita.

Ao referir-se à obrigatoriedade de votar como um exercício de cidadania para o eleitor, os defensores do voto obrigatório acreditam que todo eleitor tenha critérios elevados ao fazer a sua escolha eleitoral, dentre os partidos e candidatos em disputa, contribuindo para o aperfeiçoamento da sociedade. Não compreendem a recusa do eleitor em participar do jogo eleitoral como uma demonstração válida e, às vezes eloqüente, de visão política. Cabem aos partidos políticos a conquista dos eleitores. Se suas propostas forem sedutoras, os eleitores comparecerão às urnas.

Alega-se também que o atual estágio político brasileiro ainda não é propício ao voto facultativo, pois não temos uma sociedade com maturidade

política suficiente para praticar a democracia como o fazem os países politicamente mais avançados. Alega-se que o eleitor brasileiro ainda se encontra em estágio político inferior para o pleno exercício da democracia, havendo necessidade de um guia superior, no caso o Estado, acompanhe-o, ensinando-o como exercitá-la.

Ora, se a consciência política de um povo não é bem evoluída em razão do subdesenvolvimento econômico e de seus reflexos nos níveis educacionais, não é tornando o voto obrigatório que se obterá a transformação da sociedade. Se assim fosse, o Brasil e a maioria dos países da América Latina que adotam a compulsoriedade do voto há muitas décadas estariam com seus problemas sociais resolvidos. De modo geral, podemos afirmar que os regimes autoritários gostam do voto obrigatório porque assim o controle do Estado sobre a sociedade é mais forte.

A idéia aqui é que a obrigação legal de votar vá, paulatinamente, ensinando a importância do processo democrático ao eleitor. A primeira premissa desse argumento é a ignorância política do cidadão; a segunda é a necessidade de a lei proteger esse cidadão de sua própria ignorância, impondo-lhe sua educação. Transparece aqui uma concepção de democracia paternalista, que precisa impor a participação ao cidadão. É claro que participação imposta não merece o nome de participação.

Não é possível saber que corrente política ou grupos sociais sairiam ganhando com o voto facultativo, haja vista a motivação de cada eleitor e a especificidade de cada eleição. Não se consegue enxergar, com segurança, quem deixaria de votar em caso de não haver a obrigatoriedade do voto. A eleição majoritária que venha a ter um grande favorito nas pesquisas eleitorais poderia desestimular o comparecimento tanto de eleitores simpatizantes desse candidato quanto do eleitor que o rejeite, em razão da percepção da inutilidade de seu voto para decidir a eleição. Candidatos populistas podem conquistar eleitores pobres com suas promessas, fazendo com que compareçam massivamente às urnas, desestimulando, de outro lado, o comparecimento às seções eleitorais de quem não tenha partido ou candidato que possa ser alternativa a tais candidatos.

Há também que se observar que o eleitorado brasileiro concentra-se nos grandes aglomerados urbanos onde o eleitor tem maior independência em relação aos políticos, tornando difícil o clientelismo político e suas conseqüências como a coerção eleitoral e a perseguição política.

No que diz respeito à qualidade do voto dado espontaneamente, não há dúvidas quanto a sua vantagem para a definição da verdade eleitoral. Adotando-se o voto facultativo é admissível que em algumas áreas de extrema pobreza possa continuar a ocorrer o chamado “voto de cabresto” em que o chefe político da região tem um certo controle sobre o eleitorado, conduzindo-o às urnas, mas, por outro lado, deve reduzir-se a níveis ínfimos a quantidade de votos nulos ou brancos, denotando um corpo eleitoral motivado pela proposta apresentada pelos partidos ou candidatos.

A representação política, em sistema político aberto onde há liberdade de opinião, não pode ser diferenciada do eleitorado, pois é o eleitor que faz a escolha eleitoral e deve assumir, como adulto, a responsabilidade pelos seus atos. A obrigatoriedade ou não do voto não influirá na qualidade da representação política se os eleitores não tiverem nível educacional que lhes permita ter ocupação profissional que lhes permita ter independência em relação ao poder político.

A utilização do voto facultativo significa a plena aplicação do direito ou liberdade de expressão. O voto facultativo caracteriza-se mais como um direito subjetivo do cidadão que um dever cívico e, para ser pleno, esse direito deve compreender tanto a possibilidade de se votar como a consciência determina, quanto a liberdade de abster-se de votar sem sofrer qualquer sanção do Estado.

Hoje, a grande maioria da população vota e a última fronteira na expansão desse direito está, justamente, em ampliar o leque de opções do eleitor e abrir-lhe a possibilidade de não votar. Trata-se de reconhecer ao cidadão o direito de manifestar sua recusa a todas as alternativas em jogo por meio do absenteísmo eleitoral. Hoje esse mesmo cidadão é obrigado, sem razão alguma, a comparecer a sua seção e demonstrar essa posição com o recurso ao voto branco ou nulo.

O voto facultativo constitui um indicador útil para avaliar o grau de legitimidade do sistema político. Quando percentuais elevados de cidadãos não comparecem para eleger seus representantes, há algo errado com o sistema político. A manutenção da obrigatoriedade legal do voto pode mascarar essa situação, na razão direta do número de eleitores “obrigados” que não manifestarem sua recusa ao processo com o voto branco ou nulo.

Muitos dizem que o voto obrigatório não existe mais na prática, uma vez que o cidadão pode eximir-se dessa obrigação mediante simples

justificação. Se é assim, a abolição legal da obrigatoriedade do voto apenas consagraria uma situação de fato. A realidade teria decretado a obsolescência do voto obrigatório.

Lembre-se que segundo as regras atuais, o eleitor que deixa de votar e não justifica a ausência perante a Justiça Eleitoral, deve pagar multa no valor de R\$ 3,51. Sem fazer prova de que votou, justificou a ausência ou pagou a multa, o eleitor fica impedido de: inscrever-se em concurso público e de tomar posse em cargo público, receber remuneração ou proventos (se servidor público ativo ou aposentado), participar de licitações, obter empréstimos junto a instituições financeiras oficiais, obter passaporte ou carteira de identidade, renovar matrícula em instituição de ensino e praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda (art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral).

Além disso, a PEC nº 55, de 2012, em exame, foi objeto de enquete realizada, na primeira quinzena de dezembro do ano passado, pelo DataSenado e pela Agência Senado no site do Senado Federal.

Participaram 2.542 internautas, sendo que 85% opinaram favoravelmente pela adoção do voto facultativo para todos os eleitores, com apenas quinze por cento sendo contrários à mudança da Constituição Federal com esse objetivo. Deve-se ressaltar que o resultado dessa enquete representa apenas a opinião das pessoas que dela participaram, não sendo os seus números utilizáveis para deduzir que seja essa a vontade da população brasileira.

Todavia, recentemente, em consulta realizada entre 21 a 29 de março do corrente ano, pelo mesmo DataSenado foram ouvidos 797 cidadãos em todas as capitais estaduais e no Distrito Federal, com margem de erro de três por cento e nível de confiança de noventa por cento, obtendo, como resultado, que 65% dos respondentes opinaram que o voto não deve ser obrigatório. Não obstante, 81% afirmaram que não deixariam de votar com o fim da obrigatoriedade do voto.

Na maioria das democracias do mundo desenvolvido, o voto é facultativo. Assim ocorre nos Estados Unidos da América (EUA), no Canadá e na maior parte dos países europeus. E mesmo em alguns países cuja legislação trata o voto como uma obrigação, não há sanções para o seu descumprimento ou as que existem são pouco aplicadas, de modo que o dever se reveste de um caráter mais moral e cívico do que jurídico.

Nos sistemas eleitorais que adotam o voto facultativo, os índices de comparecimento às urnas variam consideravelmente, e isso depende bastante da capacidade dos partidos e candidatos de convencer os eleitores a respeito de suas propostas. Desse modo, é razoável supor que os votos dados

o sejam com maior convicção da parte do eleitor, e não simplesmente para se desincumbir de uma obrigação que lhe é imposta. Já a compulsoriedade estimula o voto aleatório e irrefletido: muitos eleitores, levados a contragosto a participar das eleições e sem qualquer convicção a respeito, escolhem o candidato praticamente na fila de votação. Passado algum tempo, o eleitor que vota nessas condições sequer se recorda de quais foram as suas escolhas. Nada mais artificial do que imaginar que os votos dados em tais circunstâncias reflitam a vontade real da população.

O voto facultativo é adotado pelos países anglófonos que são os precursores do constitucionalismo, que introduziu o limite ao poder do Estado, independência e equilíbrio entre os Poderes, ampla liberdade de opinião, imprensa e eleições livres, não havendo impedimentos arbitrários e casuísticos à participação de partidos políticos e candidatos, destacando-se o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e países da Comunidade britânica, em especial o Canadá – embora seja exceção a Austrália que adota o voto obrigatório – e Estados Unidos da América.

Boa parte dos países da Europa ocidental adotam o voto facultativo. No entanto, Itália, Grécia, Bélgica, Áustria, Luxemburgo, Liechtenstein, França (apenas para o Senado) e Suíça (no cantão Schaffhausen) adotam o voto obrigatório, mas a sanção aplicada ao eleitor da maioria dos países citados que deixar de votar não passam de multas de irrisório valor monetário, não constituindo, assim, indutor significativo de comparecimento às urnas.

De outro lado, a maioria dos países da América do Sul adota o voto obrigatório, sendo este facultativo na Colômbia, no Suriname e na Guiana, que é integrante da comunidade britânica, não havendo abaixo da linha equatorial quem adote o voto facultativo, exceto o Paraguai que, no entanto, considera o voto uma obrigação ou dever e não um direito.

Em geral, esses países que adotam o voto compulsório têm a sua história associada a intervenções militares, golpes de estado e autoritarismo político. A Colômbia, que adota o voto facultativo, foi o único país de colonização ibérica do continente que não sofreu intervenção militar quando, na história recente desses países, praticamente todos os seus Governos foram tomados por regimes antidemocráticos.

O eleitor que comparece às urnas contra a vontade, apenas para fugir às sanções previstas pela lei, não está praticando um ato de consciência. Nesse caso, ele tenderá muitas vezes a votar no primeiro nome que lhe sugeriram; a votar em um candidato que não conhece (fato que estimula a cabala de votos na boca das urnas, promovida pela mobilização de aliciadores de votos que o poder econômico propicia); a votar em branco ou a anular o voto.

Diante do exposto, entendemos que já é hora de adotar o voto facultativo. O povo brasileiro é maduro o suficiente para dispensar qualquer tipo de tutela estatal nesse âmbito. A decisão sobre o voto deve competir a cada cidadão, de acordo com a sua consciência e as suas convicções políticas.

Comungamos, assim, com os autores da proposta quanto ao mérito, mas sugerimos uma emenda para aperfeiçoar a redação proposta ao § 1º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer o voto facultativo para “todos os alistados” e não para “todos”, genericamente, e outra emenda para suprimir a linha pontilhada, as aspas e a notação “(NR)”, equivocadamente postas no final do art. 2º.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 14 da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 14.....

.....

§ 1º O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos e o voto é facultativo para todos os alistados, a partir dos dezesseis anos de idade.

.....” (NR)

EMENDA Nº - CCJ

Suprima-se a linha pontilhada, as aspas e a notação “(NR)” que se seguem ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.114, de 2013**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010**.

A Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010**, já havia sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do **Parecer nº 255, de 2013**, em reunião realizada em 10/04/2013, tendo sido apresentado o **Recurso nº 3, de 2013**, no sentido da sua apreciação em Plenário. Depois de transcorrido o prazo para apresentação de emendas previsto no art. 235, II, d, do Regimento Interno, foi aprovado o **Requerimento nº 386, de 2013**, de audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Uma vez que a referida matéria já teve seu prazo para emendas aberto e encerrado perante a Mesa, esta Presidência encaminha o parecer à publicação e incluirá a proposição em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.115, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente à **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012**.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, combinado com o art. 372, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria cumprimentar os colegas Senadores e os que nos visitam no plenário do Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inscrição para falar pela Oposição, como Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está sendo inscrito para falar como Líder da Oposição.

Também estou me inscrevendo para uma comunicação inadiável, já que cheguei também um pouco cedo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Peço a V. Ex^a para me inscrever para

uma comunicação inadiável. Se houver espaço, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está sendo inscrito, Senador Casildo Maldaner, para uma comunicação inadiável.

Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado e dizer que cheguei do Acre hoje, bem cedo, depois de uma madrugada no voo.

Quero agradecer aos que me acolheram no Município de Capixaba ontem, junto com a equipe do Governador Tião Viana. Fomos entregar equipamentos, fruto de parcerias com o Governo Federal, com o Governo do Estado e com as comunidades rural e florestal do Acre.

O pessoal de São Luís do Remanso me recebeu superbem, e ganhei a semana com a agenda de ontem no Acre.

Convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar a presença de estudantes de Direito da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. São estudantes do primeiro ano, do segundo ano, até do quarto ano que estão aqui, em Brasília, em uma visita. Aqui compareceram, irão à Câmara dos Deputados e também ao Supremo Tribunal Federal. Eles estão acompanhados do Prof. Marcelo Theodoro, a quem agradeço a oportunidade de poder explicar o que é o Senado, o papel do Senado da República na consolidação da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com todo o respeito, sejam bem-vindos!

Vi, há pouco, o Senador Pedro Taques conversando com vocês. Vocês estavam diante de um grande professor do Senado, e o outro está na tribuna. Vai falar agora, que é o Senador Cristovam Buarque.

Sejam bem-vindos!

Senador Cristovam, professor, querido, seja bem-vindo!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento os alunos do Mato Grosso que estão aqui.

Sr. Presidente, creio que nós, os Líderes deste País, que somos os políticos eleitos – não apenas os Senadores, Deputados Federais, mas também os Estaduais, os Vereadores, Presidente da República, todos –, não estamos atentos ao que está acontecendo neste País, nem estamos entendendo direito o que está acontecendo, sobretudo, visivelmente, desde junho. Mas isso já vem há muito tempo.

Senador, vi hoje o Bom Dia Brasil. É inacreditável o que a gente está vendo sem fazer nada. As manifestações daquilo que eu falava aqui, Senador Mozarildo, que um dia aconteceria: os desiludidos junto com os desesperados. Os desiludidos, os professores; os desesperados, os mascarados, que por aí estão chamando de vândalos.

Nós não estávamos entendendo que isso ia acontecer. Não fomos capazes, como Líderes, de perceber que isso ia acontecer.

Mas há mais: estamos cometendo o gravíssimo erro de achar que as manifestações ocorrem por meia hora, uma hora, duas horas e depois terminam. No mundo de hoje, as manifestações são permanentes. São invisíveis, inclusive. As pessoas vão para a rua, fazem manifestações ou depredam – sejam desiludidos, pacificamente; sejam desesperados, que querem apenas quebrar – e vão para casa, mas continuam mobilizados. Continuam mobilizados por uma coisa que hoje faz, Senador Couto, com que a praça seja o mundo todo, que é a internet. As pessoas estão mobilizadas até quase quando dormem, porque elas têm esse instrumento.

Aí, o que a gente vê é que aqueles que querem mudar – os desiludidos – encontram-se com aqueles que querem quebrar – os desesperados. E o risco do que pode vir a acontecer, na medida em que isso vá se generalizando, é muito grave. E, quando digo “generalizando”, Senador Maldaner, não o faço sob o ponto de vista geográfico do Brasil. Digo “generalizando” do ponto de vista temporal: cada dia uma manifestação diferente; cada dia um quebra-quebra diferente.

Essa situação merece uma reflexão, merece um cuidado. E, mais que isso, merece que a grande Liderança deste País, que é a Presidenta da República, assuma que o País vive uma guerrilha que tenho chamado de cibernética, porque ela não usa fuzil, usa computador para organizar seus movimentos.

E aí, Senador Maldaner, quando se juntam os desiludidos, pela frustração de anos de um Governo que não atendeu às suas promessas, com os desesperados, que já não acreditam em mais nada; quando se juntam aqueles que vão às ruas pacificamente para mudar o Brasil com aqueles que vão às ruas para quebrar as coisas do Brasil, à medida que isso se genera-

lize no espaço e no tempo, vamos entrar num período muito, mas muito difícil, um período de desarticulação do tecido social.

Somos os Líderes. Temos não apenas que perceber que isso está acontecendo como saber o que fazer para impedir que essa bomba, que já está explodindo aos pouquinhos, exploda de maneira mais geral. E aí não vejo outra maneira: além de entender o problema, deve-se começar um grande diálogo por uma reordenação do tecido social brasileiro, por um novo pacto social, em que se descubra como fazer para que o povo, desiludido, volte a ter vontade de fazer as coisas, e os desesperados passem a ter vontade e esperança. Trazer a esperança de volta exige algum gesto maior.

Sugiro aqui, Senador, que comecemos a fazer audiências no Senado em que possamos ouvir essas pessoas. Vão dizer: “Mas é impossível saber quem chamar. Não há lideranças”. Coloquemos na internet, para que quem quiser se inscreva, e depois fazemos sorteio e vamos ouvir, Senador Maldaner. Vamos chamar aqui essas pessoas. A única coisa que a gente pede é que tirem a máscara na hora em que chegarem aqui e que deixem lá fora os aparelhos que usam para quebrar vidros.

Vamos ouvir o que esses meninos têm a dizer. Vamos ouvir o que os desiludidos, como os professores do Rio, têm a dizer. Não podemos deixar de convocar aqui, numa audiência, os professores do Rio de Janeiro, mas não é porque são do Rio. É porque são do Brasil. Eles não falarão aqui só pelo Rio. Falarão pelo Brasil inteiro.

Sugiro uma audiência para ouvir o que está acontecendo no Rio de Janeiro, trazendo professores, trazendo outros desiludidos e trazendo também alguns dos desesperados.

E a Presidente da República, que, pelo que vejo, tem dito que isso é bom, precisa entender que isso é bom, não podemos parar, mas isso pode ficar ruim, e não devemos parar na marra. Não devemos parar de maneira forçada. Devemos parar pela nossa liderança, pela capacidade de conduzir esse processo na direção do que é bom.

Não falei do bem, porque o bem significaria não quebrar. Eu quero mais que isto: quero seguir na direção de um País melhor, e que ninguém precise parar o seu dia a dia de trabalho para fazer greves tão longas, como a dos professores do Rio, e que as pessoas não se animem a pegar carona nessas manifestações e a sair quebrando tudo que veem pela frente.

A Presidenta deveria convocar, por exemplo, as Lideranças, inclusive a Oposição. Eu acho que o Senador Couto não se recusaria, se um dia ela chamasse

todas as Lideranças e perguntasse: “Onde estamos errando?”

Não é possível que a Presidenta não perceba que nós estamos errando. Esse povo não vai à rua porque está cansado da casa! Nós estamos errando e não temos como controlar mais da forma tradicional, seja por cooptação, como o governo a partir de Lula tem feito muito, que coopta os grupos. Nota-se, por exemplo, que CUT, CGT e UNE não estão lá, porque são cooptáveis e foram cooptados. Quem está lá é quem não foi cooptado e nem é cooptável, porque não está nem organizado.

Vamos fazer o debate entre nós, os Líderes deste País. Não dá para juntar todo mundo.

O Governo Federal, desde o governo Lula, tem um tal de Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social. Como esse Conselho não discute o que está acontecendo nas ruas do Brasil, por que está acontecendo, como está acontecendo e para onde vai? Esse Conselho que está aí não vai debater, porque é feito de pessoas que só pensam o problema econômico e social pela tal cooptação. Por que, de repente, ela não faz um conselho, Senador Jorge Viana, com a liderança que o senhor tem, inclusive junto ao Governo? Por que ela não faz uma reunião tipo Conselho Econômico, para debater a crise que nós estamos atravessando? Que juntem 20, 30, 50 Líderes deste País, do Governo e da Oposição. Escute, pergunte, chegue lá e diga: “Pessoal, onde nós estamos errando?” Não precisa ela dizer “onde eu estou errando”, porque não é só ela.

Onde nós estamos errando? Nós cometermos erros, criamos uma dívida com o povo, caiu a ficha, e o povo percebeu que nós, os políticos, estamos envolvidos com ele. E com a internet se mobilizam facilmente. Aí se unem os desiludidos e os desesperados, ameaçando a instabilidade do dia a dia das pessoas.

Não há hoje ameaça às instituições, mas há uma ameaça ao dia a dia. É o cidadão que quer ir para casa e não consegue, porque há uma manifestação. Quem vai para o aeroporto não consegue chegar, porque há uma manifestação. Quem quer ir ao banco tirar dinheiro não vai poder, porque o banco foi quebrado.

Isso se espalhando sai de uma dimensão pequeninha, como está hoje, para uma dimensão grande neste País, o que inviabiliza o dia a dia, podendo chegar também a inviabilizar as próprias instituições, que hoje, felizmente, não estão ameaçadas.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por isso, elas, as instituições, têm obrigação de enfrentar o problema para proteger

o dia a dia do cidadão sem forçar, impedir autoritariamente as mobilizações.

É isso, Sr. Presidente.

Deixo aqui essa proposta ao Governo Federal, que é a maior Liderança do Executivo, para nós aqui fazermos isso. Peço ao Presidente do Senado que considere a ideia de audiências, para debatermos o porquê e como estão acontecendo essas coisas no Brasil.

Eu quero saber se posso dar a palavra ao Senador Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu serei breve, Senador Cristovam Buarque. Quando há esses movimentos e quebra-quebra, a primeira coisa que vem à mente é: “Baixe o pau, acabe com isso! Que vergonha esse quebra-quebra! Baixe o pau!” É a primeira motivação que parece que vem à cabeça das pessoas. E V. Ex^a falando agora, eu comecei a refletir também, a ruminar cá comigo, numa reflexão mais profunda: por que isso? Por que isso está ocorrendo? Por que muitas pessoas se infiltram nesses movimentos, pacíficas, como disse V. Ex^a, e aproveitam para se expandir, para jogar para fora aquilo que está trancado? Quais são as razões? O que pode ser? E aí é preciso ouvi-las, é preciso haver um espaço democrático, assegurando-lhes o direito de opinar com garantia.

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Devem opinar sem máscaras, é claro, mas colocar isso à mesa, fazer uma reflexão bem aberta, para saber por que não estão conseguindo. Será que é porque há muitos privilegiados, e a gente convive ao lado, sendo espezinhado, humilhado, e outros esbanjando? Será que é um pouco disso? Como? Por quê? Será que isso ocorre por causa da situação política do Brasil? Será que são esses movimentos dos últimos dias também? Até o movimento Marina foi uma resposta, mexeu com estruturas – acho que mexeu; mexeu. Quer dizer, alertou para o fato de que temos que pôr os pés no chão, pensar com mais humildade. Eu acho que deu uma sacudida. O que é que está havendo? Eu acho que devemos colocar o direito de haver uma garantia de essas pessoas se sentarem de igual para igual. Por que alguns põem a máscara e procuram depredar? Qual é a razão? Vamos tentar auscultar isso – a ideia é interessante –, dar oportunidade. Que o Governo, ou os encarregados, a comissão daqui ou dali, o Congresso Nacional, enfim, ouça, e que seja noticiado que se está ouvindo também esse lado para tentar, socialmente, sentir, compreender, ver se há razões nisso, e que medidas se devem tomar, sem se descuidar, claro, da segurança, que deve haver,

nas circunstâncias da atividade pública e da privada, do direito de ir e vir, mas saber por que está havendo isso. A oportunidade que V. Ex^a levanta me chamou a atenção. Quero lhe dizer isso com muita franqueza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Couto, com muito prazer.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, permita-me porque o tema é de extrema relevância para o País. Senador Cristovam, a preocupação de V. Ex^a não é de hoje. V. Ex^a já manifestou essa preocupação até por escrito, que vem ao encontro da preocupação de muitos brasileiros hoje. Eu estou muito preocupado. Lembro uma frase da artista Regina Duarte, que, quando perguntada sobre o que pensava da vitória de um tal candidato, disse: “Eu tenho medo.” E está acontecendo isso hoje. V. Ex^a está preocupado...

(Soa a campanha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... com o fato concreto de que o Governo Federal não está dando a mínima bola. Senador Cristovam, já houve mortes nas ruas, já houve feridos nas ruas. Proibiram o uso da máscara, e aumentou o uso da máscara. Proibiram a fabricação de bombas, e aumentaram a fabricação de bombas caseiras. E a coisa está aumentando. Outro dia, eu fui à tribuna e falei em guerra civil. Talvez eu tenha exagerado. Mas, pelo que eu sinto, o aumento da insatisfação...

(Soa a campanha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... é incontrolável. O aumento da insatisfação é incontrolável. V. Ex^a, daqui a pouco tempo, não precisa muito, vai dizer... E eu sou testemunha de que V. Ex^a, no mínimo, fez uma coisa: alertou a Nação, alertou os Poderes de que a coisa é preocupante. Às vezes, alguém que está na rua é entrevistado e perguntam a ele: “Por que você está aqui?”. Uns respondem, outros se embaralham para responder. É uma vontade que ninguém sabe explicar. Isso é muito sério, Senador. Tem profundidade? Tem. Porque está aumentando. A cada dia aumenta. A cada dia explode numa cidade. E a coisa não tem uma direção de acabar. É isso que V. Ex^a está falando hoje. Preocupado, e tentando a todo custo buscar um caminho, buscar um diálogo, mas parece que ninguém escuta ninguém. E as coisas acontecem. Agora mesmo, eu vou para a tribuna falar de acontecimentos antissociais, que o povo não quer

ouvir, mas que eu tenho a obrigação de falar. E este País, sinceramente, Senador, está sem rumo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O País, Senador, V. Ex^a tem toda razão, o País está sem rumo. Não se contém mais o que se expressa na rua. Não se contém. Não se contém. V. Ex^a está buscando o jeito de conter, mas ninguém lhe ouve. Todas as iniciativas que V. Ex^a propôs da vez passada, pelo meu conhecimento, nenhuma fluiu. E o povo brasileiro, eu não tenho a menor dúvida... Em cada casa há um sentimento igual ao seu, um sentimento de preocupação. Parabéns. Parabéns pela sua preocupação, por V. Ex^a estar mais uma vez com o direito constitucional de Senador da República alertando,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... alertando as autoridades e alertando aquilo que V. Ex^a ama, que é a Nação. Parabéns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Couto. Eu concordo que há uma falta de rumo, realmente, do Governo e nossa. Estamos sem rumo. O povo percebeu isso e tem uma arma.

Senador Maldaner, hoje, a única maneira de impedir que o povo faça manifestações, já que as pessoas estão atentas, a cada instante, preocupadas e ligadas para participar de um ato, é quebrando todos os computadores, a fim de interromper a conexão entre as pessoas, ou atendendo ao que elas querem. Eu acho que quebrar todos os computadores não só é impossível como é absurdo, frear a conexão que hoje permite que cada pessoa chame outras para uma passeata, sem precisar de jornal, sem precisar de rádio, sem precisar de partido, sem precisar de sindicato. Então, é tentar atender.

E quando eu vejo a Presidenta falando que isso é ótimo,...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... e o pior é que é mesmo, do ponto de vista de que as pessoas despertaram, eu me preocupo. Porque dá a impressão, às vezes, Senador Couto, de que é um deboche. Quando se diz: “Esse é o resultado. A gente fez tanto, que o povo quer mais”, não é possível que essa seja a explicação para o povo estar na rua. Quando se diz que nós já fizemos muito, por isso o povo vai para a rua, parece deboche. Não parece uma afirmação sincera.

Concluindo, pelo que o senhor falou, o que mais me preocupa hoje é que são poucos os preocupados.

O que mais me preocupa é saber que o número de preocupados é pequeno. Há uma indiferença. E a indiferença talvez seja o maior combustível para que essas pequenas manifestações, quando a gente somá-las, cada uma pequenininha, mas somando, a gente vê o tamanho delas. Porque a gente vê, Senador Taques, as grandes manifestações, mas...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu estou tentando concluir.

Nós não estamos vendo, nós não estamos somando as pequenininhas. E a soma das pequenininhas, ao longo do tempo, é muito mais forte e complicadora do funcionamento da sociedade do que, de vez em quando, uma grande, ordeira, pacífica, em que todo mundo vai para casa. Nós não estamos suficientemente preocupados. E esta é a minha tentativa: trazer o debate para cá, fazer audiências com essas pessoas e conosco. De repente, só nós mesmos. Onde é que nós estamos errando? Esta é a pergunta: onde é que nós estamos errando? Porque a falta de rumo é prova da falta de acertos.

Senador Taques; depois, Senador Suplicy.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Cristovam, parabéns pela fala e pelo convite ao debate. Esta Casa precisa debater, sim, esses temas. Me parece que nós estamos vivendo um momento de impaciência do cidadão.

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Impaciência com o que está a ocorrer, impaciência com o *status quo*. Me parece que existe quase que um ar de fim de festa, um olhar meio *blasé*, no sentido de o cidadão estar perdido e nós muito mais ainda, porque não encontramos a razão pela qual o cidadão está assim. Eu ousou dizer, Senador Cristovam, que é uma total desvinculação, uma total separação entre o cidadão e a classe política. Não adianta nós falarmos do partido A, B, C, D. Nós políticos – e eu tenho orgulho de ser político – não estamos...

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ... atendendo as demandas sociais. Não estamos atendendo. O Brasil precisa de um momento de reflexão. E logo em seguida passar para a ação. Veja que movimentos políticos eleitorais como...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ... o caso do Governador Eduardo Campos e da Senadora Marina mais ou menos mostram um ca-

minho. Mostram um caminho. Nós temos que buscar esses caminhos. Nós precisamos fazer essa reflexão e entender que o tempo está passando. O tempo está passando e nós não estamos encontrando esse caminho. Nós precisamos fazer essa reflexão que o senhor está dizendo. Veja que no Estado de Mato Grosso, Estado que eu aqui represento, para minha honra, há mais de 50 dias, os professores estão em greve. Os alunos quase perderam o ano letivo. Veja que no Estado de Mato Grosso, hoje, o Ministro dos Esportes, o Deputado Aldo, disse que a principal obra de mobilidade urbana da cidade não ficará pronta. O chamado VLT. Nós estamos gastando 1,5 bilhão, gastando mal,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ... e o cidadão quer resultado. Esse é o fim de festa. Parece que é aquela xepa da feira o que está a ocorrer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Taques.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Cristovam, considero da maior relevância que V. Ex^a tenha hoje ocupado a tribuna para uma reflexão sobre as manifestações. É importante que elas ocorram, mas é importante também que elas, sobretudo, se caracterizem pela forma não violenta. Eu quero aqui externar a todos aqueles que têm realizado manifestações... Na leitura das notícias, observo, que, inclusive, há ocasiões em que pessoas que certamente não seriam o objeto principal do protesto, como um morador de rua que, de repente, precisou segurar com muita força seu colchão porque alguns que protestavam queriam fazer daquele colchão do morador de rua um objeto de incêndio no meio da rua, e ele, então, conseguiu proteger. Só para dar um exemplo. Outro episódio que aconteceu foi quando moradores realizavam um protesto em São Paulo e, de repente, um automóvel explodiu, ferindo diversas pessoas que estavam naquela manifestação. É importante que as pessoas percebam que...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... a violência acaba, muitas vezes, atingindo as pessoas de maneira contrária aos objetivos dos manifestantes. Essas pessoas têm muito que aprender com aqueles que ensinaram como a luta com a característica da não violência, muitas vezes, é vitoriosa e, do ponto de vista até da moral do movimento, algo que passou a ser admirado ao longo da história, como nos exemplos de Mahatma Ghandi e Martin Luther King Junior.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria aqui dizer que é muito importante que as pessoas se manifestem, de fato, e que sejam ouvidas, mas faço o apelo para que aprendam com aqueles que foram bem-sucedidos com a luta não violenta. Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Suplicy, eu agradeço e conluo pelo tempo já demorado, mas quero dizer que a pergunta chave é: por que esses meninos estão indo para a rua quebrar coisas? Eu chamo de meninos, mas podem chamar de vândalos também. Por que eles estão indo? Se a gente não entender o porquê e descobrir qual é a nossa culpa na ida deles, o seu apelo não vai ser atendido.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço e cumprimento o Senador Cristovam. De fato, as cenas de ontem e de hoje chocaram novamente todos nós brasileiros. As manifestações nos fazem pensar e as ações de quebra-quebra nos fazem ficar preocupados. Penso que é muito importante, por isso a Mesa foi tolerante com o orador e com o tempo.

Mas vamos voltar à lista.

Senador Mário Couto, o primeiro que chegou ao plenário hoje, tem V. Ex^a a palavra, como Líder da Minoria; em seguida, o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que V. Ex^a me inscreva pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Inscrevo V. Ex^a pela Liderança do PSDB, Senador Flexa.

Com a palavra, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, quero, primeiro, expressar meu sentimento de preocupação com o meu País.

Quero falar ao meu Estado, ao Estado do Pará, da Virgem de Nazaré, minha querida Virgem de Nazaré.

Mozarildo, aproxima-se o Círio de Nazaré. Mais de dois milhões de pessoas saem às ruas para louvar a Virgem, e eu a pensar na situação do meu País.

Ouvi, atentamente, o Senador Cristovam.

Brasileiros e brasileiras, paraenses, a insatisfação das ruas, meu nobre Senador Cristovam, é exatamente

te com aquilo que a sociedade não tem, mas que ela tem o direito de ter, Cristovam.

A sociedade paga imposto para ter saúde, educação, para não ser violentada nas ruas, para ter transporte digno.

Nós somos o país, Cristovam, que mais pagamos imposto no mundo. Nós vamos passar de R\$1,5 trilhão neste ano. Já passamos de R\$1 trilhão agora. Neste momento, nós passamos de R\$1 trilhão. É dinheiro que nem ladrão conta! E para onde vai esse dinheiro, Cristovam? É isso que a sociedade quer saber. É isso que revolta a sociedade.

Nós não temos nada. Procure um item para justificar, procure um projeto de grande alcance desta Nação, da Presidenta Dilma. Procure um. Não há nada!

O que se vê nos jornais hoje afronta o País, afronta os brasileiros. Ministros e Ministras, a Ideli Salvatti... A Ideli, Cristovam, aquela companheira que andava, aqui, com a gente, dizendo que era séria! Até tu, Ideli? Até tu, Ideli? Usando avião da Polícia Rodoviária, avião ambulância, Ideli? Helicóptero, helicóptero ambulância?

Olha, sinceramente, Pedro Simon, eu não sei mais em quem acreditar neste País. É como dizia o Napoleão Bonaparte – e aí eu me lembro do Mão Santa, que falava tanto do Napoleão –: “Eu não confio mais em nenhum homem, em nenhum ser humano”. A Ideli parecia ser séria, gente! Aquela carinha dela, aquele jeito dela; ela se arrumava direitinho e vinha toda bonitinha e tal: “Eu sou séria”, “Eu sou séria”, “Eu sou séria”.

Ideli, Ideli, deixa o helicóptero para ser usado pelos pacientes do teu Estado, Ideli! Como é que tu vais tirar o helicóptero das pessoas que precisam ser atendidas com emergência, Ideli?

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É isso que revolta o povo. Revolta o povo saber que a Presidenta da República paga uma diária – uma diária, Brasil! Meu Pará, a Presidenta pagou, na semana atrasada, por cada uma diária, em Miami, onde sempre ela gosta de estar, R\$25 mil. Vinte e cinco mil reais, Senador!

O pobre para ganhar R\$25 mil, com este salário mínimo de hoje, tem que trabalhar dois anos. E a Presidenta gasta num dia, com uma diária.

Calcule quanto custou a faixa da Presidenta da República! São exemplos tolos, pequenos, mas dão a dimensão da revolta da população nas ruas. Cinquenta mil reais! Será que há diamante nessa faixa da Presidenta? É um negócio absurdo, gente! Cartão corporativo da Presidenta da República: R\$36 mil por mês – R\$36 mil! Está proibido alguém saber onde ela gastou. Nem Senado, nem Câmara, nem Polícia Fe-

deral, ninguém pode saber onde ela gasta. É isso que revolta a população, Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Ideli, pelo que parecia – pelo que parecia, Ideli! –, eu, primeiro, não acreditava nunca que tu tinhas capacidade – desculpe-me – para ser Ministra. Sinceramente, eu nunca imaginava, na minha vida, pelo que tu fazias aqui – entre aspas –, “um bando de besteiras”, que tu tivesses condições de ser Ministra. Ministra de quê? Institucionais. Não sei o que institucionais. Não sei o que ela é, o que ela faz. Inventaram tantos Ministérios neste País, para apadrinhar os petistas, que são mais de 40.

Agora, pensar, um dia, que tu ias pegar um helicóptero para fazer política, um helicóptero ambulância, usar o dia inteiro – e quantos dias tu usastes? –, e as pessoas acidentadas esperando esse helicóptero, Ideli? Jamais calculei isso na minha vida.

Presidenta Dilma, Presidenta Dilma, tem que achar um jeito de melhorar esses seus Ministérios, Presidenta. Tem que achar um jeito de a senhora gastar menos, Presidenta, dar um freio no custo. Tem que dar um jeito de servir melhor o povo brasileiro, Presidenta; ninguém aguenta mais! Não dá mais para aguentar, Presidenta Dilma! A insatisfação popular é muito grande, Presidenta. Nem o Lula a salva mais, nem o Lula, porque já descobriram tanta coisa do Lula que a moral dele caiu.

Senador Pedro Simon, é um prazer ouvi-lo.

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioridade/PMDB – RS) – Meu querido Senador, repare V. Ex^a: faz tempo que há esse abuso no uso de aviões por parte do governo. Houve uma época em que eu cansava de ver ministros viajando em avião de carreira. Viajavam em aviões de carreira, e isso era normal, absolutamente normal. Numa viagem oficial ou algo semelhante, o ministro viajava até com uma comitiva num avião oficial, mas essas viagens de rotina, para fazer campanha ou para visitar a família no fim de semana, eram feitas em avião de carreira. Agora é da maneira como vem sendo feito. O Ministro encarregado da fiscalização do Governo, que me parece ser uma pessoa sensacional, vem colocando limites nessa questão. Inclusive, a Presidenta Dilma, na ocasião de um incidente como esse, baixou uma regulamentação sobre como pedir avião, como ir de avião, e lá está claramente dito que ministros não podem usar avião no fim de semana para ir para suas cidades, para seus Estados. De repente, aparece isso! Agora, o que é doloroso – não precisa ser uma Ministra ou um Senador – é um cidadão comum pegar um helicóptero que está todo aparelhado, transformado

num quarto de hospital, com toda a aparelhagem necessária,...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – E tem que desmontar tudo!

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioridade/PMDB – RS) – ...desmonta tudo, suspende a operação, porque é o único que existe – o único! –, e, durante aquele tempo: “Por amor de Deus, o helicóptero porque o cara está afogando-se aqui, lá.” “Não, não está disponível.” Isso tudo para ela fazer a viagem. E outra coisa que eu achei triste: fui ver a resposta dela hoje, e ela respondeu o seguinte, o que é mais sério: “Todos os Ministros fazem isso”. Ela disse que todos os Ministros fazem isso – vírgula –, logo é porque está certo. Essa é a afirmativa. Então, nós temos agora aí, além disso, a afirmativa da posição da Ministra: “Todos os Ministros fazem isso”. É sinal de que está certo. Eu não me dirijo à Ministra; eu me dirijo à Presidenta. Onde está o ato dela determinando o uso de aviões oficiais? Onde estão as decisões dela? A Dona Dilma, que era tão importante e tão firme na hora de tomar as decisões – e eu fui um dos que a elogiaram na hora de demitir ministro –, demitiu ministro, demitiu ministro, mas agora não fez nada. Não aconteceu nada, com nada, com ninguém. O que culminou na renúncia do Pertence da Comissão de Ética – cá entre nós, uma Comissão de Ética de brincadeira, mas em que estava a pessoa que foi Presidente do Supremo como Presidente da Comissão, que puniu o Ministro, mas ela não aceitou. O Pertence renunciou à Presidência da Comissão de Ética em sinal de reprovação, porque uma decisão unânime da Comissão de Ética não foi acatada pela Presidenta. Ela não acatou. Então, isso que está acontecendo é sinal de falta de firmeza da Presidenta. Quer dizer, porque, se ela tomasse as providências, se ela fosse enérgica naquilo que faz... Mas o que a Presidenta deve responder agora... Eu acho que a Presidenta devia chamar a Ministra e dizer: “Ministra, a senhora diz que são todos que fazem. Quais são os todos?” Lamentavelmente, é isso. Eu custo a crer, eu custo a crer que uma Líder do PT, Ministra do PT... Se pegar um avião, ainda não discuto; pegou um avião, está lá, está parado. Mas um helicóptero, que é helicóptero ambulância, que é único, que serve, que está à disposição, tanto que está armado como se fosse um quarto de hospital, está preparado... Desarmaram tudo para ela ir. Cá entre nós!

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Meus respeitos.

Mas eu sempre disse, Senador, que quem perde o respeito perde a moral. A Dilma perdeu o respeito pelo povo brasileiro. A Dilma perdeu o respeito por todos.

Outro dia, o ministro preparou um ato de corrupção, tão natural neste Brasil de hoje. Nunca no Brasil, nunca nesta Nação querida, meu querido Pará, nunca se cometeu ato de corrupção tanto quanto agora no Governo de Lula e de Dilma!

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Mas, outro dia, pela segunda vez no mesmo Ministério, atos de corrupção – e já vou descer, Presidente –, atos de corrupção. Acusam o Ministro! O Ministro disse: “Olhem, não mexam comigo! Dilma, preste atenção, Dilma! Não mexa comigo se não eu tomo providências!”

Calaram, Pedro! Calaram, Pedro!

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioria/PT – RS. *Fora do microfone.*) – “Se não eu conto tudo!”

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – “Se não eu conto tudo!”

Colocaram esparadrapo na boca, Pedro! E ela não teve moral nenhuma para falar mais nada, porque quem perde o respeito, Petecão, perde a moral. E ela perdeu o respeito e perdeu a moral de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe a minha intolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nada, Senador Mário Couto.

Vamos seguir com a lista de oradores.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito, em permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – E depois?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Depois, ou eu ou V. Ex^a, que somos os dois inscritos para uma comunicação inadiável, se V. Ex^a me der a honra de assumir a Presidência. Trata-se apenas de uma agenda que eu cumpri no Acre. Levarei menos de cinco minutos. Depois, assumirei para que V. Ex^a...

Por gentileza, Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado. hoje, na pauta de votação, existem dois projetos de minha autoria. Um que cria a Fronteira Agrícola Norte, que ainda está pendente de parecer da CAE, CDR e Comissão de Agricultura. Mas o terceiro está pronto para

ser votado e vem sendo postergado por razões para as quais não vejo motivos válidos.

É uma lei, Sr. Presidente, que foi aprovada aqui no Senado em 2002, que dispõe sobre os procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, nos termos do art. 18 da Constituição.

Sr. Presidente, passados 11 anos, esse projeto é votado na Câmara e volta para o Senado. Aqui já foi votado de novo na CCJ. O Relator, Senador Valdir Raupp, acolheu várias das sugestões apresentadas pela Câmara, e está aqui um projeto que é moralizante. Se esse projeto já fosse lei há uns dez anos ou mais, não haveria a criação de mais de 2.800 Municípios. O que me espanta é que as pessoas, sem lerem o projeto, que cria uma série de rigores... Por exemplo, só se cria um Município depois do estudo de viabilidade econômica. Só pode ser criado esse Município se o que perde o território não ficar também inviabilizado economicamente. Isso nunca existiu na criação de Municípios. Agora, existe esse estudo de viabilidade, que exige um número mínimo de habitantes por região.

É interessante que, enquanto a imprensa do Sul fala contrariamente a esse projeto, talvez pensando que vai haver mais Municípios no Nordeste e no Norte, esquece, por exemplo, que o menor Município deste País está em São Paulo: o Município de Borá, que não tem nem mil habitantes. E esse Município foi criado quando? Sem a vigência dessa lei. O segundo menor Município está em Minas Gerais. Nenhum Município do meu Estado, que é pequenininho, tem menos de 8 mil habitantes. Nenhum!

Então, o que a gente está propondo aqui é que haja regras uniformes para o País todo, inclusive com exigência de mínimo de habitantes. O menor índice que se exige é 5 mil habitantes. E vejam só: assim mesmo, o plebiscito só será realizado depois do estudo de viabilidade econômica de ambas as áreas, tanto a que vai ser desmembrada como a – digamos assim – área mãe. Não há um tostão de gasto por parte do Governo Federal, porque o que vai acontecer? Uma área X se desmembra e forma outro Município. O Fundo de Participação dos Municípios que ia para lá vai ser dividido pelos dois, de acordo com a população. É assim a regra do Fundo de Participação dos Municípios. Não vai aumentar em nada a estrutura de gastos da União. E é a União que não quer essa política, que é adequada.

Como é que você pode pensar, por exemplo, que no Pará há o Município de Altamira, e uma ponta do Município, que é a cidade de Sorriso, fica a 1.500km de distância da sede? No meu Estado, há um Município, Caracaraí, que se estende do meio do Estado até a fronteira sul com o Amazonas e que comporta, digamos assim, alguns Municípios do Nordeste na

sua área. Então, é difícil para o prefeito atender bem a população que está aqui em cima e a que está lá no fim, na fronteira com o Amazonas, com atividades completamente diferentes e ecossistemas diferentes.

Dessa forma, quero dizer que lamento muito que o nosso processo legislativo já seja lento por natureza. Repito: apresentei esse projeto em 2002; foi aprovado aqui no Senado em 2002 e foi para a Câmara; foi aprovado em 2008 nas Comissões; e só agora, este ano, foi aprovado e mandado para cá. Não sei por que os projetos de iniciativa parlamentar, Sr. Presidente, são tão emperrados para se legislar.

Então, a função do legislador fica comprometida. E fica comprometida por quê? Porque o líder do partido A ou do partido B não quer, porque pode ser prejudicial ao seu Estado; porque vêm ordens do Planalto, como se diz, para não se aprovar aquele projeto; porque, depois de tramitar todo esse tempo, é que descobrem que pode haver alguma coisa. Inclusive o Senador Valdir Raupp está acolhendo algumas recomendações feitas de lá para que possa aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – As coisas da planície, então, não prosperam?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – A parte da planície não anda.

Então, veja bem: quanto ao projeto que está em segundo lugar na pauta, que é meu também, esse eu concordo, porque ainda há pendência de parecer. Mas o Item 3, esse dos Municípios, não tem pendência nenhuma para ser votado.

Então, a Fronteira Agrícola Norte... Há também aquela história do preconceito de que a Região Norte, na faixa de fronteira, tem comunidades indígenas, comunidades ecológicas.

Enfim, na verdade, nós precisamos é olhar mais o Brasil e cumprir o que a nossa Constituição diz: que é dever da República eliminar as desigualdades regionais. E não se eliminam as desigualdades regionais tratando igualmente os desiguais, porque, senão, é aquela história: a região mais rica vai continuar cada vez mais rica; e as regiões mais pobres, cada vez mais pobres. Então, temos que mudar isso.

Quero fazer um apelo ao Presidente Renan, porque esse projeto está na pauta já há algum tempo; só entrou em pauta porque conseguimos que a maioria dos Líderes pedisse urgência; está na pauta, portanto, de hoje, e espero que consigamos votar.

É um projeto, repito, moralizador, que não implica despesas adicionais para a União, embora pudesse exigir, porque a União tudo arrecada nos Municípios, nos Estados, e não repassa, em termos proporcionais, o que Estados e Municípios precisam.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, meu pedido ao Presidente Renan, aos Líderes partidários, para que possamos dar uma resposta, até porque esses Municípios não serão criados do dia para a noite. Fizemos um estudo também, e, dentro das regras desse projeto, o máximo que se poderá criar, nos próximos anos, serão 198 Municípios no Brasil todo, enquanto, antes desse projeto – que poderá vir a se transformar em lei –, foram criados 2.800 Municípios.

Espero, inclusive, que reflitam sobre isso, porque, enquanto hoje não há regra nenhuma, o que estamos colocando é uma regra para disciplinar um artigo da Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só queria confirmar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a já está inscrito, Senador, para uma comunicação inadiável.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Passo a Presidência dos trabalhos para o Senador Casildo, para que eu possa fazer uso da tribuna, para uma comunicação inadiável.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Casildo Maldaner, enquanto o senhor está assumindo a Presidência, só para dizer que, em meu nome pessoal e em nome do Bloco União e Força, apoiamos integralmente a proposta e o pedido feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti sobre esse projeto.

Nosso Bloco, integralmente, apoia o seu projeto. Entendo que realmente este País precisa se desenvolver, crescer, e, através desse projeto de lei da autorização de criação de novos Municípios, nós encontramos esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Após ouvirmos as ponderações do Senador Gim Argello, concedo, na sequência do Senador Mozarildo Cavalcanti, a palavra ao eminente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, mais uma vez, cumprimento meus amigos conterrâneos do Acre.

Eu falava, ainda há pouco, com o Presidente Casildo Maldaner que um dia como hoje é difícil para nós, acrianos. Os colegas aí, de vez em quando, fazem esse percurso – o Senador Petecão, não; vem de dia, descansa à tarde e começa aqui cedo no outro dia. Eu me refiro ao voo que peguei, o voo da noite, Senador, aquele que a gente adia uma noite na vida. Estou falando, mas tanto o Senador Anibal como o Senador Petecão, de vez em quando, os horários nossos são proibitivos.

E ontem eu fui ao Município de Capixaba e fiquei muito feliz com a agenda, uma agenda preparada pelo Governo do Estado, em sintonia com o meu gabinete. E me sinto na obrigação de prestar contas aqui, como Senador, independentemente da função que exerço de Vice-Presidente da Casa, de ter que estar trabalhando aqui no plenário cedo. Mas não é fácil. O voo sai de madrugada de Rio Branco, não dá tempo de dormir; a gente vai para o aeroporto, embarca, chega aqui às 7h30, toma um banho, e, às 8h30, nós já estávamos trabalhando na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Aliás, hoje votamos um substitutivo do Senador Rodrigo Rollemberg a um projeto do Senador Aloysio Nunes da maior importância. Tanto que, desde 2011, a Presidenta Dilma criou um grupo de trabalho interministerial – 7 ministérios, mais 14 entidades da sociedade civil –, procurando estabelecer uma legislação que normatize a relação entre entidades da sociedade civil e Governo. Ou seja, as entidades não governamentais, que somam quase 300 mil no nosso País, que envolvem dois milhões de pessoas; 40% delas trabalham com questão social, em muitos lugares substituindo o papel do Estado, mas não possuem uma normativa que estabeleça os critérios para que entidades não governamentais possam fazer convênios. A lei que elas seguem é a lei dos Municípios e a do Estado.

Para mim, sinônimo de sociedade desenvolvida é a presença forte das organizações da própria sociedade civil. Mas, além disso, no Brasil, não há uma tradição do financiamento privado. O envolvimento de recursos públicos, segundo o IBGE e segundo as informações, chega perto de R\$2 bilhões por ano. Tivemos a CPI das ONGs, como foi chamada a CPI, com a intenção, de parcela dos que atuaram na CPI, de desmontar esse trabalho da própria sociedade; e, de outros, de procurar tirar lições e criar normativas. Foi o caso do Senador Aloysio Nunes – ele mesmo assumiu hoje.

O Senador Rodrigo Rollemberg fez um substitutivo da melhor qualidade, depois de um ano de estudo e de trabalho – parabeno os dois Senadores –, e incorporou muito do trabalho da Comissão Interministerial da Secretaria-Geral da Presidência, que tem à frente o Ministro Gilberto Carvalho. Diogo de Sant’Ana, que é o Secretário Executivo, trabalhou nesse tema e conversou comigo, inclusive.

Hoje, demos um passo muito importante para frente: o nosso Senado, o nosso Parlamento está trabalhando, criando uma normativa, uma legislação para as entidades da sociedade civil. Então, a partir da aprovação desse projeto, que ainda vai seguir tramitando na Casa, haverá critérios, regras muito claras, Senador Paim. V. Exª trabalha muito com a sociedade civil e, talvez, seja o Senador que mais recebe entidades não governamentais nesta Casa. Eu procuro madrugar. Hoje, cheguei cedo aqui, e V. Exª já estava aqui, talvez na segunda reunião.

A nossa legislação não prevê regras, colega Petecão, para lidar com entidades não governamentais. E o que é que nós estamos vendo? Estamos vendo ações da Polícia Federal, estamos vendo entidades de parentes, de amigos e de cupinchas, estamos vendo desvio de dinheiro. Essa é uma minoria, mas essa minoria passa a impressão, com a amplitude que é dada aos malfeitos, de que as entidades não governamentais são instrumentos de desvio de dinheiro, quando, ao contrário, elas têm muito respeito nas pesquisas por parte da sociedade, elas trabalham com transparência e são fundamentais para que temas sensíveis da sociedade alcancem prefeituras, governos estaduais e o próprio Governo Federal.

Então, eu queria parabenizar o Ministro Gilberto Carvalho pelo trabalho que coordenou.

Quero parabenizar o Senador Aloysio Nunes e o Senador Rodrigo Rollemberg e dizer que fiquei muito feliz hoje, sob a Presidência do Senador Blairo, por nós termos aprovado essa legislação – o Senador Anibal estava junto comigo –, por termos dado esse primeiro passo no sentido de haver uma legislação específica para entidades da sociedade civil. Com isso, certamente, nós vamos pôr barreiras para aqueles que querem criar ONGs para atender a interesses privados e particulares. Haverá também maior transparência na aplicação de recursos públicos, dificultando qualquer desvio de conduta. Com essa nova legislação, as entidades não governamentais poderão, inclusive, ter financiamento privado.

Então, concluindo, Sr. Presidente, eu queria só fazer, por último, um agradecimento a todos que me receberam ontem no Polo Agroflorestal, que foi uma criação minha, quando eu ainda trabalhava no Exe-

cutivo acriano. Tenho muito orgulho de ter criado os polos agroflorestais, que são exemplos de bom aproveitamento do solo, são áreas em que há pessoas que prosperaram na vida pela concepção do projeto. Ontem, visitei o da Cidade Hortigranjeiro e fiquei feliz de ver a produção e o resultado também do meu mandato de Senador. Senador não executa, Senador não tem cofre, não tem dinheiro, mas pode ajudar. Consegui junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário R\$6 milhões. Esse recurso foi para o Governo do Estado, ainda quando era Secretário Mauro Ribeiro – agora, o Secretário é o Lourival.

Foram feitos bons projetos, discutindo com meu gabinete. Foram feitas licitações lícitas. Já participei da entrega de equipamentos em Sena Madureira, como motoniveladoras, pás mecânicas, tratores, tratores com pneu para mecanização agrícola, e de implementos agrícolas. Ontem mesmo, foram dois tratores entregues em Capixaba, com oito trilhadeiras. E a execução do programa segue.

Quero muito agradecer ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e à equipe do Ministério. Quero cumprimentar a equipe do Acre.

Ontem, tive o privilégio de, pela manhã, passar por Capixaba e, depois, ir ao coração da floresta, no Seringal São Luiz do Remanso, que é um assentamento extrativista. Pude andar pelo lugar onde minha mãe viveu uma parte de sua vida e onde meu avô, pai de minha mãe, pernoitava, andando em lombo de burro: a Colocação Pernambuco.

Ontem, eu estava bem no coração da floresta, do jeito como gosto de fazer sempre. Éramos mais de 300 pessoas adultas na reunião. Isso alegrou meu coração e me realizou também como cidadão, como pessoa que atua na política e como Senador.

São agendas como essa de ontem que fazem a gente se sentir útil. Eu me sinto útil, como Senador, por poder ajudar, fazendo essa parceria com o Governador Tião Viana, com o Governo do Estado, com a Presidenta Dilma, porque as ações que nós fizemos ontem são ações do Governo Federal e do Governo do Estado, que contaram, obviamente, sem falsa modéstia, com a ajuda do meu mandato aqui, no Senado Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, eu agradeço o almoço. Comi uma boa carne, uma boa macaxeira. E o melhor de tudo é que me alimentei da boa conversa, da boa acolhida que tive no Seringal São Luiz do Remanso.

Então, quero mandar um abraço para toda a população e para as lideranças do Município de Capixaba, especialmente para os que trabalham e produzem

no Polo Florestal da Cidade Hortigranjeiro e para os moradores de São Luiz do Remanso.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Daqui, do plenário do Senado, envio meu abraço a todos que me deram de comer ontem, que me deram a melhor comida, que foi o abraço, o carinho e a amizade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Mesa felicita V. Ex^a, que volta ao Município de Capixaba e se congratula com a comunidade. Uns, por exemplo, saem da floresta, outros voltam à floresta, como V. Ex^a, alegrando-se.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Esse é um cacique, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós nos congratulamos com V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a inscrição para falar pela Liderança do PT, saudando aqui o meu cacique, o Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, fica inscrito o Senador Wellington Dias como Líder.

Na sequência, agora, pela ordem, fala o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Presidente Casildo, eu gostaria, se fosse possível, de obter uma informação. Quero saber se o projeto que trata do fuso horário do Acre encontra-se na pauta. Se fosse possível, gostaria que V. Ex^a me dissesse qual é o item da pauta.

Por favor, Senador Jorge Viana, ajude-me aí! V. Ex^a nos vai ajudar na votação desse projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já que V. Ex^a invocou o nome do Vice-Presidente da Casa, que é o Senador Jorge Viana, eu vou passar a palavra para S. Ex^a, que é mais...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas o senhor, como Presidente, pode me informar. Eu estou pedindo um apoio do nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu posso informar. Tão logo nós tenhamos a informação, eu vou passá-la. O Vice-Presidente já tem essa informação, e acho que vale a pena S. Ex^a comunicá-la, não só por ser acriano, como V. Ex^a...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu estou pedindo um apoio, até porque o Se-

nador Jorge Viana já se comprometeu de nos ajudar nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – E eu fico grato. Inclusive, o Senador Vicentinho está à espreita quanto a essa resposta do Vice-Presidente da Casa.

O Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Paulo Paim está na tribuna, e peço desculpas a S. Ex^a. Em seguida, nós vamos retomar também com uma comunicação inadiável.

Mas respondo ao questionamento do Senador Sérgio Petecão. Como eu tinha informado e acordado com V. Ex^a e, inclusive, junto ao Presidente Renan, nós encaminhamos a votação do requerimento de urgência, o projeto está na pauta e, certamente, será posto em votação, muito provavelmente, na sessão de hoje ainda, se houver um razoável entendimento de Lideranças no sentido de apreciarmos itens para os quais não seja necessário um acordo pleno.

Então, como é uma matéria em que há acordo, desde a Comissão, para ser apreciada, acredito que, hoje ainda, na Ordem do Dia, nós possamos fazer a apreciação do projeto a que V. Ex^a se refere, que altera novamente o fuso horário do Acre, nos termos em que ele existia anteriormente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu lhe agradeço, Senador Jorge Viana, em meu nome e em nome do povo acriano.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Sérgio, como são muitos os itens da pauta e como a Ordem do Dia começa às 16h, seria importante V. Ex^a fazer a solicitação. Não sei se estarei aqui, porque tenho uma palestra para dar fora, mas basta levantar o microfone e pedir – ele está incluído na Ordem do Dia – para que o projeto possa ser submetido à votação. Requer maioria simples. Portanto, pode ser votado por acordo aqui, no plenário da Casa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mais uma vez, eu lhe agradeço. Só sairei daqui hoje, se Deus quiser, depois de votado esse projeto. Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, eu permutei com o Senador Mozarildo, como orador inscrito.

Quero falar sobre alguns temas: uma situação que aconteceu no Rio Grande do Sul, a reserva de vagas nos concursos públicos e a saúde.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Saúde+10 é o nome do projeto de iniciativa popular que marcou a história do Sistema Único de Saúde, nos seus 25 anos. Esse projeto, que foi entregue com cerca de 2,2 milhões de assinaturas, garante 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública.

As mobilizações das ruas que aconteceram em junho fortaleceram o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. O Movimento, agora, está assumindo uma nova fase de luta: pressionar o Congresso para a votação, em regime de urgência urgentíssima, do projeto de lei.

A OAB, a CNBB, o CNS, as Centrais Sindicais, os Movimentos Sociais, os Movimentos Populares, os Conselhos profissionais, enfim, inúmeras entidades e mais de dois milhões de brasileiros e de brasileiras estão colocando diante de nós o PLS nº 321, de 2013, um projeto que busca garantir melhorias no sistema de saúde, para um SUS público, universal, integral e de qualidade.

Em 2008, Sr. Presidente, eu havia apresentado, nessa mesma linha, o PLS nº 362, que estabelece que recursos recebidos pela União, a título de *royalties* pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área da saúde, à previdência e à educação.

Essa minha preocupação em encontrar meios de fortalecer nosso sistema de saúde faz com que essa iniciativa popular do Saúde+10 tenha nosso total apoio. Espero e vou me empenhar para que o Movimento Nacional em Defesa da Saúde consiga aprová-lo o mais rápido possível. A saúde de nossa gente precisa disso, merece isso, e eu me alio ao Movimento em torno dessa proposta.

Somamos, assim, nossa voz ao Movimento Saúde+10, que, no período de 5 a 11 de outubro, comemorará os 25 anos do SUS, da garantia constitucional da saúde como direito, e que está convocando todos para que, nesse período, mobilizem sua comunidade do campo ou da cidade, promovam ações de pressão a seus Parlamentares, conversem com gestores de saúde, com Governadores, com Prefeitos, com Vereadores, com Secretários, dizendo: sou favorável ao SUS e à votação urgente do PLS nº 321, de 2013.

Sr. Presidente, trato aqui de outro tema que tem a mesma seriedade desse primeiro, que foi a saúde.

Lembro que o Governador Tarso Genro sancionou, no final do ano passado, a lei estadual que reserva vagas a negros e a pardos no Rio Grande do Sul. A norma pretende promover a igualdade de oportunida-

des no âmbito da Administração Pública, observando o percentual equivalente ao da composição populacional do Estado, com fulcro no senso do IBGE. Ocorre, Sr. Presidente, que, na semana passada, recebi denúncias de que a norma não está sendo cumprida, em total desrespeito à lei.

Segundo informações, o concurso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para serviços notariais e registrais não reservou as vagas, conforme determina a Lei nº 14.147. O Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos ingressou com mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, com vistas a suspender esse certame. Ocorre que a medida foi negada pelo próprio Tribunal de Justiça daquele Estado, ou seja, do Estado gaúcho, sob a alegação de que o concurso para notários não se enquadra na norma, haja vista não tratar de cargo público, mas de função pública delegada a particular.

Essa foi a justificativa.

O que quero salientar aqui, Sr. Presidente, mais do que nunca, é a função social da norma de impor uma isonomia com igualdade de condições a todos.

Segundo o último censo do IBGE, de 2010, o percentual de negros e pardos na composição da população do Rio Grande é de 16,13%. Portanto, é justamente para atender a essa fatia da população que devem ser reservadas as vagas na disputa, como decidiu muito bem o Governador, quando deu vida à lei.

As cotas representariam 28 serventias do total ofertado na concorrência. Não é justo que um Estado como o nosso, considerado tão politizado, tão avançado, neste momento, não olhe com cuidado e com carinho para uma lei que é reconhecida por todos, especialmente após a memorável decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das cotas.

Aproveito a oportunidade para lembrar a frase do Ministro Joaquim Barbosa, quando do julgamento das cotas naquela Casa.

Disse ele:

Não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela tão expressiva da sua população.

Lamentavelmente, ainda existe um viés exclusivo por parte de alguns setores que insistem em não reconhecer a necessidade de normas que garantam a igualdade na sua mais pura essência.

É notório, Sr. Presidente, que a ocupação de vagas de trabalho, seja no serviço público, seja na iniciativa privada, está muito longe de traduzir a composição étnico-racial do nosso querido País, ou seja, do nosso Brasil.

Outra questão trazida – e aqui eu volto, mais uma vez, a uma política de preconceito – diz respeito à reserva de vagas para deficientes visuais em concursos para juízes.

Notícia já publicada deixa-nos alegres, quando mostra que o primeiro juiz cego do Brasil tomou posse como desembargador, no Paraná, em 2009. Trata-se do competente e qualificado Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que é cego, mas enxerga muito, muito mais do que muitos juízes.

Ocorre, Sr. Presidente, que, no Rio Grande do Sul, uma reunião da Comissão de Concurso para juízes, ocorrida no dia 15 de janeiro deste ano, traz em sua ata um verdadeiro crime de discriminação. Vou reproduzir o parágrafo em que dois magistrados se posicionaram contra a possibilidade de um cego assumir o cargo de juiz naquele tribunal – embora a ata esteja disponível no site do tribunal, vou omitir o nome dos magistrados.

Vejamos:

O Dr. X questionou quanto à possibilidade de se excluir de plano o candidato cego total. A Drª Y destacou a necessidade da manutenção da previsão da igualdade formal, permitindo inscrição ao candidato, e sinalizou que a igualdade material não se concretiza no exame final, físico, momento em que o candidato cego total será considerado inapto.

Diálogo entre dois juízes, digo aqui, lamentável!

Há dois cegos que trabalham comigo. Repito: fazem discursos, fazem debates, um coordena o meu gabinete no Sul, e todos são da mais alta competência.

Por isso, senhoras e senhores, não é admissível que a gente tenha que, mais uma vez, aceitar que duas pessoas capacitadas, que dizem que não são deficientes, mas que, para mim, têm alguma deficiência grave, façam – eles que são magistrados – esse tipo de discriminação, até porque nós discordamos de qualquer tipo de discriminação.

Enfim, o Paraná deu a lição. Eu espero que os juízes que agiram dessa forma olhem para o Paraná.

A pergunta que deve ser feita é a seguinte: por que não podemos ter um magistrado cego, se, no Paraná, já se provou que deu certo?

Essa é uma pergunta a que o TJRS deve responder.

Por fim, encerro este registro com uma frase do jurista uruguaio Eduardo Couture. Disse ele: “Teu de-

ver é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.

Esperamos que o tribunal – o tribunal gaúcho que elogiei tantas e tantas vezes desta tribuna, mas que desta vez me dou o direito de vir aqui e dizer que lamento muito essa decisão –, acima do Direito, caminhe no sentido de promover a verdadeira justiça. Somente a justiça.

Nós, que trabalhamos com o Estatuto da Pessoa com Deficiência; nós, que trabalhamos com o Estatuto da Igualdade Racial, venho à tribuna neste dia, Sr. Presidente – e aqui encerro –, lamentar dois casos de discriminação: um com negros e outro com pessoas com deficiência.

É lamentável! Eu, que tenho elogiado tanto uma postura progressista, avançada, respeitosa, perseguindo sempre a justiça, a justiça na sua essência mais profunda, tenho que vir à tribuna do Senado – e não venho com alegria – relatar dois fatos de discriminação.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e, como comentei mais do que li, peço a V. Ex^a que considere na íntegra os dois pronunciamentos.

Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre projeto que assegura 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, SAÚDE + 10: esse é o nome do projeto de iniciativa popular que marcou a história do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, nos seus 25 anos.

Esse projeto, que foi entregue com cerca de 2,2 milhões de assinaturas, garante 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde Pública.

As mobilizações das ruas que aconteceram em junho fortaleceram o MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA.

O Movimento agora está assumindo uma nova fase de luta, pressionar o Congresso para votação em regime de urgência, urgentíssima, o projeto de lei.

OAB, CNBB, CNS, Centrais Sindicais, Movimentos Sociais, Movimentos Populares, Conselhos profissionais, várias entidades e mais de 2 milhões de brasileiros e brasileiras, estão colocando diante de nós o PLS 321/13. Um projeto que busca garantir melhorias no sistema de saúde, para um SUS público, universal, integral e de qualidade.

Em 2008, Senhor Presidente, eu havia apresentado, nessa mesma linha, o PLS 362 que estabelece

que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB.

Essa minha preocupação em encontrar meios de fortalecer nosso sistema de saúde faz com que essa iniciativa popular do Saúde + 10 me deixe muito feliz.

Espero e vou me empenhar para que o Movimento Nacional em defesa da Saúde consiga aprová-lo o quanto antes.

A saúde da nossa gente precisa disto, merece isto e eu me alio ao Movimento em total apoio à proposta!!!

Eu souo minha voz ao Movimento Saúde + 10 que, no período de 5 a 11 de outubro de 2013, está comemorando os 25 anos do SUS, da garantia constitucional da saúde como direito e está convocando todos, para que nesse período, mobilizem sua comunidade, do campo ou da cidade, promovam ações de pressão a seus parlamentares, conversem com seus gestores de saúde, governadores, prefeitos, secretários de saúde dizendo **SOU FAVORÁVEL AO SUS E A VOTAÇÃO URGENTE DO PLS 321/2013.**

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre o descumprimento da Lei 14.147/2012, que assegura a negros e pardos a reserva de vagas nos concursos públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador Tarso Genro sancionou, no final do ano passado, a Lei Estadual que reserva vagas a negros e pardos no Rio Grande do Sul. A norma pretende promover a igualdade de oportunidades no âmbito da administração pública observando o percentual equivalente ao da composição populacional do estado, com fulcro no censo do IBGE.

Ocorre que na semana passada recebi denúncias de que a norma não está sendo cumprida. Segundo informações, o concurso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para serviços notariais e registrais não reservou vagas para negros e pardos, conforme determina a Lei 14.147/2012.

O Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos ingressou com Mandato de Segurança coletivo, com pedido liminar, com vistas a suspender o certame.

Ocorre que a medida foi negada pelo próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sob a alegação de que o concurso para notários não se enquadra na norma. Haja vista não

tratar de cargo público, mas de função pública delegada a particular.

O que quero salientar é a função social da norma de impor uma isonomia, com igualdade de condições a todos os cidadãos.

Segundo o último censo do IBGE, de 2010, o percentual de negros e pardos na composição da população do Rio Grande do Sul é de 16,13%. Portanto, é justamente para atender essa fatia da população que devem ser reservadas vagas na disputa.

As cotas representariam 28 serventias do total ofertada na concorrência.

Não é justo, que o Estado como o Rio Grande do Sul, que a colonização europeia dita traços marcantes na população, venha tomar decisões contrárias à proporcionalidade racial.

Especialmente após a memorável decisão do Supremo pela constitucionalidade das cotas. Aproveito a oportunidade para trazer uma frase do Ministro Joaquim Barbosa quando do julgamento da ADPF 186, sobre as cotas:

“(…) não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população”.

Lamentavelmente ainda existe um viés exclusivo por parte da população brasileira, que insiste em não reconhecer a necessidade de normas que garantam a igualdade na sua mais pura essência. É notório que a ocupação de vagas de trabalho, seja no serviço público, seja na iniciativa privada, está muito longe de traduzir a composição étnico-racial do nosso país.

Outra questão trazida diz respeito a reserva de vagas para deficientes visuais em concursos para notários e registradores.

Notícias publicadas na mídia brasileira o primeiro juiz cego do Brasil toma posse como desembargador no Paraná, em 2009.

Trata-se do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Ocorre que no Rio Grande do Sul, uma Reunião da Comissão de Concursos, ocorrida no dia 15 de janeiro deste ano, traz em sua ata uma verdadeira discriminação.

Vou reproduzir o parágrafo em que dois magistrados gaúchos se posicionam contrário

a possibilidade de um cego assumir o cargo naquele Tribunal:

(embora a ata esteja disponível no site do Tribunal, vou omitir o nome dos magistrados em respeito aos mesmos)

Vejamos:

“O DR. (...) questionou quanto a possibilidade de se excluir de plano o candidato cego total. A Dra. (...) destacou a necessidade da manutenção da previsão da igualdade formal, permitindo inscrição ao candidato, e sinalizou que a igualdade material não se concretiza no exame final, físico, momento em que o candidato cego total será considerado inapto.”

A pergunta que deve ser feita é a seguinte: porque não podemos ter um candidato cego ao concurso destinado a serviços notariais e registrais no Rio Grande do Sul?

Essa é uma resposta que o TJRS deve a sociedade gaúcha!

Por fim encerro esse registro com uma frase que gosto muito, do jurista uruguaio Eduardo Couture:

“Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”

Esperamos que o Tribunal, acima do direito, caminhe no sentido de promover a verdadeira justiça.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, o pedido de V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de anunciar o próximo orador para uma comunicação inadiável, que é o Senador Casildo, quero ler o expediente que se encontra sobre a Mesa, dirigido ao Presidente da Casa. Comunicação de filiação partidária.

Ex^{mo} Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a e obedecendo ao que dispõe o §2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico minha desfiliação do Partido Social Democrático (PSD) e minha filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Senadora Kátia Abreu.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB

Brasília, 7 de outubro de 2013

Assunto: Comunicação de Filiação Partidária

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, obedecendo ao que dispõe o § 2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico minha desfiliação do Partido Social Democrático – PSD, e minha filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Respeitosamente – Senadora **Kátia Abreu** (PMDB-TO).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Para uma comunicação inadiável, Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de registrar a visita ao Senado da Srª Antoniana Ottoni, que está aqui conclamando a todos nós, Senadores, para assinarmos que nos declaramos livres de crueldade. “Eu acredito que os animais não devem sofrer e morrer para testar produtos cosméticos ou os seus ingredientes”. Ela está responsável por essa campanha internacional, que já tem adeptos em muitos países, para a proteção e a defesa animal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Senador Casildo, tem V. Exª a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Mozarildo Cavalcanti e prezados colegas, nesta breve comunicação que faço nesta tarde, eu não poderia deixar de mensurar e de destacar um encontro parlamentar do Fórum Catarinense, ocorrido na última sexta-feira, em Santa Catarina, mais precisamente na região oeste do nosso Estado.

Esse encontro foi presidido pelo Coordenador do Fórum, o Deputado Marco Tebaldi, da região de Joinville. Pelo fato de a agenda anterior estar sendo executada, tive a honra de representar os Senadores Luiz Henrique da Silveira e Paulo Bauer nesse encontro em Chapecó, na última sexta-feira.

Diversos Deputados Federais da nossa Bancada catarinense lá estiveram, tratando dos temas oriundos daquela região, que envolve o Estado catarinense, mas, principalmente, a grande região do oeste catarinense, compreendendo desde Lages, Curitiba até a fronteira com a Argentina. São 130 Municípios que compreendem a região. Naturalmente, foram lá apresentados não só pelas prefeituras, lideradas pelo Prefeito Caramori, da cidade de Chapecó, o Município anfitrião, mas também pelos prefeitos da região oeste e por entidades organizadas. Elencaram, Sr. Presidente, uma série de itens.

Na sexta-feira à tarde, no encontro, fui elencando diversos itens: a ferrovia não só do oeste ao litoral, aos nossos portos, a Ferrovia Bioceânica também, que é uma reivindicação que já se fala na região. Uma para ir do oeste para o litoral; a outra que é o nosso Atlântico; a outra já pensam em sair nos portos do Chile, no Pacífico, para que a produção da região de carnes, de grãos, cereais, mas principalmente de carnes, possa atingir os países asiáticos pelo Pacífico. E para quem é da fronteira com a Argentina, lá no oeste, já há uma modalidade de logística extraordinária. Mas, em primeiro plano, hoje, a ligação com logística para os portos do nosso litoral no Atlântico.

E assim vem uma série de reivindicações. Elencaram aqui a demarcação de terras indígenas; a preocupação com a internacionalização do aeroporto de Chapecó, na região oeste; implantação de equipamentos modernos para facilitar na época em que o tempo não ajude; manutenção da extensão do Tribunal de Justiça, que existe no oeste. O nosso Tribunal em Santa Catarina já detém uma extensão do tribunal no oeste, na fronteira com a Argentina, para facilitar as questões de primeiro grau que vão a um recurso em segundo, para serem decididas na própria região. E por aí vai.

Eu achei que eram uns dez itens, mas fui vendo que eram mais: a pavimentação ou ampliação da Universidade Federal da Fronteira. Foi instalada uma Universidade Federal da Fronteira, que atende não só a parte do oeste da fronteira com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Já existe um *campus* no Rio Grande do Sul, na região de Erechim, também no Paraná. Eles pleiteiam um *campus* também na cidade de São Miguel do Oeste e outro na cidade de Concórdia.

Além dos dez mandamentos, que, em geral, é a Tábua de Moisés, como se brinca, houve mais. Eu estava vendo que há 15 itens, chegando a 16. Mas eu destacaria, Sr. Presidente, nesses itens todos, o que preocupa, no momento, e o que mais se salienta na questão de logística no oeste catarinense. São três, principalmente: a questão da logística na duplicação da BR-282. Se não há possibilidade da duplicação toda,

fazer com que, nos pontos críticos, nos perímetros urbanos da fronteira com a Argentina até o nosso litoral, ela possa merecer duplicação nos pontos críticos, nos perímetros urbanos e em vários trechos em que ela possa receber a segunda via, para facilitar o trânsito de cargas. Isso é premente. Ao mesmo tempo, é preciso trabalhar na duplicação, principalmente até a região de Campos Novos, onde haveria uma bifurcação: uma pelo caminho de Lages e a outra pela 470 – ali viraria para descer para o litoral. Mas, até ali, nós precisamos, com urgência – foi o levantamento feito –, trabalhar.

A outra, a número dois, é a ferrovia que traz do sudoeste do Brasil, dos Estados de Mato Grosso e de Goiás, grãos para alimentar as agroindústrias da região. Que os grãos que vêm da região sudoeste de Mato Grosso e de Goiás, da parte ocidental do Brasil, sejam levados pelas ferrovias e transformados em carnes. Além disso, uma modal para carregar os produtos já trabalhados para os portos do litoral e, de lá, para o mundo – para o mundo como sói acontecer hoje, só que hoje isso é feito por rodovias.

O terceiro item é uma central de gasodutos. O gasoduto que temos hoje, da Bolívia para o Brasil: que se possa criar um mecanismo e um gasoduto daquela região, usando o mesmo que vai da Bolívia para o Brasil,...

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... vindo para a região oeste para fortalecer uma indústria competitiva.

Esses três, eu diria, são essenciais, fundamentais, para aquecer a logística, para fomentar a produção e fazer com que essa região atenda e enfrente com mais velocidade, com mais firmeza, essas questões fundamentais.

Trago essas ponderações nesta comunicação, Sr. Presidente, que é uma comunicação mais breve, para o conhecimento da Casa acerca do que aconteceu na última sexta-feira lá no oeste catarinense, região que V. Ex^a já conhece, Senador Mozarildo Cavalcanti, embora venha lá do Norte, do Amapá. Aliás, V. Ex^a é de Roraima – faço a correção –, que fica bem lá em cima – uns dizem que é o Oiapoque, outros dizem que é o Chuí, no Sul. V. Ex^a representa o extremo norte do nosso Brasil e acompanha o Brasil como um todo, por isso merece os nossos cumprimentos.

Gostaria que V. Ex^a recebesse esta comunicação e a desse como lida, pois hoje à tarde ainda vai ser reunir, às 17 horas, o Fórum Parlamentar Catarinense, para tratar dessas questões e encaminhá-las a diversos órgãos do Governo Federal, em conjunto, nós, os três Senadores catarinenses e os dezesseis Deputados Federais.

Era a comunicação que eu não poderia deixar de fazer, Sr. Presidente e caros colegas, na tarde de hoje. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CASILDO MALDANER EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

OF/GP Nº. 13.820/13

Chapecó-SC, 04 de outubro de 2013.

Ao Exmo. Senhor,
Deputado Federal MARCO TEBALDI
Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense
BRASÍLIA - DF

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, apresentamos a esta honrosa Frente Parlamentar as principais demandas do município de Chapecó, abaixo relacionadas, solicitando vossas atenções e defesa junto ao Congresso Nacional.

1. Ferrovia São Miguel do Oeste/Porto de Itajaí.

Fundamental escoar a produção regional com baixo custo e alta funcionalidade além de atrair novos investidores para a nossa matriz industrial, com menor custo. O projeto da ferrovia leste/oeste, que prevê a ligação de Chapecó com o Porto de Itajaí é de suma importância para o desenvolvimento de nossa região, cujas tratativas devem ser aceleradas.

2. Ferrovia Bio-oceânica.

Sincronizado com o projeto da ferrovia leste/oeste, que prevê a ligação do Porto de Itajaí até a Argentina e o Chile no porto de Antofagasta ou Coquimbo, conectando-nos com a região centro-oeste do país e que possibilitará o transporte de

grãos para nossa região diminuindo os custos de produção e garantindo a manutenção da agroindústria com o seu modelo exitoso de integração, no Oeste de Santa Catarina.

3. Preocupação de demarcação das áreas indígenas.

A FUNAI está gerenciando junto ao Ministério da Justiça estudo indicando que 28.000 hectares de terras do nosso município (equivalente a 37%) sejam demarcados como área indígena.

Isso acontecendo inviabilizará economicamente o município de Chapecó desalojando mais de 800 famílias proprietárias e produtoras, destruindo o modelo agrícola regional, baseado na micro e pequena propriedade.

4. Ampliação do Aeroporto do Município.

O Aeroporto Serafin Enoss Bertaso, mantido integralmente pelo Município de Chapecó, é o mais importante aeródromo do interior do Sul do país por servir, além de Chapecó, a região Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul, atendendo a cerca de 330 municípios, onde residem aproximadamente 2.000.000 de pessoas.

Atualmente este aeródromo registra mais de 660 operações de decolagens e aterrissagens e um fluxo de 32.000 passageiros por mês, sendo que no ano de 2005 registrava apenas 1.000 passageiros/mês. Este índice demonstra o crescimento espetacular em 7 anos e a necessidade de investimentos na sua ampliação.

Outrossim, cabe ressaltar que o Aeroporto encontra-se incluído no Programa de Investimentos em Logísticas de Aeroportos Regionais, coordenados pelo Banco do Brasil, sob a interveniência da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Santa Catarina. Neste sentido, já foi desenvolvido e entregue o projeto da nova Estação de Embarque/Desembarque de Passageiros para a Secretaria de Estado da Infraestrutura. Atualmente encontra-se em fase de licitação, junto a Secretaria de Estado da Infraestrutura, os projetos adicionais de pátio de estacionamento de aeronaves, pista acessória, desmonte da atual Estação e transferência da logística e demais modificações

necessárias, prevendo um investimento total de R\$ 80.000.000,00(oitenta milhões de reais).

5. Internacionalização do Aeroporto de Chapecó.

O Aeroporto Serafin Enoss Bertaso é importante equipamento de integração dos povos do MERCOSUL, tornando-se, com a realização das obras acima descritas, num portal com capacidade adequada para atender as demandas de passageiros e cargas no âmbito do Mercado Comum do Sul.

6. Implantação de equipamento de Precisão para Pouso e Decolagem - ILS (Instrument Landing System) - Aeroporto de Chapecó.

Para atender com a segurança necessária, após as intervenções no aeródromo descritas nos itens anteriores, torna-se imprescindível a instalação deste equipamento que garantirá além de maior segurança de voo aos passageiros, também diminuição do índice de perdas de pousos por ocorrência de intempéries.

Neste sentido, solicito o empenho de Vossa Excelência na busca de recursos com vistas a aquisição e instalação no Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, de equipamento adequado.

7. Contorno Viário Leste.

O Contorno Viário Leste se faz necessário tendo em vista que permitirá a finalização de um anel viário no entorno da cidade, retirando 100% do trânsito pesado do centro urbano, dando maior segurança para os chapecoenses e prolongando a vida útil da malha viária do centro, além de permitir uma melhor mobilidade para toda a região.

Cabe ressaltar que a cidade de Chapecó é passagem do trânsito pesado, ligando os estados vizinhos do Rio Grande do Sul e Paraná, ligação Sul-Norte/Norte-Sul, transitando pela cidade diariamente com expressivo número de veículos.

8. Manutenção Câmara Especial TJ/SC.

Chapecó é a primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma Câmara de Julgamento de Recursos e Apelações. Desde a instalação já foram julgados milhares processos nas áreas cível e comercial. Esses resultados embasam as ações da OAB, em conjunto com outras instituições, para a efetivação da Câmara, pois representa um incremento para a democracia e a cidadania, ao aproximar, verdadeiramente, a Justiça da população.

9. Duplicação da Rodovia BR-282.

A BR-282 é de jurisdição federal e se caracteriza como uma rodovia transversal fazendo a ligação leste-oeste de Santa Catarina, desenvolvendo-se entre as cidades de Florianópolis até Paraíso, na fronteira Brasil/Argentina, totalizando 680,6 KM.

Esta rodovia é utilizada diariamente para escoamento da produção agrícola e industrial de nossa região, ligando o Brasil ao Chile e o Oeste de Santa Catarina aos portos de Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Imbituba, bem como é rota turística, trazendo inúmeros turistas sulamericanos até nosso estado.

Outrossim, cabe ressaltar que circulam diariamente por esta rodovia cerca de 1.100 carretas e foram registradas no período de 01/01/2007 a 24/07/2011 10.418 acidentes com 569 mortes.

Também, segundo a Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Chapecó o Volume Médio Diário - VMD estimado do trecho São Miguel do Oeste/Chapecó é de 25.000 veículos/dia e do trecho Chapecó/Campos Novos é de 45.000 veículos/dia com variações de fluxo conforme o trecho, horários e períodos.

A sua duplicação, especialmente nos trechos entre Ponte Serrada e Pinhalzinho, em uma primeira etapa, é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social de nossa região e aumentar a segurança para os que nela trafegam e aos que residem ao longo deste trecho.

10. Pavimentação do acesso principal à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

A Universidade Federal da Fronteira Sul possui um *campus* definitivo localizado em um imóvel doado pelo Município de Chapecó, na grande Efapi, em agosto de 2010, com área de 916.000,00 m² (novecentos e dezesseis mil metros quadrados).

A partir de sua implantação uma das demandas é a pavimentação asfáltica do acesso principal à UFFS, sendo que o Município de Chapecó elaborou projeto técnico, atendendo pedido da Reitoria, para a referida obra, orçado em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

O compromisso do Município, acordado a época, era de um acesso pavimentado orçado em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), mas com a solicitação da UFFS de construção de um acesso com 04 vias, ciclovia, canteiro central, iluminação e outras obras complementares, ultrapassou a nossa capacidade de investimento.

Considerando o investimento de quase R\$ 100 milhões do Governo Federal na instituição, precisamos buscar, juntos, os recursos necessários para execução desta obra.

11. Gasoduto como matriz energética de competitividade.

Para manter a característica competitiva de nossa região necessário se fazer a disposição varias fontes de energia daí a importância de viabilizarmos um gasoduto que disponibilize gás natural , as empresas instaladas em Chapecó e região.

12. Pavilhão Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves - Efapi.

O Município de Chapecó vem despontando pelas suas feiras de negócios e turismo de eventos. Neste aspecto possui a necessidade de ampliação da área coberta do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, tendo já cadastrado a proposta

nº. 46871, junto ao Ministério de Turismo, que prevê a construção de uma área de 7.270,00m² (sete mil e duzentos e setenta metros quadrados), ao custo de R\$ 11.571.935,00 (onze milhões e quinhentos e setenta e um mil e novecentos e trinta e cinco reais), necessitando do apoio destes Parlamentares para a confirmar a proposta acima descrita.

Cabe ressaltar que Chapecó é a Capital Catarinense dos Eventos de Negócios, conforme disposto na Lei Estadual nº. 14.071, de 31 de julho de 2007, contando com a realização de 10 (dez) feiras internacionais, nacionais, multisetoriais e setoriais, além de inúmeros outros eventos econômicos e sociais.

13. FOCEM - Fundo de Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul.

O Município de Chapecó possui junto ao FOCEM - Fundo de Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul, um pleito denominado de “Projeto de Implantação e Pavimentação do Trecho Viário de Ligação da BR 282 com a BR 283”. Referido projeto fora eleito pela Unidade Técnica Nacional do Focem no Brasil que é exercida pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP).

A fase atual do projeto está na UTF/SM, Unidade Técnica do Focem junto a Secretaria do Mercosul que tem sede em Montevideu - Uruguai. Todavia, por estar em fase final de aprovação, necessário se faz, para que haja a assinatura do convênio e o consequente repasse do valor 10.000 Dólares, que o Brasil, através do Ministério do Planejamento, ordene o repasse da contribuição brasileira ao FOCEM, vencida no mês de maio de 2013, visto que os projetos brasileiros, incluindo o de Chapecó, dependem da liquidação da contribuição do Brasil para ser aprovado em definitivo.

Diante disto solicitamos que os parlamentares catarinense oficiem a Excelentíssima Senhora Ministra Mirian Belchior do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, para que a mesma determine o pagamento da Contribuição Brasileira ao FOCEM vencida no ano de 2013.

14. Estação Aduaneira do Interior - EADI.

Com a criação de uma estação de desembarço aduaneiro em Chapecó a celeridade com as exportações e importações oriundas do Mercosul seriam expressivas para a economia local e regional, agregando grande valor a atividade e criando novo modal transportador, alinhado ao novo terminal de cargas do Aeroporto Serafin Enoss Bertaso.

15. Macro drenagem e micro drenagem.

O Município de Chapecó apresentou ao Governo Federal proposta denominada "Macro drenagem e micro drenagem", em 14 de julho de 2011, visando a canalização dos diversos córregos existentes no perímetro urbano, os quais encontram-se em áreas consolidadas.

A proposta recebeu reconhecimento e elogios pela iniciativa, tendo o Governo Federal liberado o valor de R\$ 533.678,76 (quinhentos e trinta e três mil e seiscentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos), através do Contrato nº 035122520, administrado pela Caixa Econômica Federal, para a realização do Estudo de Viabilidade e Projeto de Engenharia.


Atualmente encontra-se em fase de licitação do Projeto Básico de Engenharia. Tão logo seja entregue necessitamos do apoio de Vossa Excelência para a viabilização dos recursos destinados a execução da obra, que deverá somar em torno de R\$ 28 milhões.

Destaco a importância desta obra, em especial, quanto a saúde pública, impedindo acúmulo de lixo nos riachos e córregos, onde proliferam-se insetos como o mosquito da dengue e outras doenças, além de evitar inundações.

16. Fundação Universitária do Oeste de Santa Catarina - FUNDESTE.

Envidar todos os esforços para a célere e integral aprovação do PLC 001/2013 que "Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências", com apreciação terminativa no Senado Federal, bem como articular com o Poder Executivo a sua sanção sem vetos, criando definitivamente um marco jurídico apropriado para essas instituições, que prestam relevantes serviços de interesse público na área da educação superior

Sendo estas as principais reivindicações macro estruturais para nosso pleno desenvolvimento social, econômico e político, rogamos por vossas atenções, reiterando votos de elevada consideração.


JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó

com cópia aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense:

- Deputada Federal Carmen Zanotto
- Deputado Federal Celso Maldaner
- Deputado Federal Décio Lima
- Deputado Federal Edinho Bez
- Deputado Federal Esperidião Amin
- Deputado Federal João Pizzolatti
- Deputado Federal Jorge Bocira
- Deputado Federal Jorginho Mello
- Deputada Federal Luci Choinacki
- Deputado Federal Onofre Santo Agostini
- Deputado Federal Pedro Uczai
- Deputado Federal Rogério Mendonça
- Deputado Federal Ronaldo Benedet
- Deputado Federal Valdir Colatto
- Deputado Federal Mauro Mariani
- Senador Luiz Henrique da Silveira
- Senador Paulo Bauer
- Senador Cassildo Maldaner

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Casildo, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Eu quero aqui fazer um reparo quando ao extremo norte do Brasil. O extremo norte do litoral brasileiro é o Oiapoque, mas o extremo norte do Brasil é o Monte Caburaí, em Roraima, que rima com Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em vez de Oiapoque, como é? Eu gostaria de conhecer um dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Agora, é do Caburaí ao Chuí. O Caburaí fica 60 quilômetros acima do Oiapoque. O Oiapoque é no extremo norte...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Acima do Oiapoque. Gostaria muito de conhecer um dia, se Deus quiser, com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a está convidado de antemão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu quero ler Expediente que se encontra sobre a Mesa.

O Senador Casildo Maldaner apresentou o **Requerimento nº 1.176, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 19 de outubro deste ano, para representar o Senado Federal na XXIX Assembleia Ordinária do Parlamento, na Cidade do Panamá, República do Panamá, conforme indicação da Presidência do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna para comentar um fato que causou em todos nós da nossa Bancada e no Senado – e penso que naqueles que tomaram conhecimento dele – um profundo constrangimento.

Esse fato já foi comentado aqui hoje, desta tribuna, pelo Senador Mário Couto. O Senador Alvaro Dias também já se pronunciou sobre ele, e há, em curso, uma iniciativa na Câmara para que haja a apuração

desse fato pela Comissão de Ética da Presidência da República.

Eu me refiro, Sr. Presidente, à utilização, pela Ministra Ideli Salvatti, Ministra que cuida das relações institucionais, de um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal baseado em Santa Catarina, que tem como prioridade das prioridades – esse helicóptero é uma aeronave equipada com maca, com balão de oxigênio, com equipamentos de primeiros socorros – acudir pessoas que são vítimas de acidentes rodoviários, que precisam de socorro imediato, não podem esperar por um transporte via terrestre e que precisam, efetivamente, de uma intervenção muito rápida, da qual depende a vida ou a morte.

Pois bem, a Ministra Ideli Salvatti, segundo reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense*, deu-se ao desfrute de utilizar essa aeronave – claro que com autorização da Polícia Rodoviária Federal, mas se trata de uma Ministra de Estado, que trabalha ao lado da Presidente da República – para as frequentes viagens que faz ao seu Estado de Santa Catarina, onde é candidata ao Senado.

Segundo a reportagem do jornal, ela utiliza essa aeronave para ir a eventos de natureza política que nada têm a ver com a sua função institucional. Usa o helicóptero da Polícia Rodoviária para ir a inauguração de obras, entrega de casas, assinatura de ordem de serviço de uma obra rodoviária e até mesmo para formatura de Corpo de Bombeiros. Ela viaja frequentemente ao seu Estado e, no seu Estado, costuma se deslocar para esse tipo de evento com o helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, um helicóptero, aliás, que tem dupla finalidade: a de servir à Polícia Rodoviária Federal em suas funções institucionais e também a de servir ao Samu, pois ele é adaptado para isso. Mas a Ministra parece que desconhece, segundo a reportagem do jornal, qual é a prioridade a que se destina essa aeronave. É para atender as vítimas de acidentes ou é para levar a Ministra a seus passeios de natureza eleitoral?

Evidentemente, quem lê a reportagem, quem toma conhecimento desse fato, só pode ficar escandalizado. E mais escandalizado ainda com a resposta que a Ministra deu à reportagem. Quando procurada, disse a Ministra Ideli Salvatti o seguinte: “Ah, mas todos fazem isso!”. Não há nada de errado; todos fazem isso. Mas como? Então, se todos fazem, não é errado? Não é errado desviar um equipamento que deve servir a salvar vidas para um deslocamento de natureza meramente particular? Meramente particular, ainda que seja ela Ministra de Estado, pois se trata da promoção da sua candidatura, promoção antecipada da sua candidatura.

Ouçõ os apartes do Senador Pedro Simon, com quem conversei há pouco sobre o assunto, e do Senador José Agripino Maia.

Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioria/PMDB – RS)

– Olha, Senador, o Brasil aprendeu a não se chocar com escândalo. Tudo que acontece parece que já... Agora, essa foi muito séria. Abuso de avião oficial a gente conhece. O Ministro que cuida desse assunto no Governo da Dilma merece todo o meu respeito. Foi baixada, inclusive, uma regulamentação interna de como usar os aviões oficiais. Até porque há uma explicação: avião da FAB tem que andar umas horas para lá e para cá, não pode ficar parado. É uma coisa. Agora, isso que se está vendo não tem nada a ver com tudo que já aconteceu em abuso de avião oficial. É outro assunto, é outro capítulo. E, com isso, entendendo a gravidade de que isso, no Governo do PT, esteja acontecendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É o abuso dos abusos.

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioria/PMDB – RS)

– Chegar ao seu Estado e pegar um helicóptero para fazer campanha? Se fosse em São Paulo, um helicóptero de um empresário em São Paulo, Senador, que é a segunda cidade do mundo que tem mais helicópteros – V. Ex^a sabe melhor do que eu: é Nova Iorque e é São Paulo. Agora, em Santa Catarina, só há um helicóptero, que a polícia usa. E a polícia só usa... Transformou o helicóptero em uma ambulância, com todos os serviços de emergência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Em convênio com o Samu.

O Sr. Pedro Simon (Bloco Maioria/PMDB – RS)

– Está ali à disposição de qualquer caso que aconteça. Telefonam, e está lá o helicóptero para levar para o hospital, para fazer o que quiser. Chega o fim de semana, desmontam o helicóptero, transformam-no para, só de passagem, a Ministra fazer a sua campanha. Chega segunda-feira, voltam a montar o equipamento de enfermagem, o que é algo muito grave. Perguntando a ela como ela fazia isso, ela responde: “Todos os ministros fazem assim, sinal que está certo”. Reparem na afirmativa da Ministra. Então, quem está dizendo agora que todos os ministros agem assim é a Sr^a Ministra, não é a oposição, não é ninguém. Ela que disse: “Eu uso porque todos os ministros fazem o mesmo”. Com toda sinceridade, eu estranho que a Senhora Presidenta ainda não tenha dito nada. Agora, eu acho que, se eu fosse Líder da oposição, com a capacidade de V. Ex^a, ela deveria ser convidada a vir conversar conosco. Ela deveria vir aqui conversar conosco. E a Presidenta tem duas obrigações: primeiro,

determinar o que vai fazer com a Ministra; e, segundo, essa afirmativa dela de que todos fazem isso. Se a Ministra disse que todos os ministros do Governo fazem isso, eu vou duvidar? Que ela se espelhou nos ministros que fazem isso e fez também. Eu acho, com toda a sinceridade, que esse é um fato grave demais. No mês em que estamos discutindo aqui o problema da saúde, vamos votar hoje o negócio da emenda, no meio disso, o Governo do PT, pelo amor de Deus... Eu acho – e digo a V. Ex^a – que nós deveríamos convidá-la, convocá-la, seja o que for, para que venha aqui se desculpar. E a Presidenta tinha que tomar uma posição. Desde que a notícia saiu no jornal, a Presidenta da República é responsável por isso. E quando ela disse, a Ministra, que todos os ministros fazem isso, então, o responsável se chama Presidente da República, que tem que responder.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Eu quero comentar também outros aspectos da resposta da Ministra Salvatti. Ela disse o seguinte: “Eu voei autorizada pelo Departamento da Polícia Rodoviária Federal”. Ora, vamos colocar numa balança, de um lado, uma Ministra de Estado poderosa, que despacha diariamente, e mais de uma vez, provavelmente, com a Presidente da República, que trabalha no mesmo prédio, apenas com um andar de distância, da Presidente da República; e, de outro lado, um superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Se chega a Ministra e diz: “Eu preciso usar o helicóptero”, fica muito difícil – convenhamos – ao policial rodoviário federal dizer: “Não, a senhora não pode, Ministra, porque esse helicóptero é para atender a casos de acidente, para atender à saúde, para atender a casos de vida ou morte”.

Além dessa desculpa esfarrapada lembrada pelo Senador Simon, de que, afinal de contas, todos fazem isso, há uma outra que eu leio nos jornais, a de que todas as vezes em que a Ministra requisitou o helicóptero ele não estava sendo usado para o atendimento a acidentes. Como se acidente tivesse dia e hora marcada para acontecer: “Não, Sr^a Ministra, a senhora não pode usar o helicóptero agora porque, daqui a cinco minutos, vai ter um acidente com feridos graves”. Como se fosse possível prever a ocorrência de acidentes de gravidade tal que se exigiria remoção de feridos pelo helicóptero.

Ouçõ o aparte do Líder Agripino Maia.

O Sr. José Agripino (Bloco Minoria/DEM – RN)

– Senador Aloysio Nunes, todos os argumentos que foram usados aqui de condenação a esse fato lamentável são dignos de consideração, de apreciação; agora, tenho comigo um pensamento. Há poucos meses, o

Presidente da Câmara dos Deputados e um Ministro de Estado usaram jatos da FAB, do grupo de transporte especial, para viagens para as quais não havia justificativa oficial, e foram objeto de malhação durante semanas em primeira página de jornal, em notícias recorrentes na televisão, nas rádios do Brasil inteiro. Abriu-se um tímido processo junto à Comissão de Ética Pública do Governo, e esta Comissão manifestou uma tímida consideração de reprovação. Ou seja, impunidade, que acho que é a marca deste Governo. O malfeito acontece, a denúncia é feita, e o responsável pelo zelo do patrimônio público não toma providência nenhuma, é conivente com os dele. É como com os mensaleiros; é a mesma coisa. Os mensaleiros são recebidos nas reuniões do PT com abraços e com “ipi, urral!”. Entre eles, tudo vale. Agora vem, em vez de ser o Presidente da Câmara ou ser Ministro – que, inclusive, ressarciu, tomou iniciativas de mais ou menos pedir desculpas, reconhecimento de que o fato estava incorreto, nunca mais repetiu a prática do uso indevido –, em cima de tudo que aconteceu, uma Ministra, cujo gabinete é no Palácio do Planalto, onde tudo acontece, onde tudo é para acontecer, inclusive a avaliação, a averiguação da Comissão de Ética Pública – tudo isso está ali por aqueles corredores do Palácio do Planalto –, usa o helicóptero para fazer manifestações ou movimento de cunho político-partidário – suponho eu –, ou pré-eleitoral. E isso tudo é movido por uma razão: como não houve punição pelos fatos, como eles acham que, entre eles, tudo cabe, isso não tem fim e vai acontecendo. E o pior é que agora acontece com o helicóptero que existe, comprado com o dinheiro do contribuinte, mantido com o dinheiro do contribuinte para atender o contribuinte quando ele se acidenta, mas não...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E é um atendimento que não pode esperar, um atendimento urgente de acidentes graves.

O Sr. José Agripino (Bloco Minoria/DEM – RN) – É claro, a não ser, Senador Aloysio, que mais importante do que salvar uma vida seja deslocar a Ministra de um ponto para outro. Talvez esse fosse o entendimento da Ministra ou do Governo Federal, porque até agora não houve manifestação alguma por parte do Palácio do Planalto. Eu já fui Governador e, se acontecesse um fato desses no âmbito da minha administração, eu tomaria providências imediatamente, por entender ter havido uma grave ofensa aos costumes – aos costumes. Agora, o que acontece? Este Governo, se o malfeito é entre eles, cuida de botar panos mornos e passar para frente porque rapidamente vai-se esquecer o assunto. O povo pode até se esquecer, mas vai se lembrar um pouquinho mais para frente. Por essa e por outra, Senador Aloysio, é que as manifestações

de rua aconteceram e vão continuar a acontecer, porque não houve nenhuma resposta a altura das aflições mostradas nas ruas pelo Governo da Presidente Dilma. É por essa e por outras que esse estado de coisas está aí e vai se acrescentar. Eu quero, com essa minha palavra, manifestar o meu inteiro apoio às palavras de reprovação que V. Ex^a traz nesta tarde da tribuna do Senado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Comunico à Casa, especialmente ao Senador Pedro Simon, que estou encaminhando, por intermédio da Presidência da Casa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle um convite para que a Ministra Ideli Salvatti compareça até esta Comissão para dar as suas explicações.

Ouço o Líder do PT, meu querido amigo Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Meu querido amigo Aloysio, V. Ex^a sabe do carinho, do respeito que tenho por V. Ex^a. Eu agora fiz um contato com a Ministra, que está me encaminhando uma nota que fez esclarecendo, em razão de um editorial de um jornal. Não o recebi, não o li ainda. Com maior prazer, eu o repassarei a V. Ex^a, ao Senador Agripino, enfim, ao conhecimento da população, desta Casa e também dos nossos Pares. Mas faço aqui um depoimento pessoal. Ainda em 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a um importante momento no meu Estado, para a inauguração do Museu do Homem Americano e para uma visita ao Parque Nacional da Serra da Capivara. Ele com outros ministros se deslocaram em um avião da FAB até São Raimundo e, de São Raimundo, de helicóptero até um outro ponto. Outros ministros foram em avião, por coincidência, da Polícia Rodoviária do Maranhão, porque o Piauí não tinha naquela época. E isso é naturalíssimo! Governo tem uma estrutura. Eu tenho o maior medo do mundo de andar de helicóptero. Certa vez, andando em um, num dia de chuva, alguém me disse quando estava no ar: “Você sabia que só há dois tipos de helicóptero, o que já caiu e o que vai cair”. Então, eu confesso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não desejo isso a V. Ex^a, nem à Ministra, nem a ninguém.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A nota da Ministra, permita-me, agora está aqui: “Sobre editorial do *Correio Braziliense* desta terça-feira (08), intitulado “Samu a serviço exclusivo de Ideli Salvatti”, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República esclarece que: 1 – O *Correio Braziliense* errou ao afirmar que a ministra-chefe da Secretaria de Relações institucionais utilizou helicóp-

tero da Polícia Rodoviária Federal para uso privado. A aeronave foi utilizada sempre em agendas oficiais de governo, por cinco vezes entre 2012 e 2013, de acordo com a disponibilidade e anuência da PRF. 2 – O *Correio Braziliense* errou ao afirmar que o helicóptero citado no editorial pertence ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU). A aeronave é da Polícia Rodoviária Federal. O uso é multifunção, além de ser utilizada pelo SAMU, também é utilizada para missões de policiamento e transporte de autoridades, conforme portaria interna da PRF. 3 – A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais nunca exigiu que fossem retirados da aeronave equipamentos destinados a salvar vidas. Nas oportunidades em que utilizou aeronave em agendas oficiais, houve pedido prévio para utilização, que ocorreu sempre com autorização da PRF, sem prejuízo às atividades de resgate e policiamento. Por fim, a ministra-chefe afirma que respeita o exercício da profissão jornalística, mas lamenta a publicação de informações inverídicas e acusações levianas, que não condizem com a atuação e credibilidade do *Correio Braziliense*. É essa a nota distribuída pela Ministra. O que eu posso afirmar aqui, grosso modo, é que as atividades que ela exerceu foram de sua agenda oficial. Segundo, o eu devo aqui clarear é que, em governos de diferentes partidos e de diferentes partes do mundo, são utilizados os instrumentos de Estado, considerando a necessidade de agendas muitas vezes impossíveis de serem cumpridas com transportes terrestres. Repito, eu particularmente continuo com um medo danado de helicóptero. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. E a nota da Ministra reforça a minha convicção de que realmente é importante que ela compareça perante a Comissão de Fiscalização e Controle. Primeiro, porque ela disse que não mandou retirar os equipamentos que servem para o atendimento à saúde, que são maca, balão de oxigênio, tubo de oxigênio e outros materiais de primeiros socorros. Então, ela voou com o helicóptero equipado com esses dispositivos para atendimento à saúde. Ela não mandou retirar. Voou com eles.

Segundo, por dizer que é impossível um deslocamento terrestre no Estado de Santa Catarina para comparecer a acontecimentos de importância planetária – não tenho dúvida –, como formatura de Corpo de Bombeiros, como entrega de casas, como inauguração de obra, como assinatura de uma ordem de serviço, que não é de competência dela, para a transposição do túnel do Morro do Formigão. São todos acontecimentos de importância extraordinária, planetária, mas que poderiam ser atendidos com deslocamento, no Estado de Santa Catarina, de carro, ou até mesmo com heli-

cóptero contratado pela Presidência da República, mas que não implicasse a retirada de um bem que está lá para servir a casos de urgência que dizem respeito à vida. Esse é que é o ponto. É a questão da prioridade: o que é mais importante.

Creio que já estourei o meu tempo. Se o Presidente da sessão concordar, eu ainda ouço o aparte do Senador Cyro Miranda e o do Senador Flexa Ribeiro. Senão, serei obediente, como sempre, ao Regimento Interno e à campanha de V. Ex^a.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Senador Aloysio, eu me solidarizo com as suas palavras e me apego no que falou o Senador José Agripino. A impunidade traz essa arrogância, essa empáfia. Aliás, não é a primeira vez que a Ministra ocupa as páginas dos jornais. No ano passado mesmo, também foi questionada por voos da FAB, inclusive conduzindo, eu acho, um parente. Isso tem acontecido de uma maneira constante, repetitiva neste Governo, o que prova que a impunidade traz a ideia de que este País tem dono, de que o Governo manda, faz, desfaz e não dá satisfação. A população – entre aspas – “que se lixe”. Se alguém for acidentado, é mais um que vai morrer. Como não há essa preocupação, é useiro e vezeiro o que está acontecendo. E nós temos uma história, nos últimos dois anos, em que uma Polícia Rodoviária é intimidada, evidentemente, em dizer não. Não tem coragem porque amanhã, provavelmente, esse comandante vai ser afastado. Então, nós devemos realmente chamá-la para que venha se explicar; e que se dê um basta definitivo no que acontece neste País com essa impunidade e arrogância.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, que reforça a minha tese, a tese que venho fazendo desta tribuna. E queria também dizer a V. Ex^a, especialmente ao Líder do PT, que não sei se a lei que ele anunciou, a lei estatística de que o helicóptero vai cair ou já caiu, é verificável. Claro que S. Ex^a fez aqui humor, e que é apenas um receio pessoal dele, como eu tenho medo de outras coisas: medo de alma de outro mundo, por exemplo, me apavora. Mas não sei se helicóptero está fadado a cair ou não; o fato é que o mau uso e abuso de helicóptero derruba reputações de governantes. Vejam o que aconteceu ainda há pouco com o Governador Sérgio Cabral, que tem virtudes e defeitos na sua administração, mas cujo abuso no serviço de helicópteros contratados pelo Governo, helicópteros que não eram os destinados ao policiamento e muito menos ao Samu; vejam o rombo que isso causou na sua reputação.

Então, essa maneira ligeira, digamos, de tratar o assunto, que foi a marca da primeira reação da Mi-

nistra e que, lamento dizer, continua presente na nota que ela enviou, pode causar um rombo muito grande na reputação do Governo, do Governo como um todo, pois se trata de uma autoridade que se situa no topo da hierarquia política do nosso País. Eu lamento profundamente que isso tenha acontecido e espero que a Ministra venha dar explicações convincentes sobre esse fato.

Ouç o aparte, finalmente, do Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoría/PSDB – PA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Ex^a trata o assunto com toda a responsabilidade e a importância que ele tem para a sociedade brasileira. Eu acho que para o PT os fins justificam os meios. Para a Ministra não há importância se, no momento em que estava usando o helicóptero da Polícia Rodoviária destinado ao Samu, ocorrer algum acidente numa rodovia lá de Santa Catarina e for necessária a utilização desse helicóptero. Ela estava usando para algo que, como V. Ex^a colocou, é de grande representatividade para a República.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – É.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Minoría/PSDB – PA) – A Ministra Ideli, como o Senador Wellington Dias disse, já fez uso, por cinco vezes, do helicóptero. Quer dizer, já é comum ela usar esse helicóptero lá para “ações governamentais” – entre aspas. Mais do que isso, quando ela foi Ministra da Pesca, Senador Aloysio, é bom lembrar que houve uma licitação para a compra de lanchas, de barcos de pesca naquela altura que até hoje ficou sem explicação por parte da Ministra Ideli. Então, quero parabenizá-lo por V. Ex^a trazer à tribuna do Senado, neste momento, algo que repercute no Brasil por inteiro e para o qual a Ministra não dá importância, acha que é corriqueiro. E o jornal conta uma inverdade. Na realidade, V. Ex^a tem razão: ela tem que vir aqui, ao Senado Federal, para expor aos Senadores o que realmente ocorreu lá no Estado da Ministra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Apenas para concluir, quero dizer também que merece todo o nosso reconhecimento a reportagem do *Correio Braziliense*. Não fosse a argúcia da reportagem, não fosse o seu zelo na apuração, esse fato teria passado despercebido, e esse abuso não teria recebido a censura que merece de todos nós.

Entrego, então, Sr. Presidente, a V. Ex^a o requerimento a que me referi, do convite para que a Sr^a Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, compareça à nossa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consu-

midor e Fiscalização e Controle, para as explicações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Flexa Ribeiro, pela Liderança do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoría/PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Líder Senador Aloysio Nunes pela cessão do espaço para que eu pudesse usar da tribuna pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

Gostaria de relatar que, pela manhã, estivemos no auditório do Interlegis, juntamente com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, a nossa Secretária-Geral da Mesa, Dr^a Claudia Lyra, e outros diretores e servidores do Senado, para o anúncio dos vencedores do sexto concurso de redação do Senado Federal.

Esse concurso de redação, Senadora Vanessa, promovido em todas as 27 unidades da Federação, seleciona um estudante para representar o seu Estado aqui, no Senado Federal, no Programa Jovem Senador, que chega este ano em sua 3^a edição. Participaram da edição de 2013 mais de 65 mil alunos de todo o País, uma vez que o concurso é aberto para estudantes da rede estadual e pública de ensino.

Fizemos no Interlegis o anúncio dos vencedores, e gostaria aqui de registrar novamente meus parabéns a três jovens. São três garotas que ficaram no primeiro, segundo e terceiro lugares. O primeiro lugar coube à estudante Aline da Conceição Andrade, da Escola Estadual Dom Henrique Ruth (Cruzeiro do Sul – AC), Senador Anibal Diniz, lá no seu Estado. O segundo lugar ficou com a estudante Maria Eduarda Nunes da Silva, do Colégio Estadual Serra das Cordilheiras (Colmeia – TO); e o terceiro lugar ficou com Jhenifer Mezzomo Spagnol, do Colégio Estadual Euclides da Cunha (Matelândia – PR). Vejam só, três meninas; duas delas da Região Norte – uma, do Acre, e outra, do Tocantins. A do Acre, Senador Anibal, foi a primeira colocada no concurso. Sem dúvida, um enorme estímulo para outros milhares de jovens.

Todos os demais finalistas em cada Estado são também vencedores – isso é importante que se diga. Afinal, passaram por uma etapa de seleção em sua escola e depois foram vencedores no seu Estado de origem. E virão aqui para Brasília, no dia 18 de novembro próximo, quando será aberta a legislatura deste ano do Programa Jovem Senador.

Concedo um aparte ao Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Flexa, a comunicação de Liderança não comporta aparte.

Então, vou pedir ao Senador Anibal que seja muito breve, porque há uma relação enorme de oradores para falar.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Governo/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti por abrir uma exceção, até porque as pessoas têm aberto exceção com frequência aqui, nos pronunciamentos. Gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo pronunciamento e fazer um cumprimento especial à aluna da Escola Dom Henrique Ruth, de Cruzeiro do Sul, que se sagrou campeã nacional, ficou em primeiro lugar no concurso de redação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Aline Andrade, Senador.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aline Andrade. Então, vai o meu abraço, o meu cumprimento especial à Aline Andrade, aos professores da Escola Dom Henrique Ruth e a todos os nossos participantes desse concurso de redação Jovem Senador, porque ele é um estímulo tremendo para os jovens, para que eles concorram, contem um pouco da sua experiência de vida e da sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, estimulem outros a participarem também. Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e parabéns à aluna vencedora, que vem do Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Anibal. Quem está de parabéns é o Senado Federal, por promover um concurso da qualidade do que é feito.

Como eu dizia, por três dias, esses jovens de todo o Brasil vão vivenciar um pouco da experiência parlamentar, eleger a Mesa Diretora. E os trabalhos são encerrados com a redação dos autógrafos, a aprovação dos projetos na Ordem do Dia e a consequente publicação no *Diário do Senado Federal*.

As proposições apresentadas pelos Jovens Senadores, Senador Mozarildo, não são apenas simulação de um trabalho parlamentar. Elas são analisadas pelas comissões de trabalho do Senado e podem virar projetos de lei. Inclusive, atualmente tramitam, no Senado Federal, 12 projetos de lei e 1 PEC, propostos pelos Jovens Senadores em 2011. Além disso, aguardam deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa mais 6 sugestões apresentadas no Projeto Jovem Senador de 2012. Sem dúvida, uma experiência única e inesquecível para cada um desses jovens.

Este ano, o concurso teve como tema – abro aspas: “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação” – fecho aspas. Um tema bem escolhido

pela equipe do Senado Federal, a quem cumprimento e parabeno pela organização, divulgação e realização desse programa. O tema reflete bem o que vivemos com as manifestações de junho, quando a população brasileira foi às ruas para exigir que sua voz fosse ouvida e tivesse vez. Um movimento popular de cidadania, democrático e participativo.

Ao promover um concurso de redação entre os jovens que estimula o pensamento acerca desses conceitos, o Senado Federal contribui com a formação de milhares de estudantes. E, sem dúvida, todos que participaram do concurso, finalistas ou não, merecem nosso respeito e aplauso. Todos, repito, são vencedores.

Na cerimônia de divulgação dos vencedores, o Presidente Renan Calheiros comentou um desejo que compartilho: ver, em breve, um projeto que tenha surgido do Programa Jovens Senadores ser aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado ou sancionado pela Presidência da República.

O Programa, assim, dá voz e vez aos jovens para que estes exercitem a cidadania e ajudem a consolidar, para as gerações futuras, a nossa democracia, que tanto defendemos.

Por falar nas próximas gerações, acredito que a semente que estamos plantando renderá bons frutos. Inclusive, poderemos ter, daqui a alguns anos, um Senador ou Senadora da República que tenha sido um Jovem Senador. Afinal, não se trata apenas de um concurso de redação. Trata-se, sobretudo, de um estímulo para que um jovem, esteja onde estiver, pense no seu País, na sua sociedade e, assim, pense em soluções para os nossos imensos desafios.

Dessa forma, parabeno todos os jovens do Brasil e do Pará que participaram do Programa Jovem Senador, os professores que incentivaram essa participação e as escolas.

Agradeço, também, aos coordenadores no meu Estado, o Pará, do Programa Jovem Senador, Luíza Amélia Silva Araújo e Ariwilson Gomes dos Santos, da Diretoria de Ensino Médio e Educação Profissionalizante da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

Para finalizar, Senador Mozarildo, faço o anúncio do aluno paraense que venceu a etapa estadual e terá a imensa honra de representar o nosso querido Estado do Pará aqui no Senado Federal. Parabeno, com muito orgulho, o jovem Antônio Victor Cardoso da Silva, de 19 anos, estudante do terceiro ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Márcio Ayres, de Belém.

Assim como disse o Senador Anibal Diniz, ao parabenizar o Antônio Victor, quero parabenizar a sua família e também os professores e diretores da Escola Dr. José Márcio Ayres, de Belém.

Antônio Victor foi finalista com a redação “Brasil: da letra à realidade”.

Tive a oportunidade de ler sua redação vencedora, em que Antônio Victor faz uma reflexão sobre a letra do Hino Nacional Brasileiro e a realidade que vivemos com as manifestações de junho. Seu texto se encerra da seguinte forma:

Ficou comprovado com os resultados alcançados pelos filhos deste solo que a união e o esforço dos cidadãos brasileiros são extremamente essenciais na busca do equilíbrio social, pois medidas – ainda que tímidas – foram tomadas para satisfazer a necessidade da população.

Realmente, Antônio, temos muito que fazer, e só mesmo com a participação popular isso será possível.

Portanto, desde já desejo que todos os 27 novos Jovens Senadores sejam bem-vindos e os aguardamos com ansiedade. Que, em novembro, vocês tragam aquela determinação e responsabilidade misturada com boa dose de ousadia, uma combinação tão positiva e tão característica dos nossos jovens.

O Senado Federal tem muito que aprender com o vigor da juventude, e parabeno esta Casa por promover um programa institucional nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Após comunicação de Liderança do Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, eu quero, muito rapidamente, fazer um registro acerca dos números divulgados recentemente em relação ao Enade. Foi constatado que pelo menos 30% dos cursos – e, salvo engano, são cursos na área de Ciências Sociais – encontram-se abaixo da nota mínima aceitável. O Governo Federal, sem dúvida nenhuma, vem investindo de forma pesada na educação nos últimos anos, ampliando o número de vagas das universidades, interiorizando as universidades públicas federais, fortalecendo os IFETs, que são os institutos técnicos federais. O Governo tem investido muito, e precisamos investir e continuar investindo para garantir uma melhoria na qualidade da educação.

Somente com o Programa REUNI e todos esses programas, mais do que se dobrou o número de vagas no ensino superior público, ou pelo menos com vagas públicas, em nosso País. E houve desenvolvimento da pesquisa nas universidades. O índice de pesquisas no

Brasil ainda é muito baixo. Apesar de ser a 14ª nação do Planeta que mais desenvolve trabalhos de pesquisa científica, mesmo assim, comparando com outros países que estão no mesmo patamar, o Brasil ainda tem índices precários.

Entretanto, nesse setor, vêm crescendo e melhorando muito os pedidos de patentes e patentes registradas. Nos últimos dez anos, foram 170 mil pedidos de patentes, e, somente nesse ano, de acordo com os dados do próprio Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), deverão ser concedidas em torno de 40 mil patentes.

Apesar desses números, que são números importantes alcançados, creio que precisamos reforçar ainda mais o investimento nesse setor.

O Governo, preocupado com isso, apresenta sinais muito claros. Não foi à toa que a própria Presidenta Dilma decidiu que apoiaria a destinação de 100% dos recursos dos *royalties* do petróleo para a educação. Nós do Congresso Nacional entendemos por bem endereçar 75% para a educação e 25% para a saúde. Sem dúvida nenhuma, esses recursos são necessários e também serão muito importantes para o desenvolvimento da qualidade da educação em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, venho aqui, hoje, para falar a respeito do material que nós produzimos no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, a qual tenho a honra de presidir neste ano de 2013. Essa Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional muda a sua direção a cada ano: um ano, a Presidência fica com o Senado; a relatoria, com a Câmara, e vice-versa. Este ano, estou na coordenação da Comissão, e o Deputado Sarney Filho é o Relator.

Nós produzimos, com o apoio da Consultoria da Câmara e, principalmente, da Consultoria do Senado, um material que trata sobre a legislação das mudanças climáticas no Brasil. Esse material deverá servir como guia para o grande seminário que realizaremos, no próximo dia 17 de outubro, aqui, no Congresso Nacional, no auditório Nereu Ramos. Esse seminário debaterá, especificamente, as mudanças climáticas e a legislação brasileira.

O IPCC acaba de divulgar um novo relatório, dando conta da necessidade de ações concretas para que se diminua o ritmo do aquecimento global, porque um aquecimento global que supere os 2% pode levar a situações catastróficas. E eu sou daquelas, Sr. Presidente, que entendem que uma forma de preservar o meio ambiente é promover o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o desenvolvimento sustentável do Cerrado. Que seja possível o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, o cuidado com o meio ambiente!

Ontem, nós tivemos a alegria de comemorar aqui, neste plenário, em sessão também do Congresso Nacional, os 60 anos da Petrobras. E fiz questão de vir aqui falar de um dos grandes projetos desenvolvidos pela Petrobras, que é o projeto de extração de óleo na Bacia de Urucu, que compõe a Bacia do Solimões, no Estado do Amazonas. A Petrobras atua lá, com um cuidado magnífico em relação ao meio ambiente.

Mas, Sr. Presidente, nesse trabalho, nós colocamos a legislação federal sobre mudanças climáticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que é uma lei, e também o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Colocamos isso aqui e colocamos os principais documentos aprovados em fóruns internacionais, mas, principalmente, Sr. Presidente, colocamos não o texto completo, mas a indicação das leis estaduais de mudanças climáticas. Vários Estados brasileiros estão até mais adiantados, mais evoluídos do que o próprio Brasil como Nação no que diz respeito à legislação das mudanças climáticas. Vários Estados já dispõem de leis que tratam de mudanças climáticas, dispõem de planos que tratam de mudanças climáticas, dispõem, por exemplo, de leis que tratam do pagamento de serviços ambientais.

Vejo aqui o Senador Anibal Diniz, do Estado do Acre, que é um Estado onde há uma lei bem avançada. Aliás, o Estado tem uma conduta muito mais avançada do que o próprio Brasil em termos de governo, em termos de ações oficiais.

Nesse debate, nesse seminário, o nosso principal parceiro, entre os vários que temos, é a Unale – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Todas as assembleias – tenho falado com os presidentes de todas as assembleias legislativas do Brasil – deverão estar aqui no dia 17, porque o objetivo não é só debater, mas é também apontar os caminhos que nós devemos trilhar, os caminhos que devemos seguir para, primeiro, avançar na política brasileira de mudanças climáticas e, segundo, para avançar rumo à harmonização necessária da nossa legislação, porque o meio ambiente é um tema sobre o qual legislam concorrentemente a União, os Estados e os Municípios, ou seja, a iniciativa para propor leis ambientais cabe tanto ao Governo Federal como aos governos estaduais e municipais, respeitando-se o âmbito de cada um desses entes.

Não só no aspecto da questão ambiental, mas, principalmente, no aspecto de mudanças climáticas, cujas leis são relativamente novas, Sr. Presidente, dentro dessa questão, já existem algumas incompatibilidades no que diz respeito a legislações estaduais e à legislação federal.

Então, além das assembleias legislativas, contaremos com a participação muito forte do Ministério do Meio Ambiente. Esperamos que as secretarias estaduais de meio ambiente ou as de desenvolvimento sustentável, presentes em parte importante dos Estados brasileiros, possam participar desse evento que considero, para o trabalho da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, muito importante.

No Congresso Nacional, há somente duas Comissões permanentes – uma delas é a de Orçamento; a outra, a de Mudanças Climáticas –, e o objetivo é fazer com que o Congresso Nacional não só promova uma fiscalização, mas também se envolva com o Poder Público, em todas as esferas, para conseguir aplicar efetivamente essa política em âmbito nacional, Sr. Presidente.

Portanto, é fundamental esse trabalho realizado pelo Senado Federal, pela Câmara e, principalmente, repito, pelos consultores do Senado Federal, que nos ajudaram a promovê-lo. É um trabalho importante, que está também disponibilizado na internet. Isso é importante, porque muitas pessoas que estão nos diversos Estados brasileiros e que gostariam de acessar esse trabalho, mas não têm como acessá-lo fisicamente podem agora fazê-lo via internet. Repito, aqui está um conjunto de legislações e de tratados internacionais que são fundamentais, os mais importantes para a questão ambiental brasileira e, sobretudo, para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Repito: nosso seminário, Sr. Presidente, acontecerá no próximo dia 17. Creio que deverá ser um seminário muito representativo no que diz respeito à participação não só de Senadores e de Deputados Federais, mas também de Parlamentares estaduais, de Deputados Estaduais.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Intercalando a fala de Lideranças com comunicação inadiável, concedo a palavra neste instante ao Senador Cyro Miranda, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do PSB. Levantei o papel daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, assinantes do *Jornal do Senado*

e da Agência Senado, senhoras e senhores, o resultado do Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – comprova o que temos dito repetitivas vezes nesta tribuna: os governos do PT pouco fizeram para melhorar a qualidade do ensino no Brasil em todos os níveis. É preocupante que 30% dos cursos de nível superior avaliados pelo MEC tenham sido reprovados, numa nítida e inegável piora em relação a 2009.

A educação no Brasil está literalmente no vermelho, não tem a devida prioridade deste Governo nem do anterior! São dez anos sem se estabelecer uma política clara e objetiva voltada à qualidade do ensino no Brasil. Isso é um marco do atraso que coloca em risco o nosso futuro. Quanto mais cursos forem de baixa qualidade e aquém dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, maior a probabilidade de os novos profissionais chegarem despreparados ao mercado de trabalho.

O MEC precisa ser mais rigoroso na fiscalização das universidades dos setores público e privado. É preciso avaliar os cursos e estabelecer termos de ajuste para que se mantenham abertos. O Governo tem o dever de garantir a qualidade do ensino superior no Brasil. Isso precisa ser feito sem malabarismos ou distorções de índices e de indicadores.

Hoje, no Brasil, preocupam-se com a quantidade no ensino, com a quantidade de matrículas, mas não se vê a qualidade. O Governo do PT deve à sociedade brasileira um compromisso efetivo e inadiável com a qualidade da educação.

No atual ritmo de declínio na qualidade do ensino superior, com certeza será cada vez maior o número de formandos com dificuldades de expressão em língua portuguesa.

Abro aspas: hoje, na nossa Comissão de Educação, em audiência pública, mostraram os índices de aproveitamento no segundo ciclo na área de Matemática, que não ultrapassam 33%.

Nós queremos ouvir o Ministro Mercadante, que é um Ministro aplicado, para saber o que ele tem a oferecer no sentido de melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Essa é uma questão de Estado! Quanto mais se adiam as medidas necessárias para melhorar a educação, mais atrasados ficamos na tarefa de consolidar no Brasil as bases necessárias ao progresso duradouro.

Um país que deseja completar o percurso rumo ao desenvolvimento sustentável não pode ficar imóvel diante dessa triste realidade. Quase um em cada três cursos de graduação foi reprovado pelo MEC. Nas faculdades de Administração e de Direito, esse percentual chega a 33% e a 36%, respectivamente.

É preocupante também que, apesar desse resultado, o MEC não vá tomar qualquer providência de imediato. As faculdades só sofrerão alguma sanção se forem reprovadas no Conceito Preliminar de Curso (CPC), em que a nota do Enade tem peso de 55%. Isso quer dizer que, na prática, nada vai ocorrer. É perfeitamente possível que, mesmo diante do fraco desempenho dos alunos no Enade, inúmeras faculdades continuem a fazer matrículas normalmente e a formar novas levas de graduados sem a devida qualificação.

Trata-se de um círculo vicioso e perigoso para o futuro do Brasil. Precisamos rever as bases. Não podemos aceitar que tenhamos um índice de analfabetismo de 8,7%. Três milhões e meio de brasileiros são analfabetos. No último ano, ingressaram nesse mercado de analfabetos mais de 300 mil brasileiros. Temos um ensino fundamental e médio pífio. Consequentemente, isso deságua nas universidades. Recentemente, foi publicado que a USP não está mais entre as cem melhores universidades. E assim, sucessivamente, está acontecendo o declínio vertiginoso da educação brasileira. O que podemos esperar de um País onde não se leva a sério a educação?

Passamos da hora de estabelecer diretrizes eficazes para dotarmos o Brasil de ensino superior de qualidade, independentemente de ser a faculdade pública ou privada.

Essa era a minha comunicação, Sr. Presidente. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Brasil acompanhou um momento muito importante. Alguns dizem que foi uma verdadeira mudança de rumos na política brasileira. Nós estamos às vésperas de um pleito da maior importância, e os nomes que estão disputando são do maior respeito – a Presidente Dilma, com alguns reparos importantes que ela tem que fazer; agora, é essa Ministra de Santa Catarina; o Aécio, grande Governador de Minas Gerais, por duas vezes, neto do extraordinário companheiro, Presidente Tancredo Neves; e estavam aí na disputa a Senadora, querida Senadora, Marina e o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Estava havendo um longo debate, e toda a imprensa apontava. E eu, desta tribuna, falei, disse como era positivo haver quatro grandes candidaturas. Aí, aconteceu algo estranho. O Governo assistiu à criação do PSD. Assistiu e estimulou, deu força para que

ele se criasse. Inclusive, um dos meios da força para que ele se criasse foi garantir que o Vice-Governador do Estado de São Paulo continuasse Vice-Governador do Estado de São Paulo, fosse indicado e assumisse o 38º ou 39º – não sei – Ministério, que é o Ministério das Pequenas Empresas.

Ainda não sei se acertaram. É uma coisa que ainda não está decidida – se o Ministro fica quarta, quinta e sexta na Vice-Presidência e sábado, domingo e segunda no Ministério, ou se é o contrário, fim de semana no Ministério e quarta, quinta e sexta lá como Vice-Presidente da República. Mas acertaram.

Então, o partido saiu com toda a força, com toda a garra, com todo o entusiasmo do Governo, tanto que, quando se falou em PSD, ele estava mais ligado ao PSDB. Pessoal amigo do Serra; aliás, íntimo do Serra. Ele estava com essa disposição. Inclusive, falavam alguns que ele estava sendo criado à espera da vinda do Serra para ser o candidato. Mas fechou com o Governo a preço de ouro. Feito isso, quando a Senadora Marina mandou seu projeto de criação de partido, houve uma guerra.

Olha, legenda como lá, em São Paulo, no ABC de São Paulo, onde as prefeituras do ABC são todas do PT... Lá, em São Bernardo do Campo, berço e capital do PT, oitenta e tantos por cento das assinaturas apresentadas pela Rede foram impugnadas, sem que se dissesse por quê! A lei diz que se deve fazer e se deve explicar. Sem dizer uma palavra, foi impugnado! E olha que foi um boicote tremendo... Surpreendentemente, o partido foi rejeitado.

O outro partido, cujo nome não recordo, já possuía uma impugnação, por provocação de outro partido, dizendo que ele tinha fraude nas assinaturas. O tribunal verificou e viu que havia fraudes, mas constatou que aquelas fraudes não eram suficientes e que não impediriam sua aceitação e o registrou. O Governo poderia ter dito: “Se há fraude nessa, vamos fazer uma vistoria geral. Vamos pegar uma daqui, outra de lá, uma mais adiante, para ver”. Mas, não! Houve aquela; então, tudo resolvido.

O Superior Tribunal Eleitoral poderia ter feito o mesmo com a Rede e poderia ter solicitado uma vistoria nos oitenta e tantos por cento, que foram impugnados lá no ABC, em São Bernardo. Poderiam abrir e ver os nomes: esse nome, esse nome, esse nome. Vamos ver o que houve e qual seria o motivo. Não toparam!

Lá, no Rio Grande do Sul, o coordenador, o bravo companheiro ex-Deputado Jorge Uequed, ele, sua mulher e sua filha foram impugnados, ninguém sabe por quê.

Esse fato foi adiante quando o Governo exagerou contra o companheiro Eduardo Campos. Os irmãos

Cid e Ciro, do Ceará, saíram do partido, levaram os prefeitos, levaram os deputados, ministro, e tudo mais. E está acontecendo com os Governadores dos Estados, porque havia uma pressão no sentido de saírem do Partido Socialista.

E aí surgiu um fato novo. Aqui em Brasília – aliás, o fato foi todo transmitido ao vivo pela Globo News –, a Rede, da Srª Marina, e o PSB fizeram realmente um entendimento emocionante.

Os jornalistas que transmitiam e as pessoas que assistiam nunca viram algo semelhante. Num País que nem o nosso, onde o sistema partidário é exageradamente anárquico, foi uma reunião de uma grandeza, de um espírito público espetacular.

Primeiro, o Partido Socialista. Vamos dizer, muita gente diz que, de certa forma, o Partido Socialista é o segundo de cada um de nós. Cada um tem o seu partido, mas gosta do Partido Socialista. É porque ele tem uma história, tem uma biografia longa de dignidade, de tradição, de defesa de teses e de defesa de princípios. Em segundo lugar, porque Eduardo Campos não só há oito anos Governador de Pernambuco, considerado o melhor dos Governadores de todo o Brasil, mas é neto de uma figura extraordinária da vida pública brasileira, que é Miguel Arraes.

Miguel Arraes, na história do Brasil, foi um grande nome.

Para mim, Arraes, Teotônio, Ulysses, Tancredo, Covas pertencem a um time de notáveis da nossa geração e que eu respeito profundamente. Eduardo Campos vem a Brasília. O nobre líder do PSB foi um dos grandes coordenadores desse debate, inclusive indicado para fazer a negociação, e a Rede indicou um ilustre Deputado do PSDB, que está com a Rede em São Paulo.

O diálogo foi excepcional, foi grande. Em nenhum momento, Eduardo exigiu, falou que a campanha é essa e que a D. Marina não tinha que falar mais em presidência. Em nenhum momento, a Marina chegou: eu vim e quero isso. Pelo contrário, a Marina veio e disse: vim para ajudar, para fazermos uma união diferente; em primeiro lugar, porque eu, da Frente, eu, da Rede, sou o primeiro caso no Brasil. O regime é democrático e o meu partido está na ilegalidade.

O partido da Marina estava ilegal, determinado pelo Governo.

Os dois pronunciamentos foram emocionantes. O objetivo é mudar a política brasileira. Não é bom esse tom – com todo o respeito –, sai tu, entra tu, sai tu, entra tu. Não é bom isso.

Fora o Brasil composto de dois grandes partidos que nem na Inglaterra, Partido Trabalhista e Partido Conservador; fosse o Brasil composto de dois grandes

partidos que nem nos Estados Unidos, Partido Democrata e Partido Republicano. Tudo bem. Mas 38 partidos? É uma anarquia. É um absurdo que não tem lógica.

E isso que foi feito, o Supremo Tribunal, tem que ser analisado, porque ele também cometeu os seus equívocos. Nós votamos nesta Casa a cláusula de barreira, o Supremo não deixou. Se dependesse do Congresso, já existia a cláusula de barreira, e, existindo a cláusula de barreira, podia ter não 38, 200 partidos e não tinha problema nenhum, que nem os Estados Unidos, que têm 70, 80 partidos. Funcionam normalmente, mas, para estar no Parlamento, para ocupar a televisão, eles têm a cláusula de barreira.

Os Estados Unidos não têm justiça eleitoral e nem por isso a eleição lá é mais complicada do que a nossa. Não têm justiça eleitoral. Nós, aqui, neste plenário, nos reunimos, vamos ali no cartório, o primeiro que encontrarmos, e criamos um partido. Está criado o nosso partido. Tem vida, está criado.

Agora, para ir para a televisão, para ganhar dinheiro do fundo eleitoral, para vir para o Congresso, tem que ter povo, tem que ter voto, tem que ter garantia. Aqui não é assim. Aqui é o contrário, absolutamente o contrário.

A união do Partido Socialista e da Rede da Marina foi algo novo na política brasileira. A imprensa toda dizia...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu acompanhei, de Porto Alegre, o tempo todo, na Globo News, que, diga-se de passagem, transmitiu ao vivo, desde não sei que hora da manhã até a noite inteira. E eu acompanhei.

A Marina dizendo: “Eu vim aqui não para interferir na candidatura, que eu respeito. Eu vim aqui para ajudar a fazer um novo estilo de política, para estabelecer uma nova forma de agir e de avançar”. E o Eduardo: “Eu estou aqui reconhecendo, primeiro, a Marina; segundo, reconhecendo que a Rede representa um movimento da maior seriedade e que tem embasamento moral, social e popular. E respeito a Rede como se fora um partido político. E vamos conversar, trabalhar, escrever juntos, e juntos vamos percorrer o Brasil inteiro”.

Em nenhum momento, o Eduardo Campos, que é a candidatura natural, disse: “O candidato sou eu”. E a Marina, até pelo contrário, lá pelas tantas, disse: “Se tiver que ir como candidata a vice, eu vou”.

Esse é um problema que não entrou no choque nem no contracheque.

Vamos juntos percorrer o Brasil!

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu não vi nada parecido, tão bonito, na história do Brasil.

Eu não vi. Se me contarem que tem, me contem, porque eu não vi. Eu gostei da reação da Presidenta Dilma, gostei dela falando: “Eu respeito a Marina.” Começaram a querer ridicularizar a Marina e ela disse: não, ela é um grande nome, tem grande liderança, fez 20 milhões de votos, está em segundo lugar nas pesquisas e merece respeito.

E, com relação ao Eduardo, o Lula disse: “É um grande nome.” Ele, Lula, disse que lamenta porque, se dependesse dele, teria feito um entendimento na tentativa de que ele ficasse junto com o PT.

Eu vejo que a grande imprensa foi impressionantemente favorável ao que aconteceu. Mas, nas redes – e a gente sabe que são teleguiadas, determinadas –, alguém começa a fazer perguntas...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria /PMDB – RS) – É. Pois é. Mas, e a Marina? Como é que é a Marina com relação ao meio ambiente? Como é que é a economia e o problema do meio ambiente da Marina com relação ao Campos, com relação a isso, com relação àquilo? São perguntas válidas. Eu, por exemplo, pergunto. Há coisas que eu nunca gostei de ver. Por exemplo: o Lula teve uma vitória espetacular em São Paulo, capital. Pegou um poste e elegeu prefeito. Ninguém conhecia, nunca foi nada, nem um grande ministro de educação – pelo contrário, a pasta cheia de problemas – e ele elegeu o poste. E, para ele eleger o poste, valeu tudo, até a exigência do Maluf: eu apoio, se ele vier aqui na minha casa, e apertar a minha mão, e tirar fotografia. E o Lula foi lá à casa dele, no parque da casa dele – beijar a mão, não; ele beijou foi a mão do Jader, lá em Belém do Pará. Em pleno comício, na eleição de Belém do Pará, ele beijou a mão do Jader e agradeceu o trabalho extraordinário que o Jader tinha feito com o governo dele. O Lula não beijou a mão, mas abraçou, apertou, feliz, nos jardins do Maluf. E ganhou a eleição. E, até não sei, parece que perdeu no Pará, apesar de tudo. Então, cobrar sinceridade, profundidade, rigidez numa hora como essa? Eu não atiro a primeira pedra em ninguém, mas duvido que tenha muita gente aqui que possa atirar pedras.

Querem ver como é que vai ser o fulano ou o beltrano na composição de dois partidos? Nós sabemos! Não tem esquerda, não tem direita, não tem isso, não tem aquilo. A maneira de ir, e vai!

Quem diria que o PT, com o governo dele, sairia privatizando nossos aeroportos? Quem diria que o PT estaria pensando em privatizar os nossos portos?

Quem diria que o PT autorizaria a privatização das nossas estradas? Quem diria? E está acontecendo isso na cara!

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – E, quando o Dr. Fernando Henrique privatizou a Vale, que era uma empresa, foi um escândalo.

Gostei da declaração do Lula: “A campanha vai ser muito difícil. Lamento que não tenham feito o que eu queria com relação ao Eduardo, e lamento a companhia Marina.”

Agora, algumas expressões estão sendo usadas nas linhas populares de televisão. Vão entrar num ambiente muito pesado, muito carregado, e não acredito que chegaremos lá.

Pois não, Senador.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pelo belo trabalho que fez – sou testemunha disso – com grande competência e com grande responsabilidade.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Mais uma vez, V. Ex^a sobe a essa tribuna e nos emociona com um discurso histórico, V. Ex^a, que tem compreensão da importância dos momentos e dos movimentos políticos. Quero dar aqui um testemunho. Quando, daqui a 20 ou 30 anos, os historiadores forem contar a história do Brasil, dessa cena política da história brasileira, que tenho convicção produzirá consequências muito positivas da história política, o nome de V. Ex^a estará grafado como um dos inspiradores desse momento político. Em primeiro lugar, quero registrar que ouvi da ex-Ministra, ex-Senadora Marina Silva, em relação a V. Ex^a, palavras de muito respeito, de muito carinho. Ouvi de vários dirigentes da Rede a expressão de que V. Ex^a era o patrono da Rede Sustentabilidade. Lembro, jamais vou esquecer – eu me dirigia para minha casa, quando tive a reunião com o Deputado Federal Walter Feldman e o dirigente da Rede, Basileu –, recebi um telefonema de V. Ex^a, que já tinha falado com o Governador Eduardo Campos, apelando para um grande entendimento entre Marina e Eduardo, que, na opinião de V. Ex^a, mudaria o rumo da história do Brasil, produziria um fato político da maior dimensão e contribuiria para acenar com um facho de esperança às novas gerações, que querem construir uma nova forma de fazer política. V. Ex^a, com toda a sua experiência, naquele momento manifestava uma ansiedade, porque estava marcada uma entrevista coletiva para as 15 horas. V. Ex^a me dizia, quando eu

lhe disse que haveria uma reunião com o Deputado Walter Feldman: “Mas eles não podem anunciar nada às 15 horas”. E eu disse: “Estou indo ao encontro do Walter Feldman, vamos ver qual será o resultado dessa conversa”.

Quero registrar aqui que a decisão,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ...tomada de forma madura, serena, tranquila, foi da Senadora Marina Silva. Meu papel aí é que a história me brindou com a oportunidade de participar desse processo, de ouvir as palavras do Deputado Walter Feldman comunicando a decisão da Senadora Marina Silva. Coube a mim comunicar, por telefone, a decisão ao Governador Eduardo Campos. Mas não tenho dúvida de que foram fundamentais as manifestações do Partido Socialista Brasileiro, ao longo de todo esse processo de apoio à construção da Rede como uma expressão legítima da sociedade brasileira, que queria ter uma candidatura que expressasse uma parcela do pensamento nacional. O Governo tentou, por todos os meios, evitar, mas nós, aqui no Congresso, numa atuação democrática, suprapartidária – está aí V. Ex^a, estão aqui o Líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe, o Senador Valadares, o Senador Cristovam e vários outros Senadores –, nos unimos e, naquele momento, fomos ao Supremo Tribunal Federal tentar impedir que se fizesse um grande casuísmo eleitoral contra a Rede Sustentabilidade. Vejam V. Ex^as que houve, naquele momento, um acanhamento daqueles que queriam produzir aquele casuísmo eleitoral. E eu dizia, sem entrar no mérito da decisão do Supremo Tribunal Federal anterior: nós não podemos tratar de forma diferente partidos e Parlamentares apenas porque um partido recentemente criado apoiaria a Presidenta da República e um outro partido teria uma candidatura de oposição. As pessoas achavam estranha aquela nossa posição, um partido como o PSB, que tinha uma candidatura a Presidente da República, uma pré-candidatura do Governador Eduardo Campos, defendendo um partido que tinha outra candidatura à Presidência da República, inclusive com um número maior de intenções de voto. Mas nós fomos ali para defender um princípio, para defender o Estado democrático de direito. E é claro que aquela atitude nos aproximou, quando a Senadora Marina decidiu que não tomaria uma decisão previsível, como gostariam os partidos dominantes, que seria não ser candidata e ficar pregando pelas redes sociais ou, simplesmente, se filiar a um outro partido para ser candidata a Presidente da República. E ela sabia que iria encontrar um discurso pronto.

lam dizer: “Estão vendo? Ela é igual aos outros. Ela só queria um partido político para disputar a Presidência da República.” Não. A Senadora Marina demonstrou que está à altura dos grandes desafios que o País enfrenta neste momento, que está sabendo interpretar corretamente o sentimento das ruas, que quer construir uma nova forma de fazer política. E, num gesto de desprendimento, de grandeza e de uma visão de futuro decidiu: “Não, vou me filiar ao Partido Socialista Brasileiro e vou apoiar sua candidatura a Presidente, Eduardo, porque a sua candidatura representa o enfrentamento ou a polarização, uma falsa polarização, nefasta para a política brasileira, porque tenta cercar o livre debate político das ideias”. Mas eu quero registrar, prezado Senador Pedro Simon, que o momento mais emocionante desses dois dias foi quando, depois de procurá-lo pelo telefone e não encontrá-lo nos telefones que tinha, no sábado pedi que minha secretária viesse ao Senado e falei: eu preciso falar com o Senador Pedro Simon. Ligue para a Secretária-Geral Cláudia Lyra que ela vai conseguir o telefone. Não sei se ela chegou a falar com a Cláudia Lyra. Eu sei que, num determinado momento, ela me passou o telefone e era V. Ex^a. Eu estava ao lado do Governador Eduardo Campos e passei o telefone para o Governador Eduardo Campos. Ele se levantou da mesa e, quando retornou, estava absolutamente emocionado, com os olhos cheios de lágrimas, não escondia que ele tinha chorado. Ele contou, naquele momento, o diálogo – e peço a liberdade, peço licença a V. Ex^a e a ele para transmitir. Quando contou a V. Ex^a o entendimento que tinha sido feito e que seria anunciado daí a alguns minutos, V. Ex^a disse que queria estar lá, como estava em espírito, em energia, mas queria estar lá para dar um beijo nele, que o avô dele, Miguel Arraes, seu grande amigo, daria. E V. Ex^a se emocionou do outro lado da linha e foi às lágrimas, e ele, aqui desse lado, também foi às lágrimas. Eu registro esse momento íntimo de dois grandes homens públicos para mostrar que esse momento também foi carregado de muita emoção, de uma emoção que precisamos resgatar na política brasileira, de uma energia que é a energia do bem, da energia de pessoas que querem, efetivamente, fazer com que a política volte a ser um instrumento para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu quero dizer que, depois da ditadura que este País enfrentou e que V. Ex^a enfrentou, na companhia de Miguel Arraes, é importante registrar que estamos vivendo o maior período de democracia da história brasileira. E, neste momento, nós precisamos nos orgulhar de termos no cenário político brasileiro, na cena política brasileira, pré-candidatos como a Presidenta Dilma, que é uma mulher honrada, uma mulher direita; o Governador

Eduardo Campos na companhia da Senadora Marina Silva, duas pessoas de trajetória sempre ao lado do povo; e do Senador Aécio Neves, um homem de bem, que foi um grande Governador de Minas Gerais e que é um grande homem público. Espero que tenhamos um debate político de alto nível neste País, discutindo o futuro deste País, os rumos deste País, um debate diferente do que ocorreu na eleição passada, que foi um debate rasteiro, um debate de dossiês, de denúncias, de preconceito. Espero que nós estejamos à altura dos desafios deste País, do que este País espera de nós, como a Senadora Marina Silva esteve e está à altura e como V. Ex^a sempre esteve. Tenho convicção de que, se depender desses três candidatos, nós teremos um grande debate sobre o futuro do Brasil. E a democracia é isso. A população vai ter oportunidade de decidir quem é o melhor para comandar o Brasil neste novo momento histórico que ele vive. Parabéns, Senador Pedro Simon. Fiquei muito orgulhoso, muito feliz, muito honrado de receber o seu telefonema e de ter participado deste momento histórico do País.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu lhe agradeço e agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Foi um aparte de declaração. Na verdade, V. Ex^a representa hoje, aqui, o Partido Socialista Brasileiro e a Rede e dá uma demonstração de alto espírito público. Eu tenho muito orgulho de V. Ex^a. Acho que esse espírito que V. Ex^a está demonstrando é o que eu sinto no Governador e é o que eu sinto na Marina.

Convivo com a Marina aqui há muito tempo. Sou um homem de fé assim como a Marina. Sou um homem que aprendeu a entender a sua vida, a sua luta, o seu sofrimento. Analfabeta aos dezesseis anos, vivendo no meio dos seringais, conseguir chegar aonde chegou, crescer como cresceu e conseguir manter uma linha de dignidade, de seriedade, merece respeito.

Na hora mais difícil e mais dura, lá estava ela com o grande herói do humanismo brasileiro, o Chico Mendes.

Na hora de fundar o PT, quando isso parecia impossível, ela estava lá, firme, para fundar o PT.

Na hora de ser Governo, ela foi a primeira Ministra a ser convidada. O Lula foi convidá-la lá nos Estados Unidos, e a convidou por causa do prestígio dela, da credibilidade dela, para mostrar como ela faria o Governo. Ela se portou no Governo com seriedade, com respeito. Largou o Governo com seriedade e com respeito. Saiu do PT – vamos analisar –, saiu como o Frei Betto saiu, como muitas pessoas saíram.

Como eu, lamentavelmente, era um apaixonado do PT na época em que ele era oposição, votei na Dilma, no segundo turno, com muito respeito, mas estou

vendo, agora, as coisas irem para um determinado sentido que nós temos que analisar.

Por isso entendo o pronunciamento de V. Ex^a. Nós temos que viver este novo momento. Tem razão quando foi dito aqui que foi uma das eleições mais tristes a eleição passada. Entrar para uma campanha eleitoral para debater o problema do aborto, para debater o problema do homossexualismo e não sei mais o quê! Mas o que foi aquilo daquela campanha, o ridículo daquela campanha?

Tenho certeza de que esta vez não vai acontecer isso. Nós vamos viver um momento novo, e isso deve servir para uma política nova. Política em que eu reconheço que a Presidente da República é uma mulher de respeito e vai usar a linguagem necessária; em que nós todos sabemos que o companheiro Aécio é um homem excepcional e que tem uma grandeza, uma dignidade que nós respeitamos; e em que o Eduardo, tendo a Senadora ao seu lado, vai representar o mesmo.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Que bela campanha, que novo patamar!

Vamos votar aqui, fazer com que o Supremo não faça de novo o que fez: vetou a proibição de cláusula de barreira.

Vamos iniciar um grande ano. Que a Dilma seja feliz, que realize os seus objetivos. Que a Dilma seja feliz, por exemplo, com relação a essa Ministra que usou um helicóptero ridiculamente. Um helicóptero que é único em Santa Catarina, usado como ambulância para salvar vidas em Santa Catarina, para. Desmancha o helicóptero, tira os objetos de saúde para transformá-lo em helicóptero de passageiros para levá-la para a sua campanha eleitoral.

Presidenta, toma providência, para continuar a linha do seu Governo!

Eu aprendi a admirar o Governador Eduardo Campos, sinceramente: seu jeito, seu estilo, sua franqueza. A grandeza, quando vejo, por exemplo, Eduardo Campos e Jarbas Vasconcelos, dois grandes amigos que viraram adversários e voltaram a ser amigos. Mas é uma linha que temos de seguir.

Comporta o Governo agora, um Governo que nem é da Presidente Dilma, neste momento, é quem mais tem interesse em fazer um Governo de seriedade; uma campanha digna, uma campanha limpa.

Não precisa inventar defeitos na Senadora Marina. Não precisa inventar seja lá o que for do Governador Eduardo. Acho que não queremos inventar defeitos na Presidência da República nem no companheiro Aécio. Vamos fazer uma campanha de alto nível. Vamos fazer como nos Estados Unidos: em vez de entregar

a campanha para meia dúzia de encarregados fazer a propaganda, na qual a empresa de publicidade é a que dita a norma, a orientação, o programa, o que tem de fazer, e o candidato à Presidência da República se transforma num macaquinho que repete o que o orientador fez...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – O debate é ao vivo! Está aqui um, está ali o outro. Um pergunta, e o outro responde ao vivo, e o povo está assistindo. Aí é diferente. Aí as questões são outras. Aí o negócio não vai para o aborto aqui, o homossexualismo ali e não sei o que lá. Mas são as grandes questões e as grandes teses.

Nós estamos dando um passo que vai mudar o Brasil e, se Deus quiser, acho que os outros partidos devem entrar nessa linha.

Meu querido Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Cristovam, queria só fazer um apelo a V. Ex^a. O nobre Senador Pedro Simon já está na tribuna por mais de 30 minutos. Portanto, eu gostaria que fosse breve, porque há vários oradores já reclamando porque querem falar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Obrigado, Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se me permite, esse tema é tão importante, que a gente deveria dedicar um tempo para reflexão. Mas realmente há outros inscritos, com outros temas importantes. Eu não poderia deixar aqui de dizer, Senador, primeiro que me lembro de outro momento parecido, não tão simbólico, mas que tinha certo gesto como esse: quando Brizola, no segundo turno, apoiou Lula e transferiu para Lula todos os votos que tinha tido no primeiro turno. Esse foi um gesto também bonito. Mas, ao longo do Governo, depois que Lula ganhou, não naquela eleição, em outra, nós não vimos a capacidade de eles se juntarem num programa unitário. Ficaram separados. Para mim, o que aconteceu, na semana passada, com Eduardo e Marina é algo extremamente marcante e é uma novidade. Mas, para ser o novo, para transformar a novidade em novo, é preciso saber quais as propostas claras, nítidas que eles vão trazer para nós – eleitores, no caso. Este é o desafio das próximas semanas...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... ou meses: como construir, a partir de um belo gesto, um sólido gesto de mudanças no

Brasil? De fato, a beleza vem de que é muito possível a eleição dessa chapa, porque há um esgotamento do governo representado pelo PT. Doze anos cansam, e os erros que cometeram cansam mais ainda. Também há uma sensação de que o PSDB não se reciclou para ser uma novidade em relação ao PT. Então, é o momento de uma novidade, e eles nos ofereceram essa novidade. É preciso que, agora, eles ofereceram o novo ao Brasil. Senão, ficará apenas num gesto bonito e não num gesto transcendente, a ponto de fazer a mudança de que o Brasil precisa. Eu torço para que, logo, logo, a gente comece a perceber que a junção deles traz o novo para o Brasil e não apenas uma novidade para as eleições.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu agradeço V. Ex^a. Não é por nada que o Congresso em Foco vem lhe apontando como o melhor Parlamentar do Brasil. V. Ex^a, muitas vezes, monologa na tribuna, pregando e debatendo a necessidade e a importância de se fazer alguma coisa, de se dizer presente, de se avançar. Eu creio que essa pregação longa de V. Ex^a não caiu no escuro.

Eu diria a V. Ex^a que, tanto no caso da Senadora, como no caso do Senador, seu conterrâneo, foi isto que se apresentou...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... foi isto que foi importante e significativo: nós termos, realmente, uma campanha com austeridade e com seriedade, com responsabilidade; não cairmos no que foi a maneira triste como foi o registro dos dois últimos partidos, a forma interna com que o Tribunal Superior Eleitoral analisou essa matéria; a forma como a gente está caminhando para uma campanha; a forma como a gente está vendo a divisão do dinheiro; a forma como nós aqui aprovamos, ainda que a toque de caixa, uma reforma que não é uma reforma, é uma microrreforma, não é uma microrreforma, é não sei o quê, mas que, na Câmara, não sai – nem aquilo que era o mínimo do mínimo do mínimo que a gente podia fazer está na gaveta da Câmara, porque eles não se acertaram.

Então, nós estávamos caminhando para uma linha que não se sabe qual.

Acho que nós temos condições de elevar o nível da nossa campanha, temos condições de elevar o nível da nossa sociedade, temos condições de elevar o nível do debate nesta Casa e, de certa forma, iniciarmos um índice de mais participação e maior presença. Temos de fazer isso. É necessário fazer isso.

Esta Casa tem de ter vez e tem de ter voz, tem de ter autoridade e tem de ser respeitada.

Eu creio que vivemos um grande fato. E foi um grande início, Sr. Presidente, e, se Deus quiser, essa caminhada vai continuar.

Eu agradeço muito a V. Ex^a pela exagerada tolerância que teve pela minha parte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força. PTB – RR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSOL, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, em comunicação inadiável, quero aqui rapidamente comunicar ao Senado um lamentável incidente que ocorreu no último domingo, em Macapá, por ocasião da 50^a Expofeira Agropecuária.

Na minha capital, Sr. Presidente, no último domingo, encerrava-se a 50^a Expofeira Agropecuária, um dos principais eventos do Estado do Amapá, um evento de total e absoluto sucesso todos os dias, um dos eventos culturais, artísticos e econômicos mais tradicionais do Estado.

Esse 50^o certame da Feira Agropecuária do Amapá foi, em todos os seus dias, sucesso absoluto de público e de mobilização da economia amapaense, e assim haveria de ser no seu último dia.

Ocorre, Sr. Presidente, que, no último dia, um evento, um incidente ocorrido por conta dos empresários, dos proprietários das empresas de transporte coletivo, acabou transformando a conclusão da feira agropecuária em um transtorno para as mais de 15 mil pessoas que estavam na conclusão da festa de encerramento da feira agropecuária do Amapá.

Por volta das duas horas da manhã de domingo, o serviço de transporte coletivo da feira agropecuária foi suspenso, sem nenhuma comunicação prévia por parte das empresas de transporte coletivo para a empresa municipal de transportes urbanos, para o Governo do Estado do Amapá, para a Secretaria de Transportes do Governo do Estado do Amapá. O serviço de transporte coletivo intermunicipal entre as cidades de Macapá e Santana e o serviço de transporte coletivo municipal da capital do Estado do Amapá, da cidade de Macapá.

Este descaso por parte das empresas de transporte coletivo se revela em uma clara iniciativa de locaute, visto que, na cidade de Macapá, o Governo Municipal, a Prefeitura já anunciou que, em uma atitude inédita ainda não ocorrida naquela cidade, irá realizar licitação pública para as empresas de transporte coletivo, acabando com o monopólio da concessão de transporte coletivo por parte de um oligopólio de empresas que dominam o setor há mais de 15 anos.

Esta medida por parte das empresas de transporte coletivo contra o povo do Amapá, contra as autoridades do Estado amapaense, contra o Governo amapaense, contra a Prefeitura de Macapá é um ato claramente criminoso, criminoso diante da legislação brasileira, porque a nossa legislação, notadamente, no art. 722 da Consolidação das Leis do Trabalho, diz clara, clara, clara e absolutamente que a ocorrência de locaute, que ações desse tipo são passíveis não só de multa como são ações ilegais, inclusive passíveis...

Diz o § 2º do art. 722 da CLT: se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro.

Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica, o Presidente do Tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

Obviamente, essa medida praticada pelos empresários de transporte coletivo no Amapá é uma medida de sabotagem ao anúncio da licitação feita pelo Governo Municipal de Macapá.

Quero, Sr. Presidente, anunciar, em primeiro lugar, a solidariedade à decisão tomada pela Prefeitura Municipal de Macapá de, nos próximos 30 dias, fazer a sua licitação para a concessão de transporte coletivo. Sei que não é regra no Brasil. Existem empresários do transporte coletivo sérios no Brasil, mas essa máfia existente em muitos locais do Brasil, essa máfia que já foi objeto das mobilizações de rua em todo o Brasil, no último junho, não pode persistir, não pode triunfar sobre os interesses de governos e sobre interesses da sociedade. Essa máfia não pode triunfar, principalmente em cidades onde houve decisões políticas para essas máfias serem derrotadas.

Não é aceitável, não é admissível que ocorram eventos, episódios como os que ocorreram na minha capital, onde mais de 15 mil pessoas tiveram de se deslocar por mais de 20km a pé por uma decisão unilateral de um grupo de empresários ameaçados na continuação de seus privilégios. Por uma decisão unilateral, por uma decisão única e absoluta, os seus serviços foram suspensos e uma ordem de serviço praticada, uma ordem de serviço emanada do Governo municipal foi desobedecida. Não é aceitável.

Quero reiterar que sei que essa não é a regra, que não é a regra existente no Brasil, não é a regra por parte de todos os empresários e de todos os serviços existentes no Brasil, mas onde existem ações crimino-

sas como esta, ocorrida na minha capital, deve existir uma reação por parte do Poder Público.

Tive conhecimento de que os Vereadores de Macapá e a Prefeitura, hoje pela manhã, se dirigiram até o Ministério Público. Tive conhecimento ainda – e eu espero e acredito na ação por parte do Ministério Público do Estado – de que o ocorrido na madrugada do último domingo para segunda será apurado, que os criminosos responsáveis por deixar 15 mil pessoas andarem por mais de 20km entre o distrito de Fazendinha e Macapá serão responsabilizados por isso. E eu tenho certeza de que a decisão firme por parte do Governo de Macapá não será revertida, porque, em Macapá, daqui a 30 dias, terá...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... licitação para o transporte coletivo, que é concessão pública. E concessão pública tem que servir à sociedade. Não é a sociedade que tem que servir a meia dúzia de empresários que têm interesses particulares e escusos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, houve um acordo de lideranças com a Mesa para que a Ordem do Dia fosse iniciada às 16h. O relógio está marcando 17h22, por isso eu faço um alerta a V. Ex^a, pedindo inclusive que deixe registrado nas notas taquigráficas desta Casa que quando a Ministra Ideli for ao Estado do Pará tem um helicóptero lá, à disposição dela, para servi-la.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Mário Couto, a Mesa acolhe as ponderações de V. Ex^a, mas informa que o Presidente Renan já se encontra na Casa e está vindo para dar início à Ordem do Dia.

Enquanto isso, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, fiquei impressionado hoje com o grau de violência que está caracterizando muitas das manifestações em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e outras. Os principais jornais do Brasil, os meios de comunicação colocam em destaque uma violência que, no meu entender, de forma alguma se justifica.

Eu quero aqui reiterar o apelo que faço a todos aqueles que têm procurado usar máscaras, que se identificam como membros dos chamados *black blocs* ou do *Anonymus* e de outras organizações.

De um lado, é totalmente condenável que os responsáveis pela segurança pública estejam agindo com violência injustificável, como se detectou em diversos episódios registrados pela imprensa. Mas, por outro lado, os atos de destruição de objetos, de prédios públicos, de estações do metrô, de bancas de jornal, explosões de automóveis, incêndios de ônibus significam sérios prejuízos à própria população.

Inclusive, conforme ressalta a reportagem sobre o que aconteceu ontem em São Paulo: “Tentaram até roubar meu colchão para tacar fogo na viatura da polícia. Não deixei e tive que dar uns sopapos em um vagabundo”, reclamou um morador de rua que vive na Rio Branco. Ou seja, até mesmo aquelas pessoas mais humildes e mais pobres, que são moradores de rua, estão sendo atingidas por estes que causam ações violentas não apenas contra os chamados símbolos do capitalismo, como sedes de bancos, agências bancárias, caixas eletrônicas, revendedoras de automóveis ou cadeias norte-americanas de lanchonetes ou algo assim. Mesmo com a destruição de bancos, conforme ainda hoje uma pessoa colocou na internet, a diminuição de 1% na taxa Selic causa muito maior prejuízo ao sistema bancário do que destruições como essas que aconteceram nesses últimos dias.

Então, eu quero insistir no apelo a todos esses manifestantes. Podem notar, como aconteceu ainda ontem, na manifestação legítima de professores ou de bancários que estavam protestando com respeito à necessidade de obterem melhor remuneração, plano de carreiras, de cargos e de salários. Naturalmente, então, se içaram às ruas para manifestar com respeito às autoridades. Muitas dessas pessoas foram às ruas com seus familiares, com pessoas mais idosas e também com crianças. Mas há o momento em que surgem aqueles que, mascarados, resolvem então realizar depredações e provocar ações que geram, depois, a reação da polícia, prendendo pessoas, ou o ataque, como os que vejo nos jornais – pessoas mascaradas, com estilingues, atirando coquetéis Molotov sobre os policiais militares e, às vezes, até sobre a população.

Esse tipo de procedimento, tenho a convicção, não é o mais saudável, sobretudo porque eu, ao longo de minha vida, resolvi solidarizar-me com a causa de se dar voz e vez àqueles que por tantas gerações não tiveram a oportunidade de viver com plena cidadania, sejam aqueles cujos ascendentes foram escravos ou a população indígena, da qual se tomou a terra, ou tantas pessoas que, em nosso Brasil, ainda são destituídas

de direitos plenos à cidadania, de direitos à educação, à moradia, a uma alimentação adequada.

Eu tenho a convicção de que a melhor maneira de essas pessoas conseguirem seus direitos é justamente através dos meios democráticos e seguindo o exemplo daquelas pessoas que muito refletiram a respeito da violência, da guerra, das revoluções armadas. Então, pessoas como Leon Tolstói, que tanto escreveu sobre a guerra, como em *Guerra e Paz*, assim como em outros livros que vieram a influenciar de forma profunda líderes como Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr., propugnaram sempre para que as transformações pudessem ser realizadas por meio da não violência.

Quero, portanto, transmitir a todos aqueles que se utilizam de máscaras para não facilitarem sua própria identificação e àqueles que provocam incêndios e destruições de prédios públicos ou privados que, certamente, essa não é a maneira mais adequada de realizar as transformações pelas quais precisamos tanto lutar para realizar no Brasil. É claro de que precisamos avançar na busca da melhoria de oportunidades e de boa educação para todos. É preciso avançar muito para conseguirmos a plena alfabetização de todos os brasileiros e provermos as boas oportunidades de serviços de atendimento à saúde para toda população. Também é preciso ampliar os programas de moradia popular para que todas as pessoas tenham direito a viver com dignidade. Para isso, faz-se necessário avançar na direção de todos terem uma Renda Básica de Cidadania, conforme tenho propugnado, mas que a batalha por todos esses objetivos se dê por meios pacíficos, de não violência.

Eu quero aqui afirmar a essas pessoas que estão realizando atos de violência que eles serão muito mais eficazes com respeito aos seus objetivos de realização de justiça, de término de abusos, como os que muitas vezes são aqui denunciados por Parlamentares e hoje por diversos Senadores, se forem feitos através da palavra, de ações inclusive de eventual desobediência civil, mas, sobretudo, por meios que signifiquem a não violência.

Este é o meu apelo a todos aqueles que estão realizando essas manifestações. Sim, vamos continuar as manifestações, ouvir a voz do povo; vamos ouvir a voz dos jovens, mas, sobretudo, vamos fazer essas ações sem violência e com respeito a cada ser humano. Por mais que nós discordemos dessas pessoas, vamos agir com o devido respeito e sem a prática da violência, que acaba depois prejudicando os próprios manifestantes, porque são muitos aqueles que depois acabam sendo feridos, às vezes, mortos, às vezes, detidos. E isto acaba se tornando algo que não fará bem para o nosso Brasil.

Nós temos tido uma tradição de transformação de nossa sociedade, inclusive com vitórias na direção do aperfeiçoamento de nossa democracia. É claro, precisamos avançar muito mais, inclusive com transformações e reforma política para valer. Mas que façamos isso através de meios democráticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Armando Monteiro, para falar em nome da Liderança do PTB.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me particularmente a Pernambuco e aos amigos do País que acompanham nossos trabalhos pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal.

Acabo de apresentar o Projeto de Lei nº 409, de 2013, destinado a denominar Rodovia Mestre Dominginhos o trecho da BR-423 compreendido entre os Municípios de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

Trata o presente projeto de prestar uma justa homenagem a um verdadeiro ícone da música brasileira e da cultura popular nordestina, filho ilustre de Garanhuns, em Pernambuco, o cantor, músico e compositor José Domingos de Moraes – o eterno Dominginhos para todos nós, seus inúmeros admiradores – unia ao seu extraordinário talento artístico uma rara dimensão humana.

Trabalhou, lutou, venceu sem jamais ter abandonado aquela simplicidade, aquela simpatia, aquela identificação profunda e sincera com o povo, sobretudo com aqueles sertanejos mais humildes e batalhadores do meio de onde ele veio, sua fonte de inspiração, aos quais se manteve fiel ao longo dos 72 anos de sua vida; fiel ao seu povo, fiel a sua arte, fiel a si mesmo!

Foi aprendiz de Luiz Gonzaga, que o conheceu ainda aos 9 anos de idade, em 1950, e ficou impressionado com o talento musical do conterrâneo pernambucano.

Posteriormente, o incorporou a sua equipe de músicos, e, assim, Dominginhos passou a fazer apresentações pelo Brasil e a participar de gravações. Nesse sentido, o nosso homenageado de aprendiz se transformou em mestre e contribuiu decisivamente para disseminar e valorizar o estilo musical de raízes nordestinas. O seu trabalho foi reconhecido não só nacionalmente, mas também internacionalmente ao ser agraciado por duas vezes com o Grammy Latino. No último, em 2012, Dominginhos venceu a catego-

ria Melhor Álbum de Raiz Brasileiro, com o CD e DVD Iluminado.

Em 23 de julho deste ano, Dominginhos faleceu. Mais recentemente, dois meses depois de sua morte, sua lembrança voltou a provocar uma autêntica comoção coletiva na multidão que acompanhou a transferência dos seus restos mortais do cemitério da cidade de Paulista, na área metropolitana, para Garanhuns, no Agreste, a terra natal, onde iniciou sua vitoriosa carreira e acaba de ganhar um mausoléu.

Essa morada definitiva, além de exibir a imagem de Dominginhos, traz gravado um trecho da canção “De Volta para o Aconchego”, sucesso que compôs em parceria com Nando Cordel

A ocasião faz-se oportuna para mais esta homenagem aqui proposta: batizar com o nome do mestre inesquecível o trecho da rodovia BR-423, entre São Caetano e a sua Garanhuns. Um caminho por ele tantas vezes percorrido a fim de levar sua arte ao povo que tanto amou...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – ... e por quem será eterna e merecidamente venerado.

Diante dos motivos expostos, buscamos o apoio de nossos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, tendo em vista o adiantado da hora, e não havendo até agora entendimento entre as Lideranças, eu queria solicitar a V. Ex^a que escute os Líderes para que possamos encerrar a Ordem do Dia, que está trancada pela MP 624, para que nós possamos continuar com os discursos dos Senadores inscritos e oradores inscritos, de acordo com o que está previsto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Petecão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, nessa direção aqui, se me permitir.

Fizemos algumas tentativas de entendimento. Não foi possível. Não sendo possível, eu também queria aqui dar um posicionamento pelo PT, pelo Bloco,

favorável. É melhor, senão vamos ficar aqui empurrando com a barriga.

É melhor que se tenha o encerramento da Ordem do Dia, até para abrir oportunidade para os oradores, enquanto prosseguimos aqui nos entendimentos para, se Deus quiser, amanhã haver condição de votação.

É esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria só de um esclarecimento. Há um projeto que trata do fuso horário do Acre, lá do meu Estado. Inclusive chegou à Mesa sob um pedido de urgência de nossa autoria. Eu vi os colegas aí falando de a pauta estar trancada; prejudica a votação deste projeto?

Porque nós estamos aqui na expectativa; com certeza o povo do Acre também todo está esperando por essa decisão, e eu gostaria que a Mesa e a assessoria da Mesa me orientasse e me esclarecesse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força /PTB – RR) – Senador Petecão, a Secretaria da Mesa me informa que, como é um projeto de lei de origem da Câmara, e a pauta está trancada – portanto, é um projeto de lei ordinária –, fica, sim, digamos, no aguardo de entrar em pauta no momento oportuno.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Meu Presidente querido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Meu Presidente querido, saudando a presença de V. Ex^a no plenário, registrar que até a chegada de V. Ex^a não havia entendimento com relação às Lideranças. Tendo em vista a Ordem do Dia – já são 17h43 e os Líderes ficaram aqui, muitos deles tiveram que se ausentar, como é o caso do Líder da Minoria, que teve que se ausentar –, mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma ponderação a V. Ex^a

Efetivamente, passou agora, no último dia 5 de outubro, o prazo de filiação partidária para as eleições do ano vindouro, o ano de 2014. Há um requerimento assinado por diversos Líderes à Mesa para solicitar regime de urgência para um projeto de lei que já foi votado pela Câmara, o qual este Plenário chegou inclu-

sive a colocar em processo de votação, quando houve uma liminar que suspendeu o processo de votação.

Depois, por entendimento, o Senado chegou à conclusão de que deveria aguardar o término do prazo de filiação partidária, que estabelece o período de anuidade eleitoral, para que não se causasse nenhuma regra nova, tendo em vista a eleição do ano de 2014.

Mas, Sr. Presidente, diante dos fatos que estamos presenciando no País, com relação à criação de novos partidos, onde há movimentação de Parlamentares no Brasil inteiro, Parlamentares esses que se movimentam levando dinheiro público consigo, porque levam tempo de televisão e fundo partidário para partidos novos que ainda não foram testados nas urnas.

Ora, a permanecer a legislação como está, Senador Mozarildo, lamentavelmente, cenas como a que acabamos de assistir recentemente na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas, e, agora, a pressão sobre prefeitos no interior de todo o Brasil, em que a máquina pública volta para a velha República, pressionando os prefeitos, numa verdadeira desigualdade e num abuso de poder... Ora, Sr. Presidente, tudo isso é por falta de uma legislação que esta Casa tem a oportunidade de votar.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, que agora está presidindo o nosso Plenário, em nome de tantos neste País que defendem cada vez mais a transparência nesse processo, que cada vez mais fique claro que a representatividade da democracia direta, como a do povo brasileiro, não seja maculada, não seja manchada por lacunas na legislação que permitam esse troca-troca de partidos, num verdadeiro leilão, numa verdadeira negociação pouco republicana e pouco transparente, em que, lamentavelmente, o abuso do poder e as velhas práticas da velha República estão presentes.

Assim, faço um apelo a V. Ex^a e ao Plenário desta Casa para que, havendo entendimento, possamos prosseguir e votar essa matéria, Sr. Presidente, o mais rápido possível, talvez ainda no dia de hoje.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Renan, por favor, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão. Em seguida, o Senador Eunício.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Eu queria ponderar com o Presidente – inclusive já foi fruto de uma questão de ordem com o nosso Presidente Mozarildo – que há um projeto que trata do fuso horário do Acre. É votação simbólica. Aprovamos um requerimento de urgência na Comissão, e eu gostaria que o senhor visse a possibilidade, porque esse projeto é de inte-

resse do nosso Estado, é de interesse dos acrianos. Por se tratar de uma votação simbólica, ajude o povo do Acre, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão, eu queria dizer a V. Ex^a que já há acordo e esse projeto está na pauta. No entanto, precisamos desobstruir a pauta e votar primeiro a medida provisória.

Eu queria aproveitar a oportunidade e fazer um apelo, consultando os Líderes partidários, porque é importante votar essa matéria que pede o Senador Petecão e é muito importante também votarmos a matéria sugerida pelo Senador Eduardo Braga.

Para tanto, precisamos votar a medida provisória que obstrui a pauta. Vamos votar.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha que o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, tratou o PLC nº 14, quero me somar às palavras que ele disse em relação a essa questão da movimentação política.

Tenho uma posição clara – e aqui está falando alguém que tem 40 anos de filiação a um único Partido, o velho MDB, agora PMDB –, no sentido de que a gente coloque em pauta, vote essa medida provisória agora para destravarmos a pauta e, na sequência, com apoio das Lideranças e com apoio da Liderança do PMDB, a gente coloque em pauta o PLC nº 14, que vai moralizar essa questão da criação de novos partidos.

Não sou contra criação de novos partidos, mas o nosso PMDB, a que V. Ex^a inclusive pertence, o Senador Romero Jucá, o Senador Eduardo Braga, o Senador Ricardo Ferraço e tantos outros, esse PMDB foi fundado, Sr. Presidente, na época em que não se tinha sequer liberdade de expressão ou direito de reunião. Portanto, fomos criados sem Fundo Partidário, sem tempo de televisão, e o PMDB hoje é o maior Partido do Brasil. Então, não tem sentido a gente ficar aqui distribuindo dinheiro público. Fundo Partidário é dinheiro de impostos, é dinheiro público; tempo de televisão é dinheiro de impostos, é dinheiro público para alguém que não disputou nenhum voto. Cria-se um partido no TSE e esse Partido já vem com cota de Fundo Partidário, sem ter sequer um Deputado. Ele não precisa ter um único Deputado para ter participação no dinheiro público brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, já assinei com os demais Líderes essa matéria do PLC nº 14, que dá um basta nessa questão de criação de partido. Não sou contra, vamos continuar criando partido no Brasil, agora, tem que ir para as ruas convencer o eleitor e conquistar

Parlamentares, para ter direito a Fundo Partidário e a tempo de televisão.

O encaminhamento que faço é no sentido de pedir a V. Ex^a: vamos votar a medida provisória para destravar a pauta, temos integral concordância na votação da medida provisória, assim como queremos encaminhar a matéria do ponto de vista do PLC nº 14, para moralizarmos a vida pública brasileira.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu dizia há pouco da dificuldade que nós tínhamos por não haver acordo e eu queria aqui saudar os Líderes. Por isso é bom apressar aqui porque o acordo sai mais rápido. Então, da nossa parte, há acordo para a gente votar a Medida Provisória e há acordo para votar também a 14 que acho que é uma necessidade que a gente tem.

Nós vivenciamos isso. Acho que foi até boa essa situação, porque lá atrás, quando a gente tratava desse tema, era muito comum dizerem que era uma ação para prejudicar a criação da Rede, etc. Não! Independentemente da situação eleitoral de 2014 ou de qualquer eleição, o que queremos ali nesse projeto é garantir uma regra que respeite os partidos. É o povo numa eleição que diz o tamanho de cada partido. E o povo, ao dizer o tamanho de cada partido, define o que cada partido tem de direito de Fundo Partidário e de tempo de televisão.

O modelo que temos, que não é em lei, é uma decisão do TSE, coloca o absurdo de um partido já ter o direito de tomar o Parlamentar do outro – usando uma palavra do povo. Basta examinar uma coisa: o conceito da fidelidade partidária. É o mesmo que dizer: “Olha, você tem que ser fiel ao seu partido, mas tem o direito de ser infiel na criação de um partido novo ou na situação de uma fusão.”

A fidelidade tem que ser numa regra geral. Como pode ser infiel, se for para um partido novo, mas não pode ir para um partido já existente. Quer dizer, é uma coisa absurda isso. Aliás, nós tínhamos que tratar esse tema. E digo aqui: o meu partido mesmo tem colocado a existência de conflito entre a regra de um ano de filiação e a regra da fidelidade. Ou é uma fidelidade pura, que não sai de forma nenhuma, sem perder o mandato, ou, então, vamos ter que ter uma situação em que se tenha uma regra em que um ano antes da eleição você tenha a opção de filiação, mas para qualquer partido. Senão, vira essa situação que leva a denúncias, denúncia de venda de recursos partidários, denúncia de venda de tempo de televisão e outras coisas piores.

Sei que isso termina jogando na mesma raia os que são ideológicos junto com os que não o são. Des-

taco que reconheço a Rede como sendo um partido com raízes ideológicas, mas eu queria chamar a atenção. Por isso, somos favoráveis a que entre na pauta.

Era esse o pedido, Sr. Presidente.

Também acho que o Decreto nº 87, para o qual foi aprovada a urgência, o decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador José Agripino e Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Só quero dizer, Presidente, que, como Líder do PSD, aceitamos a proposta do acordo, para que possamos votar a medida provisória.

Então, como Líder do PSD, aceitamos o acordo para liberar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já vou me manifestar e dar a minha opinião. Estamos inteiramente de acordo com a votação da medida provisória porque, na verdade, ela traduz a abertura de um crédito. Nada a obstar com relação a essa medida provisória, que trata de um assunto urgente, relevante, que merece ser votado.

Quanto ao segundo ponto, quero fazer, rapidamente, uma consideração: alguns meses atrás o nosso Partido, ao lado – incrivelmente – do PT e do PMDB, com quem temos estado muitas vezes em consonância com algumas matérias, foi o defensor neste plenário da aprovação dessa matéria. O meu entendimento, na época, era o mesmo de hoje e fica coonestado pelo que acabou de acontecer. Acabaram de se criar, com a chancela do Tribunal Superior Eleitoral, dois partidos novos, que não tinham nenhuma formulação programática conhecida. O presidente de um deles até disse: “Este partido está criado para receber quem quiser vir.” Partido para receber quem quiser vir, sem formulação programática, eu acho que é um elemento desmerecedor do processo político brasileiro.

O que nós podemos fazer? Votar essa matéria. Eu acho que se impõe...

V. Ex^a tem todo o mérito, primeiro, porque quis votar lá atrás; segundo, porque traz essa matéria agora, criados esses partidos que não têm formulação programática bem definida e que atraíram muitos deputados – um tem 22 e o outro tem 17 deputados. E foram porque a legislação permitia que eles saíssem do partido em que estavam, onde estavam incomodados, estavam desconfortáveis por alguma razão, e podiam ir, livres da sanção da legislação; podiam ir e eram encantados a ir porque levavam aquilo com que esse projeto de lei vai acabar, moralizando o proces-

so; levavam tempo de rádio e televisão e pedaço de Fundo Partidário.

Eram como que mercadorias cada Parlamentar, pela legislação hoje, pelo entendimento do TSE, que não está errado. O TSE fez a interpretação da lei vigente porque nós nos omitimos, porque essa lei não estava aprovada, porque a lei que nós estamos votando agora não estava aprovada. E o TSE, no vácuo, legislou. Legislou, desconhecendo a fidelidade partidária e entendendo que cada Parlamentar é um partido político, ele leva consigo tempo de rádio e televisão e Fundo Partidário, ou seja, partido político é a junção de partidos políticos.

Está errado isso, e a forma de consertar é votar esta matéria. E mais do que isso: há uma emenda do Deputado Ronaldo Caiado, que foi discutida e foi consenso na Câmara dos Deputados, que traz para os partidos com representação na Câmara, no Congresso Nacional, a real distribuição do tempo de rádio e televisão e Fundo Partidário, porque distribuir entre aqueles que não têm um único Deputado Federal, um único Senador é como que estimular a legenda de aluguel. É você dar a um partido que não tem nenhuma representação, apenas ele existe, não tem nenhum Parlamentar federal, mas tem um tempo de rádio e televisão e, muitas vezes, ele vai ao leilão, e ele se oferece, ele compõe coligações, levando tempo de rádio e de televisão, ele passa a ser uma mercadoria.

Este projeto e a emenda do Deputado Ronaldo Caiado curam essa lacuna e essa ferida, de modo que, por essas razões todas, coerentemente com a posição que adotamos há uns três ou quatro meses, é que nós somos favoráveis a que essa matéria seja apreciada, e o nosso voto será decididamente “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fico a observar exatamente as manifestações de alguns dos meus colegas no que diz respeito à criação de novos partidos, os que foram criados e os que estão tramitando para serem criados.

Lá atrás, já ocorreu o fato, e essas prerrogativas, que agora estão querendo negar, já foram dadas. Logicamente que cabia a esta Casa aprovar qualquer matéria que diz respeito a esse assunto anteriormente, antes da aprovação do Tribunal Superior Eleitoral de novos partidos. A regra estabelece que a fidelidade partidária está suspensa à proporção que se cria um novo partido.

Quem não estiver bem no partido que está poderá se deslocar, poderá filiar-se aos partidos novos, sem que haja perda de mandato.

O que observamos recentemente, Sr. Presidente, é que não são apenas os partidos novos que levaram Deputados; houve uma troca em diversos partidos. Quem estava, vamos dizer, no PDT foi para o PP; do PP foi para o PMDB; do PMDB foi para o PT, enfim, independentemente de ter sido criado um partido novo.

Os partidos recém-criados, PROS e Solidariedade, surgiram dentro das regras da lei. Então, esta Casa não pode se utilizar de casuísmo, pensando em retroagir para prejudicar. Encerraram agora, no dia 5 próximo passado, as transferências de Deputados e Senadores de partido A para partido B, e, a partir de agora, vai prevalecer exatamente a regra que está aí em vigor.

Aprovar aqui uma matéria hoje ou amanhã, dizendo que os partidos recém-criados não têm direito a tempo de televisão e a fundo partidário, é negar o que já ocorreu com o passado. Recentemente, houve partidos criados – o PSD, por exemplo –, e levaram-se Deputados, Senadores, tempo de televisão e fundo partidário. Foi a lei; é o que estabelece a regra.

Então, acho, Sr. Presidente, que a Casa não pode incorrer nessa hipótese levantada aqui pelos meus queridos Líderes e Senadores. V. Ex^a tem a responsabilidade de pautar as matérias.

Agora, matéria dessa natureza terá de ser tirada da pauta, Sr. Presidente, para se fazer uma emenda, porque, a partir de agora ou do próximo partido criado, a lei estabelece o seguinte: não leva tempo de televisão, nem leva parlamentar. Essa é a regra. Mas a atual regra é absolutamente coerente e conseqüente, por isso espero que esta Casa não cometa esse equívoco que estamos tentando fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos ao Senador Benedito de Lira e a todos os demais Senadores que usaram da palavra com relação a essa matéria, a essa importantíssima matéria.

O fato é o seguinte: nós tentamos votar esse projeto no passado, mas infelizmente fomos vítimas da ligeireza das interpretações. E, mesmo derrubando a liminar no Supremo Tribunal Federal, não levamos adiante, porque houve uma interpretação ligeira, equivocada.

É evidente que essa lei não vai retroagir, mas, daqui para frente, vai valer essa regra.

Nós vamos designar o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar essa matéria, que será a primeira tão logo a pauta esteja desbloqueada.

Vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Há, sobre a mesa, um requerimento de urgência para essa matéria, que, se não houver objeção da Casa, será lido pelo Senador Inácio Arruda e imediatamente apreciado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) –

Sr. Presidente, requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013. Há a assinatura de vários Líderes, inclusive a minha.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO

Nº 1.187, DE 2013

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 1:**

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 624, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 624, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de um bilhão, seiscentos e quarenta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.*

O Parecer sob nº 53, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator ad hoc: Senador Wilder Moraes

(DEM/GO); e que teve como Relator Revisor o Deputado Aelton Freitas (PR/MG), é favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão das Emendas nºs 1 a 6, oferecidas perante a Comissão.

A medida provisória foi lida no Senado no dia 24 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Wilder Moraes, que é o Relator da medida provisória.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 624, de 14 de agosto de 2013, que abre crédito extraordinário em favor de encargos financeiros da União e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1,648 bilhão, para os fins que especifica.

Da Análise.

O art. 5º, *caput*, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição, prevê que o parecer relativo ao crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto ao aspecto constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito e de adequação financeira e orçamentária, bem como acerca do cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de documento expondo a motivação da medida provisória.

Quanto à constitucionalidade.

A Constituição autoriza o Poder Executivo a adotar medidas provisórias em casos de urgência e relevância. Relativamente a matérias orçamentárias, no entanto, não pode ser utilizado referido instrumento, salvo no caso de crédito extraordinário, que somente pode ser aberto para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. São, portanto, três os pressupostos constitucionais para a abertura de crédito extraordinário: urgência, relevância e imprevisibilidade.

A considerar as motivações e as justificativas apresentadas pela exposição de motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame, constata-se que a Medida Provisória nº 624, de 2013, atende aos referidos preceitos constitucionais, haja vista a necessidade de pronta e de eficaz atuação do Estado.

Quanto à adequação financeira e orçamentária.

O exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias, na

forma preconizada pelo citado art. 5º, §1º, da referida Resolução, “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

Sob tais aspectos, verifica-se que o crédito não colide com quaisquer dispositivos que regem o ordenamento orçamentário-financeiro do País, em especial no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA/2012-2015); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2013); a Lei Orçamentária Anual (LOA/2013); e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Medida Provisória nº 624, de 2013, trata apenas das fontes de recursos que viabilizarão a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$148 milhões, não apresentando as fontes de recursos no valor de R\$1,5 bilhão conforme autorizado pela Constituição Federal, art. 167, inciso V.

No que se refere ao fato de o Poder Executivo não ter indicado, nem no texto da medida provisória, nem na pertinente exposição de motivos, as fontes de recursos que viabilizarão a abertura deste crédito, vale salientar que, para realizá-lo, serão utilizados recursos oriundos ou de superávit financeiro ou de excesso de arrecadação ou de cancelamentos compensatórios em outras despesas ou alguma combinação entre essas origens.

Tal procedimento, ainda que aceito, por interpretação do inciso V art. 167 da Constituição para a abertura de créditos extraordinários, enquanto não realizado formal e juridicamente, não possibilita a correta avaliação do impacto sobre a obtenção da meta de resultado primário prevista na LDO/2013, devido ao aumento de despesas públicas. Entretanto, isso poderá ser reparado pelo Poder Executivo, que deverá proceder ao devido acompanhamento da evolução das receitas e das despesas públicas para compensar o impacto decorrente do crédito extraordinário em análise, a fim de que, na execução orçamentária do presente exercício, seja atingida a meta de resultado primário estabelecida na LDO/2013.

Atendimento do §1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002-CN, e da Lei Complementar Nº 95, de 1998.

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da presente medida provisória.

Quanto ao mérito.

Quanto a esse aspecto, não há que se questionar as finalidades do crédito, tendo em vista que o mesmo viabilizará a transferência de recursos aos Municípios com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

O crédito em favor de Encargos Financeiros da União viabilizará o pagamento de subvenção econômica extraordinária aos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste afetados pela estiagem da safra 2011/2012.

Emendas.

Da análise das emendas apresentadas, constata-se que todas devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem norma regimental da CMO, constante do art. 111, da Resolução nº 01, de 2006 -CN, que trata da apreciação dos créditos extraordinários abertos por medida provisória.

Com efeito, diz o texto da norma sob referência o seguinte:

Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.

É bom que se façam os seguintes esclarecimentos: quando a norma refere-se ao “texto da medida provisória”, ela se reporta ao enunciado da lei propriamente dita, que constitui o comando normativo, onde são nominados a natureza do crédito, os órgãos responsáveis por sua administração e as fontes de custeio, quando for o caso. Desse modo, não se pode confundir texto da lei com os descritores dos subtítulos que, por meio de Anexo, detalham as programações a serem criadas ou suplementadas.

Da mesma forma, o que a norma permite é o cancelamento puro e simples de dotação constante desse mesmo Anexo, sem que isso implique remanejamento de valores de uma programação para outra.

Conforme determina o art. 70, III, c, da Resolução nº 1, de 2006-CN, segue, no Anexo I deste documento, o demonstrativo das emendas com parecer pela inadmissão.

Voto.

Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 624, de 14 de agosto de 2013, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, somos por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo-se por inadmitidas as emendas de nºs 01 a 06.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos ao Senador Wilder Moraes.

Vamos colocar em votação os pressupostos constitucionais de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único.

Não havendo quem queira discutir a medida provisória e as emendas, declaramos encerrada a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 6, com parecer pela inadmissão, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 624, DE 2013

MENSAGEM Nº 71, DE 2013-CN

(Nº 348/2013, na origem)

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1.648.000.000,00, para os fins que especifica.

A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo III desta Medida Provisória.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Crédito Extraordinário	
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MO	I	U	VALOR		
Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica											
0903			OPERAÇÕES ESPECIAIS								1.500.000,000
28 845	0903 0003	Auxílio Financeiro aos Municípios							1.500.000,000		
28 845	1903 0003 6500	Auxílio Financeiro aos Municípios - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	3	1	40	0	388	1.500.000,000		
TOTAL - FISCAL										1.500.000,000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - CERAL										1.500.000,000	

ÓRGÃO: 71600 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71117 - Recursos sob supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEEXO II		Crédito Extraordinário														
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)		Recurso de Todos as Fontes R\$ 1,00														
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO														
		E	G	R	M	I	F	S	N	P	D	U	F	T	E	VALOR
		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais														
		OPERAÇÕES ESPECIAIS														
28 846	0909 0904	Subsídio Financeiro aos Produtores Fornecedores Independentes de Cana-de-Açúcar na Região Nordeste (MP nº 615, de 2013).														
28 846	9909 0904 6300	Subsídio Econômico aos Produtores Fornecedores Independentes de Cana-de-Açúcar na Região Nordeste (MP nº 615, de 2013) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário)														
TOTAL - FISCAL		F	3	1	90	0	100								148.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE																
TOTAL - GERAL																148.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
 UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEEXO B1		Credito Extraordinário									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO)	E	G	R	M	I	F	T	V	VALOR
			S	N	P	D	U	E			
			F	D							
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais									
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0909 00L4	Compensação no Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS Lei nº 12.546, de 2011)									148.000.000
28 846	0909 00L1 0001	Compensação no Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lub nº 12.546, de 2011) - Nacional	F	3	1	91	0			100	148.000.000
TOTAL - FISCAL											148.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											148.000.000
TOTAL - GERAL											148.000.000

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Renan, agora vamos entrar na votação normal, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos entrar na votação normal.

O primeiro item da pauta é o projeto de lei cuja urgência foi requerida. O segundo item da pauta é o projeto a que V. Ex^a se referiu.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2013**

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013 (nº 4.470/2012, na Casa de origem), que *altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.*

À matéria foi apresentada uma emenda, que será lida pelo 1º Secretário em exercício, Senador Inácio Loyola...Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Santo Inácio de Loyola, chefe da Companhia de Jesus, portanto chefe do Papa. E o Papa, você sabe, é Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Perdoe-me a indevida comparação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E eu, antes de Loyola, sou Inácio Francisco de Assis. Portanto, sou bem próximo do Papa.

Sr. Presidente, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, a Emenda nº 1, apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, é no seguinte teor:

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às eleições que ocorrerem até 31 de dezembro de 2017.”

Essa é a emenda, Sr. Presidente, do Senador Ricardo Ferraço.

É a seguinte a Emenda na íntegra:

EMENDA

Nº 1

(ao PLC nº 14, de 2013)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às eleições que ocorrerem até 31 de dezembro de 2017.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil teve o péssimo hábito legislativo, que perdurou até a promulgação da Constituição de 1988, de elaborar uma lei específica para disciplinar cada processo eleitoral. Assim, tivemos uma Lei para regular cada eleição até 1988. Depois disso, tivemos ainda a Lei que disciplinou as eleições presidenciais de 1989, e, a seguir, outra para disciplinar as eleições de 1990, assim como as seguintes, até as eleições de 1996, municipais.

Em 30 de setembro de 1997 o Brasil alcançou um importante avanço democrático: a Lei que se elaborava para disciplinar as eleições do ano seguinte sofreu mudança importante, durante o processo legislativo. Nessa mudança foi determinado que essa norma, em vez de disciplinar apenas a eleição de 1998, iria regulamentar todas as eleições. Essa Lei é a nº 9.504, de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.

Ou seja, hoje, além de o Congresso Nacional ter que respeitar o princípio da anualidade, inscrito no art. 16 da Carta Magna, pelo qual a lei que disciplina o processo eleitoral somente se aplica a pleito que ocorra um ano após sua entrada em vigor. Também temos a segurança jurídica de termos uma lei geral das eleições, que tomou a forma da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

A proposição que ora se aprecia é complexa: tem o mérito de dispor a matéria de modo razoável, no plano histórico; mas implica, no plano conjuntural, uma absurda diferenciação de tratamento para partidos políticos que se colocam em uma mesma situação jurídica. O PSD teve todos os direitos, ao formar-se em 2012, enquanto o partido REDE, liderado pela ex-Senadora e ex-Ministra Marina Silva que se forma em 2013, teria todos os direitos negados.

É flagrante o despropósito de aplicar essa norma ao pleito de 2014. Por isso, e para não sermos obrigados a rejeitar o projeto em seu todo, apresentamos esta emenda, que visa assegurar a normatização adequada da matéria, para o futuro, e evitar o casuísmo e iniquidade no presente.

Sala da Comissão,



Senador RICARDO FERRACO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir parecer sobre o projeto e a emenda, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o Senador Aloysio.

PARECER
Nº 1.116, DE 2013–PLEN

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a honrosa designação de V. Ex^a para relatar este Projeto de Lei da Câmara que se origina de uma iniciativa do ilustre Deputado do PMDB de São Paulo, Edinho Araújo.

O projeto sobre o qual vamos deliberar não apresenta qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa. Ele está perfeitamente amparado, especialmente no §3º do art. 17 da Constituição Federal, que também é o fulcro das leis que ele pretende alterar, que são as leis que V. Ex^a citou e que constam da ementa do presente projeto de lei: as leis que regulam o chamado Fundo Partidário e a lei que regula o acesso gratuito ao rádio e à televisão para as campanhas eleitorais e para a divulgação dos partidos.

O que esse projeto pretende é evitar que as migrações ocorridas no decorrer de uma legislatura possam alterar a distribuição, seja da quota do fundo partidário, seja do tempo de rádio e televisão, para preservar o resultado das urnas. O acesso dos partidos a esses recursos públicos será dependente, única e exclusivamente, da vontade do eleitor, que confere aos diferentes partidos o tamanho de suas bancadas que os representam na Câmara dos Deputados.

As migrações que ocorrerem entre uma eleição e outra não afetam essa distribuição. Basicamente, prestigia-se o princípio do voto popular na determinação da força de cada partido no Congresso Nacional.

Quanto à emenda que foi lida pelo Senador Inácio Arruda... não é Inácio de Loyola, é Inácio Arruda. E quero fazer um comentário: o Papa Francisco era membro da Companhia de Jesus, mas, como Papa, ele não é mais membro da Companhia de Jesus. Ele é Papa. O fato de ele ter sido eleito Papa já o desobriga da obediência ao superior da Ordem.

Mas, a emenda que foi apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço, eu a entendo prejudicada, uma vez que sua intenção era exatamente evitar o impacto casuístico dessa lei sobre as eleições vindouras. Ora, uma vez tendo sido ultrapassado o limite da anualidade, não há mais sentido em se manter essa cautela

pretendida pelo Senador Ricardo Ferraço. Portanto, eu a considero prejudicada.

Este é o meu voto, Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira é favorável ao projeto e contrário à emenda.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda, com a palavra V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para dar o meu apoio à iniciativa do meu Partido, o PCdoB, e para registrar que, no episódio de Inácio de Loyola, Chefe da Companhia de Jesus, o Papa deixou de ser da Companhia de Jesus, porque agora é Papa, mas levou o nome de Francisco. E como eu sou Inácio Francisco de Assis, continuo com uma ligação quase que umbilical com o Santo Padre.

Por essa razão e outras mais, nós queremos dar o nosso apoio e a nossa sustentação também a este projeto, que eu acho que faz justiça ao procedimento político mais ajustado e mais correto em nosso País, que é dar atenção ao eleitor. É ele quem vota, decide, e essa mudança não pode corromper a vontade do eleitor, que, em última instância, é o que está acontecendo em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias. Com a palavra V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, como Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, de forma muito resumida, dizer que nós tínhamos uma legislação aprovada no Congresso que estabelecia uma cláusula de barreira de 3%. A cláusula de barreira foi anulada. A partir daí, nós passamos a ter outra regra. Nessa regra se fez uma fórmula de distribuição do tempo de televisão e, ao mesmo tempo, a regra sobre a participação de cada partido em relação ao Fundo Partidário.

O que ela tem de fundamental aqui? É que respeita a vontade do povo, como eu acabei de dizer, e ajusta a legislação, evitando que se tenha uma situação que vai contra os interesses dos partidos.

Eu não posso deixar de registrar aqui que a nossa posição é a mesma. Em 2012, ela foi aprovada, em

meio a escândalos da eleição de 2012, assinada por 12 partidos com representação, do lado do Governo e do lado da oposição. Aliás, assinaram lá os Líderes, na Câmara, do PT, do PSDB, do DEM, do PMDB, do PP, do PTB, enfim, todos os partidos assinaram lá. Por quê? Compreendendo que isso seria importante. E, aqui, quando veio à votação, nós sustentamos a importância da aprovação. E, aqui, agora, não há mais todo o receio que havia em relação a ser uma regra para impedir que se tivesse esse ou aquele candidato.

Então, Sr. Presidente, quero aqui, dessa forma, dizer que é com convicção que nós, o nosso Partido, claro, defendemos uma reforma mais ampla, tanto do ponto de vista partidário quanto do ponto de vista eleitoral. Eu lamento profundamente – inclusive como cidadão – ter a oportunidade de estar no Congresso Nacional, no Senado Federal, e não fazermos, eu diria, a mais importante das reformas – eu sei que a população nem entende isso –, para garantir exatamente a valorização dos partidos e aquilo que os partidos defendem, os seus programas, poder ter uma eleição mais barata, poder ter, enfim, uma condição mais adequada à democracia.

Acho que isso continuamos devendo ao povo brasileiro. Eu acho que isso ainda continuará na pauta. Mas aqui, neste instante, a nossa posição favorável à aprovação do Projeto, na forma aqui relatada pelo Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma direção.

Veja, acabamos de presenciar, recentemente, nos últimos dias e nos últimos momentos do prazo do registro eleitoral, uma verdadeira troca de partidos, não por identidade com os programas partidários, mas, sim, por questões pontuais. E, muitas vezes, o Deputado Federal sendo deslocado de um partido para outro com a situação do tempo de televisão.

Aqui, vale apenas destacar que, nesses casos, o tempo de televisão do horário partidário e do horário eleitoral, Sr. Presidente, obedece à proporcionalidade da eleição. Portanto, tem renúncia fiscal de dinheiro público para o custeio do horário partidário e do horário eleitoral. Nós estamos falando de transferência de dinheiro público. O Fundo Partidário, da mesma forma. E o mecanismo para a eleição da representatividade na Câmara dos Deputados é pelo critério da proporcionalidade.

São poucos os Deputados Federais que alcançam o coeficiente eleitoral, que se elegem pelos seus

próprios votos. Ao se eleger pela proporcionalidade eleitoral correspondente do seu partido ou da aliança, que possibilitou e viabilizou o coeficiente eleitoral para sua eleição, e quando da criação ou da fusão ou da incorporação de novos partidos ele leve consigo o tempo de televisão e o Fundo Partidário, Sr. Presidente, ele está penalizando duas vezes a representação partidária, enfraquecendo o modelo partidário, enfraquecendo, portanto, a democracia brasileira.

Eu quero aqui acompanhar a posição do ilustre Relator Aloysio Nunes Ferreira, apoiando esse projeto, para que nós possamos, a partir das próximas eleições, não a de 2014, mas a partir de 2014, não ver se repetir esse tipo de balcão de negócio, esse tipo de leilão, que nós acabamos de assistir nas últimas semanas, envolvendo a criação de novos partidos.

Estamos fazendo isso já fora do impedimento eleitoral, exatamente para deixar claro que queremos estabelecer uma legislação que esteja acima do calendário eleitoral, preservando a representatividade partidária, preservando a representatividade proporcional dos partidos e das alianças partidárias.

Portanto, apoio e encaminho a favor do relatório aqui apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.

Em seguida, o Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do nosso Partido, o PMDB – e eu falo aqui pela Liderança do Partido –, é bastante clara em relação a essa questão.

Pessoalmente, eu sempre fui contrário a essa posição em que o partido político recém-criado, sem disputa de voto nas ruas, sem o desejo do eleitor, sem um programa partidário, ter direito ao Fundo Partidário, que é dinheiro público, Sr. Presidente. Dinheiro público, eu repito, dinheiro do suor do contribuinte.

A mesma coisa na renúncia fiscal em relação às tevês e às rádios. Por quê? Porque hoje, da forma como está, não podemos continuar. O País não pode aceitar. O País não pode aceitar. É a desmoralização da política brasileira, Sr. Presidente.

Todos nós estamos pagando hoje – eu tenho 40 anos de filiação a um partido –, todos nós que somos políticos estamos pagando hoje por esse troca-troca de partidos. Como está a cabeça do eleitor brasileiro que votou em um determinado Deputado que dizia, nas ruas, nos programas de televisão e nos palanques,

aquilo que ele pensava em relação ao partido e, no dia seguinte, abandonou tudo isso?

O eleitor votou em todos nós ouvindo o que nós estávamos pregando, convencendo este eleitor daquilo que nós pregávamos, daquilo que nós fazíamos e daquilo que nós íamos fazer, e a gente vê isso acontecendo no Brasil!

Portanto, Sr. Presidente, a própria Constituição Federal diz e prevê que os partidos políticos têm direito a recursos de fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão na forma da lei. E a Constituição Federal, no seu art. 17, §3º, diz que “ter-se-á perenidade do partido enquanto instrumento de pluralismo político, permitindo, com segurança, exercer os seus preceitos e fruir o resultado das eleições”. Resultado das eleições, não o resultado de um entendimento fortuito que está acontecendo ainda em nosso País.

Assim, Sr. Presidente, em nome do PMDB, da Liderança do PMDB e em meu nome pessoal, eu quero encaminhar essa matéria favoravelmente, porque entendo eu e muitos dos nossos pares aqui, talvez a grande maioria ou a maioria absoluta desta Casa, tenho convicção, que nós devemos fazer com que isso aconteça na noite de hoje.

Deputado Edinho Araújo, como eu disse a V. Exª, tão logo passasse o prazo – para não dizer que era casuísmo, que nós não queríamos que partidos não fossem criados –, o PMDB pediria aqui, neste Plenário, a urgência desta matéria. Não foi apenas o PMDB que pediu a urgência desta matéria, foi a partir do Presidente desta Casa e a maioria dos Líderes que a subscreveram na noite de hoje.

Portanto, essa matéria é uma matéria relevante, importante para a moralização da vida pública brasileira.

Eu parabeno V. Exª, que é do meu Partido, o PMDB, e todos aqueles que contribuíram para que chegássemos até aqui nesta noite de hoje e votássemos essa importante matéria.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o PMDB encaminha, com muito prazer, favoravelmente a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero cumprimentar o Deputado Edinho Araújo e agradecer sua presença neste momento em que apreciamos essa importantíssima matéria de sua autoria, do Deputado Edinho Araújo, querido amigo e companheiro.

A verdadeira inflação com que devemos nos preocupar no Brasil é, sem dúvida, a inflação de partidos políticos. Já são mais de 32 partidos, talvez a maior profusão de partidos políticos do Planeta. Isso acontece em detrimento de uma orientação ideológica, de uma orientação programática, e é chegado o momento de pormos um basta nisso. Quer dizer, qualquer um

pode criar um partido, mas criará, a partir de agora, sem levar o tempo partidário de rádio e de televisão e sem levar também o Fundo Partidário.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para discutir a matéria. E prorrogo a sessão, de ofício, até concluirmos a Ordem do Dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Luiz Henrique, com a aquiescência do Senador Humberto Costa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Só para solicitar a V. Exª que seja discutida, pela quarta sessão, a Proposta de Emenda Constitucional nº 35, que busca agilizar a tramitação dos projetos originários de atos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Exª será atendido, faremos hoje mais uma sessão de discussão dessa importante proposta de emenda à Constituição, como nos pede o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiz questão de pedir para falar e fazer um encaminhamento, porque, quando esse assunto foi objeto de discussão nesta Casa, fui um dos poucos Parlamentares que se manifestou em plena defesa desse projeto no momento em que havia um coro puxado pela mídia e secundado por Parlamentares de que o que se estava discutindo ali era um casuísmo, uma tentativa de impedir que um partido político ligado a uma determinada pessoa se organizasse para poder disputar a eleição presidencial.

Naquele momento, eu dizia que não era isso, que esse era um debate de princípio, que o nosso partido, o PT, sempre defendeu a fidelidade partidária, e a fidelidade partidária é um dos pilares mais importantes da democracia. É a partir da fidelidade partidária que os partidos conseguem ter uma ação em defesa das concepções político-ideológicas que têm e em defesa do seu posicionamento em relação à sustentação ou não de um determinado governo.

Eu dizia, naquele momento, que era um absurdo que, no Brasil, nós tivéssemos 30 partidos políticos e mais 32 em formação. Eu perguntava se existiam no Brasil 62 ideologias políticas diferentes, se existiam 62 projetos de Nação diferenciados que justificassem a existência desses partidos e, como tal, nós tínhamos, para garantir o fortalecimento da democracia, que aprovar essa proposição.

Na verdade, temos hoje – e agora, pelo que diz a imprensa, isso se confirma –, partidos que se for-

mam para adquirir o passe de Parlamentares e, mais à frente, vender o tempo de televisão e de rádio para outros partidos nas coligações que realizam. Chega a acontecer uma situação absurda de gente que entrou num partido que havia sido formado já nesta Legislatura e que, agora, já mudou de partido novamente. Como pode isso acontecer numa democracia?

Foi correto que nós não déssemos o argumento daqueles que queriam dar a essa proposta, que é correta, um sentido errado, equivocado, e votarmos agora. Mas, agora, o Senado Federal, assim como fez a Câmara, precisa afirmar o seu posicionamento, precisa tomar uma posição em torno da fidelidade partidária. E nós aguardamos que tanto o Tribunal Superior Eleitoral quanto o Supremo Tribunal Federal passem a entender que a vontade do Congresso Nacional, de acordo com a Constituição, é moralizar a política no Brasil, a começar pelo processo de formação de partidos.

Temos que avançar com outras questões também, mas, sem dúvida, essa é uma questão das mais importantes, até porque a criação desses novos partidos representa ampliação de gastos.

Agora mesmo, na Câmara, os partidos que se formaram já estão a exigir espaços de Liderança, contração de cargos comissionados, defesa dos seus pontos de vista nas votações que lá são feitas, e, portanto, entendo que isso é uma coisa absolutamente inaceitável.

O nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, que hoje tem a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda maior bancada do Senado, começou disputando voto a voto para chegar aonde chegou. Não tínhamos, no início da construção da nossa trajetória, qualquer tipo de possibilidade de ter condição de ter acesso a recursos públicos, a tempo igual para fazer debate de propostas. Ou seja, nós nos construímos e nós, hoje, temos o espaço que temos, assim como vários outros partidos aqui, porque nós nos submetemos ao crivo eleitoral, nós nos submetemos ao voto popular. É inadmissível que partidos construídos de última hora possam agora ter o mesmo tratamento que partidos que disputaram as eleições assim o tiveram.

Portanto, Sr. Presidente, espero que o Senado Federal, hoje, dê essa grande conquista para a população brasileira, faça esse grande avanço, determinando que quem quiser pode construir partido, a lei é clara e assim permite; agora, que vá disputar a eleição ou que vá ter acesso ao Fundo Partidário a partir daquilo que vai ser o julgamento da população sobre as idéias e concepções desses partidos.

Não às legendas de aluguel!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos ao Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

Em seguida, vamos votar essa matéria importantíssima.

Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, minhas homenagens ao autor do PLC nº 14, de 2013, Deputado Edinho Araújo, de São Paulo. V. Ex^a atingiu em cheio e, por isso, merece a solidariedade do Senado ao bloquear esta abertura que estava havendo para a criação ilimitada de partidos políticos.

Eu cheguei aqui a fazer um pronunciamento, na semana passada, prevendo que, se essa situação continuasse, poderíamos chegar a incrível casa de cem partidos políticos. Como o Presidente da República poderia administrar um colegiado como esse, de tantos partidos, de tantas Lideranças, cada uma delas reclamando um espaço, cada uma delas se considerando representativa da vontade do povo brasileiro? E muitas dessas siglas, com raras e honrosas exceções, nas eleições, tanto municipais como nacionais, são consideradas simplesmente siglas de aluguel para a venda do tempo de televisão, para a venda de apoio, e tudo isso custeado pelo Fundo Partidário, que é dinheiro público, a maior parte é dinheiro público. Pode haver doações de pessoas físicas ou jurídicas, mas a maior parte do dinheiro de que é composto o Fundo Partidário vem do povo, da sociedade, do contribuinte. E esse dinheiro estava sendo usado, Sr. Presidente, como balcão de negócios para atração de novos apoios aos partidos novos que surgiam no horizonte da política partidária no Brasil.

Uma completa desmoralização do pluripartidarismo criado pela Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que permitiu o pluripartidarismo, mas jamais os seus autores imaginavam

Jamais seus autores imaginaram que essa consentida criação de partidos chegasse a um escândalo como este de 32 partidos no Brasil.

Se não me engano, na República de Weimar, na Alemanha, antes da ditadura de Hitler, havia essa multiplicidade, essa criação exagerada de partidos políticos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os alemães tomaram juízo e verificaram que foi aquela república velha que gerou o nazismo, tanto que adotaram o parlamentarismo e, como regra, a cláusula de barreira para impedir essa multiplicação, como eu disse, esse

exagero de siglas novas na vida partidária daquele país. A partir daquele instante, a Alemanha se tornou uma democracia estável. Nunca mais ouvimos falar...

É verdade que escândalos existem em todos os lugares e em questão de financiamento já houve escândalos que determinaram até a queda de um primeiro-ministro na Alemanha, mas os partidos políticos lá são três ou no máximo quatro, e não recebem dinheiro público os demais. Quer dizer, o número é indefinido, podem criar quantos partidos quiserem, mas o fundo para manutenção dos verdadeiros partidos políticos só é destinado àqueles que passaram pelo crivo das urnas, que foram batizados pelo povo, que receberam o apoio da população.

É isso que essa proposta que estamos a aprovar, de autoria do Deputado Edinho Araújo, tem como objetivo. Essa proposta que veio da Câmara dos Deputados impede essa enxurrada de partidos políticos. É uma pena que os 32 partidos continuem recebendo o “tutu”. Vão continuar recebendo o “tutu”, o dinheiro do povo, da sociedade, inclusive os mais novos.

Mas, de agora em diante, quem chegar a criar um partido já está sabendo de antemão: não vai receber mais nenhum tostão do fundo partidário, a não ser que, nas urnas, possa eleger deputados, senadores, principalmente deputados. Aí vão ter direito de acessar o fundo partidário.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto favoravelmente. Pena que tenha chegado tão tarde, depois de três dezenas de partidos.

Eu já fui a algumas reuniões com a Presidenta Dilma como Líder do PSB e ficava impressionado, Presidente, como aquela sala tão grande tinha que comportar uma mesa de um tamanho astronômico para abrigar não sei quantas lideranças, não sei quantos presidentes. E a Presidenta Dilma era obrigada a ouvir, pacientemente, pronunciamento, um após o outro, começando às 9 horas do dia até as 14 horas, e ainda não tinha falado todo mundo. Presidente, liderança, não sei quem, deputado, o chamado Conselho Político do Governo Federal, composto por mais de 40 líderes, presidentes de partido.

Quem pode governar desse jeito? É praticamente impossível fazer uma articulação para a votação de todos os projetos, a não ser, Sr. Presidente, que se entre no lugar comum da oferta de cargos, de posições de mando, de participação no Governo, porque, se não for assim, lamentavelmente, reduzido o valor do Parlamento, da democracia, o Presidente da República não pode governar em paz.

Por esta razão, voto favoravelmente, Presidente, mas sei que um dia esses 32 partidos poderão se transformar em seis ou sete se for aprovada a cláusula

de barreira neste País. Eu só acredito numa democracia em que possa se eleger através de um partido que tenha voto, que tenha substância, que tenha o apoio do eleitorado e da sociedade.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Alfredo Nascimento, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido da República vota (*fora do microfone*) favoravelmente ao projeto e sugere que V. Ex^a o coloque em votação.

Mas antes, Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa que o Partido da República reuniu, há pouco, a sua Executiva Nacional e ungiu – porque ele foi eleito pela totalidade – o Senador Antonio Carlos Rodrigues Secretário-Geral do Partido da República em substituição ao Deputado Valdemar Costa Neto.

Portanto, que seja bem-vindo ao nosso Partido nessa nova função de Secretário-Geral do Partido, com a incumbência, passada pela Presidência e pela Executiva, de tratar de todos os assuntos financeiros e administrativos do Partido e da Fundação Alvaro Valle.

Não há discussão no Partido da República, porque ele passa a presidir também a Fundação Alvaro Valle. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós queremos cumprimentar, em nome da Mesa, o Senador Antonio Carlos Rodrigues, a partir de hoje, eleito Secretário-Geral do Partido da República.

Parabéns!

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ter participado desse debate sobre esse projeto desde o primeiro momento, mas eu me encontrava no lançamento do livro do ex-Senador Saturnino Braga, que está acontecendo neste momento, na Biblioteca do Senado Federal. *Ética e Política*, um tema absolutamente atual.

Quero registrar toda a minha gratidão ao Senador Roberto Saturnino Braga, com quem tive a honra de trabalhar. É um dos grandes democratas deste País, uma figura pública da maior qualidade, um grande economista, um grande nacionalista, um grande socialista, um grande humanista, um grande brasileiro. Tenho certeza de que, se hoje eu sou Senador, devo

muito ao que tive a honra de aprender com o Senador Roberto Saturnino Braga.

Gostaria de fazer algumas colocações sobre esse projeto de lei.

Sei que há uma convergência grande do Plenário do Senado Federal no sentido de aprovar esse projeto, até em função da repercussão negativa que houve nos últimos dias, no prazo final da troca de partidos entre vários Parlamentares.

Quero dizer que faço isso muito à vontade, porque nunca tive outro partido na minha vida. Eu tenho 28 anos de filiação ao Partido Socialista Brasileiro.

Quero lamentar que nós não estejamos fazendo uma reforma política de verdade, uma reforma política profunda e que estejamos, de tempos em tempos, votando projetos que são casuísmos eleitorais, que buscam resolver problemas específicos para atender a interesses de A ou B, a interesses conjunturais.

Quando esse projeto chegou aqui, ele tinha o objetivo muito claro de dificultar a criação da Rede Sustentabilidade, o que nos fez ir ao Supremo Tribunal Federal para questionar a própria tramitação do projeto.

Embora a intenção do projeto seja positiva, quero alertar para vícios de constitucionalidade desse projeto. Por exemplo, o prazo de vigência. Este projeto diz que essa lei entra em vigor na data da sua publicação. A data dessa publicação será dentro do prazo de um ano exigido, ou seja, fora do prazo, com menos de um ano para a realização das eleições. Portanto, é óbvio que uma mudança de tal magnitude na legislação eleitoral não pode valer para essas eleições.

Digo isso com muita tranquilidade, porque esse projeto beneficiaria o meu Partido, o PSB. Mais uma vez, quero registrar que, da mesma forma que fomos ao Supremo Tribunal Federal naquela ocasião para defender o direito de um partido político, que era o Rede, de se organizar e de ter uma candidata à Presidência da República, quando o nosso Partido tinha um candidato a Presidente da República... Quero alertar que é uma questão de princípio, o princípio da anualidade, que precisa ser respeitado em toda a legislação eleitoral.

Entendo que mais profícuo seria se, efetivamente, o Congresso Nacional tivesse a responsabilidade de fazer uma profunda reforma política em que definisse o fim das coligações partidárias, o que permitiria a liberdade de organização partidária prevista na Constituição, mas certamente reduziria o número de partidos no Congresso Nacional, e a coincidência de eleições, que é outro tema que contribuiria para reduzir os gastos nas campanhas eleitorais.

Portanto quero dizer que, embora reconheça que a intenção desse projeto possa ser positiva, ele foi produzido como um casuísmo eleitoral e, com a sua

aprovação da forma que está, ele poderá ser questionado na Justiça e ser considerado inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encerramos a discussão, não havendo mais quem queira discutir a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas para dizer que eu mantenho os argumentos dos discursos que fiz quando foi retirado de pauta este projeto e voto contra, estranhando muito. Eu não sei por qual a razão, qual o fato que, de repente, não mais do que de repente, aparece este projeto.

Nós estamos lá numa homenagem. O ex-Senador Saturnino Braga está lançando um livro sobre a ética na política. Eu estava lá e saí correndo porque me disseram que o projeto estava para ser votado. Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É que, passado o prazo das filiações partidárias e passado também o prazo da anualidade da lei, é recomendável – todos os líderes entenderam dessa forma – nós votarmos este projeto para acabarmos com essa linha de montagem de novos partidos políticos no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – O equívoco que se comente, Sr. Presidente, é o que V. Ex^a disse muito bem: passou o prazo, passou uma etapa, inclusive a gente imagina que essa etapa negra passou. Então, a gente imaginava fazer daqui para adiante. O normal é que este projeto voltasse à comissão e fosse discutido diante de uma nova realidade, e não como está sendo feito. Ele veio para cá de uma maneira casuística, para atingir um determinado partido, com um determinado objetivo que agora não existe mais.

Então, o normal – perdoe-me a sinceridade – seria que este projeto fosse devolvido para uma comissão, ou designado por V. Ex^a ou à Comissão de Constituição e Justiça. Vamos rever este projeto não em função, como disse V. Ex^a – e o disse com razão –, daquela época em que foi apresentado. Passou aquela época, passou. O partido não foi nem aceito; outro foi aceito. Passou. Agora, este projeto é muito importante – eu concordo com V. Ex^a –, mas para ser estudado com outra visão, com outro olhar, com outra expectativa, não com o retrovisor olhando para trás, mas olhando para frente.

Por essa razão, se o projeto ficar – e eu gostaria que não, que fosse adiado para uma comissão trazer o parecer –, eu darei o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a.

Votação do projeto sem prejuízo da emenda.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado, contra o voto da Senadora Lídice, do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Pedro Simon e de outros Srs. Senadores.

Votação da emenda de parecer contrário.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2013**

(Nº 4.470/2012, na Casa de origem, do Deputado Edinho Araújo e outros)

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29

§ 6º Havendo fusão ou incorporação, devem ser somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão.” (NR)

“Art. 41-A. Do total do Fundo Partidário:

I – 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; e

II – 95% (noventa e cinco por cento) serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária, em quaisquer hipóteses, ressalvado o disposto no § 6º do art. 29.” (NR)

Art. 2º O art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47.

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

I – 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram;

II – do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram.

§ 7º Para efeito do disposto no § 2º, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária, em quaisquer hipóteses, ressalvado o disposto no § 6º do art. 29 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – **Item 4** da pauta:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43...**

Eu queria informar que há um acordo para apreciarmos este projeto. É o projeto que trata do fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas e revoga a Lei nº 11.662.

O Relator, o Senador Anibal Diniz, é favorável, com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos, que apresenta.

E o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como Relator o Senador Sérgio Petecão, é favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

É o seguinte o item na íntegra:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.154, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013 (nº 3.078/2011, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência

da República, que altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Pareceres sob nos 1.084 e 1.085, de 2013 das Comissões:

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Anibal Diniz, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Petecão, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE/CRE.

Discussão do projeto e da emenda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) – O PCdoB vota favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Petecão, para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria. PSD – AC) – É para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Antes, porém, eu ouço o Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É só para encaminhar, Sr. Presidente. O PMDB encaminha favoravelmente a esta matéria. Eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quando essa ainda era uma luta travada naquela questão.

Já que há hoje um entendimento aqui em relação aos nossos Senadores do Acre, eu fico mais feliz ainda de poder estar encaminhando, em nome do PMDB e do Bloco do qual o Senador Petecão faz parte, favoravelmente a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade. PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quanto ao projeto, o PSDB encaminha favoravelmente.

Agora, eu queria consultar V. Ex^a.

Está na pauta de hoje o Substitutivo ao PLS nº 98, de 2003, que trata da emancipação e fusão de Municípios.

Então, há um acordo de Lideranças. Já foi aprovado o regime de urgência. Eu queria consultar V. Ex^a, se não for possível, por causa do quórum baixo de hoje, se nós poderíamos colocá-lo para votação na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – É para discutir isso aí?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade. PSDB – PA) – Não, é para amanhã; não para hoje. Hoje, o quórum...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade. PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – ... está baixo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – É projeto de lei complementar. Já são 19 horas e 41 votos favoráveis. Eu não acredito que nós tenhamos aqui no plenário condições de votar esta matéria hoje. Amanhã, é quarta-feira e nós podemos discutir para votar esta matéria amanhã. Hoje, não vejo quórum suficiente para votarmos esta matéria no dia de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade. PSDB – PA) – Senador Eunício, V. Ex^a está me ajudando, no sentido do encaminhamento. Eu não estou pedindo para votar hoje. O quórum está baixo. É o projeto de lei complementar...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu não estou discutindo com V. Ex^a; estou concordando com V. Ex^a, como sempre faço. Concordo com V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Eu só gostaria que o Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – ... a votação...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – ... na Ordem do Dia de quarta-feira, amanhã.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo. PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Eu quero, como autor, concordar como Senador Flexa Ribeiro, porque, realmente, existem algumas dúvidas ainda pairando sobre esse projeto, que não cria despesas para ninguém e que também, através do estudo de viabilidade econômica, só permitirá a transformação em Município, como a fusão e incorporação, depois do estudo de viabilidade econômica, ao contrário do que muitos estão dizendo diferentemente aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao projeto que está em discussão e em debate, que nós vamos votar agora, do fuso horário, o nosso voto, da nossa Bancada, é favorável. Quero destacar o trabalho realizado pela Bancada do Acre e conduzido pelo Senador Sérgio Petecão e também o acordo que terminou por envolver a nossa Senadora Vanessa Grazziotin, que buscou dar uma contribuição no sentido de garantir a aprovação de forma exitosa na comissão de mérito, e, agora, aqui no plenário, acho que estamos todos de acordo para que se vote favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Sérgio Petecão. Com a palavra V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser bem breve. É mais no sentido de agradecer, na pessoa do Senador Inácio Arruda, o último que se pronunciou, agradecer a todos.

Esse, na verdade, foi um projeto pelo qual o povo do Acre foi às urnas, foi uma proposta do Deputado Federal Flaviano Melo. Anteriormente, houve um projeto que tramitou na Câmara, tramitou no Senado, mas, infelizmente, a Presidente Dilma teve de vetar porque incluía o Pará. E agora, ela, de imediato, encaminhou um novo projeto à Câmara, tramitou na Câmara, e, graças a Deus, tramitou aqui no Senado e estamos nesta tarde noite de hoje fazendo história no Acre. Nós estamos apenas respeitando uma decisão que foi tomada através de um referendo, o povo foi às urnas e disse que não aceitava a sua mudança de horário.

Agradeço ao Presidente Renan também, que contribuiu para que pudéssemos estar hoje votando este projeto. Aqui não houve vencidos nem vencedor, estamos apenas diante desse instrumento do referendo fazendo valer a vontade do povo acreano.

Gostaria de agradecer, em meu nome, em nome do Deputado Flaviano Melo – que está presente –, e em nome também do Governador Jorge Viana, que contribuiu. Agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, nos ajudaram para que nós pudéssemos devolver ao povo acreano o seu horário, o horário que teve durante mais de 100 anos. Não havia necessidade dessa mudança de horário. O correto seria fazer um plebiscito para saber se o povo do Acre queria mudar de horário ou não. Como não foi feito, agora vamos fazer valer a vontade do povo acreano.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wilder Moraes, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Presidente, gostaria de solicitar que o Requerimento nº 915, de 2013, constasse em pauta para ser votado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão do projeto de lei e da emenda, em turno único.

Não havendo quem queira discutir o projeto de lei, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, sem prejuízo da emenda.

As Senadoras os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores, de redação.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos absolutamente de acordo com a emenda que foi fruto, exatamente, do acordo patrocinado entre Petecão e Vanessa.

Quero destacar, também, o trabalho dos Srs. Deputados, que aprovam essa matéria, destacadamente de uma brava mulher acreana, a Deputada Perpétua Almeida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, é só para, mais uma vez, agradecer aos Senadores a votação e o respeito ao povo do Acre.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

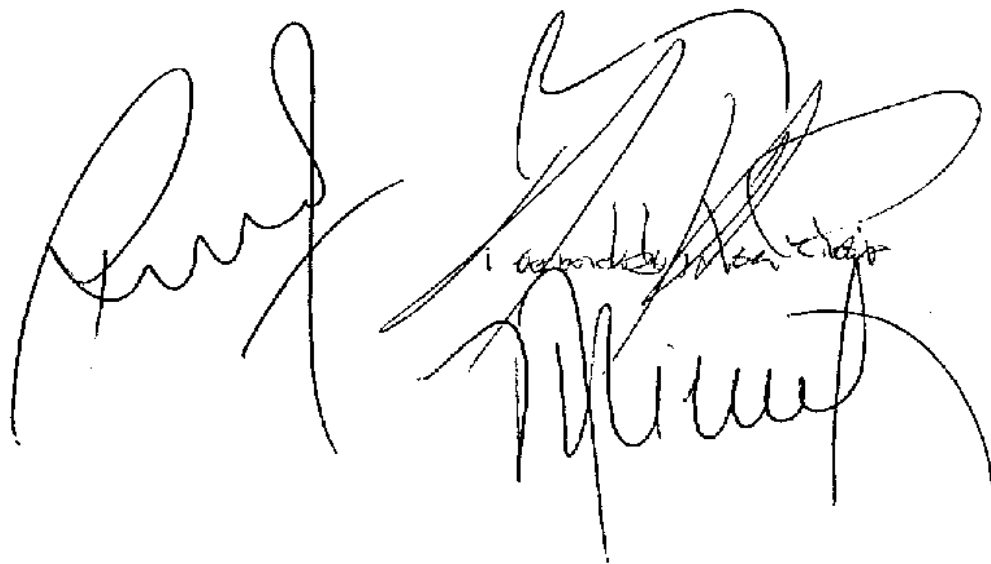
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 1.117, DE 2013
(DA COMISSÃO DIRETORA)

Redação final do Projeto de Lei da
Câmara nº 43, de 2013 (nº 3.078, de
2011, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013 (nº 3.078, de 2011, na Casa de origem), que *altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, consolidando a Emenda nº 1 – CAE/CRE, de redação, aprovada pelo Plenário.*

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de outubro de 2013.



The image shows three handwritten signatures in black ink. The signature on the left is a stylized, cursive name. The middle signature is more complex, with a large loop at the top and a smaller signature below it. The signature on the right is also cursive and appears to be a name. The signatures are written over a faint, illegible background.

ANEXO AO PARECER Nº 1.117, DE 2013.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013 (nº 3.078, de 2011, na Casa de origem).

Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos três horas’, compreende o Distrito Federal e os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Goiás, do Tocantins, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Amapá;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos quatro horas’, compreende os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia e de Roraima e a parte do Estado do Amazonas que fica a leste da linha que, partindo do Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, segue até o Município de Porto Acre, no Estado do Acre;

.....

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreende:

1. o Estado do Acre;

2. a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea ‘c’.” (NR)

Art. 2º Revoga-se a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no segundo domingo do mês subsequente à data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 14** da pauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, , de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa a competência do Senado Federal para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.* Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

Esta é a quarta sessão de discussão. Foi pedida a discussão pelo Senador Luiz Henrique e não houve objeção do Plenário. Nós atendemos o pedido do Senador Luiz Henrique.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 35. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, nós declaramos encerrada a discussão, e a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga e Srs. Senadores, nós votamos aqui um requerimento para apreciação desse Projeto de Decreto Legislativo nº 85. Eu consulto à Casa se nós podemos prosseguir na apreciação desse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Não há acordo, Presidente, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não há acordo pelo PSDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, nós havíamos conversado entre os Líderes para que nós pudéssemos ter o entendimento para votação das matérias já votadas; e que ficasse a Ordem do Dia, portanto, para o dia de amanhã, diante do horário, o quórum já está baixo... Portanto não há acordo, Sr. Presidente, em torno das demais matérias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, quero só...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É. Não há acordo, e essa matéria constará da Ordem do Dia de amanhã. É um dos itens prioritários da Ordem do Dia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senador Benedito de Lira será designado, na oportunidade, Relator do projeto de resolução.

E deixaremos como item primeiro da pauta de amanhã.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Pela ordem. Sem revisão do orador.*) – A PEC 55, que foi votada na Comissão de Constituição e Justiça, já está sobre a mesa, Sr. Presidente? É uma PEC que tem como objeto o voto facultativo. Esta proposta foi recusada na Comissão de Constituição e Justiça, e nós vamos apresentar recurso para que esse debate possa se dar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer foi lido hoje, e essa matéria terá um calendário normal de tramitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Já foi lido hoje, e nós a pautaremos ao longo das sessões para que tenhamos cinco sessões de discussão em seguida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, já posso formalizar o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Secretária-Geral da Mesa me comunica que foi aberto o prazo de dois dias para recurso da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a e agradecemos à Secretaria Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há um pedido do Senador Wilder Morais, Senador Eduardo Braga, Senador Wellington, para a apreciação do requerimento solicitando o adiamento para o dia 18 de novembro da sessão especial destinada a comemorar os 150 anos de existência da Polícia Militar do Estado de Goiás. (Requerimento nº 1.057/2013)

Não havendo objeção da Casa, nós vamos apreciar o requerimento do Senador Wilder Morais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação, o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Há um projeto de resolução de minha autoria que foi alvo de um regime de urgência já acolhido pelos Líderes, inclusive com a aquiescência do Líder Eduardo Braga, do Líder Wellington Dias, de nº 59, que estabelece que, além da Comissão de Assuntos Econômicos, também a Comissão de Relações Exteriores estará opinando, deliberando sobre renegociação de dívidas de países que têm débito com o País, com o nosso Brasil, com o nosso País. Eu consulto a V. Ex^a, tendo em vista o consenso, se não é oportuno que nós possamos votar, para que a Comissão de Relações Exteriores, para que além dos aspectos econômicos que são analisados na CAE, possam ser analisados em relação aos aspectos institucionais, o que será alvo de objeto na Comissão de Relações Exteriores. Faço a consulta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quería comunicar ao Senador Ricardo Ferraço e aos Srs. Senadores que essa matéria já está pautada e ela constará da Ordem do Dia de amanhã.

Pessoalmente, eu defendo a aprovação dessa matéria, que trata da renegociação das dívidas de países junto ao Brasil. E pede que, além da Comissão de Assuntos Econômicos, seja também ouvida nessa matéria a Comissão de Relações Exteriores.

Aliás, sobre essa matéria e com relação aos Estados brasileiros, eu quero dar uma grande notícia: o

Congresso Nacional está prestes a resolver a troca do indexador da dívida dos Estados e dos Municípios. Essa matéria, como todos lembram, foi aquela sobre a qual o Senado Federal havia pedido urgência para ser apreciada na Câmara dos Deputados. É um projeto de lei complementar. Nós estamos tendo informações de que essa matéria deverá ser apreciada amanhã, com regras para troca de indexador para Estados e Municípios para trás e para frente. Isso é muito bom porque significa que nós vamos nos desincumbir de uma pauta que estava renitentemente colocada em nossa Ordem do Dia e que tem a ver com a matéria que está sendo suscitada aqui pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Foi formalmente comunicado hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Deputado Líder do PMDB na Câmara, que hoje ou amanhã isso será deliberado. Faço desta oportunidade também um apelo a V. Ex^a, até porque V. Ex^a foi o Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, do projeto que regulamenta o comércio eletrônico. Essa é uma matéria sobre a qual nos debruçamos aqui, construímos um acordo que incluiu todos os Estados federados, e essa matéria repousa nos arquivos, nas gavetas da Câmara.

Faço um apelo a V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, que tenha o mesmo esforço, o mesmo empenho para que também o comércio eletrônico possa ser regulamentado, o que vai representar a justiça tributária para o conjunto dos Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a lembrança ao Senador Ricardo Ferraço. Nós já conversamos, algumas vezes, com o Presidente da Câmara dos Deputados para que nós possamos apreciar essa matéria que é muito importante. Hoje, esse mercado não presencial de comércio eletrônico é um mercado de R\$30 bilhões, e os impostos não são partilhados com os Estados consumidores, e nós precisamos também resolver esse problema.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é absolutamente necessário o registro que V. Ex^a acaba de fazer na Presidência desta Casa.

Primeiro, louvo a iniciativa de um entendimento em torno da mudança do indexador da dívida pública brasileira. O Senado da República, o PMDB do Senado da República sempre esteve debatendo essa matéria. Eu sou o autor de um dos projetos de lei sobre o tema, e Senador Luiz Henrique também é autor de um projeto de lei sobre o tema. Nós já fizemos inclusive um trabalho dentro da bancada do PMDB do Senado sobre essa matéria, apresentamos parecer para a

nossa bancada. E, finalmente, por iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, porque esta é uma matéria cuja iniciativa passa pela Presidência da República, encaminha um projeto que chega a um denominador comum, a uma negociação. E nós somos informados por V. Ex^a, o Plenário e a Nação brasileira, de que teremos a votação na Câmara dos Deputados e, logo a seguir, no Senado da República.

Isso, Sr. Presidente, não pode acontecer sem que a Câmara dos Deputados seja lembrada, no bom sentido, cobrada, no bom sentido, para a votação do comércio eletrônico e do comércio não presencial, que fez parte do acordo, Sr. Presidente, para que pudéssemos ter votado o fim da guerra fiscal nos portos brasileiros, Sr. Presidente.

Ora, àquela altura, quase um ano atrás, quando votamos essa matéria, havia um entendimento de que implementaríamos imediatamente o compartilhamento do ICMS das vendas não presenciais. Lamentavelmente, decorrido quase um ano, essa matéria encontra-se na Câmara.

Isto fará parte, e é importante que os Líderes do Plenário aqui fiquem atentos, porque senão vão pressionar para votar um acordo de ICMS interestadual sem que tenha sido votado o ICMS do comércio não presencial, do comércio eletrônico.

Eu quero aqui desde já dizer que votar o acordo na CAE sem que o comércio eletrônico seja votado pela Câmara é ao mesmo tempo não atender os acordos já proferidos.

Portanto, é importante o registro de V. Ex^a, até para chamar a Câmara dos Deputados à lembrança de que precisamos votar. Porque não adianta votar só o indexador da dívida pública. É preciso votar os demais itens, entre eles o ICMS interestadual, e, assim, Sr. Presidente, poderemos finalmente dar um passo importante.

Mas o ICMS não presencial, o ICMS do comércio eletrônico precisa ser compartilhado com as unidades federativas. São R\$30 bilhões com os quais hoje apenas e exclusivamente o Estado de origem fica. E 99% dessas operações acontecem a partir do Estado de São Paulo.

Portanto, é algo que não faz justiça à Federação brasileira, não faz justiça ao equilíbrio do peso e contrapeso das Regiões brasileiras no acordo federativo, no Pacto Federativo da nossa Constituição.

Portanto, esta é uma matéria que precisa e deve merecer a atenção dos Srs. Deputados, para que possamos concluir essa importante tarefa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Eduardo Braga, cumprimentar o

Senador Luiz Henrique. Eles foram autores de interessantes propostas com relação ao Pacto Federativo e negociaram um calendário para que nós pudéssemos aprovar essas matérias. Nós avançamos com relação ao fim da guerra fiscal nos portos brasileiros e é muito importante mesmo que a Câmara dos Deputados, paralelamente com o que vai fazer com a troca do indexador, vote também a partilha do comércio eletrônico.

Essas matérias são muito importantes.

Eu mesmo sou representante de um Estado pobre da Federação, o Estado de Alagoas, que despende com o pagamento da sua dívida pública todos os meses, recolhe para a União algo em torno de R\$50 milhões; são quase R\$5 bilhões ao longo de 8 anos de mandato. O que significa dizer, em outras palavras, que o Estado de Alagoas não tem condição de honrar esse indexador, como também é injusto que o Estado de Alagoas e outros Estados não tenham a partilha dos impostos do comércio eletrônico e do comércio não presencial.

Então é uma oportunidade para que nós possamos avançar com relação a essa agenda, com a qual todos nós havíamos nos comprometido, o Senado, o Governo Federal, a Câmara dos Deputados, enfim, chegou o momento de resgatá-la.

Está encerrada a Ordem do Dia.

As matérias que constavam hoje da Ordem do Dia ficarão para a pauta de amanhã.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 15, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.095, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

A matéria tem parecer favorável da CCJ, e depende de parecer da CAE, CDR e CRA.

3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.133, de 2013 – Art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416/2008-Comple-

mentar, naquela Casa), do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 1.057, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável ao Substitutivo da Câmara, com as adequações redacionais.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 59, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.160, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59 de 2013, do Senador Ricardo Ferraço que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor.*

Depende de pareceres da CCJ e da Comissão Diretora.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 85, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.161, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.*

A matéria tem parecer da CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 2009
(Calendário Especial –
Requerimento nº 875, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que *acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.*

Parecer nº 358, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, de redação, que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial –
Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial –
Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

16

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 126, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008 (nº 3.772/2008, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.* Pareceres sob nºs 1.089 e 1.090, de 2013, das Comissões:

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, com adequação redacional na Ementa;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Randolfe Rodrigues, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, nos termos decisão adotada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 22, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2009 (nº 7.162/2002, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que *dispõe sobre a denominação do novo Prédio da Administração da Faculdade de Direito, no Campus da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 780, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi.

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 -Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

19

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária*. Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Armando Monteiro.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2013 (nº 808/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979*. Parecer favorável, sob nº 1.086, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jorge Viana.

21

**REQUERIMENTO
Nº 733, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 733, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado*

nº 450, de 2012, seja analisado pela Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (fixa os parâmetros da responsabilidade do tomador de serviços).

22

**REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

23

**REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

24

**REQUERIMENTO
Nº 902, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 902, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005; com o de nº 565, de 2007 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 641, de 2007), por regularem matéria correlata (empréstimos consignados).*

25

**REQUERIMENTO
Nº 908, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões cons-*

tantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).

26
REQUERIMENTO
Nº 909, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).*

27
REQUERIMENTO
Nº 921, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 710, de 2011; e 287, de 2013, por regularem matéria correlata (greve no serviço público).*

28
REQUERIMENTO
Nº 925, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2013, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009, de sua autoria.*

29
REQUERIMENTO
Nº 934, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 934, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cobertura de planos de saúde).*

30
REQUERIMENTO
Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

31
REQUERIMENTO
Nº 952, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 952, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comprometimento do Presidente do BNDES à CAE).*

32
REQUERIMENTO
Nº 973, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 973, de 2013, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulação de operações de seguros).*

33
REQUERIMENTO
Nº 1017, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamentação do exercício da acupuntura).*

34
REQUERIMENTO
Nº 1018, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

35
REQUERIMENTO
Nº 1019, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.019, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que*

tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (abono para benefício de prestação continuada).

36

**REQUERIMENTO
Nº 1020, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.020, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

37

**REQUERIMENTO
Nº 1043, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.043, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (proibição do uso de cigarros em parques infantis e áreas de prática esportiva).*

38

**REQUERIMENTO
Nº 1049, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.049, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenção do pagamento de direitos autorais em serviços de hospedagem).*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Wellington Dias como primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu li hoje aqui, antes de começar a Ordem do Dia, um texto apresentado pela Ministra Ideli, em que ela apresenta esclarecimentos sobre matéria veiculada – e ela confirma – de que ela,

em agenda oficial, utilizou-se de um helicóptero federal que tem a condição de funcionar tanto para a área da segurança como para a área da saúde, em situações emergenciais, em Santa Catarina, como também em relação ao transporte de autoridades. É o que prevê o Regimento da Polícia Rodoviária Federal.

E ela é conhecida e reconhecida – as pessoas podem até ter divergências políticas, eleitorais – como uma mulher trabalhadora, uma mulher que se dedica, de corpo e alma, às missões que assume, e agora, dia e noite, sábado, domingo e feriado, à sua missão de Ministra de Relações Institucionais.

Ainda hoje ouvi aqui, da Senadora Vanessa, a agenda que, com o Senador Braga, ela fez. Em um dia e meio, estive em três Estados, visitando o Amazonas, visitando o Amapá, visitando, enfim, vários lugares, para tratar da relação institucional do Governo com os prefeitos, com as lideranças regionais.

Da mesma forma no seu Estado, na atividade de inaugurações, na atividade de entrega de obras, como as do Minha Casa Minha Vida, e várias outras. E isso é uma rotina. Então eu queria aqui reforçar esse esclarecimento.

Também eu queria aqui dizer da importante agenda que realizei na última semana na região de Sebastião Leal, de Bertolínia, onde visitei obras, estive em inaugurações, no meu Estado, em Manoel Emídio, Jerumenha, Canavieira, Guadalupe e Floriano, onde concluí participando de um evento na área dos lojistas.

Nessas cidades tive oportunidade de tratar de temas relacionados a projetos destacados para essa área do meu Estado, do Piauí. Visitei ali a BR que leva Bertolínia em direção a Eliseu Martins e vi o quanto a obra está avançada. Ali também estamos tratando da conclusão do trecho para Canavieira, ligando a BR-135 a Canavieira.

Ali tratamos da retomada das obras do Luz para Todos, obras de creches, unidades de saúde.

Tive oportunidade de inaugurar obras importantes naquela região. E sou grato aqui a todas as Lideranças pela forma carinhosa como fui recebido em Guadalupe.

Quero aqui destacar o trabalho na área relacionado ao projeto de irrigação. O Governo Lula e agora o Governo da Presidenta Dilma trabalham naquela região.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, hoje, fazer um pronunciamento sobre o momento fundamental, e eu comemoro, do meu Estado. Mais de 40 mil famílias tiveram oportunidade de, pela renda, deixar o Programa Bolsa Família no Piauí. São pessoas que foram lá e retiraram-se do programa, porque passaram a não mais precisar dele, por sua renda.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, recentemente vim aqui a esta tribuna fazer um discurs-

so sobre o início das comemorações dos 10 anos do Bolsa Família. Quando foi criado pelo Presidente Lula, o Programa Bolsa Família tinha por objetivo retirar da miséria os 16 milhões de brasileiros e brasileiras com renda familiar *per capita* inferior a R\$70,00 mensais.

Hoje eu volto a tratar do tema para comemorar a eficácia do Programa que tem dado tão certo que só no Piauí mais de 40 mil famílias – eu estou falando de aproximadamente 200 mil pessoas – já abriram mão voluntariamente da ajuda governamental. Em todo o Brasil já são mais de 2 milhões que abriram mão do benefício porque passaram a ter uma renda que lhes permite não mais precisar do programa.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 40.764 famílias abriram mão do Bolsa Família no meu Piauí. Elas declararam voluntariamente que ultrapassaram a renda limite estabelecida hoje de R\$140,00 por pessoa e decidiram se desligar do programa. Os dados abrangem todo o período de existência do Bolsa Família até fevereiro de 2013.

Em Teresina, a capital do Piauí, mais de 7 mil famílias pediram o desligamento, porque passaram – ou porque têm um empreendimento, ou um negócio – a ter um salário fruto de um trabalho, de um emprego, ou por uma situação de aposentadoria.

Quero citar aqui o exemplo de Cleudiane Sousa, de 27 anos, que declarou ao jornal *O Dia*, lá do meu Estado, que “o Bolsa Família é uma renda boa, mas você não pode se conformar; tem que buscar outro rumo”. Veja quantas vezes o preconceito impede de entender uma declaração como esta de Cleudiane Sousa, de 27 anos. Repito o que ela diz: “o Bolsa Família é uma renda boa, mas você não pode se conformar; tem que buscar outro rumo.”

E, permita-me aqui, minha querida Ana Rita, dizer, com a experiência de quem na vida experimentou a pobreza. Eu sou de uma família que experimentou morar em uma casa sem piso; morar em uma casa sem banheiro; morar em uma situação de baixa renda. E muitos dos meus familiares, graças a Deus, muitos ultrapassando principalmente pela educação. O fato é que – essa é uma engenharia que nem sei se o Presidente Lula, se os idealizadores, o Graziano; depois, o Patrus Ananias; agora, a Ministra Tereza Campello, com toda a equipe, entenderam bem isso – alguém que nunca teve um valor mensal, por mais baixo que fosse, chegando a sua mão, nunca teve a experiência de algo mensal, não deseja com a mesma força aquilo que já experimentou. Por isso que é chamada porta de entrada.

No momento em que se tem um valor mensal e se toma gosto – vou usar um termo popular – de po-

der com esse dinheirinho comprar uma alimentação no comércio, comprar uma fruta, Senador João Vicente, passa-se a se desejar mais. É como alguém que não tinha condições de comprar uma roupa; quando passou a comprar, quer cada vez mais comprar melhor. Você não tinha como andar em um veículo, pode até começar com uma moto, mas você fica com o desejo de ter nem que seja um “Fusquete”. Lembro-me de quando comprei... O meu pai não queria que eu andasse de moto. Em uma vez, ele soube que eu estava juntando um dinheirinho para comprar uma moto e disse: “Meu filho, quanto é que falta? Não compre que esse bicho é perigoso! Eu complemento aqui e vê se compra um carro”. Compramos na época um Corcel II, velho, usado, mas era o que era possível, e ali você não se conforma e quer algo sempre melhor. Sai de um Fusca para ter um Corcel; passa a querer ter algo melhor. Assim como alguém que nunca teve uma casa, no momento em que consegue essa casa, quer um “puxadinho”, quer algo mais. E também é assim com a renda.

É esse depoimento importantíssimo que quero colocar aqui, porque, muitas vezes, até por um conceito – a palavra preconceito parece uma coisa distante, mas é um conceito mesmo de achar que alguém vai se conformar em receber R\$100,00, R\$200,00, às vezes, R\$300,00, que é o que Bolsa Família já paga por mês. Não, a pessoa que começa a receber aquilo, que começa a tomar gosto, sente-se desafiada a querer mais. É o caso da Cleudiane Sousa. Eu gostei desse depoimento dela declarado em um jornal do meu Estado. O que ela diz, repito pela terceira vez, é: “O Bolsa Família é uma renda boa, mas você não pode se conformar; tem que buscar outro rumo”, Senador Armando Monteiro.

Essa é uma declaração de alguém do meu Estado que nunca teve renda na vida, passou a ter pelo Bolsa Família, e que, pela via do emprego, teve a condição de sair. A Cleudiane buscou outro rumo, Sr. Presidente, meus colegas Senadores e os que estão nos ouvindo.

Essa cidadã piauiense, que é da cidade de Caxingó, norte do Piauí, uma cidade que tem população de renda muito baixa, embora um potencial grande, com uma bacia leiteira, especialmente, criação de animais, fez um concurso público. Ela estudou e fez um concurso público. Foi aprovada e hoje é servidora pública. Por ser servidora pública, passou a ter uma renda e sua família já não tinha mais, por pessoa, renda abaixo de R\$140,00; era acima de R\$140,00.

Trabalhando agora em um posto de saúde de Caxingó – mando meu abraço à população de Caxingó; à Prefeita Rita, do meu Partido; ao Nato, que é uma grande e importante liderança lá –, a Cleudiane, que recebia o benefício há quatro anos, resolveu abdicar

da quantia mensal depois que passou no concurso. “O benefício era bom, mas nada comparado com o meu salário”, diz ela. Afirma a servidora que tem um filho de quatro anos e já trabalhou como ajudante no cadastramento de famílias no programa.

Veja, ela hoje já está recadastrando famílias no programa. Ela diz: “Como eu já trabalhei no cadastramento, eu tinha consciência de que tinha que sair para dar lugar para outra pessoa que precisasse”, explicou ela.

Além de Cleudiane, mais 69 famílias se desligaram voluntariamente do Bolsa Família só no Município de Caxingó, no Piauí. É um Município de 4.809 habitantes, situado a pouco mais de 300 quilômetros da capital Teresina.

Sr. Presidente, meu querido Humberto, Senadores aqui presentes, as famílias que recebem o Bolsa Família, além de terem que enviar suas crianças à escola, também têm a oportunidade de estudar, de aprender um ofício. E, o mais importante, existe um trabalho de conscientização feito pelas prefeituras, com apoio do Estado, das entidades, enfim, de que aquela ajuda é um incentivo para buscar algo melhor.

Não é à toa que hoje o programa é um exemplo de política pública para a redução da miséria e da pobreza e geração de renda mínima para 50 milhões de brasileiros e brasileiras, tornando-se uma referência global, Senador Suplicy, de sucesso, como programa social de transferência de renda e modelo para a Organização das Nações Unidas.

Outro fator fundamental para que as famílias possam deixar o programa é que, entre 2003 e 2013, foram gerados 19 milhões de empregos formais no Brasil. Ou seja, desses 19 milhões, dois milhões de pessoas do Bolsa Família, que, certamente, Senador Suplicy, se não tivesse uma renda para poder ter alimentação, para poder o menino, o filho e a filha irem à escola, certamente, casos como esse de Cleudiane não aconteceriam.

Eu tenho uma convicção e sempre dou este depoimento, olhando para minha própria história de vida, Senador Suplicy. Às vezes, vou lá ao meu Município e fico examinando o que aconteceu comigo em relação àquela geração que conviveu comigo naquela região do Vale do Fidalgo. O que aconteceu comigo que não aconteceu com alguns que ainda hoje passaram a ter a renda muito baixa?

Eu olho, é a educação, o esforço da minha mãe, Terezinha, e do meu pai, Joaquim, que me fizeram estudar. Sei que fazendo, como se diz no ditado popular: “Fazendo das tripas coração”, para poder viabilizar que eu estudasse. Eu saí de casa para estudar com sete anos de idade e nunca mais pude retornar porque não

eu tinha nem onde estudar. Eu fiz o primeiro ano e lá só tinha o primeiro ano. Então, tive que ir para a cidade de Oeiras, situada a 150km, para estudar. E isso foi o que marcou a diferença: poder ter um ensino médio, ter uma profissão; fiz o curso de Técnico em Contabilidade, comecei também a trabalhar aos 14 anos.

Hoje, eu estava conversando, na Liderança, e alguém me perguntou: “Por que você é torcedor do Cruzeiro?” Aliás, o Cruzeiro está na moda. Não dava muito trabalho, mas agora é o time da preferência. Eu, com meus 12 anos, dava aula. Às vezes, ouço aqui o debate sobre a história do trabalho infantil e precisamos ter muito cuidado com isso. Eu tenho orgulho de, aos 12 anos, ter dado aula para quatro colegas, que me davam o dinheiro da merenda, que me davam, enfim, alguma forma de atuar, e eu nunca perdi nenhum ano. E, dando aula para eles, eu também aprendia. O resultado é que um teve uma paralisia, o Gilberto, foi para Minas Gerais; naquele ano, ele voltou do tratamento e me deu de presente – lembrou-se de mim, do professor dele, da mesma idade dele – uma camisa do Cruzeiro. Naquele ano, o Cruzeiro foi campeão.

Eu não tinha nenhum time. Lá, nas minhas tribos, era Baixa Funda, era Cacimbas, eram uns timezinhos jogando com bola de bexiga de boi. Chegar lá bola Canarinho, bola Pelé, bola Dente de Leite, isso foi muito tempo depois. Então, dou esse depoimento para mostrar a importância da educação. É a educação que dá a mão a alguém que está na miséria, que está na pobreza e traz para o outro lado. É a educação. Não tem conversa. Por isso que hoje estamos tratando do tema do Plano Nacional da Educação.

Com o maior prazer, ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Querido Senador Wellington Dias, meu caro Líder, V. Ex^a enaltece aqui os resultados dos dez anos do Programa Bolsa Família. Em 20 de outubro de 2003, o Presidente Lula baixou a medida provisória segundo a qual os Programas, assim denominados, Bolsa Família, Renda Mínima Associado à Educação, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o próprio programa que ele havia criado em fevereiro ou março... Eu estive com V. Ex^a em Guaribas e em Acauã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Permita-me só acrescentar um dado: aquela Guaribas que você conheceu naquela época – tive muito orgulho da sua presença lá, juntamente com outras autoridades – tinha um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,2. Por isso era o Município mais pobre do Brasil. Eu vi agora o IDH de Guaribas, que é 0,55; saiu de 0,2 para 0,55. Então, isso é uma mudança. Quem não comemora isso?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que bom saber! O governo Lula, com a equipe interministerial, com que dialoguei, de que participava a hoje Ministra do Planejamento Miriam Belchior, que trabalhava junto à Casa Civil, com o Ministro José Dirceu; Ana Fonseca, que acabou sendo a primeira secretária-executiva do Programa Bolsa Família, e Tereza Campello. Havia uma equipe que interagiu com o Ministro de Combate à Fome, José Graziano da Silva, e com Benedita da Silva, que era Ministra da Assistência Social, e os demais Ministros, como o Ministro Palocci, da Fazenda. Formaram uma equipe e chegaram à conclusão de que era bom racionalizar e, inclusive, utilizar o Cadastro Único e torná-lo ainda melhor. Aqueles quatro programas foram fundidos no que hoje é o Bolsa Família. Em dezembro de 2003, estavam inscritos 12,5 milhões e hoje, segundo o último dado, há cerca de treze milhões e oitocentos setenta e poucas famílias...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Porque dois milhões saíram; seriam quinze milhões. Dois milhões deixaram o programa porque passaram a ter renda.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, se o nosso Coeficiente de Gini tinha chegado, nos anos 80, 90, a quase 0,61, 0,63, nos colocando entre os três mais desiguais países do mundo, já em 2001 e 2002, com o efeito dos programas, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, mas estávamos já com 0,59, e, no ano passado, o dado mais recente, que a PNAD agora divulgou, de 0,507, 0,51, que nos coloca ainda entre os 16 mais... Nós somos o 16º mais desigual.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Temos muito ainda que caminhar. Então, quero cumprimentar a Presidenta Dilma, a Ministra Tereza Campello, conforme V. Exª está fazendo, pelos feitos e pelo conjunto de programas de inclusão social, que estão relacionados ao Bolsa Família, para que as pessoas possam ter maiores oportunidades, sobretudo de educação, como no Pronatec e tantos cursos que têm sido tão bem-sucedidos, mas também no apoio aos agricultores familiares, às formas cooperativas de produção ali nos quilombolas e comunidades indígenas, que também são beneficiários do Bolsa Família, mas também como formas de proporcionar a maior inclusão social. Mas veja que teremos agora dez anos da sanção tanto do Programa Bolsa Família, que foi iniciado em 20 de outubro, por medida provisória...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Exatamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas até o final de 2003, aprovado, e por todos os partidos aqui, cabe assinalar isso, porque não houve oposição ao programa. E foi em 9 de janeiro de 2004 que o Presidente Lula sancionou a lei referente ao Bolsa Família. Na véspera, 8 de janeiro de 2004, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.835 – portanto, vai fazer dez anos –, que institui a renda básica de cidadania, que um dia proverá a todos uma renda suficiente para atender às necessidades vitais como um direito inalienável de todos os brasileiros e brasileiras, até para os estrangeiros há cinco anos ou mais no País. Então, eu queria lhe dar até a informação, Senador Wellington Dias, de como essa ideia vem ganhando corpo nos mais diversos continentes. Na Suíça, se 100 mil pessoas – pelo menos diz a lei – fazem uma proposta, essa tem de ser objeto de referendo popular, para toda a população decidir. Então, na sexta-feira última, 4 de outubro, na cidade de Berna, 116 mil pessoas entregaram um abaixo-assinado ao parlamento suíço, para propor – e isso terá de ser feito no prazo de quatro anos – que seja efetuado um referendo sobre se os suíços querem ou não instituir lá uma renda básica incondicional de 2,5 mil francos suíços. Isso, só para se ter ideia de que vem ganhando força a proposição em tantos países. Tenho aqui falado da experiência recente que aconteceu na Índia, nos últimos dois anos. Ali, seis mil pessoas, em vilas rurais diferentes, em oito municípios, foram acompanhadas, passo a passo, por dois anos, numa experiência proporcionada pela organização Self-Employed Women's Association, com o apoio financeiro, inclusive, do UNICEF. E se comparou o que ocorreu nas 12 vilas rurais, de natureza semelhante, onde não foi feito aquele pagamento...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e os resultados foram altamente positivos para as seis mil pessoas que receberam. Senador Renan Calheiros, pode acontecer uma experiência pioneira, logo, logo, em Alagoas, além do Piauí. Então, é só para aqui transmitir também meu cumprimento entusiasmado ao meu Líder Wellington Dias. Parabéns.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu que agradeço. Tenho muito orgulho de fazer parte da Bancada em que V. Exª nos lidera nos temas sociais, com toda sua experiência e sensibilidade.

E não posso deixar de dizer que era preciso juntar conhecimento técnico, como esse que V. Exª, há muito tempo, desafia-nos a refletir, a pensar. E sei o quanto V. Exª foi professor do Presidente Lula, sempre convivendo perto dele. Aliás, muitas vezes se falava sobre Lula

ser analfabeto. Quem não sabe quantos professores da melhor qualidade ele tem em torno dele? Aliás, ainda hoje, aqui, no plenário, falei com ele e sei o quanto ele comemora situações como esta aqui.

Já concluindo, o que eu quero aqui, Senador Suplicy, nessa reflexão? Eu fiz a reflexão sobre a importância de o Brasil compreender que as pessoas têm vontades, que as pessoas não se conformam com um estado em que elas não conhecem... Se alguém nasce numa comunidade em que só se pode andar a cavalo, nunca andou num carro, num avião, num ônibus, ela sequer deseja aquilo. Se ela nunca viu, não sabe nem o que é. Com a renda, é assim: você precisa saber como é ter uma renda todo mês para poder desejar, e desejar mais, e desejar melhor.

Mas não é só isso. Há a exigência: vai ter de estudar. Vai receber, mas a meninada tem de estar matriculada, os adultos têm de ir à alfabetização. Para quem não tem uma profissão, há o Pronatec. Há o ensino de jovens e adultos e o ensino de jovens e adultos profissionalizante. Há condição de chegar à universidade, há o ProUni, o Fies. Há a condição de ter uma casa. Se você não tem uma casa, então, se inscreva no Minha Casa Minha Vida, e vai ter uma casa, uma casa que você pode pagar com Bolsa Família. Nesses dias, uma garota que trabalhou comigo algum tempo, quando eu fui governador, me dizia: “Estou morando na minha casa”. Uma garota que, nos programas de televisão, faz a maquiagem. “Estou morando na minha casa. Belíssima. É um apartamento, na verdade”. Eu perguntei: “Quanto é que você paga? Está tendo condições de pagar?” Ela disse: “É R\$35,00 a prestação. Claro que eu tenho condição de pagar”.

Poder ter a energia, poder ter a água chegando à sua porta. Claro que não chegamos ainda a tudo. Meu Estado ainda tem muita coisa para fazer, mas 1 milhão de pessoas que não tinham segurança em água passaram a ter; 149 mil pessoas que não tinham casa passaram a ter; 800 mil pessoas que não tinham ensino médio passaram a ter. É disto que se trata: é de você poder ter a condição de ter um conjunto de coisas que são essenciais à vida.

Com o Bolsa Família, imediatamente, é o alimento, mas ele desperta outras vontades, outros desejos: “sobrou um troquinho ali, comprei um chinelo. Andava descalço e agora posso andar com um chinelo”. Mas ele não quer só um chinelo. Se é mulher, quer um sapato, quer uma sandália. Então, isso tudo faz a movimentação da economia.

Eu tive a oportunidade e o privilégio de conviver muito com o Lula. Um dia, nós chegamos a um lugar, em Canto do Buriti, e de repente o Lula deu uma crise de choro, porque uma mulher chegou para ele, o abra-

çou e disse: “Olha, Lula, você é meu marido.” Aí, ele ficou assim: “Uai, o que eu fiz de errado?” E ela disse: “Não, você é meu marido, porque o meu marido me largou e não me pagou nenhuma pensão. Quem está me pagando a pensão é você e com Bolsa Família, rapaz. Então, você é o meu marido.”

Aquela mulher era a cara da mãe dele, da Dona Lindu. Aí, quando ele foi falar, se emocionou. Era um pronunciamento, uma situação de um assentamento que ele estava inaugurando, e ele chorou. Ele chorou e entrou numa crise. Ele entrou – hoje foi falado da história do helicóptero da Ideli –, nós entramos no helicóptero. Fomos inaugurar uma estrada asfaltada em uma subestação de energia elétrica, em Eliseu Martins, e ele, chorando e lembrando, disse que voltou o filme todo da vida dele, do que era a mãe dele.

Essas coisas que aconteceram com o Brasil, de ter um operário com a história do Lula e, do lado dele, quantas pessoas, como o Senador Suplicy, e um Vice-Presidente como o José de Alencar, por isso eu creio em Deus. Essas coisas não acontecem por acaso. Uma experiência de uma visão empreendedora, que já defendia a redução de juros, essas coisas todas, enfim, tudo isso contribuiu para termos o Brasil que temos hoje.

Alguém pode não gostar do Partido dos Trabalhadores, pode não gostar do que dizemos e fazemos, ser de oposição e ter raiva, mas não pode desconhecer as mudanças...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Conto com a bondade do meu Presidente, pois eu me empolguei aqui, Sr. Presidente, com esse tema, e o meu filme viajou.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Fique à vontade, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, quero destacar aqui que o salário mínimo, nesse período, aumentou 70% em termos reais. E a nossa meta, Sr. Presidente, é atingir mais de US\$800,00 porque o salário mínimo de US\$800 já tira todo mundo da pobreza, pelo padrão internacional.

Esse aumento foi fundamental no combate à pobreza e à desigualdade, pois atingiu, principalmente, a população trabalhadora, situada na base da pirâmide salarial, predominantemente composta por mulheres e negros.

Se na população ocupada o rendimento médio real aumentou 30%, a expansão foi de 36% para as

mulheres, 44% para os negros e 47% para as negras. Então, ele é um programa fundamental, porque foi direcionado...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Muitas críticas foram e são feitas desde o início do Bolsa Família, mas a que menos procede é a que diz respeito à disposição para o trabalho dos seus beneficiários.

Nesses dias, eu dizia aqui ao Senador Aécio: olha, você não pode, tem que parar com esse negócio de dizer frases que parecem estar dizendo que o povo do Bolsa Família não trabalha. Não tem gente preguiçosa aí. As pesquisas mostram: quase todo mundo em idade de trabalhar trabalha e está se esforçando para sair, como a Cleudiane Sousa, de quem eu falei aqui.

Exemplos como esse do Piauí mostram que as famílias retiradas da miséria, por meio da garantia de uma renda mínima, podem e vão atrás de uma autonomia econômica e inclusão produtiva. Segundo o PNAD de 2011, entre as famílias com rendimento mensal *per capita* de até um quarto do salário mínimo, as mais pobres, 62% da renda familiar advém do trabalho. O Bolsa Família é uma parte da renda. Este dado confirma as informações do Cadastro Único do Governo Federal de que a maioria da população pobre é beneficiária do programa e, de fato, trabalha. Entretanto, são, em sua maioria, trabalhos precários, informais, e isso precisa mudar.

Quero concluir, Senador, reconhecendo a importância do Bolsa Família para retirar da miséria milhões de brasileiros. Eu quero daqui parabenizar o Presidente Lula, toda a sua equipe, a Presidenta Dilma, que agora, com tanta maestria, já criou o Brasil Carinhoso, olhando o lado da criança, que enxergou essa necessidade e continua desenvolvendo políticas e iniciativas de combate à pobreza por meio da geração de emprego e renda do nosso País.

Era isso que eu tinha a dizer, em nome da Cleudiane Sousa. Eu comemoro com as 40.764 famílias que deixam o Bolsa Família pela via do emprego ou do empreendedorismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero cumprimentar o Senador Wellington Dias pelo importante pronunciamento que faz e, aproveitando a oportunidade, cumprimentá-lo também pelo grande governo que fez no Estado do Piauí.

Antes de concedermos a palavra à Senadora Ana Rita e ao Senador Inácio Arruda, nós queríamos comunicar à Casa e ao País que assinamos hoje, com

o Ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, um acordo que vai permitir o acesso ao amplo acervo do Portal LexML, que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de lei, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil.

Hoje, o Programa já atende a mais de 400 câmaras municipais. Na mesma ocasião, nós lançamos uma cartilha sobre as questões de relevância para os micros e pequenos empresários brasileiros.

Todo o material será distribuído por meio do nosso Interlegis para as câmaras municipais de todo o País.

A íntegra da cartilha poderá ser baixada na página do Interlegis na Internet.

Quero comunicar também ao Senado que a estudante Aline da Conceição Andrade, de 17 anos, da Escola Estadual Dom Henrique Ruth, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, ganhou o primeiro lugar do 6º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador 2013. O tema da redação, Senadora Ana Rita, foi “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”.

Os jovens estudantes, autores das 27 melhores redações, uma redação de cada Estado, virão a Brasília, onde, do dia 18 a 22 de novembro, participarão do processo de discussão e elaboração das leis do País. Eles vão ter a experiência de atuar como Senadores da República. Cada um dos selecionados também ganhará um computador portátil, um livreto com todas as redações premiadas, certificado e medalha da premiação do concurso.

Nós estávamos com a ordem de inscrição, e o Senador João Vicente Claudino era um dos inscritos, mas aí nós concedemos, numa permuta gentil, a palavra à Senadora Ana Rita e, em seguida, daremos a palavra ao Senador João Vicente Claudino.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador João Vicente. Obrigada, Senador Presidente desta Casa e Presidente desta sessão, Senador Renan Calheiros.

Eu quero aqui também saudar todos os nossos colegas Senadores e nossas colegas Senadoras.

Eu quero aqui hoje me dirigir aos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado para falar de um tema muito importante, de um recente estudo da pesquisadora Leila Posenato Garcia, do Instituto de Pesquisa Aplicada, o Ipea, que foi amplamente divulgado na mídia e atualizou os dados sobre a mortalidade violenta de mulheres, noticiando que a Lei Maria da Penha não reduziu essas mortes. Quero

falar sobre isso, porque é um assunto que merece uma análise também da nossa parte.

Na verdade, o estudo traz importantes contribuições para a elaboração de políticas públicas, em conformidade ao já detectado pela CPMI que investigou a violência contra a mulher, da qual fui relatora. No entanto, considero problemática, Senador Wellington, a afirmação de que a Lei Maria da Penha não previne as mortes de mulheres.

Conforme estudo do Ipea, no período de 2001 a 2011, houve um aumento do número de mortes femininas registrado no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O número de óbitos de mulheres passou de 44.231 para 54.107. Isso é um alerta, porque as mortes de mulheres continuam aumentando e devem ser objeto de intervenção dos Poderes Públicos, como recomendado pela CPMI da Violência contra a Mulher.

As mortes registradas no Sistema de Informação de Mortalidade são por agressões, que incluem traumatismos acidentais, lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões e eventos cuja intenção é indeterminada, isto é, causas mais amplas do que a violência doméstica praticada por parceiro íntimo ou familiar, que é o objeto da Lei Maria da Penha. Esse é o primeiro ponto a ressaltar. Repito: o SIM não traz dados desagregados que permitam dizer que todas essas mortes foram decorrentes de violência doméstica e familiar.

Aspecto que considero relevante no estudo do Ipea é que ele traça um perfil das vítimas mulheres. Segundo aponta o estudo, 52,5% das mulheres mortas tinham entre 20 e 39 anos, ou seja, em plena juventude e em idade reprodutiva; 47,5% foram de mulheres pardas e 7,5% de mulheres negras. Esse dado revela a maior vulnerabilidade das mulheres pardas e negras quando comparadas às mulheres brancas, cujo percentual foi de 44,2%. Além disso, 45,4% das mulheres possuíam baixa escolaridade, ou seja, tinham até sete anos de estudo.

Outro aspecto significativo apresentado é que um terço dos óbitos ocorreu nos finais de semana, em um percentual que chegou a 35,5%; destes, 19,7% foram no domingo. Isso reforça as recomendações da CPMI para que as Delegacias da Mulher tenham plantão nos finais de semana, pois as mulheres morrem mais nos sábados e domingos, num percentual de 36% dos óbitos.

Veja bem, Senador Wellington, infelizmente, nos finais de semana, os companheiros, os maridos, muitas vezes, consomem bebidas alcoólicas, o que potencializa uma atitude machista desses homens e, ao chegarem a casa, agredem suas mulheres, suas companheiras.

Além disso, as armas de fogo foram responsáveis por 52% das mortes de mulheres, demonstrando a necessidade de que as medidas protetivas de suspensão ou restrição do porte de armas previstas na Lei Maria da Penha sejam, de fato, efetivadas.

Além disso, Sr. Presidente, chamo a atenção para o fato de que é preciso rediscutirmos mais aprofundadamente o porte de armas em nosso País, pois, além das mulheres, jovens negros morrem massivamente, vítimas de armas de fogo.

Ademais, o domicílio foi o local onde 27% das mortes ocorreram, revelando que o lar, a própria casa, não é um lugar seguro para as mulheres. Este dado é corroborado por inúmeros outros estudos e pelas denúncias do movimento feminista e de mulheres.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de prosseguir, eu lhe concedo a palavra, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu serei breve. Primeiro quero parabenizar V. Ex^a e dizer do destacado trabalho que faz aqui na luta por vários temas importantes, mas, principalmente, em relação às causas das mulheres. Um deles, no combate à violência contra a mulher. Ainda hoje, aqui, na Presidência do Senado, nós recebemos a Frente Parlamentar contra a impunidade, que ali foi apresentada pela Deputada Keiko – esteve lá o Senador Pedro Taques, eu também tive a oportunidade de estar lá, com o Senador Renan –, quando várias entidades entregaram mais de 150 mil assinaturas pedindo uma legislação que possa cuidar da impunidade. Quer dizer, arma de fogo, bebida, trânsito, impunidade, ou seja, alguém que vai, mata e espanca e nada acontece, e isso vai só se agravando. Eu queria dizer que longe de pensar, nesse aspecto, nessas várias formas, que a Lei Maria da Penha não funcionou. É claro que ela funcionou. Olhando para aquilo que são objetivos específicos, sem sombra de dúvida, seria muito pior a situação se não tivéssemos a Lei Maria da Penha. Por isso, eu também comemoro. Com certeza, bebida e trânsito devem ter crescido assustadoramente, porque essa é uma realidade nos Estados. Muito obrigado.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington. Tenho certeza que V. Ex^a é um grande defensor da luta das mulheres, principalmente no que se refere à violência contra as mulheres. Eu quero aqui também lhe agradecer como membro da Comissão de Direitos Humanos que tem se empenhado e tem nos ajudado neste trabalho. Muito obrigada também pela sua intervenção.

No que concerne às regiões onde houve um registro maior de mortes, o Centro-Oeste contabilizou 5,96% e o Sudeste 5,87% desses óbitos para cada 100 mil mulheres. Nessa nova atualização, o Estado do Espírito Santo, que é o meu Estado, superou a taxa de 11%, o que é alarmante, bem acima da média nacional.

Ressalto que todos esses aspectos convergem para os resultados apontados no Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher e ajudarão na elaboração de medidas protetivas. No entanto, quero pontuar e problematizar a afirmação de que a Lei Maria da Penha não reduziu as mortes de mulheres.

Em primeiro lugar, é importante salientar que a legislação penal não é instrumento adequado para a prevenção de nenhum comportamento criminoso. Por exemplo, Sr. Presidente, temos tipificado penalmente o sequestro e o homicídio, dentre outros delitos. A simples tipificação não impede o cometimento do delito. Por que, então, é importante a tipificação? A tipificação é importante porque é uma afirmação simbólica de que há comportamentos que não têm aceitação social, que são rejeitados pela sociedade e que seu cometimento será punido.

Assim, a lei penal tem uma importância simbólica para a convivência social. Essa é a razão pela qual a CPMI propôs a tipificação do feminicídio. É importante nominar como feminicídio a morte de mulheres em razão de gênero. Com isso, chama-se a atenção da sociedade para um crime com um nítido recorte de gênero. Ressalte-se que o IPEA apoia nossa proposição.

Um segundo aspecto, que eu quero aqui ressaltar e pelo qual considero problemática a afirmação de que após a vigência da Lei Maria da Penha não houve mudanças significativas na redução das taxas de feminicídios, é o fato de que o registro de agressões no SIM – como mencionei inicialmente – é amplo, incluindo diversas modalidades de agressão e nem todas estão relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim, mesmo com as correções efetuadas pelo estudo, penso que a afirmação, apesar de sua contundência, deveria ter sido antecedida de pesquisas que de fato analisem especificamente as mortes de mulheres em conformidade ao estabelecido na legislação de violência doméstica.

O próprio Ipea, Senador Inácio Arruda, no estudo realizado, afirma que: “Os óbitos por agressões foram selecionados a partir dos códigos das causas básicas existentes na CID-10 (Catalogação Internacional de Doenças), não sendo possível definir se foram causados por violência contra a mulher”.

Tanto é assim que o Ipea está propondo que o Ministério da Saúde crie um mecanismo específico para

registrar as mortes decorrentes de violência doméstica. Considero absolutamente importante essa proposição que se encontra na Câmara dos Deputados, pois só assim os dados de mortes ocasionadas por violência doméstica e familiar poderão ser mais bem analisados.

Assim, faço aqui o meu apelo ao Ministério da Saúde para que estude a possibilidade de criar um mecanismo no registro do Sistema de Informações sobre Mortalidade para aferir sua relação com a violência doméstica e familiar.

Isso, no entanto, não invalida o estudo do IPEA, mas problematiza a sua afirmação quanto à Lei Maria da Penha.

Como se sabe, a Lei Maria da Penha criou importantes medidas de proteção às mulheres em situação de violência doméstica – as Medidas Protetivas de Urgência – que têm por finalidade responder imediatamente a uma situação de risco e de gravidade em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Essas medidas são várias e podem ser concedidas simultaneamente. Muitas mulheres são protegidas pelas medidas, mas há notícias também de que algumas, apesar de possuírem medidas protetivas, são mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. Isto revela a necessidade de que as medidas precisam ser garantidas, através da prisão preventiva do agressor ou da atuação policial, quando houver quebra da medida.

Além disso, a Lei Maria da Penha prevê uma série de medidas de prevenção que também necessitam ser implementadas pelos poderes públicos e instituições privadas. Por exemplo, é importante que os meios de comunicação não reforcem os estereótipos femininos e promovam uma comunicação que estimule a igualdade entre homens e mulheres; além disso, o atendimento policial às mulheres deve ser especializado; as campanhas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher devem ter caráter permanente; a capacitação dos profissionais do sistema de justiça em relação às questões de gênero, raça ou etnia também deve ser permanente; a inclusão nos currículos escolares de conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, raça, etnia e violência doméstica e familiar contra a mulher deve pautar a política de educação formal de Estados e Municípios.

Estas medidas integradas de prevenção previstas no art. 8º da Lei Maria da Penha não necessitam de imensos recursos, apenas de vontade política e compromisso, mas são de extrema importância, pois atuam na base e na formação de valores éticos e morais.

A Lei Maria da Penha possui um olhar tridimensional sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, ou seja, um olhar que abarca a prevenção, a assistência e a punição. É muito importante, para a

efetivação dessa legislação, que essas três dimensões andem juntas e que sejam conjuntamente promovidas pelas instituições públicas e privadas.

Assim, Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha tem dado uma grande contribuição à formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, à mudança do paradigma jurídico de tratamento dessa violência para a segurança das mulheres. Por isso vejo como temerária a afirmação do Ipea, sem que estudos mais detalhados e específicos tenham sido realizados para comprovar ou não a eficácia da Lei Maria da Penha na redução das mortes de mulheres.

Desta forma, enquanto não forem implementadas todas as medidas de prevenção, assistência e contenção da violência contra mulheres e enquanto não forem atacados os problemas que impedem a plena aplicação da lei, parece problemático afirmar, tão categoricamente, a ineficácia da lei.

A violência de gênero é um problema profundo na sociedade, enraizado na socialização de homens e mulheres, reforçado pelos estereótipos, pela desigualdade entre homens e mulheres em todos os espaços públicos e privados, pela cultura machista ainda presente na sociedade brasileira.

A Lei Maria da Penha é um instrumento importantíssimo para a remoção dessa violência e deve ser aliada a outras ações de enfrentamento às diversas formas de violência contra as mulheres. Nenhuma legislação sozinha poderá mudar uma cultura, mas com ações concretas de homens e mulheres que não toleram a violência e a cultura machista e com um arcabouço legal, a exemplo da Lei Maria da Penha, teremos condições de construir um país onde a igualdade e o respeito entre homens e mulheres sejam o código de conduta vigente.

É isso, Sr. Presidente, que tinha para o momento. Eu quero agradecer a atenção de todos vocês ao nosso pronunciamento de hoje.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Ana Rita, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 4^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – Quero parabenizar a Senadora Ana Rita pelo belo pronunciamento e pelo trabalho na CPMI que já foi elogiado por todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero também agradecer a V. Ex^a, Senador Vicente Claudino, por ter cedido o seu tempo para que eu pudesse falar neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, mas peço, ao mesmo tempo, licença ao Senador para ler um requerimento.


O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – O Senador Cyro Miranda apresentou o **Requerimento nº 1.188, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 14 de outubro de 2013, para participar, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da visita institucional à sede da Editora Abril e da 16^a edição do Prêmio Victor Civita, Educador Nota 10, na cidade de São Paulo.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 1.188, DE 2013
(Requerimento nº 63, DE 2013)

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 14 de outubro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da visita institucional a sede da Editora Abril e da 16ª edição do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a ser realizado na Praça Júlio Prestes em São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2013.


SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO - CE
NA REUNIÃO DE 8/10/2013, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)

ÂNGELA PORTELA	1-LINDBERGH FARIAS
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-(VAGO)
PAULO PAIM	4-VANESSA GRAZZIOTIN
RANDOLFÉ RODRIGUES	5-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	6-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	7-ZEZÉ PERRELLA
INÁCIO ARRUDA	8-JOÃO CAPIBERIBE
RODRIGO ROLLEMBERG	

Bloco Parlamentar Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)

RICARDO FERRAÇO	1-EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2-VITAL DO RÊGO
ROMERO JUCÁ	3- VALDIR RAUPP
JOÃO ALBERTO SOUZA	4-LUIZ HENRIQUE
(VAGO)	5- PEDRO SIMON
ANA AMÉLIA	6- (VAGO)
BENEDITO DE LIRA	7-(VAGO)
CIRO NOGUEIRA	8-(VAGO)
KÁTIA ABREU	9-(VAGO)
(VAGO)	10-(VAGO)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS	2-FLEXA RIBEIRO
PAULO BAUER	3-CÁSSIO CUNHA LIMA
MARIA DO CARMO ALVES	4-LÚCIA VÂNIA
JOSÉ AGRIPINO	5-ALOYSIO NUNES

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)

ARMANDO MONTEIRO	1-EDUARDO AMORIM
GIM ARGELLO	2-JOÃO VICENTE CLAUDINO
OSVALDO SOBRINHO	2-MOZARILDO CAVALCANTI
(VAGO)	3-(VAGO)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero usar o tempo da liderança do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, para destacar uma personalidade da vida política do nosso País, um jornalista cearense, de Beberibe, um intelectual de destacado valor que, fosse vivo, teria completado cem anos no último dia 4 de outubro.

O registro que faço é exatamente do nascimento do jornalista e escritor Rui Facó, no seu centenário, um cearense de Beberibe, que grande contribuição deu para a compreensão das lutas do nosso povo, para a compreensão da nossa história e para o avanço das conquistas democráticas e sociais em nosso País.

Na Assembléia Legislativa do Ceará, o Deputado Paulo Facó, do PT do B, instituiu 2013 como o Ano Rui Facó e informou que os pais do jornalista, Gustavo e Antonieta Facó, deram-lhe o nome em homenagem ao patrono desta Casa, Rui Barbosa, que ali está. Por isso o Rui nasceu Rui, em homenagem a Rui Barbosa.

O nosso Rui, lá de Beberibe, no Ceará, foi aluno do Liceu do Ceará e iniciou o Curso de Direito em Fortaleza, em 1933. Na nossa capital, ingressou no Partido Comunista, então na clandestinidade. Em 1935, foi morar em Salvador, onde concluiu os estudos e se casou com sua colega de turma Julia Guedes. Ali trabalhou nos Diários Associados e foi um dos fundadores da revista *Seiva*, em 1938. Devido à sua atividade revolucionária, foi encarcerado pela polícia do Estado Novo.

Em 1945, foi um dos redatores do jornal *A Classe Operária*, em circulação até hoje, órgão central do Partido Comunista, especialmente do Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro, e também na *Tribuna Popular*, jornal de massas dos comunistas, onde cobriu a fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores, capitaneada por João Amazonas, no artigo *O MUT*, que era um movimento unitário dos trabalhadores, instrumento de unidade da classe operária.

O Partido teve seu registro cassado em 1947 e suas publicações perseguidas. Mesmo assim, Facó continuou atuando na imprensa comunista. Em 1952, foi para a União Soviética, onde trabalhou nas transmissões da Rádio Moscou para o Brasil. Retornou ao Brasil em 1958, onde reassumiu seus trabalhos na imprensa popular e democrática.

Dentre suas obras estão *Cangaceiros e Fanáticos*, relatando a vida do cangaço e o fenômeno religioso do Nordeste que serviu de inspiração ao cineasta Glauber Rocha para o seu filme clássico *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Brasil Século XX*, escrita a pedido de uma editora da Argentina e traduzida para vários idiomas, como russo, italiano e tcheco. Segundo seu biógrafo, o jornalista cearense Luís Sérgio Santos, *Cangaceiros e Fanáticos* tem “rigor, método e estilo”. É obra de um “artesão na garimpagem da informação e na forma”.

Morreu num acidente de avião, na Bolívia, no dia 15 de março de 1963, como descreveu o líder comunista Carlos Marighela:

A morte o colheu exatamente numa de suas viagens pela América Latina, cujos países visitava, fazendo reportagens para Novos Rumos – que era uma revista do partido –, jornal revolucionário onde ocupava um lugar de destaque na redação. Revelava-se, assim, um internacionalista, empenhando mais uma vez, tal como fizera em sua passagem pelos países socialistas, em cimentar os laços de amizade entre os povos. Comunista convicto, lutava pela completa emancipação econômica e social do povo brasileiro, que desejava um dia ver empenhado na construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Seu corpo foi sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, na presença de comunistas como Dias Gomes, Milton Pedrosa, Luiz Carlos Prestes, Di Cavalcante, Carlos Marighela.

Luiz Carlos Prestes o saudou, no sepultamento, abre aspas: “Por vários anos, ajudou o povo brasileiro em sua luta contra o imperialismo e o latifúndio e em favor das grandes campanhas patrióticas, de que é exemplo a defesa do petróleo. Sua memória será sempre lembrada pelo exemplo que deixa de intelectual comunista, sempre a serviço do povo, e de homem de combate”, fecha aspas.

É o que fazemos aqui, nesta Casa, nos cem anos de seu nascimento e cinquenta anos de sua morte.

Temos que registrar com um viva esse intelectual do povo brasileiro, um bravo combatente que, com a sua pena, a sua caneta, deixou registradas para todos nós a história e a trajetória de lutas do povo no seu tempo.

Viva, portanto, esse grande brasileiro, Rui Facó, e o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco União e Força/PTB – PI) – Concedo a palavra,

como orador inscrito, em permuta com o Senador Vital do Rêgo, ao nobre Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino, nobre representante do Estado do Piauí, Estado de muitos paranaenses, como é o Paraná Estado de muitos piauienses também, Senador Inácio Arruda, nobre representante do Estado do Ceará, senhoras e senhores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e todos aqueles que nos acompanham na noite de hoje, na última sexta-feira, a Presidente Dilma Rousseff esteve na cidade de Campo Mourão, importante cidade do meu Estado onde fica a sede da Coama, a maior cooperativa agropecuária da América Latina, com um faturamento anual que se aproxima dos R\$8 bilhões, fruto daquilo que tiramos da terra e transformamos.

A Presidente Dilma assinou ali, em Campo Mourão, a primeira autorização dada pelo Banco do Brasil para empréstimos do Plano Safra brasileiro 2013/2014 para armazenagem. Sabemos que o Brasil tem um déficit grande de armazéns, e aqueles que pretendem tomar esse recurso que está numa escala de R\$25 bilhões para os próximos cinco anos, sendo R\$5 bilhões por ano, têm acesso. Isso serve para cooperativas, para produtores rurais e também para cerealistas. E, lá em Campo Mourão, a Presidente Dilma assinou com a Coama investimentos em torno de R\$109 milhões e também com dois produtores rurais que vão construir armazéns no Paraná. São os primeiros investimentos do Plano Safra para armazenagem.

Também a Presidente Dilma, Sr. Presidente, fez entrega de máquinas, essas máquinas estão fazendo uma diferença na vida dos Municípios brasileiros, seja no Nordeste, na Região Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul do País. É comum andar pelo Paraná e ver os prefeitos dizendo: “Vou receber uma patrola nova. A minha tem 40 anos, a minha tem 35 anos”. Eu vi um caso em que a patrola tinha 47 anos. O Prefeito dizia que ficava mais tempo na oficina do que trabalhando. E o custo da manutenção inviabiliza, mas o Município não tem condições de investir numa patrola nova, porque uma patrola, uma motoniveladora custa, em média, meio milhão de reais. É esse, mais ou menos, o investimento. O Município que tem uma receita mensal próxima disso, esses pequenos Municípios que vivem do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios, de 0.6, que é para o menor Município, com transferências em torno de R\$500 mil por mês, não têm capacidade de investimento e jamais conseguem comprar. E agora o Governo Federal está dando patrola nova para os

Municípios. Todos os Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes vão receber patrolas.

Na última sexta-feira, a Presidente Dilma entregou as chaves para 103 prefeitos. Entregou também 44 retroescavadeiras que servem para fazer atividades, ações, diretamente ao produtor rural, seja para fazer represas, áreas de canalização de rios, de córregos, para consertar o Município. Entregou também 32 caminhões caçambas traçados e trucados. Foram ao todo 154 Municípios paranaenses beneficiados naquele dia. Receberam da mão da Presidente Dilma, inclusive tiveram a oportunidade de cumprimentá-la, de tirar uma foto, de cochichar no ouvido da Presidente Dilma as necessidades dos seus Municípios – as mais básicas, não tenho dúvida –, porque são os prefeitos a caixa de ressonância do que a população está sentindo, está necessitando. Ter a oportunidade de dizer diretamente à Presidente da República é algo inédito no Paraná. E não é diferente no Brasil.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Eu tenho vindo muito à tribuna do Senado defender a autonomia dos Municípios no que diz respeito à arrecadação, sabendo que isso está um pouco longe.

Gostaríamos muito que os recursos dos *royalties* estivessem chegando já aos Municípios, mas os contratos antigos estão suspensos por uma liminar do Supremo. Já se fala que, por exemplo, o Paraná, no meu Estado, aproxima-se de R\$70 milhões os prejuízos causados por essa liminar aos Municípios paranaenses. Isso acarreta a falta de dinheiro na outra ponta, na saúde, na educação e temos um comprometimento muito grande com os Municípios para darmos a eles autonomia financeira. Sabemos das dificuldades que têm os Municípios brasileiros, que têm a carga da responsabilidade de cuidar da educação e cuidar da saúde.

Constitucionalmente é obrigado o Município a investir 15% do seu Orçamento em saúde. Conheço alguns que gastam mais de 30%, 35%, porque acabam arcando sozinhos, porque a União não consegue fazer mais do que deveria, os Estados também não fazem e não é diferente no meu Estado, o Estado do Paraná. A maior parte dos recursos dos Estados é para investimentos e não é só de investimento na construção e reforma de uma unidade básica de saúde ou no equipamento que vive o Município. Há a manutenção da saúde, o médico, o enfermeiro, a estrutura de remédios, logística, locomoção de pacientes a todo momento e isso é muito caro, nós sabemos disso. Aplaudo aqui o Programa Mais Médicos, que já está fazendo a diferença no meu Estado, o Estado do Paraná.

A Presidente Dilma, juntamente com a Ministra Gleisi Hoffmann, que é a Chefe da Casa Civil, que é titular deste mandato, a qual estou substituindo aqui

no Senado, fez também anúncios importantes para a infraestrutura do meu Estado.

Temos lá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma rodovia que há décadas, há 60, 70 anos, é uma luta da sociedade paranaense para vê-la acabada, uma rodovia federal, uma BR, conhecida carinhosamente no meu Estado por Boiadeira, do tempo em que o Paraná era ainda o maior produtor de carne bovina, tinha o maior rebanho do Brasil, principalmente na região noroeste, na região de Umuarama. Essa rodovia liga Campo Mourão a Umuarama. Um trecho foi inaugurado com a presença da Presidente Dilma, um trecho de 19Km entre Tuneiras do Oeste e Cruzeiro do Oeste e entre Tuneiras do Oeste até Campo Mourão, quase chegando a Campo Mourão, na comunidade, no distrito de Nova Brasília, foi dada a ordem de serviço para pavimentação de mais 20Km, investimento de R\$64 milhões.

Aí fecha esse trecho, Umuarama até Campo Mourão, fazendo com que ligue duas regiões do Paraná, a região mais central e a região mais noroeste inclusive Umuarama com ligação com Mato Grosso e também, por que não, com São Paulo, saindo mais à direita. Vai se transformar, não tenho dúvida, num grande corredor para o escoamento da safra brasileira e paranaense, barateando inclusive, Sr. Presidente, o custo do transporte que é um dos que mais impacta na questão do custo Brasil ou no custo da produção.

Só para termos um dado e exemplificarmos isso: um produtor rural do Mato Grosso... Estamos vendo lá colocando a sua safra de milho ao ar livre, porque os silos não dão conta –, veio agora o programa que é da armazenagem, vem em boa hora, mas também vem tarde. Vamos falar, daqui para frente, mas veio. No entanto, ainda não deu tempo de fazer os armazéns, estão começando a ser contratados agora e, no Mato Grosso, estão ao Sol e à Lua as montanhas de milhos.

Quanto que vale uma saca de milho no Mato Grosso para o produtor vender? Em torno de R\$10, R\$12. No Paraná, você vai ver, está mais ou menos em torno de R\$23, R\$24. Essa diferença, ou seja, do dobro do preço é o custo do frete. Simplesmente o custo do frete. Lógico, depende da região do Paraná. Vamos pegar uma região como Ponta Grossa, por exemplo, que já é uma região que está próxima ao porto, cerca de 200km do porto, o Porto de Paranaguá.

Então, é o impacto que tem a logística. O custo da produção no Mato Grosso é mais alto do que no Paraná, porque o fertilizante que entra pelo Porto de Paranaguá precisa passar por todas essas rodovias ineficientes e chegar para o produtor do Mato Grosso usar e voltar pelo mesmo caminho.

Essa rodovia, a BR-487, vai interligar duas regiões do Paraná e também ligar o Paraná ao Mato Grosso do Sul e ao Mato Grosso. Além disso, a Presidente Dilma deu a ordem de serviço para construir um trecho de 110km, quase 111km na BR-158. Essa BR, que vai ligar Campo Mourão à região central do Paraná, vai chegar a Palmital, passando por Roncador e, depois, ligar-se a uma BR já existente, que vai ser otimizada na sequência, passando por Marquinho e chegando a Laranjeiras do Sul, que cai no corredor que vai para Paranaguá e para Foz do Iguaçu. É uma alternativa, inclusive, Sr. Presidente, senhoras e senhores, para fugirmos dos pedágios. Eu tenho dito, com muita tranquilidade, que os pedágios do Paraná são os mais caros do mundo, levando em consideração a distância entre praças de pedágio.

Está aqui nos acompanhando no plenário Mário Stamm, que foi Secretário dos Transportes do Paraná – ele sabe muito bem disso – e também o Raton, que é professor da Universidade Federal do Paraná. São dois especialistas em logística e sabem muito bem do que estou dizendo, o pedágio do Paraná é um dos mais caros do mundo. Por quê, Mário? Por quê, Raton? Por causa da distância entre praças, o custo da tarifa e da ineficiência da rodovia, porque é pista simples. Essa BR vai dar uma alternativa. São 100km cortando o Paraná por inteiro. Esses cem quilômetros vão dar essa alternativa e não vai haver pedágio, pois é construída com o dinheiro do Tesouro. Serão investidos R\$280 milhões em ordem de serviço, dada pela Presidente Dilma, em Campo Mourão, na última sexta-feira.

Quando se anunciou no ano passado, 2012, o Plano Rodoviário brasileiro, houve no Paraná altas críticas a ele. Diziam que o Paraná tinha ficado fora do Plano Rodoviário, quando, na verdade, o Paraná ficou fora das concessões, porque não se aguenta mais o pedágio num Estado como o Paraná. O famoso Anel da Integração não existe; foram rodovias já existentes que foram estadualizadas ou concessionadas ao Estado, que foram privatizadas, engessando o Estado no seu custo de produção. Agora estamos criando alternativas.

Então, eu vim à tribuna, Sr. Presidente, para enaltecer a postura do Governo Federal, da Presidente Dilma, que tem investido muito em logística. Já disse à Presidente... Inclusive tive a oportunidade de ir com ela na sexta-feira de manhã e conversar com ela, demoradamente, durante o vôo de Brasília até Maringá e depois até Campo Mourão. Eu disse à Presidente: o que nós estamos fazendo, o que o Governo Federal está fazendo em infraestrutura e logística no Brasil, vai transformar a realidade deste País, mas falta velocidade. Os entraves burocráticos de autorizações, de licenças, de licitações, acabam trazendo um prejuízo

muito grande ao Paraná e ao Brasil. Nós precisamos dar celeridade a isso. Não aguentamos mais esse custo todo.

Nós vimos, no começo do ano, acho que em abril ou março, uma revista de circulação nacional fez um estudo comparando Estados Unidos, Argentina, Brasil, numa mesma distância, mostrou que o Brasil perdeu em 2012, Senador Magno Malta, R\$180 bilhões, só no escoamento da safra e no déficit de armazenagem. Dá para construir muita rodovia, R\$180 bilhões. Olha aqui, com R\$280 milhões, estamos construindo 110km no Paraná. Imagina com R\$180 bilhões, quantos mil quilômetros não podemos construir ou ferrovias, como aquelas que vamos fazer no Paraná. Até o Porto do Paranaguá, uma nova ferrovia, dando a otimização necessária, para que nós possamos escoar a nossa produção.

É eu digo que a ferrovia é uma terceira pista nas rodovias, não temos dúvida disso. Uma terceira pista, porque vamos desafogar a carga de caminhões que temos nas rodovias. Inclusive, vamos dar mais segurança às rodovias e vamos transportar muito mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mais cinco minutos para V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Temos mais cinco, Sr. Presidente? Estamos terminando, Sr. Presidente. Queremos ir embora, não é, 8h40? Temos compromisso ainda. Eu vou jantar com um grupo de amigos, alguns estão aqui para fazer uma reunião comigo. Vamos até umas 10 horas da noite, pelo menos. Mas estou concluindo, Sr. Presidente.

Eu queria, para finalizar, parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pelo que tem feito em favor da logística nacional, inclusive na abertura dos portos. Eu sei das dificuldades que temos. Acabo de sair de uma reunião com uma Bancada do Estado do Paraná, com o Superintendente do Porto de Paranaguá, o Dr. Dividino, e também o Secretário de Infraestrutura do Paraná, o José Richa Filho, em que debatemos este plano de licitações, que foi apresentado recentemente numa audiência da Secretaria dos Portos lá no Paraná, e o governo do Estado, a Superintendência dos Portos e muitos da sociedade têm divergências. Por isso da reunião hoje com a Bancada e, na quinta-feira, uma reunião com a Ministra Gleisi, quando vamos tratar tecnicamente deste assunto, porque o Porto de Paranaguá é a porta de entrada e de saída. Nós temos que otimizar sim o Porto de Paranaguá, porque, sem ele, não adianta a gente resolver o problema da rodovia, o problema da ferrovia e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer imensamente...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... a boa vontade e a atenção da Presidente Dilma ao Estado do Paraná e da Ministra Gleisi, porque têm feito a diferença no meu Estado.

Muito obrigado e boa noite a todos.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. João Vicente Claudino, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Paraná merece toda a nossa atenção, Senador Sérgio Souza.

Vamos conceder a palavra ao último orador inscrito, Senador João Vicente Claudino, do PTB do nosso vizinho – Chico Lopes, Deputado Chico Lopes, presente aqui, na nossa sessão –, do nosso vizinho, o Estado do Piauí.

A palavra está com V. Ex^a.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, quero abraçar aqui, também, o Deputado Chico Lopes, piauiense, emprestado ao Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – De Teresina.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, na sexta-feira, estivemos no sul do Estado do Piauí. Já havia um tempo que não visitávamos a cidade de Corrente, no extremo sul do Estado do Piauí.

Lá fomos a um evento de filiação do Diplomata piauiense Marcus Paranaguá. Foi um evento bastante prestigiado, em que o Diplomata Marcus Paranaguá se filiou ao PTB. Isso engrandece o nosso Partido no Estado do Piauí, pela sua postura, pela sua conduta, pela sua vida de trabalho dedicado ao Brasil, aqui no Itamaraty, mas também com sua visão de Piauí.

Esse evento registrou a presença de inúmeras lideranças do extremo sul do Estado: o Prefeito de Corrente, Jesualdo Cavalcanti; o Prefeito de Cristalândia, Neemias; o Prefeito de Sebastião Barros, Nivaldo; o Vice-Prefeito de Avelino Lopes, Dr. Charles; dos vereadores dessas cidades, destacando-se o Presidente da Câmara de Corrente, o Vereador Riva.

Lá estivemos colhendo um depoimento que acompanhávamos já pela imprensa do Piauí, que destacava, com muita tristeza, que a nossa maior lagoa do Piauí, a Lagoa de Parnaguá, havia sido reduzida a pratica-

mente 10%, como coloca o jornal *O Dia*: “Seca reduz em 90% a água da maior lagoa do Piauí.”

É uma lagoa emblemática na história do Estado. Um fato como esse fere a alma do povo piauiense – essa seca que castiga todas as regiões do Estado de uma maneira dura, indistintamente, desde o Cerrado ao Semiárido, ao extremo sul do Estado, à região norte também do Piauí.

E não poderíamos, nos relatos que encontramos de pessoas, de políticos, de trabalhadores, de representantes da classe de agricultores, da tristeza pelo fato que ocorre. Lá, o Prof. Alcide Filho, que foi meu professor de biologia ainda no tempo do científico, um biólogo, cobria a situação da Lagoa de Parnaguá, onde ele também apresenta um programa na TV Meio Norte sobre o potencial do Estado do Piauí e a questão ambiental. Ele, um ambientalista moderno, que casa a sustentabilidade e a produção do Estado, cobria *in loco* o efeito devastador da seca na Lagoa de Parnaguá. Ele colaborou para que aqui, hoje, nós pudéssemos registrar esse fato.

A Lagoa de Parnaguá, que também é nome do Município do extremo sul do Piauí, fica a 850km de distância da capital, Teresina. A lagoa é a maior do Estado, com 12km de comprimento por 6km de largura. A lagoa é de uma beleza indescritível. Além de ponto turístico, foi a sustentação econômica para a agricultura familiar, para a pesca e para o próprio abastecimento de água da cidade de Parnaguá.

A Lagoa de Parnaguá tem como principal alimentador o Rio Paraim, que também está sofrendo com a seca no Estado do Piauí. A Lagoa de Parnaguá tem capacidade de aproximadamente 70 milhões de metros cúbicos. A lagoa é também a quinta maior lagoa do Brasil. O tempo do verbo no passado expressaria melhor a árida realidade no presente. A estiagem, o desmatamento e o assoreamento do Rio Paraim estão secando a Lagoa de Parnaguá, hoje com apenas 10% da sua capacidade.

Assim, a cidade de Parnaguá está há mais de um mês sem água na sua zona urbana. A captação, antes feita diretamente da lagoa, parou, porque a margem recuou mais de 3.000 metros, 3km. Para se abastecer, a população está cavando manualmente poços, cacimbões no leito seco da margem da Lagoa de Parnaguá, com perigo de queda de barreira. Esses poços acumulam graves ameaças à saúde pública. Por serem rasos, com até 3m de profundidade, estão contaminados. São visíveis as presenças de sapos e rãs que, atraídos pela umidade e para fugirem do calor, se abrigam no interior dos cacimbões.

A Lagoa de Parnaguá é também inspiração para uma das mais incríveis lendas do Piauí, a lenda de Miridan, Senador Inácio Arruda.

Miridan tem uma curiosa analogia com a história bíblica de Moisés. Moisés é uma palavra derivada do egípcio *mes* ou *mesu*, que significa filho, criança ou menino. Moisés é personagem bíblico resgatado das águas do Nilo. Foi secretamente adotado por uma filha do faraó. Cresceu e foi educado na família real, mas rejeitou quando adulto ter um nome de divindade pagã; e decidiu seguir os desígnios divinos para libertar seu povo.

Miridan, da Lagoa de Parnaguá, também teve o seu moisés.

Ela era a mais bela jovem da tribo dos Acaroás, habitante das margens do Rio Paraim, no Sul do Piauí. Escolhida dos deuses, foi proibida de conceber filhos humanos, mas desrespeitou essa sentença por uma paixão. Quando o seu bebê nasceu, foi colocado em um tacho de madeira e lançado nas águas do Rio Paraim. Revoltado, Deus Tupã lançou um raio que abriu uma fenda na terra, jorrando muita água. Assim nasceu a grande Lagoa de Parnaguá, diz a história, que dá nome ao Município.

O filho de Miridan chamava-se Membira. Vive no fundo da lagoa, protegido pelas laras. A exemplo de Moisés, que anunciou os 10 mandamentos cristãos, o filho de Miridan aguarda a sua vez de anunciar um segredo tenebroso: o dia em que a lagoa vai começar a secar. Será que Membira está anunciando isso hoje? O destino pode ser mudado com atitudes do presente, mas certamente a falta de planejamento, agressões ambientais e as mudanças climáticas estão colocando para que a Lagoa de Parnaguá, no extremo sul do Piauí, se torne uma lagoa seca e sem vida.

Lagoas, assim como as pessoas, têm uma vida que nasce, amadurece, envelhece e morre. Entre as doenças mais letais para uma lagoa, o assoreamento é a mais implacável, mas não é incurável. Podemos, devemos, e o povo do Piauí merece o renascer da Lagoa de Parnaguá.

Temos urgências. A sede não espera. Enquanto o renascimento e a recuperação da lagoa só poderá vir através de propostas técnicas que demandam tempo e projetos, o povo do extremo sul do Piauí, nascido e criado nas margens da Lagoa de Parnaguá, um dos mais antigos Municípios do Estado, vindo desde os idos de 1762, não pode esperar. Temos de concentrar soluções imediatas com poços profundos e qualidade de água mais segura, que abasteça o povo de Parnaguá e vizinhanças, livrando-os dessa securra.

O extremo sul do Piauí, chamado pelos primeiros desbravadores de sertões de dentro, clama por

soluções duradouras contra as secas anunciadas. A exemplo do capitão Tibúcio José de Borges, que, a sua custa, patrioticamente, comandou a marcha de 148 cavaleiros de Parnaguá para ajudar a dobrar o cangote do Major Fedié, o comandante das armas portuguesas apontadas para o povo brasileiro.

Temos que nos unir na marcha de libertação dessa dolorosa e injusta estação da seca e da sede que castiga o Piauí. Não podemos continuar a ouvir o povo de Parnaguá e do extremo sul dizer que as águas de sua lagoa só existem agora em suas memórias. Salvemos a Lagoa de Parnaguá. Apontemos soluções urgentes para aqueles que passam sede, a pior das privações do corpo e da alma. Respondamos com atitudes e soluções a um povo que tendo vivido no que antes era um mar de água doce, agora padece em um leito seco de terra rachada.

E ao lado, Presidente Inácio Arruda, esse quadro mostra a vizinha cidade de Avelino Lopes, que tem uma lagoa que abastece a cidade de água, e que já secou há um bom tempo. Nós mesmos, em uma emenda indicativa de bancada para este ano de 2013, por um projeto feito pela Secretaria de Meio Ambiente, que tem como secretário um homem competente, indicado pelo PCdoB, o Secretário Dalton Macambira, nos trouxe um projeto para que nós...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Grande quadro.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Grande quadro do PCdoB no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Piauiense trabalhando pelo Estado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – E ele nos entregou um projeto de uma adutora da barragem de Algodões II para puxarmos ramais e levarmos água a Júlio Borges, a Avelino Lopes e Curimatá. Nós colocamos no orçamento R\$25 milhões, mas o Estado ainda não conseguiu viabilizar esses recursos para que pudesse atender a essas regiões.

A seca persiste nos cerrados, diminuindo a produtividade nas cadeias produtivas do caju, onde o Piauí é o maior produtor e afeta diretamente a economia do caju. A cadeia produtiva do mel, no Estado do Piauí, foi praticamente dizimada; as colméias do Piauí, na sua grande maioria, expressa maioria, foram transferidas para o Estado do Maranhão.

A pecuária e a ovinocaprinocultura também sofreram perdas consideráveis. A seca, que seca reservatórios, atrapalha, inclusive, a construção, os investimentos em infraestrutura. Aqui mesmo o jornal *Diário*

do Povo, ainda do mês de setembro, disse: “Falta água para as obras do Minha Casa, Minha Vida.” Quer dizer, é o grande sonho do brasileiro. O Presidente Lula e a Presidente Dilma construíram esse programa para diminuir o déficit habitacional, mas ele fica comprometido em determinadas regiões do Estado porque não há água suficiente para que o Minha Casa, Minha Vida avance de uma maneira mais rápida para atender o grande sonho da população de ter uma moradia. Era isso o que nós queríamos registrar.

Queríamos também, Presidente Inácio Arruda, fazer ainda mais dois registros. Há 60 dias, Deputado Chico Lopes, o Ministro da Agricultura esteve no Piauí. Foi feita no Palácio Karnak uma solenidade festiva porque o Piauí conseguiu se tornar área livre da aftosa. Foi uma luta. Começou lá atrás, com o Governador Wellington Dias. E passaram-se aí quase oito anos para que o Piauí atingisse esse grau, mas ainda não conseguimos liberar as fronteiras para o rebanho do Piauí transitar para outros Estados. Por conta da burocracia pública, não sei se por conta da má vontade, o rebanho piauiense ainda está impossibilitado, mesmo tendo reconhecido esse grau de área livre de aftosa, de circular pelos Estados vizinhos ao Estado do Piauí.

Aqui queremos fazer um apelo ao Ministério da Agricultura, principalmente à área que cuida da defesa animal, para que efetive realmente o Piauí como área livre da aftosa, liberando as fronteiras.

Por último, hoje saiu o resultado do concurso de redação do projeto Jovem Senador. Queremos aqui parabenizar a estudante Isamara Cardoso de Brito que escreveu a redação *Autores de uma mesma voz*. Trata-se de uma aluna da escola Agostinho Brandão, de Cocal do Alves, no norte do Estado do Piauí, do ensino médio. É uma escola bastante premiada em concursos nacionais, uma fábrica de talentos, com professores, com mestres comprometidos com a educação. É uma referência. Inclusive, há 20 dias, o Ministro Augusto Nardes, do TCU, fez questão de ir a Cocal dos Alves e conhecer esse trabalho. E viu uma ilha de excelência na região norte do Estado do Piauí.

Eu quero parabenizar a Isamara Cardoso de Brito, como também todos os alunos piauienses que concorreram nesse concurso. Mas um só deve ser escolhido por Estado.

Essa cerimônia de premiação se dará aqui, no Senado, dia 18 de novembro, e a Isamara estará sendo premiada, recebendo prêmios e condecorações pelo seu trabalho.

Era o que eu tinha a registrar nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quero cumprimentá-lo e também dar os parabéns à comunidade de Cocal dos Alves

pelo trabalho que vem sendo desenvolvido naquela região, pelo esforço, que é o esforço que eu quero compartilhar como sendo o esforço nordestino – de mostrar a capacidade, a inteligência. Não é apenas a resistência à situação inóspita de determinadas regiões do Nordeste; é sua capacidade e sua inteligência que eu quero cumprimentar, exatamente na pessoa do nosso Senador João Vicente. Um grande abraço e muito obrigado pelas palavras que V. Ex^a ofereceu ao povo do nosso País nesse instante.

Quero também registrar que foi aberto hoje em Brasília o 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, da Associação Nacional de Transportes Públicos. É uma instituição respeitada por todos nós que acompanhamos a discussão sobre mobilidade urbana no Brasil, transporte rodoviário, de ônibus, metroviários, transporte de trem. Todo transporte público do nosso País está sendo debatido, discutido. Vai ser uma semana inteira, praticamente, de debate – vai até sexta-feira. E tenho certeza de que os Srs. Senadores e Deputados que tiverem a oportunidade de visitar aquela conferência vão conhecer uma série de experiências muito boas que estão acontecendo no Brasil e que nós devemos acolher, também, como propostas para o Congresso Nacional trabalhar em termos de legislação.

Quero também registrar que está comigo o Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará. Esteve aqui também, há pouco, o Deputado João Ananias, também do PCdoB. E os dois nos trazem uma grande notícia. Nós aprovamos aqui no Congresso Nacional a medida provisória que trata da questão do programa Mais Médicos para o Brasil inteiro. Essa medida provisória foi alvo de uma grande disputa que envolveu os profissionais da área de saúde, especialmente os médicos brasileiros, que são profissionais dos mais respeitáveis do nosso País. E os dois anunciam aqui que hoje, durante o dia inteiro, foi trabalhado um acordo em uma reunião que envolveu a Federação Nacional dos Médicos, que envolveu a Associação Médica Brasileira, que envolveu o Conselho Federal de Medicina, e os conselhos regionais, que evidentemente participaram desse debate. E trataram de buscar um acordo que inclui na medida provisória algo que nós discutimos aqui intensamente, que é exatamente a carreira dos médicos brasileiros, que vai ser incluída exatamente na medida provisória. Eu considero isso uma grande conquista.

Era um debate de uma outra proposta de lei que está tramitando no Senado Federal, que está sendo debatida no Senado Federal, que agora se transforma em uma parte da medida provisória, mostrando que, com diálogo, com debate, com discussão, nós conseguimos modificar a medida provisória, melhorando o seu

texto e fazendo com que os médicos brasileiros sejam recepcionados corretamente na medida provisória, que busca resolver um problema grave do nosso País, que é a presença de médicos em algumas regiões em que não havia nenhum profissional dessa área.

Então, quero cumprimentar os Deputados pelo acordo realizado na Câmara dos Deputados, a despeito de estar havendo obstrução na votação, mas é um acordo. E isso vai permitir que a gente vote com mais facilidade e possa continuar o diálogo com todas as categorias da área de saúde, que são muito importantes para o nosso País.

Então, meus cumprimentos ao Deputado Chico Lopes e também ao Deputado João Ananias, que estiveram aqui conosco durante os trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.189, DE 2013

Requer nos termos do art. 255, II, c, 12 do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2012 que **altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permutar a ordem das fases do julgamento nos processos de licitação**, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93).

Sala das Sessões, – Senador **Francisco Dornelles**.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro muito especial em homenagem aos Técnicos Industriais pelo transcurso do seu dia, ocorrido no último dia 23 de setembro.

Foi no dia 23 de setembro, de 1909, que o então Presidente Nilo Peçanha criou 19 escolas de aprendizes e artífices.

Essas escolas foram o embrião das escolas técnicas federais de nível médio e, mais recentemente, dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET e dos atuais IFET – Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

É importante ressaltar o trabalho desenvolvido pela Federação Nacional dos Técnicos Industriais – FENTEC, presidida pelo Dr. Wilson Wanderlei Vieira, incansável batalhador pela causa dos técnicos brasileiros. Ao longo dos anos, a entidade não vem poupando esforços em favor da difusão e da modernização do ensino técnico. Saúdo, igualmente, os integrantes da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil, especialmente o Dr. Carlos Coelho e a Organização Internacional de Técnicos, presidida pelo Dr. Ricardo Nerbas.

Sr. Presidente, em Rondônia, meu estado, tenho permanentemente trabalhado por recursos para implantação das escolas técnicas. Nesse sentido, apresentei diversos projetos solicitando a criação de escolas Técnicas em Porto Velho, Guajará Mirim, Ji Paraná, Caçoai, Vilhena, Ariquemes, Buritis, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e Machadinho do Oeste.

Felizmente, o Governo Federal elegeu como uma de suas prioridades o incentivo à profissionalização. Estas iniciativas foram decisivas para o crescimento e a valorização do Profissional de Nível Técnico em nosso País.

Semana passada, foi realizado o XII Congresso de Sindicalismo Global – CONSIG, em Lisboa/Portugal. O evento foi um sucesso e proporcionou a oportunidade de debater temas importantes para relacionados ao setor.

Fica, portanto, a minha homenagem a todos esses profissionais, que são indispensáveis para o desenvolvimento do nosso país.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando aos Srs. e às Sras Senadoras que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.095, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

A matéria tem parecer favorável da CCJ, e depende de parecer da CAE, CDR e CRA.

2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.133, de 2013 – Art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, naquela Casa), do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 1.057, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável ao Substitutivo da Câmara, com as adequações redacionais.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 59, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.160, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59 de 2013, do Senador Ricardo Ferraço que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalamento de dívidas de que o Brasil seja credor. Depende de pareceres da CCJ e da Comissão Diretora.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.161, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais. A matéria tem parecer da CCJ.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Val-

ter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Ama-*

zônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 2009
(Calendário Especial –
Requerimento nº 875, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que *acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.*

Parecer nº 358, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 -CCJ, de redação, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 35, DE 2011**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.* Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial –
Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucio-*

nais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012) (Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

14

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 126, DE 2008

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008 (nº 3.772/2008, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.* Pareceres sob nºs 1.089 e 1.090, de 2013, das Comissões:

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, com adequação redacional na Ementa; de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Randolfe Rodrigues, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, nos termos decisão adotada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 22, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2009 (nº 7.162/2002, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que *dispõe sobre a denominação do novo Prédio da Administração da Faculdade de Direito, no Campus da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 780, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.* Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativa-*

mente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Armando Monteiro.

18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2013 (nº 808/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979*. Parecer favorável, sob nº 1.086, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jorge Viana.

19

**REQUERIMENTO
Nº 733, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 733, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2012, seja analisado pela Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (fixa os parâmetros da responsabilidade do tomador de serviços)*.

20

**REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais)*.

21

**REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de*

Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

22

**REQUERIMENTO
Nº 902, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 902, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005; com o de nº 565, de 2007 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 641, de 2007), por regularem matéria correlata (empréstimos consignados)*.

23

**REQUERIMENTO
Nº 908, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava)*.

24

**REQUERIMENTO
Nº 909, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava)*.

25

**REQUERIMENTO
Nº 921, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 710, de 2011; e 287, de 2013, por regularem matéria correlata (greve no serviço público)*.

26**REQUERIMENTO
Nº 925, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2013, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009, de sua autoria.*

27**REQUERIMENTO
Nº 934, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 934, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cobertura de planos de saúde).*

28**REQUERIMENTO
Nº 937, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf> Informações: Subsecretaria de Informações – 3303-3325/3572/7279

29**REQUERIMENTO
Nº 952, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 952, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (compadecimento do Presidente do BNDES à CAE).*

30**REQUERIMENTO
Nº 973, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 973, de 2013, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,*

também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulação de operações de seguros).

31**REQUERIMENTO
Nº 1.017, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamentação do exercício da acupuntura).*

32**REQUERIMENTO
Nº 1.018, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

33**REQUERIMENTO
Nº 1.019, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.019, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (abono para benefício de prestação continuada).*

34**REQUERIMENTO
Nº 1.020, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.020, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

35

**REQUERIMENTO
Nº 1.043, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.043, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (proibição do uso de cigarros em parques infantis e áreas de prática esportiva).*

36

**REQUERIMENTO
Nº 1.049, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.049, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenção do pagamento de direitos autorais em serviços de hospedagem).

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 1 minuto.)

**Ata da 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 7 de agosto de 2013.**

Às onze horas e trinta minutos do dia sete de agosto de dois mil e treze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Além do senhor Presidente do Senado, assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores e Senadoras: Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Flexa Ribeiro, Primeiro-Secretário; Angela Portela, Segunda-Secretária; Ciro Nogueira, Terceiro-Secretário; João Vicente Claudino, Quarto-Secretário; e João Durval, Terceiro Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. A seguir, inicia-se a apreciação da pauta, que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Senadores membros da Mesa, a qual é parte integrante desta Ata.

11ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 07 de agosto de 2013.

PAUTA

1. ABERTURA

2. REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

2.1. Relator: Senador **Jorge Viana**

2.1.1. Requerimento nº 825, de 2013

Autoria: Senador Ricardo Ferraço – ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações sobre acordos de cooperação celebrados entre o Brasil e outros países nas áreas de inteligência, contrainteligência, combate ao terrorismo, narcotráfico, e outros crimes transnacionais.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2. Relator: Senador **Ciro Nogueira**

2.2.1.1. Requerimento nº 595, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: informações sobre o valor de restos a pagar do orçamento federal nos últimos cinco anos.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2. Requerimentos (39) de informações sobre trabalhadores terceirizados e concursos públicos.

2.2.2.1. Requerimento nº 654, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.2. Requerimento nº 655, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado das Comunicações.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.3. Requerimento nº 656, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado do Esporte.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.4. Requerimento nº 657, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado do Meio Ambiente.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.5. Requerimento nº 658, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.6. Requerimento nº 659, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.7. Requerimento nº 660, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado do Turismo.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.8. Requerimento nº 661, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado dos Transportes.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.9. Requerimento nº 662, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.10. Requerimento nº 663, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.11. Requerimento nº 664, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.12. Requerimento nº 665, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.13. Requerimento nº 666, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.14. Requerimento nº 667, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.15. Requerimento nº 668, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves -- ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.16. Requerimento nº 669, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.17. Requerimento nº 670, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado da Cultura.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.18. Requerimento nº 671, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.19. Requerimento nº 672, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.20. Requerimento nº 673, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.21. Requerimento nº 674, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Presidente do Banco Central do Brasil.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.22. Requerimento nº 675, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.23. Requerimento nº 676, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.24. Requerimento nº 677, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Defesa.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.25. Requerimento nº 678, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.26. Requerimento nº 679, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.27. Requerimento nº 680, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.28. Requerimento nº 681, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.29. Requerimento nº 682, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.30. Requerimento nº 683, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.31. Requerimento nº 684, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.32. Requerimento nº 685, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado das Cidades.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.33. Requerimento nº 686, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Saúde.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.34. Requerimento nº 687, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Previdência Social.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.35. Requerimento nº 688, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretária-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.36. Requerimento nº 689, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Justiça.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretária-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.37. Requerimento nº 690, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Integração Nacional.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretária-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.38. Requerimento nº 691, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2.39. Requerimento nº 692, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – ao Ministro de Estado da Educação.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

3. PROJETOS DE RESOLUÇÃO

3.1 Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

(Relator: Ciro Nogueira)

Assunto: Altera a Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995, para disciplinar o funcionamento da Procuradoria Parlamentar.

(Observação: Relatório favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ)

Observação: Parecer favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ, aprovado na Constituição, Justiça e Cidadania (relator: Senador Antonio Carlos Valadares).

Quadro comparativo do Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013

Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995	Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ
	Altera a Resolução do Senado Federal	

Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995	Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013	Emenda nº 1 - CCJ
	nº 40, de 1995, para disciplinar o funcionamento da Procuradoria Parlamentar.	
	O SENADO FEDERAL resolve:	
	Art. 1º A Resolução do Senado Federal nº 40, de 23 de agosto de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
<p>Art. 1º A Mesa Diretora disporá do apoio da Procuradoria Parlamentar, cuja finalidade é a de promover, em colaboração com ela e por sua determinação, a defesa perante a sociedade, do Senado, de suas funções institucionais e de seus órgãos e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem em razão do exercício do mandato.</p> <p>.....</p>	<p>“Art. 1º</p> <p>.....</p>	
<p>§ 4º Quando se tratar de Senador, a Procuradoria, conforme o caso, encaminhará o assunto à Corregedoria para as providências cabíveis.</p>		
	<p>§ 5º O Presidente do Senado designará, dentre os membros da Procuradoria Parlamentar, um Coordenador com mandato de dois anos.</p>	
	<p>§ 6º Caberá ao Coordenador da Procuradoria Parlamentar:</p>	
	<p>I – ordenar e dirigir os trabalhos da Procuradoria Parlamentar;</p>	
	<p>II – distribuir as matérias entre os membros;</p>	
	<p>III – convocar as reuniões do órgão.</p>	
	<p>§ 7º Para a promoção de ampla publicidade reparadora de matéria</p>	<p>EMENDA Nº 1- CCJ</p>

Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995	Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ
	ofensiva ao Senado ou a seus integrantes, prevista no inciso I do § 3º, a Procuradoria Parlamentar poderá determinar a aquisição de espaço publicitário em órgão de comunicação social.	(ao PRS 22, de 2013) Suprimam-se os §§ 7º e 8º do art. 1º e, por consequência, o parágrafo único do art. 2º do PRS 22, de 2013.
	§ 8º Para a consecução do previsto no § 7º, a Procuradoria Parlamentar contará com o apoio da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.” (NR)	
Art. 2º Ato da Comissão Diretora do Senado adotará as providências necessárias à instalação da Procuradoria Parlamentar e à sua dotação, com apoio funcional e recursos materiais.	“Art. 2º	
	Parágrafo único. O orçamento do Senado Federal deverá prever recursos para que a Procuradoria Parlamentar possa promover as providências previstas no § 7º do art. 1º.” (NR)	EMENDA Nº 1 – CCJ (ao PRS 22, de 2013) Suprimam-se os §§ 7º e 8º do art. 1º e, por consequência, o parágrafo único do art. 2º do PRS 22, de 2013.
	Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.	

Resultado: APROVADO PARECER FAVORÁVEL COM A EMENDA Nº 1 - CCJ. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

5 REQUERIMENTO DE DESAPENSAMENTO

5.1 Requerimento nº 845, de 2013.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Assunto:(altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios).

Solicita o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2005; 17, de 2007; 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009; 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2011 (autor: Senador Clésio de Andrade e outros): altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2005 (autor: Senador Pedro Simon e outros): altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal (altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões).

- Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2007 (autor: Senador Francisco Dornelles e outros): dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2009 (autor: Senador José Agripino e outros): altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos

impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2009 (autor: Senador Flexa Ribeiro e outros): altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2009 (autor: Senador César Borges e outros): altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional de Defesa Civil.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2009 (autor: Senador Alvaro Dias e outros): altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2009 (autor: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros): altera a redação das alíneas a, b e c, do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para modificar o percentual de repasse da arrecadação de impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011 (autor: Senador Aécio Neves e outros): acrescenta o art. 159-A à

Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2011 (autor: Senador Acir Gurgacz e outros): altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2012 (autor: Senador Benedito de Lira e outros): acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Observação: Se aprovado o Requerimento de desapensamento, a Proposta de Emenda à Constituição nº 33 de 2011 passará a ter tramitação autônoma. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Resultado: APROVADO.

5. REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA

Tramitação Conjunta

5.1 Requerimento nº 839, de 2013

Autoria: Senador Zeze Perrella

Assunto: (Dispõe sobre a modificação do rito de apreciação dos vetos presidenciais) - Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 96, de 2011; 1, 4, 11, 13 e 30, de 2013, por tratarem de assuntos correlatos.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2011 (autores: Senador Zeze Perrella e outros Srs. Senadores): altera os §§ 4º e 6º do Art. 66 da Constituição da República para modificar o rito de apreciação de vetos presidenciais.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2013 (autores: Senador Sérgio Souza e outros Srs. Senadores): altera os artigos 57 e 66 da Constituição Federal, e insere novo artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dar nova disciplina à apreciação de vetos pelo Congresso Nacional.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2013 (autores: Senador Ruben Figueiró e outros Srs. Senadores): altera o art. 66 da Constituição para determinar o sobrestamento do exame de proposições pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, no caso de mora legislativa no exame de vetos presidenciais.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2013 (autores: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Srs. Senadores): altera os arts. 57 e 66 da Constituição Federal para estabelecer o termo inicial de contagem do prazo para apreciação dos vetos

presidenciais pelo Congresso Nacional e dá outras providências.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2013 (autores: Senadora Vanessa Grazziotin e outros Srs. Senadores): altera os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal para aumentar o prazo congressional destinado à apreciação do veto executivo, e dá outras providências.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2013 (autores: Senador Paulo Bauer): altera a redação dos parágrafos 4º e 6º do artigo 66 da Constituição para determinar que o decurso do prazo de noventa dias implica rejeição do veto presidencial a projeto de lei.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Resultado: APROVADO.

Tramitação Conjunta

5.2 Requerimento nº 850, de 2013

Autoria: Senadora Ana Amélia

Assunto: (Normas sobre eleições de Parlamentares do Mercosul) - Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2008.

- Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2008 (autora: Senadora Marisa Serrano): Trata da divulgação institucional e da propaganda eleitoral em rádio e televisão para as eleições diretas ao Parlamento do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL.

- Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2011 (autor: Senador Lindbergh Farias): Estabelece normas para as eleições, em 7 de outubro de 2012, de Parlamentares do Mercosul.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Representação Brasileira no Mercosul; à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; e de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, cabendo à última a decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

Tramitação Conjunta

5.3 Requerimento nº 861, de 2013

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Assunto: (Exercício das atividades dos agentes de coleta de resíduos) - Requer, na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2013, por versarem sobre matéria correlata.

- Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009 (autor: Senador Paulo Paim): Fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido.

- Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2013 (autor: Senador Cyro Miranda): Dispõem sobre o exercício das atividades dos agentes de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em decisão terminativa.

Resultado: APROVADO

Tramitação Conjunta

5.4 Requerimento nº 862, de 2013

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Assunto: (Bibliotecas Públicas) - Requer, nos termos regimentais, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 259, de 2013, e 156, de 2013, por versarem sobre matéria correlata.

- Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013 (autor: Senador Alfredo Nascimento): Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para promover o acesso universal às bibliotecas públicas.

- Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2013 (autor: Senador Alfredo Nascimento): Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para estabelecer o conceito formal de bibliotecas públicas.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, em decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

PAUTA LEGISLATIVA SUPLEMENTAR

1. REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

1.1. – Relator: Senador ROMERO JUCÁ

1.1.1. Requerimentos (2) de informações ao Procurador-Geral da República acerca da utilização de aparelhos e sistemas de interceptação telefônica.

1.1.1.1. Requerimento nº 464, de 2013

Autoria: Senador Fernando Collor – ao Procurador-Geral da República

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca da utilização de aparelhos e sistemas de interceptação telefônica.

(Observação: Relatório pela prejudicialidade, em razão de solicitar as mesmas informações do Requerimento nº 465, de 2013)

Resultado: PREJUDICADO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.1.2. Requerimento nº 465, de 2013

Autoria: Senador Fernando Collor – ao Procurador-Geral da República

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca da prática da utilização de aparelhos e sistemas de interceptações telefônicas.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.2. Requerimento nº 560, de 2013

Autoria: Senador Paulo Paim – ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações a respeito do impacto orçamentário-financeiro da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários sobre empréstimos consignados.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.3. Requerimentos (2) de informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca dos investimentos do governo brasileiro na área de pesquisa e produção de conhecimento.

1.1.3.1. Requerimento nº 632, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca dos investimentos do governo brasileiro na área de

pesquisa e produção de conhecimento, principalmente no que se refere à Amazônia.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.3.2. Requerimento nº 633, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca dos investimentos do governo brasileiro na área de pesquisa e produção de conhecimento, principalmente nos institutos de pesquisa da Amazônia.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.4. Requerimento nº 634, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Defesa.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca dos investimentos no reforço da segurança das fronteiras do País.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.5. Requerimento nº 719, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca da situação da dívida dos países africanos que possuem dívidas oficiais em atraso com o Brasil.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.1.6. Requerimento nº 772, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca do resultado das desonerações concedidas a diversos setores da economia pela Lei nº 12.794, de 2012, e pela Medida Provisória nº 612, de 2013, no tocante à substituição da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) pela Contribuição sobre o Faturamento Bruto (CPRB), constantes do Plano Brasil Maior 2.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.2– Relatora: Senadora ANGELA PORTELA

1.2.1. Requerimento nº 650, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Previdência Social.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações acerca da arrecadação previdenciária do código 1600 referente aos empregados domésticos dos últimos cinco anos.

(Observação: Relatório favorável, com alterações)

Quadro comparativo do Requerimento nº 650, de 2013

Requerimento nº 650, de 2013	Parecer da Mesa
	<p align="center">Emenda nº</p> <p>Dê-se a seguinte redação à ementa do Requerimento de Informação nº 650, de 2012:</p>
<p>Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro da Previdência da Previdência Social, as seguintes informações acerca da arrecadação previdenciária do código 1600 referente aos empregados domésticos dos últimos cinco anos :</p>	<p>"Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Fazenda acerca da arrecadação previdenciária do código 1600, referente aos empregados domésticos dos últimos cinco anos e ao Ministro da Previdência Social, sobre dados estatísticos de empregados domésticos."</p>
<p>1. Qual o número de pedidos de inscrições de empregados domésticos dos últimos 5 anos para recolhimento de contribuição previdenciária?</p>	<p>Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 650, de 2013, devendo ser encaminhadas ao Ministro da Previdência Social as perguntas nºs 1, 3 e 4. Já as perguntas nºs 2 e 5, e a nº 1 novamente, devem ser encaminhadas ao Ministro da Fazenda, pelas razões expendidas, e com as seguintes emendas.</p>
<p>2. Qual foi a arrecadação do INSS advindo do código 1600, o qual se refere aos empregados domésticos, nos últimos 5 anos? Divididos por:</p>	<p>Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 650, de 2013, devendo ser encaminhadas ao Ministro da Previdência Social as perguntas nºs 1, 3 e 4. Já as perguntas nºs 2 e 5, e a nº 1 novamente, devem ser encaminhadas ao Ministro da Fazenda, pelas razões expendidas, e com as seguintes emendas.</p>
<p>2.1 Por Região do País.</p>	
<p>2.2 Por estado.</p>	
<p>2.3 Por Ano.</p>	
<p>2.4 Por mês</p>	
<p>2.5 Por sexo.</p>	
<p>3. Houve crescimento do número de inscrições no INSS após a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013?</p>	<p>Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 650, de 2013, devendo ser encaminhadas ao Ministro da Previdência Social as perguntas nºs 1, 3 e 4. Já as perguntas nºs 2 e 5, e a nº 1 novamente, devem ser encaminhadas ao Ministro da Fazenda, pelas razões</p>
<p>4. Quantas foram às inscrições realizadas após a sua promulgação da referida Emenda Constitucional?</p>	

Requerimento nº 650, de 2013	Parecer da Mesa
<p>5. Qual foi a arrecadação mensal de 2013 após a promulgação da EC 72/2013?</p>	<p>expendidas, e com as seguintes emendas. Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 650, de 2013, devendo ser encaminhadas ao Ministro da Previdência Social as perguntas nºs 1, 3 e 4. Já as perguntas nºs 2 e 5, e a nº 1 novamente, devem ser encaminhadas ao Ministro da Fazenda, pelas razões expendidas, e com as seguintes emendas.</p>

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.2.2. Requerimento nº 652, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Educação.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações acerca da revalidação de diplomas de ensino superior obtidos em universidades brasileiras.

(Observação: Relatório favorável, com alterações)

Quadro comparativo do Requerimento nº 652, de 2013

Requerimento nº 652, de 2013	Parecer da Mesa
	<p>Em face do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 652, de 2013, com os reparos apontados, de modo que os itens relativos às informações solicitadas passem a ter a seguinte redação:</p>
<p>Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requieiro que sejam solicitadas ao Ministro da Educação, as seguintes informações acerca da revalidação de diplomas de ensino superior obtidos em universidades estrangeiras:</p>	

Requerimento nº 652, de 2013	Parecer da Mesa
1. Qual o número de pedidos registrados nos últimos 10 anos para revalidação de diplomas de ensino superior nas universidades públicas?	"1) quantitativo de pedidos registrados nos últimos dez anos para revalidação de diplomas de graduação nas universidades públicas;
2. Quantos diplomas foram revalidados nos últimos 10 anos? Divididos por: universidade; curso; ano; país origem do diploma revalidado;	2) quantitativo de diplomas revalidados nos últimos dez anos, classificados por a) universidade; b) curso; c) ano; e d) país de origem do diploma;
3. Quais os procedimentos para a revalidação de certificados de conclusão de curso de pós-graduação stricto sensu expedidos por universidades estrangeiras? Quantos foram revalidados no Brasil, no período acima referido.	3) o quantitativo de diplomas de pós-graduação stricto sensu revalidados nos últimos dez anos."

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.2.3. Requerimento nº 750, de 2013

Autoria: Senador Vital do Rêgo – ao Ministro de Estado dos Transportes.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações acerca do atraso e da elevação dos custos previstos para a execução da ferrovia Transnordestina.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

1.3. – Relator: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

1.3.1. Requerimentos (3) de informações acerca de operações de crédito, concessões de garantia e fundos de pensão que guardem relação com o grupo de empresas do empresário Eike Batista.

1.3.1.1. Requerimento nº 768, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre operações de crédito ou concessão de garantia entre o BNDES e o grupo de empresas do empresário Eike Batista.

(Observação: Relatório pelo encaminhamento do Requerimento à CCJ, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

1.3.1.2. Requerimento nº 769, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Previdência Social.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre operações no âmbito do controle exercido pela Secretaria de Previdência Complementar, nos fundos de pensão, que guardem relação com o grupo de empresas do empresário Eike Batista.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

1.3.1.3. Requerimento nº 770, de 2013

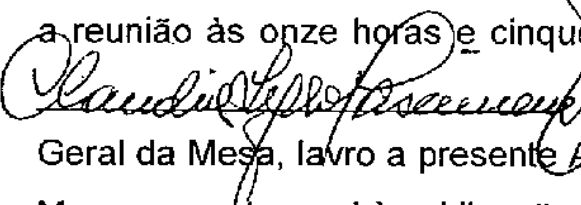
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre operações de crédito ou concessão de garantia entre o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia em favor do grupo de empresas do empresário Eike Batista.

(Observação: Relatório pelo encaminhamento do Requerimento à CCJ, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

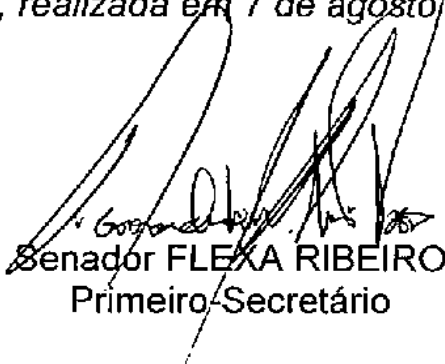
Esgotada a pauta legislativa, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotadas as pautas, e nada mais havendo a tratar, o Sr Presidente encerra a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 7 de agosto de 2013.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente


Senador JORGE VIANA
Primeiro Vice-Presidente

(continuação das assinaturas da Ata da 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 7 de agosto de 2013)



Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário



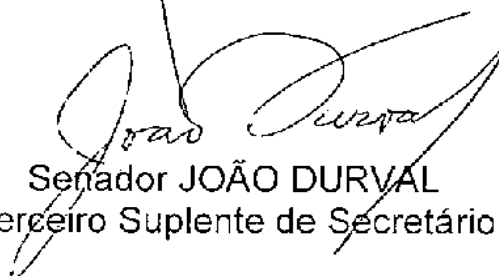
Senadora ANGELA PORTELA
Segunda-Secretária



Senador CIRO NOGUEIRA
Terceiro-Secretário



Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Quarto-Secretário



Senador JOÃO DURVAL
Terceiro Suplente de Secretário

**Ata da 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 12 de setembro de 2013.**

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de setembro de dois mil e treze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Além do senhor Presidente do Senado, assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Flexa Ribeiro, Primeiro-Secretário; João Durval, Terceiro Suplente de Secretário; e Casildo Maldaner, Quarto Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. A seguir, inicia-se a apreciação de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Posteriormente, inicia-se a apreciação da pauta legislativa, que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Senadores membros da Mesa, e que é parte integrante desta Ata.

**12ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 12 de setembro de 2013, às 9 Horas.**

PAUTA

1. ABERTURA

2. REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

2.1. Relator: Senador Jorge Viana

2.1.1. Requerimento nº 225, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações referentes ao abate clandestino de gado, em virtude de denúncias da Revista Veja, de 27 de março de 2013.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.2. Requerimento nº 273, de 2013

Autoria: Senador Vital do Rêgo – ao Ministro de Estado da Integração Nacional.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações sobre o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste - FNE.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.3. Requerimento nº 406, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira– ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações a respeito da planilha publicada pela SECOM-PR denominada: Investimento em Mídia - Governo Federal (Poder Executivo) - Total Administração Direta(Todos os órgãos) + Indireta (empresas que não concorrem no mercado), período 2000 a 2011.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.4. Requerimento nº 410, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – à Ministra de Estado do Meio Ambiente

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações acerca da concretização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos no que concerne à implementação da Política de Logística Reversa.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.5. **Requerimento nº 417, de 2013**

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti – ao Ministro de Estado das Relações Exteriores

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações sobre o não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o governo brasileiro e a república venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países, bem como sobre o andamento dos trabalhos realizados pela Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites disposta no artigo IV do referido acordo.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.6. **Requerimento nº 566, de 2013**

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira– ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações referentes ao patrocínio de times de futebol pela Caixa Econômica Federal.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.7. Requerimento nº 583, de 2013

Autoria: Senador Jader Barbalho – ao Ministro de Estado do Turismo

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações sobre as ações e recursos financeiros do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 - PNT e, especificamente, sobre ações compensatórias direcionadas ao Estado do Pará.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.8. Requerimento nº 624, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado das Cidades.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: informações acerca do Programa Minha Casa, Minha Vida, referentes ao quantitativo de unidades concluídas, em processo de construção e percentual de aquisições intermediadas por financiamentos da Caixa Econômica Federal.

(Observação: Relatório favorável, propondo a alteração do destinatário para o Ministro de Estado da Fazenda)

Quadro comparativo do Requerimento nº 624, de 2013

Requerimento nº 624, de 2013	Relatório da Mesa
Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no art. 49, inciso X, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, todos da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações:	Em face do exposto, considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, opino, com base no art. 215, inciso I, alínea a, do RISF, pela aprovação do Requerimento nº 624, de 2013, alterando, contudo, o destinatário, que passa a ser o Senhor Ministro de Estado da Fazenda no lugar do Senhor Ministro de Estado das Cidades.
1. Qual o número de unidades habitacionais concluídas e entregues no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Fase 1 até 31 de maio de 2013, discriminadas por exercício?	
2. Qual o número de unidades habitacionais em processo de construção no Programa Minha Casa, Minha Vida – Fase 1 até 31 de maio de 2013?	
3. Dos imóveis referidos no item 1, qual foi o percentual de aquisições intermediado por financiamentos da Caixa Econômica Federal;	

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2. Relator: Senador Romero Jucá

2.2.1. Requerimento nº 863, de 2013

Autoria: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (SF) – ao Ministro de Estado da Justiça.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações a respeito de acordos firmados entre a Polícia Federal e órgãos públicos brasileiros com agências dos Estados Unidos da América, para a coleta

de material de inteligência, inclusive comunicações eletrônicas e uso de faixas de satélites controladas pelo Brasil.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.2. Requerimento nº 928, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações acerca de denúncias de existência de um esquema de corrupção na Petrobras que favoreceria parlamentares, políticos e campanhas eleitorais.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.3. Requerimento nº 972, de 2013

Autoria: Senador Flexa Ribeiro – ao Ministro de Estado da Justiça.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: informações referentes à Polícia Rodoviária Federal (PRF).

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3. Relator: Senador Flexa Ribeiro

2.3.1. Requerimentos (3) acerca de atividades de inteligência, informação, contrainformação e/ou espionagem realizadas pelo Governo dos Estados Unidos em território brasileiro:

2.3.1.1. Requerimento nº 812, de 2013

Autoria: Senador Lindbergh Farias – ao Ministro de Estado da Defesa

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.1.2. Requerimento nº 813, de 2013

Autoria: Senador Lindbergh Farias – ao Ministro de Estado da Justiça

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.1.3. Requerimento nº 814, de 2013

Autoria: Senador Lindbergh Farias – ao Ministro–Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.2. Requerimento nº 889, de 2013

Autoria: Senadora Angela Portela – ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social BNDES.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: RETIRADO DE PAUTA. Ao Senador Flexa Ribeiro, para reexame.

2.4. Relatora: Senadora Angela Portela

2.4.1. Requerimento nº 433, de 2013

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues – Ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações acerca da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, especialmente na costa do Estado do Amapá.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.2. Requerimento nº 651, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – Ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações acerca da distribuição de embarcações aos municípios do Estado do Amazonas.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.3. Requerimento nº 840, de 2013

Autoria: Senador Alvaro Dias – Ao Ministro dos Transportes.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações a respeito de autorização concedida à Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP).

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5. Relator: Senador **Ciro Nogueira**

2.5.1. Requerimento nº 884, de 2013

Autoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira** – ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: informações sobre as divulgações feitas pela Empresa OGX ao mercado acionário a respeito da exploração do petróleo.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5.2. Requerimento nº 885, de 2013

Autoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira** – ao Ministro de Estado de Minas e Energia

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: informações sobre o fornecimento dos dados relativos às obrigações contratuais da Empresa OGX à ANP, bem como o papel fiscalizador da agência sobre a referida empresa.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5.3. Requerimento nº 929, de 2013

Autoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira** – ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: informações acerca do convênio celebrado, em 2012, entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Brasil Solair.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5.4. Requerimento nº 930, de 2013

Autoria: Senador **Casildo Maldaner** – ao Ministro de Estado das Relações Exteriores

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: informações relacionadas à Casa do Brasil em Madri.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6. Relator: Senador João Vicente Claudino

2.6.1. Requerimento nº 547, de 2013

Autoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira** – ao Ministro de Estado da Justiça

(Relator: Senador **João Vicente Claudino**)

Assunto: informações acerca das apurações do boato sobre o fim do Programa Bolsa Família.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.2. Requerimento nº 860, de 2013

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – ao Ministro de Estado de Minas e Energia

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: esclarecimentos sobre as medidas já adotadas - ou, se não adotadas ainda, as razões da demora e o prazo em que a adoção se dará - pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para atendimento das recomendações reproduzidas no Acórdão nº 657/2013 - TCU, referente à auditoria operacional na ANP.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.3. Requerimento nº 887, de 2013

Autoria: Senadora Angela Portela – ao Ministro de Estado da Integração Nacional

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas; pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.4. Requerimento nº 888, de 2013

Autoria: Senadora Angela Portela – ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações acerca dos financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas; por parte do Banco da Amazônia S.A.; e BASA, instituição federal vinculada ao Ministério da Fazenda.

(Observação: Relatório pelo encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Resultado: RETIRADO DE PAUTA. Concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

2.6.5. Requerimento nº 918, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – à Ministra de Estado da Cultura.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre o montante de recursos repassados pela Pasta para a rede denominada "Fora do Eixo - FdE".

(Observação: Relatório favorável, com alterações de redação)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Quadro comparativo do Requerimento nº 918, de 2013

Requerimento nº 918, de 2013	Relatório do Sen. João Vicente Claudino
	Diante do exposto, o voto é pela aprovação do encaminhamento das questões constantes do RQS nº 928, de 2013, à Ministra de Estado da Cultura, com a seguinte alteração no texto da pergunta número 6:
Solicita informações à senhora Ministra da Cultura sobre o montante de recursos repassados pela Pasta para a rede denominada "Fora do Eixo - FdE".	
Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 c e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado à Excelentíssima Sra. Ministra de Estado da Cultura, para que esta providencie as seguintes informações sobre o montante de recursos repassados pela Pasta para a rede denominada "Fora do Eixo-FdE":	
1. Qual o montante de recursos repassados pelo Ministério da Cultura, a cada ano, à rede "Fora do Eixo", desde 2005 até a presente data?	
2. Quais foram os mecanismos utilizados para repassar esses recursos?	
3. Quais projetos receberam esses recursos? Relacionar os projetos e o volume de recursos destinados a cada um deles.	
4. Como é feita a fiscalização em relação à devida aplicação desses recursos nos projetos acima mencionados?	
5. Como é feita a prestação de contas desses	

Requerimento nº 918, de 2013	Relatório do Sen. João Vicente Claudino
recursos por parte da rede "Fora do Eixo"?	
6. Quais são os critérios estabelecidos pela estatal para a definição de liberação de recursos com essas finalidades?	"6 - Quais são os critérios estabelecidos pelo Ministério para a definição de liberação de recursos com essas finalidades?"
7. A quem cabe a responsabilidade pela autorização na liberação dos referidos recursos?	

2.6.6. Requerimento nº 919, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações acerca de recursos repassados pelo Banco do Brasil para a rede denominada "Fora do Eixo-FdE".

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.7. Requerimento nº 920, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Cristovam Buarque – ao Ministro de Estado de Minas e Energia

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre o montante de recursos repassados pela Petrobrás para a rede denominada "Fora do Eixo - FdE".

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.8. Requerimento nº 949, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado da Saúde

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS - visando trazer médicos cubanos para atuarem no Brasil no âmbito do Programa Mais Médicos.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.9. Requerimento nº 1.008, de 2013

Autoria: Senador Jader Barbalho – ao Ministro de Estado do Meio Ambiente

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações acerca da implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, na região nordeste do Pará.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO NOS TERMOS DO RELATÓRIO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

5. PROJETOS DE RESOLUÇÃO

5.1. Relator: Senador Flexa Ribeiro

5.1.1. Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2012

Autoria: Senador Paulo Paim

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: Institui o Diploma Arnaldo Lopes Sussekind e dá outras providências.

(Observação: Relatório favorável)

Observação: Parecer favorável ao Projeto, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (relator: Senador Anibal Diniz).

Resultado: APROVADO PARECER FAVORÁVEL.
À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

6. REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA

Tramitação Conjunta

4.1 Requerimento nº 891, de 2013

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Assunto: (Alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada) - Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta

dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 218, de 2013, por tratarem de assuntos correlatos.

- Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2013, (autor: Senador Blairo Maggi): Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar a renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Altera a Lei nº 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – para considerar incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo; estabelece que o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da CF/88, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der em até sessenta dias da publicação desta Lei.

- Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2013 (autor: Senador Vital do Rêgo): Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Altera a Lei nº 8.742/1993, que dispõe sobre a Assistência Social, para dispor que, para efeito de recebimento do benefício de prestação continuada, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo. Assunto: Assistência social – Social.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e à Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

4.2 Requerimento nº 924, de 2013

Autoria: Senador Sérgio Souza

Assunto: (dispõe sobre a assistência à saúde prestada aos Senadores e seus dependentes) - Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 48, de 2009; e 58, de 2013, por regularem a mesma matéria.

- Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2009. (autor: Senador Expedito Júnior): Dispõe sobre a assistência à saúde prestada aos Senadores e seus dependentes e aos ex-Senadores e seus cônjuges ou companheiros.

- Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2013. (autor: Senador Randolfe Rodrigues): Altera a Resolução nº 35, de 2012, do Senado Federal, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS) para disciplinar a assistência à saúde prestada aos Senadores e seus dependentes e extinguir vantagem ilimitada do benefício aos membros da Casa.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e à Comissão Diretora.

Resultado: APROVADO.

4.3 Requerimento nº 933, de 2013

Autoria: Senador Armando Monteiro

Assunto: (dispõe sobre o registro de infrações penais - boletim de ocorrência) - Requer, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento", com o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, que "estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional", de autoria do Senador Armando Monteiro, por versarem sobre a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006. (autor: Senador Valdir Raupp): Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento.

- Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012. (autor: Senador Gerson Camata): Dispõe sobre a prorrogação de contratos de arrendamento de áreas ou instalações portuárias celebrados anteriormente à vigência da Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos).

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

4.4 Requerimento nº 936, de 2013

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Assunto: (dispõe sobre as formas e condições de apresentação de relatório de atividades na prestação de contas de Agências Reguladoras ao Congresso Nacional) - Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 13, 57, 58, 59, 60, 63, 64 e 65, de 2013, por regularem a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar à Agência Nacional de Telecomunicações formas e condições de apresentação de relatório de atividades ao Congresso Nacional.

- Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

- Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

- Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 9.872, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária.

- Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para determinar o envio de relatório semestral da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) ao Ministério da Cultura e ao Congresso Nacional.

- Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, para instruir a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

- Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, que dispõe sobre a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para instituir a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

- Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2013. (autor: Senador Waldemir Moka): Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Agência Nacional de Transportes (ANTT), pra instituir a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; à Comissão de Assuntos Sociais – CAS; à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e à Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Resultado: APROVADO.

4.5 Requerimento nº 951, de 2013

Autoria: Senador Sérgio Souza

Assunto: (institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública) - Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado, tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012, por regularem a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012. (autor: Senador Antonio Carlos Rodrigues): Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da

Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública.

- Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012. (autor: Senador Antônio Carlos Rodrigues): Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE; e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; cabendo a última a decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

4.6 Requerimento nº 1042, de 2013

Autoria: Senador Cyro Miranda

Assunto: (dispõe sobre a reforma do Código de Defesa do Consumidor) – Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do PLS nº 277, de 2013, com o PLS nº 281, de 2012 (que tramita com o PLS nº 301, de 2003; PLS's nºs 282, 283, 397, 413, 457, 458, 459, 464, de 2012; e PLS's nºs 5 e 24, de 2013), por versarem sobre o mesmo assunto.

- Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2003. (autor: Senador Hélio Costa): Acrescenta § 4º ao artigo 26 de Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do

consumidor e dá outras providências", para ampliar o prazo de o consumidor reclamar por vícios em veículos automotores novos.

- Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012. (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.

- Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012. (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas.

- Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012. (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.

- Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2012. (autor: Senador Pedro Taques): Acrescenta o § 2º ao art. 42 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, transformando o atual parágrafo único em § 1º, para prever que o direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, independe de pedido inicial expresso ou comprovação de má-fé do credor.

- Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2012. (autor: Senador Cidinho Santos): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

- Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2012. (autor: Senador Wilder Moraes): Insere na Lei 8.078 de 1990, o parágrafo 7º no artigo 18, que dispõe e caracteriza a responsabilidade objetiva do comerciante em relação a vícios de qualidade.
- Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2012. (autor: Senador Wilder Moraes): Altera o artigo 49 da Lei 8.078 de 1990, estendendo o prazo para desistência de contrato nas relações de consumo e prestações de serviços.
- Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2012. (autor: Senador Wilder Moraes): Insere o Parágrafo Único no artigo 30 da Lei 8.078 de 1990, dispondo sobre a vinculação da prestação da oferta conforme a publicidade feita.
- Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2012. (autor: Senador Valdir Raupp): Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e conseqüentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento.
- Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2013. (autor: Senador Gim): Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o agendamento da entrega de produtos e serviços ao consumidor.
- Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2013. (autor: Senadora Vanessa Grazziotin): Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a suspensão temporária do fornecimento de

serviço de prestação continuada ou de serviço contratado por período de tempo definido, a pedido do consumidor.

- Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2013. (autor: Senador Pedro Taques): Acresce o art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer prazo para obrigar o fornecedor a prestar as informações necessárias para a quitação do débito do consumidor.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão Temporária - Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Resultado: APROVADO.

5 REQUERIMENTO DE DESAPENSAMENTO

5.1 Requerimento nº 935, de 2013.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Assunto:(**Altera a compensação financeira pela Exploração dos Recursos Minerais**).

Solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011.

- Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 (autor: Senador Flexa Ribeiro): Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela

Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

- Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011 (autor: Senador Clésio Andrade): Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro.

Observação: Se aprovado o **Requerimento de desapensamento**, os **Projetos de Lei do Senado** passam a tramitar autonomamente e deverão ir às **Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos**, cabendo à última a decisão terminativa.

Resultado: APROVADO.

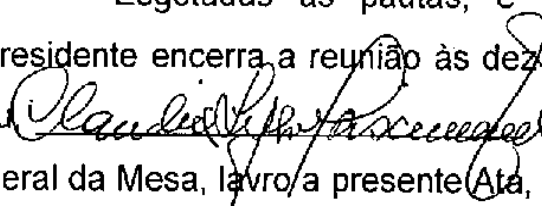
7. ESCRITÓRIO DE APOIO ÀS ATIVIDADES PARLAMENTARES (COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO ART. 1º DO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2009).

a. Alteração

Expediente / Data	Senador(a)	Endereço novo
Ofício nº 013-I/2013-GSJRIB, de 08 de agosto de 2013. Processo SF nº 021945/13-6	João Ribeiro	Quadra 104 Norte, Rua NE 03, Lote 17-B, Sala 01, Plano Diretor Norte CEP: 77.006-018 (2º Escritório)

Observação: torna sem efeito Of. nº 045/2013-GSAOLI, de 15 de maio de 2013, por meio do qual informou o endereço do escritório de apoio às atividades parlamentares e constou da pauta da 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 22 de maio de 2013.

A Presidência dá ciência aos demais membros da Mesa do Ofício nº 013-I/2013-GSJRIB, nos termos do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009.

Esgotadas as pautas, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às dez horas e oito minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2013.

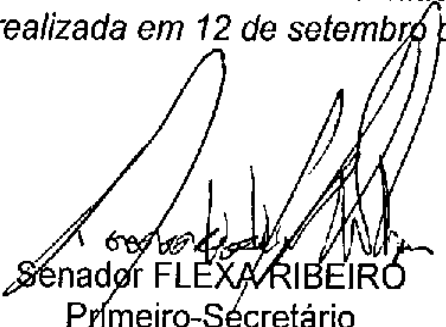


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

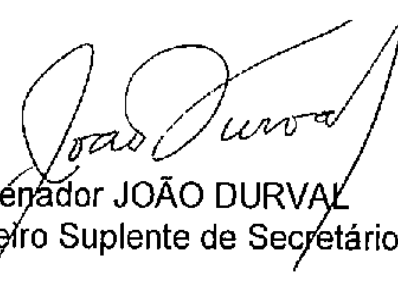


Senador JORGE VIANA
Primeiro Vice-Presidente

(continuação das assinaturas da Ata da 12ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12 de setembro de 2013)



Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário



Senador JOÃO DURVAL
Terceiro Suplente de Secretário



Senador CASILDO MALDANER
Quarto Suplente de Secretário

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

08/10/2013

Terça-feira

10h30	Anúncio dos três primeiros colocados do Projeto Jovem Senador: concurso de redação Mini-auditório do Interlegis
11h	Recebe Benito Gama, vice-presidente de Governo do Banco do Brasil; Osmar Dias, vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do BB; e Jânio Macedo, diretor de Governo da mesma instituição bancária Sala de Audiências
12h	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Senado Federal e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República com a presença do ministro Guilherme Afif Domingos Sala de Audiências
14h30	Abertura do evento internacional promovido pelo Tribunal de Contas da União - Fortalecimento da Governança Pública SAF Sul - Quadra 4 - Lote 1 - Anexo III - Plenário do Tribunal
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.....	PP/RS
Benedito de Lira.....	PP/AL
Casildo Maldaner.....	PMDB/SC
Círo Nogueira.....	PP/PI
Clésio Andrade.....	PMDB/MG
Eduardo Braga.....	PMDB/AM
Eunício Oliveira.....	PMDB/CE
Francisco Dornelles.....	PP/RJ
Garibaldi Alves.....	PMDB/RN
Ivo Cassol.....	PP/RO
Jader Barbalho.....	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.....	PMDB/PE
João Alberto Souza.....	PMDB/MA
José Sarney.....	PMDB/AP
Kátia Abreu.....	PSD/TO
Lobão Filho.....	PMDB/MA
Luiz Henrique.....	PMDB/SC
Paulo Davim.....	PV/RN
Pedro Simon.....	PMDB/RS
Renan Calheiros.....	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.....	PMDB/ES
Roberto Requião.....	PMDB/PR
Romero Jucá.....	PMDB/RR
Sérgio Petecão.....	PSD/AC
Sérgio Souza.....	PMDB/PR
Valdir Raupp.....	PMDB/RO
Vital do Rêgo.....	PMDB/PB
Waldemir Moka.....	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.....	PDT/RO
Ana Rita.....	PT/ES
Angela Portela.....	PT/RR
Anibal Diniz.....	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.....	PSB/SE
Cristovam Buarque.....	PDT/DF
Delcídio do Amaral.....	PT/MS
Eduardo Suplicy.....	PT/SP
Humberto Costa.....	PT/PE
Inácio Arruda.....	PCdoB/CE
João Capiberibe.....	PSB/AP
João Durval.....	PDT/BA
Jorge Viana.....	PT/AC
José Pimentel.....	PT/CE
Lídice da Mata.....	PSB/BA
Lindbergh Farias.....	PT/RJ
Paulo Paim.....	PT/RS
Pedro Taques.....	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.....	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg.....	PSB/DF
Vanessa Graziotin.....	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.....	PT/BA
Wellington Dias.....	PT/PI
Zeze Perrella.....	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves.....	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.....	PSDB/SP
Alvaro Dias.....	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.....	PSDB/PB
Cícero Lucena.....	PSDB/PB
Cyro Miranda.....	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.....	PSDB/PA
José Agripino.....	DEM/RN
Lúcia Vânia.....	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.....	DEM/SE
Mário Couto.....	PSDB/PA
Paulo Bauer.....	PSDB/SC
Ruben Figueiró.....	PSDB/MS
Wilder Morais.....	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.....	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.....	PR/SP
Armando Monteiro.....	PTB/PE
Blairo Maggi.....	PR/MT
Eduardo Amorim.....	PSC/SE
Eduardo Lopes.....	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.....	PTB/MA
Fernando Collor.....	PTB/AL
Gim.....	PTB/DF
João Ribeiro.....	PR/TO
João Vicente Claudino.....	PTB/PI
Magno Malta.....	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.....	PTB/RR
Oswaldo Sobrinho.....	PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves.....	TO
-----------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.....	28
Bloco de Apoio ao Governo.....	24
Bloco Parlamentar Minoria.....	14
Bloco Parlamentar União e Força.....	14
SDD.....	1
TOTAL.....	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Osvaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyrolino** (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSV ALV n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1° de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3° Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1° Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) ^(1,8)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

- Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
- Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
- Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
- Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).

5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).

6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).

8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).

9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(10,11,13,6)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

** . Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

*** . Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

**** . Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

***** . Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

***** . Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

***** . Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

***** . Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, conseqüentemente, a recontagem dos demais prazos.

***** . Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

**2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n^{os} 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ** . Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 61 33033514

Fax: 61 33031176

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(6,5,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**.. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

***. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

***. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - PPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,9,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

***. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

****. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

*****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 03/12/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

Notas:

*. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

***. Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldés

Telefone(s): 3303 4854

E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)**Finalidade:** Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)**Ato do Presidente do Senado Federal:** 28/05/2013**Instalação:** 13/06/2013**Prazo final:** 12/08/2013**Prazo final prorrogado:** 11/11/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

Notas:

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

***. **Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

****. Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins**Telefone(s):** 61 33033501**Fax:** 61 33031176**E-mail:** sscepi@senado.leg.br

**12) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.

(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Graziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(30,79,81)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)

Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (80,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aríbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

- Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 - Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 - Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(52,50)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Ribeiro (PR) ^(28,29,32,47,48,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1.º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,89,87)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Lindbergh Farias (PT) (91,93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Wellington Dias (PT) (92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Paulo Davim (PV) (26,39,76,103)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,76)
Sérgio Petecão (PSD) (76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PSD) (76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,79,81,10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISEF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)****VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (80)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
VAGO (17,41,74,60)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (44,41,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (66,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,58,24)	4. VAGO (49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação de um cálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(21,19,10,9,55)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 - Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 - Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 - Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 - Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 - Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 - Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,32,25,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(30,16,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. VAGO ^(53,45,65)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63)
Eduardo Lopes (PRB) ^(73,65)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lidice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(30,10,56,55,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDB AG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfê Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 - Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 - Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 - Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 - Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 - Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) (9,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. VAGO ^(7,4,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(37,28,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO ^(60,66)
João Ribeiro (PR) ^(34,60,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Oswaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,52,51,55,50)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Ribeiro (PR) ^(56,54,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(21,19,12,13,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(62,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditorio Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditorio Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(41,29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfê Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Paulo Paim (PT) ⁽³⁾	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Morais (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 13/09/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 13/09/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada

André Lima (3)

Pesquisador com produção científica relevante

Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO** ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (SDD/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (SDD/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELADORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{6, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Cyro Miranda, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Cyro Miranda em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 e 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcelos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noê, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcelos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{3, 6 e 7}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	
Edinho Araújo (PMDB/SP)	
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PSD/TO) ⁷
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Jorge Viana (PT/AC)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Vago ⁴	
PSD	
Geraldo Thadeu	Atila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁵	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos (DEM/MT) ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB n°s 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios n°s 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 376 páginas

(OS: 16074/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

